

**II SEMINÁRIO  
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL  
DOS SERVIDORES DE CARREIRA  
DE PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO**

**“O Papel da Sociedade no Planejamento”**

**Brasília, 20 e 21 de Outubro de 2011.**

**Mestre de cerimônias:** Senhoras e senhores participantes do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento para que adentre o recinto, momento em que daremos início às atividades programadas para este primeiro dia do evento. Solicitamos aos presentes que, por gentileza, programem seus aparelhos celulares para o modo silencioso ou desligado. Senhores participantes do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento queiram, por gentileza adentrar o recinto, momento em que daremos início ao evento.

Autoridades presentes, senhoras e senhores bom dia. Sejam todos bem vindos à solenidade de abertura do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Evento realizado pela ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Este seminário conta com importante patrocínio da Caixa Econômica Federal. Temos a honra de convidar para que componham a mesa de abertura deste seminário o Excelentíssimo senhor Eduardo Rodrigues da Silva, presidente da ASSECOR. A Ilustríssima senhora Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal. O Ilustríssimo senhor Pedro Bertone, Secretário Adjunto de Planejamento e Investimentos Estratégicos. O Ilustríssimo senhor Murilo Francisco Barella, Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Estatais – DEST. A ilustríssima senhora Maria Stela Reis, Diretora de Formação Profissional da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. O Excelentíssimo senhor Antonio Augusto de Oliveira Amado, presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP. E o Ilustríssimo senhor Elicio Lima, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal.

Convidamos todos os presentes para em posição de respeito ouvir o Hino Nacional.

### ***Apresentação do Hino Nacional.***

**Mestre de cerimônias:** Para abertura do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e

Orçamento ouviremos o senhor Eduardo Rodrigues da Silva, presidente da ASSECOR.

**Senhor Eduardo Rodrigues da Silva:** Bom dia a todos. É com imensa alegria que recebemos hoje os integrantes da Carreira de Planejamento e Orçamento, colegas de diversas outras áreas, autoridades e convidados para participar dos debates sempre importantes de questões relacionadas ao planejamento e orçamento público. Agradeço imensamente a presença e gostaria de cumprimentar os integrantes da mesa de abertura, a Secretária Célia Correa, O Secretário Adjunto de Planejamento Estratégico Pedro Bertone. O Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Estatais, Murilo Barella. A Diretora de Formação Profissional da ENAP, Maria Stela. O Presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público, Antonio Amado. E, o Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, Elicio Lima.

Estamos dando início à segunda edição de um evento especial para a nossa carreira, a Carreira de Planejamento e Orçamento e, que foi um sucesso na sua primeira edição. Esse ano o seminário busca explorar algo que para nós da Carreira de Planejamento e Orçamento é muito importante, o papel da sociedade no planejamento. Teremos uma conferência e seis painéis que aprofundarão a discussão dessa questão sobre várias perspectivas. Buscaremos entender como a sociedade que cada vez mais se mostra interessada em participar da construção de planos e da confecção dos orçamentos, poderá ser parte ativa nos debates em torno desses instrumentos, com resultado concreto no redesenho de políticas públicas nas mais diversas áreas.

O objetivo é que todos nós servidores públicos, acadêmicos e autoridades possamos, a partir das discussões programadas para hoje e amanhã elevar a nossa capacidade de contribuir com atitude crítica e construtiva para o aprimoramento das mais diversas políticas públicas, pois, nenhuma pode prescindir do planejamento e do orçamento.

Ao final do dia de hoje lançaremos o segundo número da Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, um periódico científico

virtual com periodicidade semestral, publicado pela ASSECOR. Espero que todos possam compartilhar conosco da alegria de ver a Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento se consolidando. Esse é um projeto da Associação. A revista objetiva incentivar a produção e oferecer espaço para que trabalhos técnicos científicos da área de planejamento e orçamento sejam divulgados, fomentando também, por este canal o debate e a crítica construtiva.

Outra importante iniciativa que será tratada neste seminário e da qual a ASSECOR faz parte é a criação do Fórum de Planejamento e Desenvolvimento Nacional, formado inicialmente por quatro entidades de classe, a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste, a Associação dos Funcionários do BNDES, a Associação dos Funcionários do IPEA e a própria ASSECOR. Esse espaço plural foi criado com o objetivo de se construir coletivamente uma proposta de plano nacional de desenvolvimento, o que é uma missão bastante ambiciosa. Amanhã, no último painel do seminário será apresentado o esboço inicial dessa proposta. Antevemos nesse campo que serão levantadas relevantes e acaloradas polemicas. Das quais, entretanto, já não podemos escapar. Enfim, teremos nesses dois dias de seminário momentos privilegiados de reflexão sobre questões cruciais para o planejamento e orçamento. E espero que todos possam aproveitá-los ao máximo.

Novamente sejam todos muito bem vindos. É um prazer para a ASSECOR recebê-los. Muito obrigado.

**Mestre de cerimônias:** Fará uso da palavra a senhora Célia Correa, Secretária de Orçamento Federal.

**Senhora Célia Correa:** Bom dia a todos. Meus queridos amigos da mesa, caros amigos que estão na platéia. É uma alegria enorme estar aqui, obrigada pelo convite, obrigada pela oportunidade. É sempre bom ver eventos que realmente jogam a nossa carreira para um patamar diferenciado. Então, parabéns a ASSECOR pelo nosso segundo seminário e, também, eu vejo já o lançamento da segunda edição da Revista. Isso para nós que fazemos parte da carreira é uma alegria muito grande, porque eu acho que a ASSECOR está

atingindo um novo patamar. A preocupação com a parte técnica dos componentes da Carreira de Planejamento e Orçamento no momento fundamental, no momento em que o país se candidata à quinta economia mundial, então o Brasil hoje está num outro patamar e que nós que somos integrantes da Carreira de Planejamento e Orçamento temos que ter consciência e estarmos preparados para essa nova realidade que o país está e vai atravessar nos próximos anos.

Eu acho que a preocupação em relação ao planejamento e a gestão orçamentária, esses são papéis que nós enquanto técnicos da nossa carreira nós temos que assumir. E temos que estar preparados para isso, para que estejamos preparados para isso é muito importante que a gente passe necessariamente por esse tipo de debate. Então, eu acho que essa iniciativa da ASSECOR é muito importante, porque nós temos que continuar discutindo, buscando aprimoramento dos nossos processos de trabalho. A gente já vem discutindo a algum tempo, desde que nós assumimos a SOF, nós temos trabalhado arduamente nesse sentido, já realizamos alguns seminários nacionais, tivemos a oportunidade de estarmos discutindo no seminário internacional de orçamento que aconteceu aqui em Brasília. E sempre participando de eventos, porque nós precisamos colocar o país no outro patamar em termos de gestão de planejamento e orçamento. Isso é fundamental, porque nós temos que procurar, eu acho que o novo PPA mostra isso. É um planejamento mais estratégico – desculpa Pedro, já estou invadindo aqui a sua área. – Mas é uma questão de link, não dá para falar de orçamento sem falar necessariamente de planejamento.

Então, o novo PPA nos remete a uma situação diferenciada e, lógico que em função disso a postura da SOF e a questão orçamentária tem que ter uma nova visão. Então, a partir do ano que vem a SOF tem que assumir um novo papel nessa questão do monitoramento, SPI trabalhando no monitoramento e avaliação do plano e a SOF trabalhando no monitoramento e avaliação das ações orçamentárias. Então, tudo isso nos remete a outro nível, outro patamar de aprimoramento e nós enquanto integrantes da carreira, que estamos

com a mão na massa nesse processo temos que estar preparados para isso.

Discutir política pública. Nós temos que sair um pouco do operacional, dessa visão do operacional e discutir política pública verdadeiramente. Então, como é que nós enxergamos hoje o processo de planejamento, o processo alocativo para que possamos atingir o que se espera em termos de política pública. Eu acho que nós temos programas, hoje, tanto o governo passado quanto este, a gente nota quando a gente prepara, por exemplo, quanto a gente fecha o orçamento, a gente olha para os números e os números desenham exatamente as prioridades. As políticas públicas estão desenhadas nos números. É uma coisa linda. A gente que é apaixonada pelo que a gente faz, a gente consegue ver beleza nessas coisas. Alguém pode ouvir e dizer – essa mulher enlouqueceu. Como ela fala – olha que coisa linda os números. Mas é uma questão de sensibilidade, ou seja, você vê desenhado ali o PAC, você vê o desenho do Brasil sem Miséria. Você vê educação, saúde. Todas as prioridades, tudo que se fala em termos de que isso é necessário e que a sociedade precisa desse tipo de política, então os números traduzem isso.

E para que a gente consiga desenhar bem, para que essa pintura saia muito bem na foto, é necessário que as pessoas que trabalham na confecção dessa pintura estejam muito bem preparadas, estejam motivadas, estejam capacitados. Então, integrantes da carreira vamos arregaçar as mangas e vamos em frente, porque o Brasil espera muito da gente. É uma carreira que aloca os recursos que todos pagam. Seus impostos, suas taxas, suas contribuições, então a sociedade espera muito da gente. Então está sob a nossa responsabilidade, sob a nossa batuta fazer com que esses processos de planejamento e orçamento sejam aprimorados. E nós estamos numa batalha árdua em torno disso. E, além disso, além da qualidade, nós temos que continuar num trabalho muito próximo da sociedade, ou seja, para que a sociedade entenda o que nós fazemos.

Só a título de exemplo, há duas semanas eu fiquei muito feliz. Eu participei da abertura de um curso que a UNB iniciou, a UNB

preparou, orçamento para a sociedade. E eu fiquei mais feliz ainda, porque no primeiro seminário da ASSECOR estava na plateia a professora da UNB que realmente a partir de uma conversa, a partir da minha palestra, ao final da minha fala ela me procurou e disse assim: - Nossa que bacana, o seu interesse. Já percebi que vocês têm um interesse muito grande que a sociedade entenda o que vocês fazem. Estão desenvolvendo trabalhos nessa linha.

Isso é que importante o dia que o cidadão entender que no orçamento está desenhado o que ele espera em termos de saúde, educação, transporte, etc., ele vai ter condições de cobrar da gente. Hoje as pessoas simplesmente nem sabem ler o orçamento. Então, como elas vão cobrar algo que elas não conhecem. A partir daí, no curso ela ministra aula nos cursos de administração, economia e contábeis. A partir daí ela começou um trabalho junto com os alunos e agora inicia, então, esse curso voltado para o orçamento público.

Eu fiquei muito feliz e isso eu tenho que contar para vocês, porque foi a partir do seminário da ASSECOR, esse contato com a universidade e que a universidade se interessou pelo tema, haja vista toda a nossa preocupação em levar ao cidadão o conhecimento do que nós fazemos. Então, isso é muito gratificante. E foi muito legal naquele dia ver os alunos da UNB falando de PPA, de LDO, de orçamento, de execução orçamentária. Eu fiquei olhando e disse – que coisa linda, olha que maravilha. E não estou vendo analista de planejamento falando não. Estou vendo alunos da UNB falando sobre o assunto. E mais gratificante ainda é quanto no nosso trabalho da “Sofinha” que é um programa voltado para educação infantil, você vê crianças falando, também desses assuntos. Isso é muito gratificante.

Então gente, vamos fazer com que mais pessoas falem sobre o assunto. Porque a partir desse momento certamente a gente terá condições de preocupar mais com a qualidade do gasto e fazer com que as pessoas cobrem mais dos nossos representantes, cobrem mais de nós mesmos.

Que esse evento seja mais um sucesso, Eduardo, Seu Antonio. E que a carreira realmente continue nessa trilha de buscar o aperfeiçoamento de seus processos e, para isso quem é o responsável para a conquista desse espaço? Cada um de nós integrantes da carreira que tenhamos essa consciência, que abracemos sempre essa causa, sempre vestidos de verde e amarelo, azul e branco. Um sucesso enorme para o evento, parabéns mais uma vez. E tudo de bom para vocês. Que esses dois dias realmente sejam muito proveitosos para todos. Obrigada pela oportunidade.

**Mestre de cerimônias:** Com a palavra o senhor Pedro Bertone, Secretário Adjunto de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

**Senhor Pedro Bertone:** Bom dia a todos. Agradecer ao Eduardo pelo convite. Justificar ao Eduardo como aos colegas da mesa a ausência da Secretária Lúcia no evento de hoje. Ela está em um evento externo no BNB em Fortaleza, discutindo exatamente questões que a Célia já tocou aqui, os desafios da rede de monitoramento, de avaliar, de fazer isso de forma participativa os nossos instrumentos de trabalho plano e orçamento. Eu vejo esse evento com muita satisfação. Vários aqui sabem, eu sou de uma carreira do ciclo de gestão, não analista. Sou gestor governamental. Eu trabalhei durante muitos anos, apesar de gestor, sempre muito próximo aos colegas aqui da carreira de orçamento, por conta da minha trajetória. Atuei na SPI quando a SPI era uma secretaria que não tinha sequer carreiras estruturadas. No tempo que nós éramos aqui, AOS ainda, o P chegou no momento em que vários colegas, alguns presentes aqui, o Márcio e vários outros começaram a chegar na SPI e povoar aquela secretaria. E dar àquela secretaria uma institucionalidade que a área de orçamento já possuía. O que é muito importante, institucionalidade, estrutura perene, com um início de um processo de abertura da visão da carreira. Quando se pensou em colocar o P não foi incluir um letra na carreira, foi incluir uma concepção de carreira que vai muito na linha do que a Celinha está aqui colocando. Uma carreira que tem atribuições de tocar o operacional para o que diz respeito a orçamento e planos na máquina pública. Mas, fundamentalmente ajudar a pensar e fazer

melhor aquilo que o governo tem que fazer por meio de suas diversas políticas públicas.

Então, eu acho que a carreira ao longo dos últimos 10, 15 anos tem trabalhado de fato, tem caminhado de fato nessa direção. A gente tem percebido o empenho em qualificação das equipes. O próprio rigor do processo seletivo que traz aqui para a carreira gente de excelente nível. A gente sabe disso, nós temos aqui várias gerações da carreira dos senhores presentes. A geração do Marcão e as gerações mais novas, por exemplo. A gente vai percebendo aí um corpo crítico bem qualificado, nós já temos a mão.

Quais os desafios que temos aqui hoje, fundamentalmente? Primeiro garantir a integração mais firme entre aqueles que atuam mais no dia a dia do orçamento e mais no dia a dia do plano. A fala da Celinha aqui, de interferir em seara, não é isso. Não existe seara. A gente tem que ter clareza de que trabalhamos todos no mesmo sistema. A gente percebe isso claramente. O planejamento sem a sua concretização na elaboração e execução orçamentária não é nada. E a elaboração orçamentária se não estiver vinculada a um planejamento que traduza as políticas públicas e que gere informações adequadas sobre a sua execução para o processo decisório da administração pública, também fica só operativo.

Então acho que essas duas funções são muito próximas, elas são muito integradas. Elas não precisam ser superpostas. E acho que a gente vive um momento muito rico na administração pública federal brasileira hoje. Acho que os dirigentes na Secretaria de Orçamento, a Celinha com os seus diretores, lá na SPI a doutora Lúcia comigo e nossos colegas diretores e a Ministra ao cabo. Eles têm muito claro essa percepção. E, de certa forma, essa percepção vem norteando todo esse processo de modernização que a gente vem trabalhando nos últimos meses e que a gente pretende aprofundar no período subsequente.

Tudo isso, só vai se concretizar se estivermos todos falando a mesma língua. Todos que eu digo é o corpo diretivo e nós que atuamos no dia a dia nas organizações, seja na SOF, seja na SPI, seja nos setoriais de planejamento e orçamento dos órgãos do governo.

Precisamos estar todos muito integrados. Essa visão tem que ser muito unificada. Essa é uma integração primeira importante. A integração entre as funções de planejamento e orçamento. E uma outra integração muito importante é a integração das carreiras. O Eduardo citou aqui esse esforço de uma integração no sistema de planejamento. Eu acho que dentro do próprio ciclo de gestão com a minha carreira e com a carreira de gestores, eu acho que a gente precisa trabalhar de forma mais adequada isso. Em alguns momentos da nossa história houve uma relação conflitiva ou de disputa de espaço. Isso não existe numa administração como essa, num país como o nosso. Com a dimensão que tem, com os problemas que tem, com as políticas que tem. O papel forte que o estado brasileiro ainda tem a desempenhar. Eu acho que imaginar que um grupo de mil pessoas aqui, mil pessoas acolá vão eventualmente fazer sombra um para o outro. Isso não existe. Acho que somos complementares, nós precisamos ter essa percepção e fazer com que essa integração se dê no dia a dia do nosso trabalho nas organizações, de forma institucional para aqueles que tiverem cargos de direção. Hoje eu estou circunstancialmente, no futuro não. Mas enquanto estiver vou trabalhar bastante para isso.

E nas nossas associações, a gente lá na ANESP e vocês aqui na ASSECOR e por aí vai. Então, acho que a gente tem um campo muito grande de atuação parceira, integrada. E quando você conversa com as pessoas, todo mundo tem de fato, o mesmo propósito. A gente precisa ter esse nosso ciclo de gestão orientado para resultado, orientado para garantir com que o recurso que é escasso seja bem aplicado, bem direcionado, gere resultado em termos de produto e serviço para a população. E pensar também, a Celinha falou aqui e, é fundamental fazer com que esse trabalho que nós fazemos na base seja percebido pela sociedade, que a sociedade perceba que a boa implementação de política pública não se dá apenas por vontade política. Não se dá apenas por desejo de governante. Esse é um primeiro passo importante e primordial, mas se estrutura organizacional do governo não estiver preparada para dar a resposta rapidamente, vai ficar na intenção. Isso já aconteceu no passado. A gente tem certeza de que se boa parte das políticas hoje que têm sido implementadas isso tem acontecido, porque na

casa de máquinas de cada um delas, nós temos ali colegas do orçamento, colegas gestores, colegas do IPEA, colegas da área de finanças atuando.

Então, a gente tem que ter essa clareza de que o nosso papel na boa execução das políticas públicas é vital. E vai ser tão melhor quanto mais integrados trabalharmos nessa direção.

Dito isso é com satisfação que eu participo. O Eduardo me convidou para estar aí em algumas mesas, acho que tem uma parcela de uma hoje a tarde e uma amanhã falando especificamente sobre monitoramento. Eu vou ficando por aqui, senão vocês vão se cansar de me ouvir. Vou passar a palavra aos demais e desejar de fato dois dias produtivos, eu tenho que certeza que será bem legal, eu acompanhei com o Eduardo a programação e é muito rica. Participem que será bastante útil e agradável para todo mundo, acima de tudo. Bom dia e sucesso.

**Mestre de cerimônias:** Com a palavra o senhor Murilo Francisco Barella, Diretor do Departamento de Coordenação e Governança das Estatais – DEST.

**Senhor Murilo Francisco Barella:** Bom dia, eu saúdo a mesa e os participantes. Eu achava que não iria falar, eu vou bem “cachorro magro”, vou falar e escapar, porque eu tenho uma agenda agora. Gente, três ideias fundamentais que estão em torno desse seminário no meu entender. É a questão da democracia, a questão da burocracia e a questão do corporativismo. Eu estou lá no DEST e às vezes a gente bate de frente com situações de corporativismo muito forte. Você pega as grandes estatais, uma das características dessas grandes estatais é o corporativismo. E ele tem o lado bom que é a história do vestir a camisa, de ter um senso de corpo de envolvimento, mas tem o lado negativo que muitas vezes querem instrumentalizar a instituição ou o órgão. Muitas vezes o dono da Petrobrás não é a sociedade brasileira. É o corpo. Então a gente briga muito com isso para andar no fio da navalha. Eu acho que têm aspectos positivos e, quando a gente fala de carreiras há o risco muito grande de isso acontecer. É um alerta para vocês, eu acho que o próprio debate que está sendo colocado aqui está mostrando o

que o corpo pensa grande, pensa a sociedade. Eu gostaria de reforçar que continue assim, de pensar grande, de pensar o papel desse corpo, dessa burocracia dentro da sociedade.

E aí o outro lado, a questão da burocracia. Eu sou economista e acredito que o Estado tem um papel a desempenhar. E o Estado não é uma instituição, uma entidade aérea, etérea, ela tem concretude. Esse reforço que está se dando ao Estado brasileiro e, aqui não é estatismo, eu quero deixar muito claro.

É por isso que entra a terceira perna na questão da democracia. Este governo não aposta em estatismo. O Estado tem que ser forte. Ele vai ser tanto mais forte, quanto mais democrático ele for. E não necessariamente um gigante ou algo opressor. Não, o Estado tem que ser dinâmico, o Estado tem que ser democrático. E a construção desse Estado está nesse tipo de burocracia pensando sociedade. Não é a toa que nós estamos chegando à quinta economia do mundo, como a Célia falou. Por quê? Porque todo o discurso político conseguiu ser traduzido em políticas públicas efetivas e, por outro lado, efetivas e concretas. Estão acontecendo. Isso não acontece sem burocracia. Um tijolinho dessa construção toda está nessas carreiras e nessa perspectiva de sociedade. Então, a sociedade brasileira grita por democracia há anos. Demos alguns passos em termos de institucionalidades democráticas, demos passos importantes recentemente em inclusão, em democratizar a economia e ter mais gente nessa economia. E um passo seguinte, obviamente quem paga imposto quer saber direitinho para onde que vai. É essa a democratização dos fóruns e dos processos de planejamento.

Eu acho que a gente está no rumo certo e parabéns pela iniciativa e bom trabalho para todos.

**Mestre de cerimônias:** Ouviremos a senhora Maria Stela Reis, Diretora de formação Profissional da Escola Nacional de Administração Pública.

**Senhora Maria Stela Reis:** Bom dia a todos. Eu quero em primeiro lugar cumprimentar os colegas da mesa, se me permitem chamá-los

de colegas, porque somos colegas de trabalho. Agradecer muito pelo convite honroso a ENAP de fazer parte dessa mesa de abertura do seminário da ASSECOR, muito obrigada. Dizer que eu tive a sorte de vir representar o presidente da ENAP que não pode vir, o Paulo Carvalho. Sorte, porque assim eu posso expressar a vocês o carinho e o respeito que a ENAP tem com relação a carreira de analista de planejamento e orçamento e reforçar o laços de compromisso que nós temos com o desenvolvimento profissional dessa carreira. Eu gostaria de parabenizar os organizadores do evento pela iniciativa do seminário, no sentido de que a gente entende esse evento, esses seminários traduzem o sentimento de construção e manutenção de um momento para reflexão entre pares a respeito das práticas de governo e à luz dos desafios da agenda governamental. E a busca de algum consenso para melhorar e inovar. Já é a segunda edição desse seminário, eu tive a oportunidade de participar do primeiro como ouvinte. Eu levei muitas ideias interessantes e, realmente a gente tira muito desses momentos para construir diretrizes para a nossa capacitação.

Nesse sentido a ENAP está presente aqui para contribuir no segmento e na materialização de diretrizes, insides decorrentes desses dias de reflexão e de aprendizagem. Reforço mais uma vez os laços de compromisso da Escola com o desenvolvimento profissional dos analistas de planejamento e orçamento, tendo em vista o alinhamento de três linhas, vamos dizer assim. Uma dos objetivos do fortalecimento do Estado, outra de melhoria e integração da gestão das políticas públicas e outra do desenvolvimento de competências profissionais dos servidores, competências para o presente e para o futuro.

E, por último, eu queria dizer que é muito louvável essa notável sinalização para a sociedade brasileira que uma associação de profissionais servidores, de profissionais do serviço público dediquem seu seminário anual ao tema da participação da sociedade no planejamento. Isso denota um esforço de consolidação da democracia. Eu desejo a todos um ótimo seminário.

**Mestre de cerimônias:** Nesse instante ouviremos o senhor Antonio Augusto de Oliveira Amado, presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público.

**Senhor Antonio Augusto de Oliveira Amado:** Bom dia a todos. Em primeiro lugar, felicitar a ASSECOR por este evento. Eu acho que além de oportuno, já anda atrasado. E digo isso, porque sinto um certo descompasso entre o pensar do país internamente e o pensar do país para fora. O mundo, eu acho que está num debate dramático. Debate esse que conflui fundamentalmente para o papel do Estado e em consequência para seus instrumentos. O país está numa situação favorável, relativamente, porque não está fora do mundo e, talvez esta situação favorável não lhe faça ver os problemas em que está inserido. Eu acho que o momento é decisório, sobretudo, para certos conceitos, certos instrumentos de política pública e que em consequência cabe aos senhores e a eu pensar neles, buscar alternativas e, sobretudo, fugir um pouco da influência nociva internacional e criar formas, instrumentos, atitudes que o país merece, porque demonstrou capacidade de vencer situações que não foram tão graves no passado e com isso adquiriu uma capacidade que o mundo reconhece, mas que muitas vezes, internamente não temos consciência.

Acho que temos desafios muitos sérios e esses desafios se apoiam numa contradição que se deu na história ultimamente, foi a Constituição de 88. Quando na maior parte do mundo se estava eliminando as instituições que falavam de planejamento, de orçamento racional, a maioria dos países estava eliminando essas instituições e ficaram sem destino. E o resultado em certa parte é o que estamos vivendo hoje em dia. Em consequência nós temos que retomar o que diz a Constituição, sobretudo, nos dispositivos relativos ao planejamento e ao orçamento que hoje em dia são reconhecidos por aqueles que naquela época o combateram. Retomar esses instrumentos com toda a capacidade técnica, com toda a amplitude democrática, com todo o conhecimento científico para colocar o país num patamar que lhe permita vencer as dificuldades presentes e definir seu futuro com mais autonomia. E nesse sentido avançar no prestígio internacional.

Felicito a ASSECOR e, não é de hoje, é de sempre que a Associação Brasileira de Orçamento Público se incorpora a esse processo. Estará sempre a colaborar em tudo que for do campo de sua competência nesta área tão importante. Desejo pleno êxito nesta reunião e deixo essas grandes preocupações para que pensemos, meditemos e estruturemos nosso trabalho, nossa meditação e nossa reflexão em função desses objetivos. Muito obrigado.

**Mestre de cerimônias:** Ouviremos agora o senhor Elicio Lima, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal.

**Senhor Elicio Lima:** Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar o doutor Eduardo Rodrigues presidente da ASSECOR. A doutora Célia Correa Secretária. Doutor Pedro Bertone, a doutora Maria Stela, doutor Antonio Augusto e dizer da nossa satisfação – Caixa Econômica Federal – de poder estar apoiando esse evento dessa importante carreira profissional para o país. E dizer que eu sou leigo no assunto, mas como cidadão eu entendo que a questão do orçamento é fundamental. E percebo também pela minha atuação profissional, a dificuldade que a gente tem, principalmente nos municípios brasileiros, quando a gente trata da questão da execução de orçamento. Então, eu diria que tem um caminho muito longo pela frente e que essa carreira profissional, ela tem uma contribuição fundamental para o país.

E acho também que nos últimos anos, a gente pode ver no país uma transformação no país e, essa transformação se deu em função do orçamento. Porque, na verdade, quando a gente fala de orçamento a gente está falando da divisão da riqueza. No dia que a população entender o que é o orçamento realmente, aí sim, a gente vai ter cada vez mais justiça social, inclusão social, distribuição e desenvolvimento social que se dá através da distribuição de riquezas. A Caixa Econômica Federal é uma empresa pública e faz parte do orçamento público. E como parte do orçamento público, nós temos que executar bem esse orçamento e cumprir bem a nossa missão. A Caixa tem uma missão bem definida. É o banco que a gente de forma muito simples fala o banco social do governo, porque a Caixa

é realmente o banco que atua principalmente na distribuição dos programas sociais, seja o Programa Bolsa Família, Seguro Desemprego, PIS, os programas habitacionais. E nós podemos ver aí, nós contratamos de março de 2009 até dezembro do ano passado mais de 1 milhão de unidades residenciais no Programa Minha Casa Minha Vida, que é um exemplo de distribuição de riquezas. Porque pela primeira vez na história do país, você tem um programa habitacional do governo em que aquela população de rende de até um salário mínimo tem acesso. Porque financiamento a gente já teve em diversos momentos do país, agora, acesso para essa população é a primeira vez.

Eu tive a felicidade de ver exemplos, como o de uma senhora no Rio de Janeiro, onde nós fizemos uma entrega ano passado e eu tenho uma foto que vou guardar para o resto da vida, que é dessa senhora chorando abraçada ao Presidente com a chave da casa dela pendurada e balançando. Uma senhora de 67 anos que tem uma casa pela primeira vez na vida. Então é uma coisa emocionante para nós. E nada mais é do que orçamento público. Sem orçamento, sem recurso a gente não teria esse programa. Na Caixa nós temos consciência disso, sabemos disso, nós temos que cada vez mais buscarmos a eficiência, porque se a gente não tiver eficiência a gente não cumpre o que precisa ser cumprido, que é a nossa missão. E vemos no dia a dia a dificuldade que alguns setores públicos têm na questão da execução do orçamento, principalmente os municípios brasileiros.

Dito isso, eu queria finalizar querendo parabenizar a Associação pelo evento, dizer que para nós é uma grande satisfação poder apoiar esse evento mesmo, pela importância que essa carreira tem para o país e desejar um ótimo evento para vocês. Obrigado.

**Mestre de cerimônias:** Desfaz-se neste momento a mesa de abertura do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Faremos um breve intervalo para o coffee break que será servido no foyer deste auditório.

O II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento é um evento realizado pela ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, conta com o patrocínio da Caixa e do Governo Federal. E com o apoio da ABOP, Secretária de Orçamento e Finanças, SPI, Ministério do Planejamento, e Brasil Governo Federal.

## MANHÃ – SEGUNDA PARTE

### “Os Espaços e Alternativas Para Construção do Planejamento no Brasil no Atual Contexto Internacional”

**Mestre de cerimônias:** Convidamos os senhores participantes do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento para retornarem ao auditório a fim de darmos continuidade à agenda desta manhã. Senhores participantes deste seminário queiram, por favor, retornar ao auditório, momento em que daremos início à primeira conferência deste seminário, com o tema “Os Espaços e Alternativas Para Construção do Planejamento no Brasil no Atual Contexto Internacional”.

Dando continuidade ao II Seminário da Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento convidamos nesse instante para coordenar a mesa da primeira conferência desse congresso, cujo tema será “Os Espaços e Alternativas Para Construção do Planejamento no Brasil no Atual Contexto Internacional”, o senhor Mauro Cesar Nogueira – Analista de Planejamento e Orçamento. Temos a honra de convidar para que componha a mesa os senhores conferencistas: Senhora Esther Bemerguy de Albuquerque – Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. O senhor Eduardo Costa Pinto – Pesquisador da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, órgão que integra o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Para condução dos trabalhos fará uso da palavra a partir deste momento o senhor Mauro Cesar Nogueira.

**Senhor Mauro Cesar Nogueira:** Bom dia a todos. Vamos iniciar aqui a conferência de abertura do nosso seminário. É um prazer estar aqui, recebi o convite do nosso presidente Eduardo, o tema da nossa conferência será “Os Espaços e Alternativas Para Construção

do Planejamento no Brasil no Atual Contexto Internacional”. Como será o trabalho? Nós temos aqui dois conferencistas, cada um terá 40 minutos para fazer a sua conferência e ao final nós abriremos para perguntas e o debate por parte de vocês. Tivemos uma pequena alteração, no lugar do Mariano está aqui o Eduardo que vai substituir em relação ao que consta na programação impressa. Vamos começar então, pelo Eduardo. Um breve currículo do Eduardo. Eduardo Costa Pinto é Técnico de Planejamento e Pesquisas da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do IPEA. É Doutor em economia pela UFRJ, Mestre em economia pela UFBA, Graduado em Administração também pela UFBA e foi professor de Economia pela UFRJ. Com a palavra o doutor Eduardo.

**Doutor Eduardo Costa Pinto:** Bom dia. Primeiro agradecer o convite de estar aqui substituindo o professor Laplane, na verdade é uma tarefa maior substituí-lo, a ideia aqui é tentar o máximo possível cumprir com a falta do professor, tentando na medida do possível substituí-lo. A ideia da apresentação aqui é dividi-la em três partes. A primeira parte é: Qual o contexto internacional hoje? Qual o cenário internacional hoje? E nesse cenário internacional olhar três grandes pólos. A questão norte-americana, a questão europeia e a questão chinesa. Ou seja, nesse cenário internacional turbulento, complicado, em que as incertezas são cada vez maiores e que a saída, a crise que tinha uma dimensão econômica transborda para a política e a questão política dificulta a resolução da questão econômica e provavelmente a Europa e USA continuarão nesse imbróglio por um longo período. E do outro lado a China, hoje a maior locomotiva mundial. A China – eu vou mostrar para vocês, ela alterou completamente as relações econômicas, comerciais, investimentos diretos de comércio no mundo. Inclusive, nos trouxe benefícios, mas também ameaças. Isso a gente vai comentar um pouco mais à frente. Essa é a primeira parte da apresentação.

A segunda parte é: Nesse cenário, quais são os impactos para economia brasileira e quais os possíveis cenários? O exercício de cenário, - como vocês que são da área de planejamento é fundamental pensar cenários para poder pensar planejamento. E,

por fim, uma discussão menos conjuntural, apenas pensar linhas gerais de formas de intervenção do Estado, elementos para repensar e resignificar o planejamento para pensar o Brasil onde queremos ir. Um pouco daquela discussão que ficou aqui na mesa da Associação do Orçamento, a fala foi muito interessante. Na verdade, nós vivemos um momento histórico de transformação e de mudança que passa pela discussão do pensamento, de instrumento e de atuação e intervenção no sistema econômico. Resignificar esse tipo de intervenção. A crise de 2008 abre essa mudança e, repensar isso, não significa retrazer um estatismo completo. Mas repensar o Estado como elemento de coordenação entre a perna da regulação e a perna do incentivo. Isso a gente vai voltar mais ao final da apresentação.

Nesse cenário internacional, você tem de um lado a economia norte-americana em depressão e alguns elementos da crise europeia e a questão do papel da China. Essa dinâmica internacional hoje, você tem claramente as economias centrais, elas não conseguiram restabelecer suas taxas de crescimento. As economias em desenvolvimento hoje, elas já conseguiram restabelecer taxas de crescimento muito próximo do período antes da crise. Nesse cenário essas economias em desenvolvimento passaram a ser – a região ou esse conjunto de países – fundamental para a economia mundial. A gente vai ver que a China é uma das grandes responsáveis – e por isso que eu estou chamando de a locomotiva hoje do crescimento mundial. Se a gente olha as taxas de crescimento dos países desenvolvidos que caem no auge da crise em 2009 3,7% e já se recupera um pouco para 3,1% em 2010. Se a gente compara isso com os países em desenvolvimento, inclusive, nos países em desenvolvimento a taxa de crescimento no auge da crise de 2009 permanece num patamar positivo de 2,8%. A questão recente hoje e, claro, só para exemplificar a Ásia no auge da crise cresce 7,2% e especificamente a China cresce 9,2%.

O problema mais recente é que as projeções de setembro de 2001 do relatório do FMI mostram uma piora nas projeções. Se a gente compara as projeções de crescimento do mês de junho com as projeções de setembro você vê uma piora significativa em quase

todos os países. A expectativa é que no ano que vem as taxas de crescimento seja muito menor do que o esperado a dois ou três meses atrás. E isso, se modifica por quê? Porque fica cada vez mais claro e evidente que a economia norte-americana tende a ficar estagnada por um período longo. Além de tudo, um perigo maior que hoje ronda a Europa é a possibilidade de uma nova crise financeira sendo originária da Europa. Dos riscos soberanos transbordando para uma crise bancária e isso se alastrando para o conjunto. Mas isso a gente vai voltar mais à frente.

O cenário de piora das expectativas. Nesse cenário de piora das expectativas a ideia, se você olha o ano de 2010, numa certa recuperação, você esperava que essa crise tivesse uma forma de U, ou seja, tivesse chegado ao fundo e tivesse retornado a um novo patamar. E vai ficando claro, principalmente nos países desenvolvidos a forma da crise é de W, uma recuperação e provavelmente ou uma nova depressão ou taxa de crescimento muito baixa ou rastejante. Nesse cenário o que você tem na dinâmica internacional? Uma redução do comércio. Você tem uma redução dos preços das manufaturas e aumento dos preços das commodities. – isso aqui é fortemente explicado pelo efeito China. – A China hoje consome 60% do minério de ferro do mundo. A China consome 50% da soja do mundo e, assim por diante.

E aqui tem um elemento fundamental para entender a nossa margem de manobra nesse período. A manutenção dos termos de troca favorável para a América Latina, especialmente para o Brasil e para a África. Eu vou mostrar mais à frente que os termos de troca no Brasil hoje é o maior da série histórica desde 78. Ou seja, os produtos que a gente exporta estão com preço mais alto e o que a gente importa está com o preço mais baixo. Nessa perspectiva e um pouco do que eu já adiantei é uma tendência mundial mais recente com essa ascensão chinesa de uma mudança dos preços e dos termos de troca. Você tem uma estabilidade e crescimento mais baixo dos preços das manufaturas, enquanto preço de petróleo ou de commodity cresce de uma forma significativa. Se a gente olha, inclusive, o preço do metal em 2010 um crescimento de quase 50%.

Isso explica uma parte do nosso superávit comercial. Esse é um panorama geral.

E nesse panorama geral, analisando especificamente a questão norte-americana, os USA hoje vivem um dilema profundo. É um dilema que passa por uma questão econômica, política e social. O que acontece? A depressão econômica e aí entendida como baixo crescimento, investimento abaixo do PIB, elevado endividamento das famílias e alto nível de desemprego. A crise hoje norte-americana não é uma crise fiscal, apesar da elevação da dívida pública hoje, dos USA, ter subido significativamente, esse não é o problema. Inclusive, parte dos recursos destinados a compra de ações do governo norte-americano no auge da crise, 80% já retornou para o governo norte-americano. A questão toda hoje da economia norte-americana é que você tem um problema de estoques e fluxos de riquezas. E que história é essa? Olhando famílias e olhando empresas. No auge da crise, a questão toda é: PIB norte-americano 2010 passa a se recuperar, mas o primeiro e segundo trimestre de 2011 volta novamente a desacelerar. O consumo privado cresce muito pouco e a questão toda é que os gastos do governo tende a reduzir nos próximos períodos. Por quê? Dado o acordo entre republicanos e democratas para passar o teto da dívida norte-americana, o governo norte americano hoje está engessado da possibilidade de fazer política fiscal. E todos vocês sabem que em auge de crise, necessariamente é fundamental fazer política fiscal. Porque as expectativas dos agentes, empresas, famílias estão paralisados. A propensão a consumir das famílias e a propensão em investir das empresas num momento desses em que as expectativas são completamente incertas, ficam paralisados. O velho Cane já alertava sobre isso. E os USA hoje, vivem momento de crise dessa situação. E qual é o problema disso tudo? A questão toda é olhar todos os estoques para entender essa história.

Se a gente Olha o fluxo das empresas, ou seja, os lucros. E a gente olha o estoque das riquezas das empresas, você percebe uma recuperação do lucro corporativo da economia norte-americana de forma significativa. Vocês vão me perguntar: - Mas se recuperou lucro, então por que não aumenta o investimento? É um pouco mais

do que isso. A questão toda é que não existe expectativa de demanda. Além de tudo, o patrimônio dessas empresas, a crise é tão grande que se a gente olha estoque de riquezas das instituições financeiras que em 2007 era de 2,8 trilhões, cai no auge da crise de 2008 para 13,6 trilhões. Hoje já se recuperou, mas está em 14,6 é como se você tivesse o seu estoque de riqueza três anos depois cai 11%. Isso é fruto de quê? Redução dos preços dos ativos mobiliários. Esse foi um elemento central. Então, os ativos não financeiros caíram de forma abrupta. A empresa reduz seu ativo, o lucro relativamente cresce, mas não existe expectativa de demanda, de vender esse produto. E não tem por que. Porque o tombo, a queda do lado das famílias foi ainda maior. A renda disponível individual das famílias está praticamente estagnada há quase três anos e o estoque de riquezas dessas famílias caiu 11%. Ou seja, famílias que tinham ativos, imóveis ou ações, elas perderam riqueza. Junto com essa redução de seu estoque, a renda disponível baixa, você tem, por outro lado, um nível de desemprego enorme. Hoje a taxa de desemprego da economia norte-americana ronda 9, 10% e a perspectiva é que isso continue por um período longo. Num mercado de trabalho muito precário em termos parciais. Nesse cenário o que vocês projetam? Qual o problema da situação? Você tem a visão clássica da armadilha da liquidez norte-americana. Ou seja, os consumidores não têm nem emprego nem renda para aumentar o consumo. Eles estão muito mais se resguardando, poupando mais nesse momento para fugir do desemprego, por outro lado as empresas não têm expectativa de aumentar essa demanda e com taxas de juros muito baixas. Vocês vão perguntar – bom o velho Cane já deu uma solução para isso? Fazer política fiscal. Gastar mais, estimular a economia.

E gastar, pessoal, cuidado que utilizam muito o velho Cane de uma forma perdulária. Gastar por gastar, não. Gastar em infraestrutura, gastar em elementos que, inclusive, ativem a economia. É estimular a demanda. Vocês vão dizer – por que não se resolve esse problema. O problema é que aí entra um componente político fundamental para entender os USA e para entender a Europa hoje. A crise que era uma crise no campo econômico contaminou a questão política. Porque o estado nacional norte-americano para salvar... E tinha que

salvar bancos mesmo, porque senão seria 10 vezes pior do que a gente aponta com esses dados. O problema é que mesmo com esse grande salvamento, não se conseguiu recuperar o emprego e atividade. Aí a população em geral olha, teve dinheiro para salvar banco, teve dinheiro para salvar empresa, mas a gente continua desempregada. Então, o Estado não deve gastar mais. Só que qual o problema? O problema é que nessa armadilha o Estado se engessou da possibilidade de mais estímulos fiscais e aí a tendência é que nesse cenário a economia norte-americana continue por período de estagnação longo.

E você vê claramente como isso está causando uma fissura política, inclusive, na própria nacionalidade da economia norte-americana. Você vê de um lado o “*Tea Party*” e do outro lado “*Ocupe Wall Street*”. Ou seja, essa questão política acaba contaminando. Existe uma tendência de que essa depressão continue por período mais longo de 4 ou 5 anos. Esse é o cenário da economia norte-americana.

O cenário da Europa é mais complicado ainda. E por que mais complicado? Porque o nível de recuperação da Europa é muito mais baixo. E o problema europeu é que ali pode surgir o epicentro de uma nova crise financeira. Menos provável, mas existe a possibilidade. A taxa de desemprego da Europa a projeção é que ela seja 30% maior do que era antes da crise. O PIB está praticamente muito próximo do que era antes da crise. E, se a gente tira Alemanha, a situação europeia fica muito mais complicada. O custo fiscal, o endividamento subiu significativamente. E só para ilustrar alguns dados. O crescimento do PIB de 2009, na verdade, a queda de 4,1% volta a recuperar com 1,7% em 2010. Mas uma tendência de crescimento muito baixo. A inflação num patamar controlado e uma melhora das importações, mas aí desconfie desse dado, porque aí é basicamente Alemanha. A Alemanha tem puxado isso, porque a Alemanha já se conectou com a China, sendo um importante fornecedor de máquinas e equipamentos para o padrão de acumulação chinês.

O problema fiscal é muito grave. O problema europeu, além de tudo, é quando a gente pega os PIBs. Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha. Nesses países o caos está instalado. As taxas de desemprego são impressionantes. Na Espanha chega a 20%. Portugal 12%. Se a gente olhar na Espanha, por exemplo, chega a 40% se colocar entre jovens. A economia tende a não crescer e, inclusive, as projeções tendem a piorar muito mais, porque quando você faz uma política de controle de gastos, a tendência é que isso fique por um período mais longo.

E o aumento do endividamento público. Aqui existem diferenças entre Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. E por que isso? Esse dado é muito impressionante, que é o aumento do endividamento público. A Irlanda sai de 24,9% e aumenta para 109,3 do PIB. A Grécia já tinha um endividamento alto. A Grécia tem a característica diferente da Irlanda. A Grécia já vinha incorrendo em deficit elevado e esse endividamento cresce significativamente. A Irlanda é muito mais alta ainda e, aí que é a questão central. Você tinha um problema no setor privado, o Estado se endivida para tentar reestabelecer o sistema e incorpora uma dívida soberana, que a questão central veio de onde? Veio dos mercados. E veio dos mercados por quê? Porque se acreditou por muito tempo que o mercado é sempre agente eficiente dessa locação. Logo, inclusive, o próprio FED, o banco central, hoje tem o depoimento dos representantes dos centrais regionais, eles falavam à época, o custo de fiscalizar é muito alto. E não precisa. Se os mercados são eficientes, qual o sentido de fazer fiscalização. Isso é muito claro. Inclusive, eles reduziram a capacidade de fiscalização antes da crise, porque a lógica era isso.

O problema era isso aqui, crise, o Estado tem que recuperar e tem que ser feito, porque senão a crise é muito mais profunda. Só que isso contamina uma dívida pública, a dívida soberana. E a questão toda é que hoje essa dívida soberana está lastreada e, principalmente em gregos e irlandeses, ela está muitas vezes nos caixas ou em bancos privados. Então existe a possibilidade hoje, e você percebe o aumento do risco soberano desses países aumento significativamente num momento recente, porque a União Europeia,

Alemanha e, você tem certa recusa de ajudar ou não e o quanto ajudar. Não se tem a ideia da dimensão do quanto é necessário para isso reativar e esse aumento do risco soberano tem contaminado o aumento dos riscos dos bancos. Existe sim, o risco de uma nova crise financeira. Não é tão grande assim, isso é importante deixar claro. Porque, inclusive, já se tem cada vez mais mapeado onde estão esses títulos. Por exemplo, boa parte da dívida grega está nas mãos de bancos franceses e da Alemanha. Mas, ao mesmo tempo isso aumentou mais recentemente, porque essa questão política dificulta a solução rápida da crise. Provavelmente teremos um período longo com essa possível ameaça de uma crise sistêmica, talvez isso dure 1, 2, 3, 4 ou 5 anos. Provavelmente teremos que conviver mais – isso é uma hipótese – com esse cenário de que o mundo está caminhando próximo do abismo, voltando e no fio da navalha.

Dois grandes focos de problemas. Europa e USA. Do outro lado a China assume um papel cada vez maior e fundamental para o mundo. Teremos um problema sim, se a China desacelerar muito. Aí não sei o que nos aguarda. Mas, a China hoje assume um papel impressionante. A participação do PIB global da China que era de 1,9% nos anos 80 hoje é de 9,3% a segunda maior economia do mundo. Basicamente a projeção de crescimento de 2009/2010 a China vai corresponder por aproximadamente 20% de todo o crescimento mundial. Os chineses hoje são os maiores exportadores do mundo e o segundo maior importador do mundo. Mas o que explica esse avanço? O que explica esse desenvolvimento? Não vai dar para a gente desenvolver aqui, mas são estudos que temos feito no IPEA, inclusive. A questão aqui é mais de conjuntura para saber o seguinte: A China cresce há 30 anos 10%. Ela no auge da crise aumentou seu crescimento, fez estímulos fiscais fortes. Mas hoje ela está desacelerando. Mas cuidado porque essa desaceleração não é tão grande assim, os analistas econômicos ocidentais têm uma lógica e acham que a China vai desacelerar 5% em um ano. Não caia nessa armadilha. Os chineses têm um tempo histórico completamente diferente do nosso. Eles são gradualistas ao extremo, que chega a irritar para o nosso pensamento ocidental. Eles vão sim, desacelerar e provavelmente 1% mas eles vão manter um crescimento de

aproximadamente 8%. Esse ano ainda será de 8,5% e, daqui um ano, 8%. E essa desaceleração é fruto de uma política monetária, principalmente contracionista. Porque a China hoje vive um problema de inflação. E os chineses são muito preocupados com inflação, porque a inflação foi um dos elementos fundamentais para explicar as revoltas dos anos 80 na China, de desemprego e de fome. Se a gente olha o índice de inflação na China, ele está em aproximadamente 6,5% o último dado, o problema todo é que a China vive a inflação de alimentos, tem quase 14%. Interessante perceber essa dinâmica. Por quê? É a própria China com seu crescimento que requer cada vez mais minérios, alimentos e energia, puxa o preço para cima. É a própria dinâmica chinesa que puxa o preço internacional das commodities e, isso rebate na sua própria inflação. E não é atoa que os chineses percebendo isso estão indo para o mundo, comprando fontes de matéria prima e tentando controlar os preços o máximo possível, o preço dessas manufaturas. Aí um pouco o que eu falei da política fiscal.

As exportações chinesas continuam, o superávit comercial cai um pouco. E nesse cenário você tem a Europa estagnada e com risco de crise financeira e isso pode transbordar para o mundo. USA um crescimento muito baixo e a China sendo a locomotiva. Qual o cenário 1? Um baixo crescimento dessas economias desenvolvidas, com desaceleração do crescimento dessas economias em desenvolvimento. Porque essas expectativas mudaram nos últimos três anos de forma significativa, então os agentes estão mais cautelosos. Mesmo nos países em desenvolvimento a tendência é que se tenha uma desaceleração. Esse é o cenário mais provável.

Qual é o cenário 2? Esse é o crítico. Uma nova crise financeira em virtude dos problemas da Europa. E aí uma depressão econômica nos desenvolvidos e baixíssimo crescimento nos países em desenvolvimento. Isso é a menor probabilidade. Mas isso aumentou muito fortemente. E com a hipótese que eu levantei aqui para vocês, isso pode ficar por um período rastejante. Por quê? Porque a crise ganhou dimensão política tão grande, que você não consegue resolver rapidamente na Europa e nem nos USA. Aí vai se resolvendo no varejo. Dá um dinheirinho aos gregos, dá um

dinheiro para a Espanha, mas não resolve o problema no sentido sistêmico. Então, se pode continuar por um período longo a probabilidade do cenário 2. Isso pode, inclusive, aumentar ou diminuir a depender de um novo anúncio de um novo evento.

E o que isso gera para a gente pensar no Brasil? Ou seja, quais são os possíveis efeitos e impactos para a nossa economia? Por enquanto, já existe um efeito, mas um efeito muito pequeno ainda. Pequeno quando a gente olha o PIB, a taxa de crescimento, na verdade compara o ano de 2010, mas 2010 é um ano atípico de um crescimento muito elevado. 2011, ainda tem uma taxa de crescimento significativa, o efeito da crise mais recente foi paralisação, inércia. O nível de utilização da economia caiu um pouquinho. A expectativa do empresário caiu um pouquinho. E do consumidor também. Mas as vendas continuam aumentando significativamente, o investimento privado tem aumentado e, se a gente olha os componentes das famílias, essa variável é fundamental para entender o modelo brasileiro hoje, esse gráfico aqui, quando olhamos o consumo das famílias – e isso está em média de 2005 – é impressionante o crescimento do consumo das famílias. E ele vai continuar, ainda mais se tendo no campo de horizonte do ano que vem o aumento do salário mínimo. Esse aumento do consumo vai continuar, porque você continua tendo aumento da renda real, o nível de desemprego baixo. Esse gráfico e o consumo das famílias mostram o novo patamar que a economia brasileira passou a ter na década de 2000. Isso é fundamental para explicar o nosso crescimento econômico, a nossa melhora distributiva nesse processo. Inclusive, se olharmos a nossa taxa de desemprego, a gente estava falando de Europa com 10%, USA com 10% e a economia brasileira com 6% de desemprego. Isso é inimaginável. Se alguém falasse isso há 10 atrás, iam colocar você no manicômio, com certeza.

É um cenário que ao mesmo tempo traz oportunidades inimagináveis, mas também riscos perigosos. Mas não é um risco de curto prazo. Não é um risco de 1, 2, 3 anos. É um risco de médio prazo e está associado para o Brasil que queremos. Que tipo de desenvolvimento que queremos? Para onde queremos ir? E para isso

é fundamental pensar o planejamento, o plano nacional. Inclusive, se eu falasse plano nacional há 10 anos, provavelmente não estaria aqui, estaria sendo mandado para o manicômio ou já teria virado dinossauro. É muito interessante como a história – eu chego a convicção – é pendular.

E trazendo para a conjuntura econômica, se a gente olha a crise, tem efeito sim. O nível de utilização cai. Se a gente olha a expectativa do empresário, ele cai em alguns pontos, então ele está um pouco desconfiado. O consumidor cai, mas cai muito pouco. E cai pouco, porque como eu falei, se a gente olha os dados do mercado de trabalho, eles são impressionantes. Inclusive, eu tenho dificuldade para entender esse movimento do mercado de trabalho. Se a gente olha o lado da dívida pública, nós estamos no paraíso. Enquanto o mundo inteiro está fazendo deficit enorme, os USA é de 9%. A Europa está beirando 10%. Nós estamos fazendo superávit. A dívida pública caindo significativamente.

Pelo lado externo as coisas são melhores ainda. Vocês vão dizer: - Mas no meio da crise, a balança comercial continua favorável. Nós temos uma janela de oportunidade impressionante, aquela história que eu contei agorinha, sobre os termos de troca da China, nós estamos conseguindo exportar cada vez mais. Claro, inclusive, os dados mais recentes mostram que a gente vai bater o recorde. Nós já superamos as exportações esse mês mais do que todo o ano passado. O que explica isso? Esse gráfico aqui explica. Esse gráfico é da evolução dos termos de troca, mês a mês, desde 1978 nós nunca tivemos um termo de troca tão favorável. E para quem estudou ou alguém comentou ou vive ou já viveu a economia brasileira. A economia brasileira sempre teve surtos de crescimento e a economia sempre esbarrou na restrição externa, no problema do balanço de pagamento. Em 78. Em 30. Em vários momentos históricos. E alerta a vocês. Ou isso é um bom sinal, não um alerta. Acho muito difícil nós termos problema no balanço de pagamento por um longo período. Isso porque a China tem que manter esse crescimento, esses termos de troca tendem a ficar mais favoráveis e, ainda temos o Pré-sal. Isso nos traz uma margem de manobra e uma janela de

oportunidades, talvez nunca vista na história brasileira, em termos de balanço de pagamentos.

Só que não vêm apenas coisas boas juntas. Sempre vêm problemas. O mundo não é ou bem ou mal, as oportunidades vêm acompanhadas de alguns problemas que precisam ser resolvidos. Se a gente olha o nosso saldo comercial, ele é muito favorável, mas a gente olha um problema aqui significativo, num deficit comercial enorme do setor da indústria de transformação. Desculpem senhores, isso é um perigo? É. Porque eu não conheço nenhum país que conseguiu chegar ao nível de renda per capita elevado que não tenha passado antes por um grande processo de industrialização. Tem a Austrália, Canadá que são países muito diferentes com densidade populacional muito diferente. Então, pensar o desenvolvimento é pensar indústria. Esse é um perigo. É o que eu falei, se a gente olhar nossas transações correntes, nós temos um problema. As transações correntes estão altas, mas por outro lado nós temos uma entrada de investimento direto impressionante. O mundo e os empresários do mundo querem investir no Brasil. É uma das poucas fontes de crescimento e demanda. A demanda cresce significativamente e os empresários do mundo querem colocar fabricas aqui e vender aqui. Se você olhar a entrada de investimento externo é enorme e provavelmente vai ficar num patamar elevado.

O investimento de carteira está alto e até caiu. Mas o problema é que temos que repensar, se a gente pega o gráfico azul, ele começa abrir na pós-crise o consumo das famílias continua crescendo, mas a indústria de transformação não acompanha o mesmo ritmo. Isso significa dizer - na velha linguagem do Furtado - a renda está vazando. Temos que aumentar a renda? Sim. As pessoas têm que consumir mais? Sim. Tem que distribuir, mas está vazando para importados chineses ou asiáticos. Isso é elemento fundamental para pensar o desenvolvimento. Mas importar é bom. O mercado consumidor cresce de 8 a 10%. A nossa indústria de transformação cresce 0%. Isso é um problema. Mas isso fica relativamente escondido, porque a economia está crescendo. Eu costumo dizer que a indústria de transformação hoje está andando, só que todos os

outros setores estão correndo a velocidade muito maior. Ela está perdendo participação relativa. Isso em países desenvolvidos só aconteceu quando se tinha o nível de renda per capita lá em cima, de 20 mil dólares. Nós estamos longe disso.

Nesse cenário de crise nós temos a possibilidade de uma crise mais profunda do sistema financeiro. Nós temos instrumentos cíclicos para pensar a atuação do Estado nesse processo. Nós temos instrumentos para sair dessa crise. E esses instrumentos são dados, a gente olha nossas reservas internacionais, elas estão batendo 350 bilhões um nível elevado. E o cenário para o Brasil em 2012, caso não se configure a crise é um cenário de um crescimento um pouco mais baixo, mas com aumento de consumo das famílias, com manutenção de superávit comercial. E uma manutenção de meta de superávit, manutenção de investimento público significativo, inclusive, porque se tem um bloco de investimento em infraestrutura em curso. Dado os investimentos da Copa do Mundo, Olimpíadas e dado todo o efeito que esse crescimento do consumo das famílias tem gerado.

Outro cenário possível é o cenário do aprofundamento da crise. E aí é muito difícil o que vai acontecer, mas você pode pensar o que foi 2008. Fuga de capital. E na verdade você foge para onde está a crise. Por quê? Porque eles ainda têm a moeda de curso internacional, o dólar. O problema maior é que você teve um aumento muito grande da disposição da economia brasileira, o setor privado nacional aumentou muito fortemente os empréstimos em dólar e se você faz uma desvalorização muito forte, isso pode gerar um problema. Dado esse cenário e, aí para tentar fechar, porque é mais conjuntural. Como pensar planejamento e desenvolvimento? Ou seja, nesse cenário conjuntural eu preciso pensar para onde queremos ir. Esse cenário abre janelas de oportunidades inimagináveis. E é no campo do instrumento, do econômico, da forma de atuação do Estado e na forma de pensar a relação economia, Estado e sociedade. E aí, é repensar o Estado, não o Estado apenas no estatismo, mas o Estado ativo. O Estado fazendo política, quando necessário aumentando o investimento. Mas também pensar o Estado com a perna da regulação. Advogou-se

muito que a perna da regulação dos anos 90 iria aumentar o investimento de infraestrutura no Brasil. Desculpa, não deu certo. O aumento do investimento total não aconteceu. Foi a estagnação do investimento de infraestrutura. E por isso, eu vou jogar a perna da regulação fora? Não. Isso seria loucura. Na verdade o Estado tem que pensar a regulação e os incentivos. Eu sei que muitas vezes um caminha para um lado e um para o outro. Mas é preciso coordenar esses investimentos. A perna da regulação com a perna do incentivo.

E para pensar a coordenação é preciso pensar o planejamento, o plano nacional. Eu acho que o Estado brasileiro avançou muito na questão do orçamento, na questão da gestão, mas é preciso avançar muito na questão do plano do planejamento. Ainda temos um planejamento sendo determinado pelo curto prazo. Aí vocês dirão: - é o Estado. Não. A gente já conseguiu manter muito e fazer muito. Na América Latina todos os Ministérios de Planejamento foram extintos. A palavra planejamento era um dinossauro ou era atrasado. É por isso que eu digo que a história é um pêndulo. Ele volta com força, porque o mito da eficiência plena dos mercados ruiu. Trincou. E significa com isso que é para jogar fora o mercado? Não é isso. Mas é preciso pensar o Estado como elemento coordenador desses agentes socioeconômicos. E, é como coordenador – e a professora Esther vai comentar mais sobre isso. – é um Estado que tem que pensar o neocorporativismo. Pensar os agentes econômicos sociais para pensar um projeto nacional, para onde queremos ir. Mas isso passa também por incentivos sim. Promoção do investimento, políticas fiscais.

A questão da capacidade dos instrumentos governamentais. Você tem um conjunto de estatais, os bancos públicos, os fundos públicos. Esses instrumentos precisam ser utilizados, no auge da crise em 2008 quando se tinha no Brasil um problema de liquidez profundo, os bancos privados pararam de emprestar. Não tinha dinheiro em circulação. Quem foi que conseguiu manter a atividade econômica? Senão parava. Mesmo com o consumo das famílias crescendo, se você não tem liquidez, a economia estanca, para. Foram os bancos públicos que estimularam a economia. Ao mesmo tempo, junto com isso as empresas estatais continuaram investindo.

A Petrobrás e todos nesse processo aí. No momento de crise você tem instrumentos anticíclicos para estimular a economia. A questão toda, eu acho, que isso sempre foi usado como uma forma passiva. E acho que o cenário hoje é repensar essa forma passiva, mas é repensar o Estado com elemento fundamental para continuar o nosso projeto de desenvolvimento inclusivo, mas percebendo os problemas. Vocês que são da operação do planejamento e, eu tento pensar um pouco o planejamento, claro que tem o dia a dia, mas a gente tem que ir além da nossa resistência. Porque se você mexer muito pouco, vai ter um crescimento de 3,5% 4% - pouco entre aspas – mas você não está mexendo nos problemas estruturais, que podem não aparecer daqui um ou dois anos, mas pode ser para os nossos filhos ou netos.

E pensar planejamento é pensar o longo prazo conectado com o curto prazo. Eu costumo ressaltar que Mattos um dos últimos grandes planejadores, pensadores do planejamento do mundo, porque depois disso as pessoas pararam de pensar em planejamento. O planejamento tem que ser pensado de uma forma situacional, você estabeleceu metas é preciso ir se adequando a essa realidade, mas é preciso ter política para repensar o plano. O arranjo político institucional para pensar o plano e pensar o país. Isso é fundamental, porque senão, a gente fica como? Planejamento intensivo em gestão. Eu posso dizer isso porque eu sou administrador. Senão nós ficamos fazendo a gestão de curto prazo e olhamos apenas e eficiência e a eficácia. Se JK não tivesse seu plano de metas, nós estávamos aqui no meio do cerrado, provavelmente nem teria existido Brasília.

Pensar planejamento é pensar escolhas, pensar projetos e pensar escolhas que se conectem com o que a sociedade quer. Eu sei que é difícil. Porque você tem uma complexificação da sociedade e ao mesmo tempo é preciso pensar uma consertação para o desenvolvimento. É por isso, que a tarefa de vocês não é fácil. A função planejamento tem que ter forte conteúdo estratégico. O PPA recente já avança, mas ainda tem que avançar muito, é muito difícil se pensar estratégia com mil projetos ao mesmo tempo. Dotar a função de planejamento de forte articulação e coordenação

institucional. Dotar de conteúdo prospectivo e propositivo. É difícil pensar planejamento com isso tudo. Mas é pensar também a manutenção do crescimento inclusivo, mas é também pensar os gargalos desse processo. É ressuscitar as velhas matrizes de insumo e produto e ver quais são os gargalos intersetoriais. Quais são os efeitos entre os setores, qual a consistência macroeconômica disso. Ou seja, é ressuscitar os instrumentos que são fundamentais, senão você não faz. Mas com a dimensão política de pensar o Brasil para frente. Porque existem ameaças. Nesse mesmo cenário positivo existem ameaças. Esse vínculo externo da economia brasileira pode no médio ou longo prazo causar problemas. Abrir mão do futuro em nome do presente pode ser muito perigoso.

Nesse cenário esse fator de crescimento chinês pode não gerar esse efeito tão positivo assim. E aí, quando esse termo de troca mudar? E ao mesmo tempo, como alocar recursos, gerar o excedente para setores intensivos em tecnologias que produzem bem salários. E criem o modelo de desenvolvimento cada vez mais inclusivo, articulado e torne um dia o Brasil, um país em desenvolvimento o que significa renda per capita acima de 30 mil dólares e que tenhamos uma sociedade mais justa, honesta e democrática. Obrigado.

**Senhor Mauro Cesar Nogueira:** Obrigado Eduardo. Antes de passar para a Esther, só comentar que vocês podem ir formulando questões da primeira palestra e nós vamos passar recolhendo para agilizar os trabalhos. Continuando a nossa conferência, um breve currículo da doutora Esther Bemerguy de Albuquerque é Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República desde 2004. Pós-graduada *Latu sensu* em teoria econômica pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará. Graduação em Economia pela UFPA. Extensão em Gestão de Qualidade Total pela União Educacional de Brasília. Esther, à vontade.

**Doutora Esther Bemerguy de Albuquerque:** Bom dia a todos e a todas. Depois de tudo que o Eduardo falou fica difícil. Eu achava que 40 minutos era muito, mas já vi que é pouco. Eu vou dividir a

minha apresentação, primeiro eu procurar falar um pouco do Conselho, porque eu acho que nem todos conhecem o CDES. E depois procurar mostrar como o CDES propôs à Presidência da República e ao Governo Brasileiro, algumas agendas de desenvolvimento no sentido do que o Eduardo falou essas agendas de desenvolvimento principalmente pactuadas com a sociedade e pactuadas com a sociedade são a única forma que eu vejo que pode tornar efetivo o desenvolvimento para um país. Porque se o governo não estiver aberto a essa interlocução, se os servidores não considerarem importante essa interlocução com a sociedade. E a interação do que é um planejamento mais governamental, mais tecnocrático absorver também, as demandas da sociedade, os projetos que essa sociedade tem, se torna muito difícil dar efetividade ao planejamento. Fazer com que de fato ele aconteça. Você pode ter grandes planos, coisas maravilhosas que vão ficar na gaveta. Porque a sociedade só incorpora isso. E só é agente desse desenvolvimento se ela participar. Não tenha dúvida disso.

Então eu vou falar um pouco sobre o que é o Conselho, sobre esse esforço que o Conselho tem feito para desinterditar o tema do desenvolvimento, que é um tema – como você falou – absolutamente interdito no Brasil ainda, apesar de todo o esforço que se fez desde 2003 para cá de pensar e pactuar um projeto de desenvolvimento nacional.

O Conselho é um espaço de consertação e diálogo sobre o desenvolvimento brasileiro. Uma arena democrática que traz para o Estado a dimensão política do desenvolvimento. Isso é muito importante. O Eduardo tocou várias vezes nisso. O desenvolvimento é uma questão, acima de tudo política. Nas palavras do Celso Furtado e a inspiração do Conselho é muito baseada nas propostas do Celso Furtado. Desde o início de 2002 quando se constituiu o próprio programa de governo vitorioso na época, esse programa dialogou muito com discípulos de Celso Furtado, então a inspiração do Conselho é também uma inspiração nessa afirmativa e nesse anunciado do Celso Furtado, que a dimensão política do desenvolvimento é inalienável. Qualquer que seja o exercício que você faça. Seja ele macro ou micro econômico.

É a partir desse anúncio que surge a necessidade do Conselho, surge a necessidade de se construir um fórum que pudesse ser a semente principal desse pacto social absolutamente necessário para tirar o Brasil daquele momento de forte desigualdade social e estagnação econômica.

Participa do Conselho 90 cidadãos brasileiros de reconhecida liderança e representatividade. Então, não vai para o Conselho quem já não construiu. Ali o ator não se constrói, ele está construído. É o ator que tem efetivamente liderança, que tem rede, que pode disseminar para sua rede esse debate, os pactos e os acordos que são feitos dentro do Conselho. Além desses 90 cidadãos os 13 ministros. A diversidade do Conselho é muito grande, nós temos os trabalhadores, todas as centrais sindicais estão representadas dentro do Conselho pelos seus presidentes. A única exceção é a Força Sindical, porque o presidente da Força Sindical é um parlamentar e parlamentar não pode participar do Conselho. Mas a Força Sindical está representada também.

Temos as principais representações empresariais. Temos a CNI, EDIB, FIESP, CBIC, várias federações estaduais, movimentos sociais, organizações sociais como INESC, ABONG, Educativa, etc. temos personalidades e intelectuais também. Então, há uma diversidade muito grande dentro do Conselho e vocês podem imaginar a dificuldade que é firmar pactos, consensuar recomendações e sugestões ao governo. Tem duas questões que são fundamentais para o sucesso de um fórum participativo como esse. Um é a própria representatividade do conselheiro. Se ele não for um ator de elevada representatividade pouco importa as decisões que serão tomadas dentro do Conselho. É fundamental a escolha desse conselheiro. Ele tem que ser capaz de mobilizar suas redes para o debate e para as prioridades pactuadas no Conselho. Outra: é a qualidade e a efetividade do diálogo. Ou seja, o processo de consertação que é construído dentro do Conselho. O processo de diálogo, o quanto ele é efetivamente relevante para esses atores ou não. Quanto ele é efetivamente capaz de construir propostas, recomendações, sugestões e pactos relevantes para a sociedade brasileira.

O modelo do Conselho é um modelo que se constituiu na Europa, ele se inspira em conselhos europeus, a maioria desses conselhos europeus constituídos no pós-guerra, para fazer aqueles grandes pactos sociais do pós-guerra que tinham ali uma necessidade extrema, porque era uma Europa completamente destruída pela guerra. Destruída nas suas instituições e fisicamente. E, que precisava de um forte pacto entre empresários e trabalhadores para essa reconstrução. A maioria desses conselhos eram conselhos tripartites – muitos são até hoje. Envolviam apenas governo, trabalhadores e empresários. Hoje o Conselho brasileiro, por exemplo, é muito mais amplo tem uma diversidade muito maior. E muitos conselhos europeus também se abriram para essa diversidade, porque a sociedade atual não comporta apenas esses atores.

A inspiração são principalmente o conselho francês e o conselho holandês que são os mais antigos e o próprio comitê econômico e social europeu que foi um conselho similar ao nosso constituído em 57 para acordar também a própria construção da União Europeia. Outra inspiração é o próprio pacto de Moncloa que é uma consertação para a transição do regime franquista para a democracia que se dá em meio a uma grande crise econômica, uma grande recessão e grande instabilidade política.

Então se a gente pudesse demonstrar a vocês qual é mais ou menos o paradigma que o Conselho se espelhou é esse. São esses conselhos europeus, o pacto de Moncloa, uma grande pacto social.

Muita gente perguntava - nós não estamos saindo de uma guerra, não estamos num processo de redemocratização, muito pelo contrário. A democracia brasileira está em ampla consolidação – quando estávamos em 2003 quando o conselho foi criado – por que um conselho de desenvolvimento econômico social no Brasil? O Presidente Lula falou o seguinte: - Nós não estamos em guerra. Não estamos mais num processo de redemocratização. Mas temos um problema gravíssimo. O país tem uma elevada desigualdade social e o país está estagnado economicamente. Como é que nós vamos romper com as desigualdades e como nós vamos romper com a

estagnação econômica? Ele só via uma forma de fazer isso: Construindo um pacto social.

Quem está aqui acompanhou em 2003 essa questão do pacto social. Foi extremamente criticado pela imprensa, ridicularizava, inclusive, toda e qualquer proposta de pacto social. Mas mesmo assim o Conselho sobreviveu e tem sido um instrumento fundamental e importantíssimo de aprofundamento da democracia brasileira e, também de construção de pactos. Sendo que não se tem ainda a construção de um projeto nacional. Porque nós vivemos numa sociedade que não estava acostumada a dialogar, uma sociedade que vem de uma tradição extremamente autoritária, que não estava acostumada a se conhecer e a se reconhecer. Nós temos várias iniciativas do Conselho de agenda de desenvolvimento que representam importantes acordos sociais que, com certeza foram responsáveis pelo sucesso do projeto que tem acontecido de 2003 para cá. Eu não tenho dúvidas sobre isso. Que os indicadores que o Eduardo apresentou de sucesso da economia, que colocam o Brasil num novo patamar de desenvolvimento tem a ver com os acordos, com as referências e a capacidade que o Conselho teve de construir unidade em torno de questões fundamentais para o país, como: Era necessário superar as desigualdades sociais e, é necessário voltar a crescer. Esses pactos não são simples.

Se você olhar as Atas de 2003 do Conselho, vai ver como era impressionante, como as pessoas diziam – por que Bolsa Família? É melhor aplicar esse recurso em infraestrutura. É um desperdício colocar esse recurso em Bolsa Família. Você não vê mais esse discurso dos conselheiros. Dois anos depois esse discurso não existia mais. Foi o processo de diálogo intenso, um processo de convencimento, um processo de reconhecimento. No início do Conselho – eu posso falar isso, pois, estou lá desde 2004 e parte da nossa equipe está lá desde 2003. E nós acompanhamos cada momento desse diálogo. Você levantava um trabalhador para falar e percebia que o empresário não estava ouvindo. Ele estava só esperando ele terminar de falar para começar a falar. A mesma coisa o trabalhador com o empresário, não tinha diálogo. Iam lá para

colocar suas bandeias, suas propostas absolutamente fechadas a qualquer possibilidade de interlocução.

Eu não quero falar nem do desconhecimento que havia entre o empresário e o trabalhador. Vou falar a vocês de uma coisa que eu fiquei absolutamente impressionada no início do Conselho. – Nós sempre fazíamos questão de colocar, nós definíamos onde cada um vai sentar. Não deixávamos cada um sentar onde queria, porque iriam sentar empresário ao lado de empresário e trabalhador ao lado de trabalhador. Então nós fazemos de forma que fique empresários, trabalhador, outro setor, intelectuais. E sempre nas reuniões – pode parecer bobagem – mas é uma forma de as pessoas começarem a se aproximar. Na outra reunião você já senta ao lado da que sentou na anterior e etc.

Quando o Paulo Skaf presidente da FIESP sentou junto da Glaci Zancan que era presidente SBPC, infelizmente já faleceu, era uma pessoa maravilhosa. Ele falou para a gente o seguinte: E ela também, Já mais ela tinha conversado com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo. E jamais ele tinha conversado com ela. – Se você compre a importância da ciência para o desenvolvimento industrial, você percebe em que situação essa sociedade estava de apartamento, de desconhecimento, de falta de entrosamento. Então, não existe desenvolvimento numa situação como essa.

Como eu já falei para vocês, apesar de haver uma forte determinação expressa, política do programa das eleições de 2002 de construir um pacto social para o desenvolvimento do país, um projeto nacional, havia uma ojeriza na sociedade brasileira pelos anos de neoliberalismo que nós tínhamos nas costas. Uma aversão imensa a qualquer proposta de pacto social, uma interdição ao debate sobre desenvolvimento. Nós convidamos para a nossa primeira mesa, a mesa que abriu os trabalhos sobre a primeira agenda que o Conselho ousou construir de forma pactuada, que foi a agenda nacional de desenvolvimento. O Conselho passou o ano de 2004 e o ano de 2005 construindo acordos sobre essa agenda. Nós abrimos os trabalhos da agenda com a fala do Celso Furtado,

infelizmente ele não pode ir à mesa, porque ele já estava muito doente. Mas naquela época o Ministro Jaques Vagner, que era ministro do Conselho foi até a residência do Celso Furtado e gravou uma mensagem do Celso Furtado para esta mesa que estava abrindo os trabalhos da agenda nacional de desenvolvimento. E o Celso dizia: - Existe no Brasil hoje, em 2004 uma espécie de ojeriza, de repúdio de pensar sistematicamente as coisas. – Acho que ainda existe um pouco disso hoje. O Eduardo falou sobre isso. Nós precisamos refletir sobre isso, nós precisamos que as coisas sejam pensadas de forma sistemática e não de forma pontual e aleatória. Então, ele dizia: - Existe ojeriza, o repúdio de pensar as coisas de forma sistemática, de ter um pensamento globalizante. A hegemonia do pensamento neoliberal acabou com a possibilidade de pensar o projeto nacional. Ele encerrou assim: - Para mim o que preza é a política, o desenvolvimento é uma construção da sociedade, mas é preciso que ela tenha vontade de fazer. É a construção dessa vontade política o que se busca dentro do Conselho de Desenvolvimento.

Então o diálogo do Conselho tem este objetivo, de construir a convergência necessária para vencer um círculo vicioso de reprodução das desigualdades, de estagnação econômica. Essa consertação é uma tarefa de elevadíssima dificuldade política e social numa sociedade complexa, diversa e extremamente desigual como a brasileira. É muito difícil numa sociedade que tem esse nível de desigualdade construir um pacto político, porque nem todos serão reconhecidos como legítimos atores e legítimos demandantes desse pacto.

Colocando de forma mais concreta para vocês, nós trabalhamos em cima de três diretrizes fundamentais dentro do Conselho. Uma é construir uma ampla ideia de desenvolvimento que contemple as várias dimensões, a econômica, a social, a ambiental, a política, a ética, a jurídica, todas as dimensões. Naquela perspectiva que Celso Furtado falava: o desenvolvimento só pode ser compreendido nas suas várias dimensões. Então, tem um esforço muito grande para que o diálogo seja capaz de construir essa ideia nesses setores

sociais. É a evolução do diálogo, dos passos, das consertações para que ele possa construir essa ideia ampla de desenvolvimento.

Trazer a política e o Estado para o centro das decisões estratégicas. A decisão estratégica não é técnica, ela é política. Isso é fundamental. E, o Estado é o ator legítimo para decidir sobre as estratégias. Então, trazer a política e o Estado para o centro das decisões estratégicas sobre desenvolvimento, recuperando a noção de interesse público, de interesse coletivo e não do mercado. O interesse que essa estratégia tem que se basear é o interesse público, o interesse coletivo. E, é isso que está em crise hoje. Quando você vê na Espanha os jovens dizendo, eles não nos representam. É porque eles não encontram nas suas representações políticas o sentido do coletivo. Essa lógica neoliberal construiu uma ideia de que essas representações políticas tinham que buscar a verdade no mercado e não no interesse coletivo. Então, é isso que está em crise hoje. Além de ser uma crise por questões gravíssimas de desigualdades sociais, a pobreza foi globalizada, não é mais exclusividade nossa de países subdesenvolvidos e emergentes, ela foi globalizada. Os USA hoje tem uma desigualdade extraordinária. É isso que quem está em Wall Street está dizendo. A Europa tem hoje cerca de 17% da sua população na pobreza. Existe um forte movimento político para que a Europa coloque no centro da sua agenda de desenvolvimento o combate à pobreza.

Porque a agenda de Lisboa, uma agenda formulada em 2000 na União Europeia, o centro da agenda de Lisboa não é o combate às desigualdades como é a agenda do Brasil. A agenda do Brasil desde 2003 o centro é o combate às desigualdades. Esse combate às desigualdades formou um colchão para o capitalismo brasileiro de consumo, mas o importante ali do programa que se colocou em 2003 era superar as desigualdades sociais e garantir direitos. Garantir um sistema de proteção social robusto. Se isso teve consequências econômicas, ótimo que teve. Mas o centro da agenda de Lisboa em 2000 era a competitividade. A Europa colocava naquela agenda, a visão que ela tinha que em 2010 ela seria uma economia tão competitiva quanto a americana. O que aconteceu em 2010? A Europa está em crise política, social e econômica. Então é uma

diferença fundamental para você entender o quanto é importante ouvir a sociedade para construir uma proposta de desenvolvimento. E não ficar simplesmente ouvindo os empresários, a tecnocracia, porque senão você pode relegar ao segundo plano os interesses coletivos.

Quais são os principais produtos do diálogo do conselho? Isso é importante, porque além dessas questões que eu coloquei anteriormente, construir a ideia ampla de desenvolvimento, trazer para o centro das estratégias de desenvolvimento a política e o Estado, tem também uma terceira diretriz que é construir uma pauta de ação de médio e longo prazo. Então é importante que o Conselho tenha produtos, aporte dependendo em cada momento histórico, claro, tente construir acordos que vão refletir o momento que se está vivendo. Que vão refletir a capacidade de pactuação que a sociedade tem. Nós temos alguns produtos desse diálogo importantíssimos como, por exemplo, a agenda nacional de desenvolvimento construída em 2005 que acordou dentro do conselho. Imagina que o Conselho tem 45% de empresários, mas mesmo assim ficou claro que o impeditivo principal do Brasil ao desenvolvimento eram as desigualdades sociais. 98% do Conselho disseram isso. Os enunciados estratégicos em 2006 e a agenda nacional para o novo ciclo de desenvolvimento que foi construída em 2010 já dentro de um contexto de crise. Porque em 2010 os conselheiros perceberam que havia um contexto de crise, mas o Brasil tinha um novo patamar de desenvolvimento. O patamar de desenvolvimento do país não era mais aquele sobre o qual eles tinham refletido em 2005 e apresentado uma agenda à Presidência da República. Era outro patamar de desenvolvimento, que muitos desses dados já foram apresentados pelo Eduardo em um contexto de crise. Então agora, qual é a sua agenda de desenvolvimento dado esse contexto e dado esse novo patamar.

Então qual é o grande recado que tinha na agenda do novo ciclo de desenvolvimento em 2010? O que os conselheiros estavam colocando na ordem do dia. Que planejar o desenvolvimento implicava reconhecer esse novo patamar de desenvolvimento do Brasil e examinar o mundo sob uma perspectiva de crises sucessivas,

porque 2008 houve uma crise e eles em 2010 já percebiam que outra crise estava sendo gestada. O ciclo das crises capitalistas está cada vez mais próximo um dos outros, então temos que pensar o país num novo patamar de desenvolvimento, mas temos que pensar que vamos enfrentar crises sucessivas. Que vamos enfrentar aumento das desigualdades sociais, se não fossem os países emergentes, China, Índia, Brasil, Rússia terem tirado milhões de pessoas das desigualdades sociais, a situação hoje seria muitíssimo mais grave. Porque as desigualdades sociais no todo, globalmente, elas são crescentes ao longo do tempo, principalmente nesses 20 ou 30 anos de neoliberalismo. E as coalizões políticas. Nós hoje, o Brasil é absolutamente distinto do que era antes de 2003. Ele tem coalizões políticas muito claras, novas e que essas coalizões políticas também são determinantes do tipo de desenvolvimento que a gente tem que pensar para o país.

Qual é o reconhecimento que os conselheiros fazem em 2010 desse novo patamar de desenvolvimento do Brasil. Eles dizem que esse novo patamar de desenvolvimento do Brasil é impulsionado pela consolidação da democracia, por políticas distributivas, por políticas universais inclusivas, pelos investimentos em infraestrutura. Nós não tínhamos antes do PAC. Eu vejo muitas pessoas criticando o PAC, mas antes do PAC não tinha nenhum tipo de planejamento sobre infraestrutura no Brasil. É a retomada do planejamento das infraestruturas no Brasil, por um sistema de financiamento público capaz de alavancar políticas de desenvolvimento. Não é trivial, o Eduardo falou isso, sobre o sistema público de financiamento brasileiro. Se não fosse o sistema público de financiamento brasileiro nós teríamos afundado durante a crise. Todos os bancos privados pararam de emprestar. Em meio à crise o Conselho construiu em março de 2008 um grupo de monitoramento da crise. E chamou para conversar com todos os presidentes, o presidente do Banco Central, o presidente da CEF, presidente do Banco do Brasil, presidente do BNDES, presidente dos Bancos Estatais, para ouvir deles qual o compromisso que eles teriam em fazer políticas anticíclicas e não pensar nos lucros de curto prazo e deixar de emprestar como aconteceu com os bancos privados.

A Europa não tem mais sistema público de financiamento, USA não tem sistema público de financiamento. Quem não tinha sistema público de financiamento entrou numa crise muito mais grave, enfrentou muito mais dificuldades do que o Brasil. Por empresas estatais fortes, a Petrobrás não reduziu seus investimentos, muito pelo contrário, ampliou o seu programa de investimento. Isso foi fundamental para o Brasil superar a crise também. A maioria desses países da Europa, os USA não têm mais empresas estatais fortes, importantes que possam através de suas compras manter o ritmo de crescimento, manter a dinâmica econômica. Empresas privadas fortes, nós temos empresas privadas fortes pela estabilidade macroeconômica e a gradual incorporação das dimensões ambiental, econômica e social ao conjunto dos processos decisórios.

E o Brasil frente a crise, qual a recomendação dos conselheiros para o Brasil enfrentar a crise? A primeira recomendação era fortalecer o padrão de desenvolvimento em curso. Fortalecer as políticas sociais. Manter o PAC. Não vamos parar o financiamento pelos bancos públicos, não vamos parar as políticas sociais. Temos que continuar aumentando o salário mínimo, temos que continuar ampliando as políticas sociais. A segunda recomendação: explorar a existência de uma nova dinâmica econômica social, caracterizada pela inclusão das economias emergentes no contexto político estratégico das economias predominantes como USA e União Europeia. Não é simples o que se fez com o G 20, o que se fez com o BRICs, o que se fez com o IBAs, o que se fez com o BASIC, são todas novas coalizões políticas que passaram a influenciar fortemente a governança internacional e estão lutando até hoje para a alteração dessa governança por uma governança mais participativa e multilateral.

Os protagonistas nesse contexto de crise, com certeza, serão os países que combinaram mercado interno potencial forte, abundância de recursos naturais como energia, gás, petróleo, possibilidade de produzir grande quantidade de alimentos e contarem com um parque industrial moderno. O Brasil enquadra-se em todas essas características, apesar dos problemas da indústria, nós temos um parque industrial que se distingue entre os emergentes, que se

distingue na América Latina. Essa crise é também uma oportunidade. Isso parece, sempre que se fala crise é oportunidade é uma balela, mas é realmente uma reflexão de um povo que tem uma tradição de milênios. O Brasil e seus parceiros latino-americanos e asiáticos desfrutam nesse momento de posição privilegiada. Tiraram da pobreza milhões de pessoas e incorporaram esse contingente à classe média e ampliaram os seus mercados internos.

A China hoje, ela tem absoluta certeza que não vai exportar como exportava antes. Mas ela tem absolutamente certeza que hoje ela pode olhar o seu mercado interno e pode construir a sua economia como o Brasil está fazendo. O Brasil exporta muito, mas se o Brasil não tivesse o suporte de mercado interno que tem hoje, também estaríamos vivendo um problema de crise. Praticamente todos esses países emergentes hoje podem contar com seus mercados internos também frente à crise que, com certeza, vai reduzir talvez a exportação da maioria desses países.

O Brasil está atento a essa nova geopolítica. Participa de forma ativa de diversos blocos, BRICs, IBAs, o BRICs que todo dizia que era grife, foi um americano maluco que inventou, realmente quando ele pensou nisso, ele pensou a partir de características econômicas e físicas dos países, ele jamais imaginou que isso se transformaria numa coalizão política. Mas os BRICs hoje são cada vez mais uma coalizão política. Têm intervenções políticas, propõem reformas de conselho de segurança, propõem reforma do FMI. Têm propostas, por incrível que pareça, mais avançadas em relação às questões do desenvolvimento sustentável do que os países desenvolvidos, do que hoje a América e a Europa. UNASUL, BRICs, BASIC, todas essas coalizões espelham situações políticas muito diferentes.

Além da agenda para o novo ciclo de desenvolvimento apresentada ao país em 2010 o Conselho agora se voltou para a questão do desenvolvimento sustentável. Olhando para a Rio +20 e compreendendo que a Rio +20 vai ser um momento muito importante. É uma conferência da ONU que foi chamada para discutir desenvolvimento sustentável, fortalecimento do desenvolvimento sustentável. Tem dois temas que são: a economia

verde e a erradicação da pobreza no contexto do desenvolvimento sustentável, mas mais do que isso, eu não tenho dúvida, que em 2012 virão ao Brasil na realidade não só a sociedade civil, mas os governos do mundo inteiro. Só virão ao Brasil se aqui houver uma proposta ousada não só para as questões ambientais, econômicas e sociais, mas para a superação da crise. Com certeza esse vai ser um momento de reflexão sobre como superar a crise de várias dimensões extremamente complexas que nós estamos vivendo hoje.

Então o conselho passou desde outubro de 2010 a se reunir para construir uma proposta do Conselho para a Rio +20 para construir um acordo social para a Rio +20. E a confiança hoje da sociedade, embora muita gente diga que o conselho não é tão conhecido, pode não ser conhecido de uma grande parte da população pouco organizada e está presa à mídia mais tradicional. Realmente a nossa mídia não fala de conselhos, não fala de participação social. Ela continua sendo uma mídia autoritária que quer impor, muito pelo contrário, a perspectiva do mercado, quer impor a perspectiva neoliberal ainda para o país. Então, ela não vai falar desses fóruns de participação, ela não vai falar da possibilidade que há de acordo entre empresários, trabalhadores, movimentos sociais, porque o produto do Conselho deixa claro que isso é possível. Que se apostar nisso é possível. O diálogo no Brasil é possível. A consertação sobre desenvolvimento no Brasil é possível. Esse acordo social trouxe para o Conselho também um conjunto de 72 organizações sociais e entidades de empresários trabalhadores, movimentos sociais, que se articularam ao Conselho e apresentaram nesta semana a Secretaria Executiva da Rio +20 que o Ministério das Relações Exteriores, o MMA, Ministério da Fazenda, MDS, apresentaram um acordo apoiado por 90 conselheiros do Conselho do desenvolvimento econômico e social e por 72 organizações da sociedade. Isso não é simples e nem trivial.

Esse acordo do Conselho que eu trouxe para vocês está lá fora, estou deixando lá fora também para vocês terem acesso a agenda do desenvolvimento, o acordo para a Rio +20, os enunciados estratégicos. E o que o Conselho diz que a Rio +20 deve ser? Ele diz que a Rio +20 deve ser o lugar para se firmar um compromisso

irreversível para desenvolvimento sustentável em seus três pilares, econômico, social e ambiental. Os três com a mesma estatura e o mesmo status. Deve ser o lugar não para se pensar em obrigações para os países, mas sim para fazer com que os países firmem um compromisso de retomar a sua capacidade de planejamento. Retomar essa capacidade de planejamento com objetivo de construir planos de desenvolvimento sustentáveis dentro de suas características e capacidade, da sua cultura, do seu estágio de desenvolvimento, sem imposições, com metas e indicadores que possam mensurar esse processo de desenvolvimento.

Segundo: que os países afirmem claramente que é necessária uma governança multilateral e participativa que responda o princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas. A responsabilidade do país desenvolvido não pode ser igual a dos países emergentes e dos países em desenvolvimento. E que essa nova governança possa ser uma coordenadora dessas agendas nacionais de desenvolvimento construindo sinergias entre elas, porque as questões climáticas, as questões econômicas e as questões sociais não são mais questões de dizem respeito só a um país. São questões cada vez mais globais. Então, é necessária uma coordenação que crie sinergia entre essas agendas de desenvolvimento. Mas que criem sinergia, que criem coordenação e não que exerça o papel de polícia como a ONU tem exercido até hoje, muitas agências da ONU a favor dos países desenvolvidos.

E quais são os pilares que o Conselho coloca como pilares da sustentabilidade, que todas essas agendas deveriam ter esses pilares como suporte. Um pilar – que as questões econômicas, sociais e ambientais estejam articuladas intrinsecamente. E que a dimensão ética, política, cultural e jurídica são fundamentais para o desenvolvimento. Você tem que ter um arcabouço jurídico também que exija cumprimento e que tenha sanções e penalidades para quem não cumprir. E que a equidade entre pessoas, raças etnias, gêneros e gerações entre regiões e entre países e as liberdades fundamentais para todos sejam elementos transversais dessas políticas e dessas ações. Então, essas agendas deveriam estar baseadas nesses três pilares. Deveriam ter um conjunto de diretrizes que o Conselho

aponta também. Eu vou falar rapidamente, depois vocês têm o acordo aí para consultar.

A primeira diretriz é fortalecer o papel do Estado. A segunda é promover o trabalho decente – e aí é trabalho decente conforme está pensado e acordado dentro da OIT. Incentivar a transição para uma economia de baixo carbono. Ter participação e controle social. Implementar a justiça fiscal – hoje isso o mundo inteiro, todos indignados que estão na rua falam de justiça fiscal. Uma nova tributação que tire dos mais ricos e libere os mais pobres. O Brasil tem esse problema. O Conselho do desenvolvimento tem um trabalho interessantíssimo sobre o sistema tributário brasileiro e, ele já tem dois relatórios sobre as iniquidades do sistema tributário brasileiro. E a principal iniquidade é que o sistema tributário virou uma maquininha de reproduzir desigualdades. Quem ganha até dois salários mínimos no Brasil paga 48% da sua renda em tributos, que são os impostos indiretos. Isso é um absurdo. A mesma coisa acontece nos USA.

Vocês viram aquela manifestação até patética daquele milionário Warren Buffett, e o Buffett disse que ganhava 65 milhões de dólares anuais e pagava apenas 10% ao tesouro americano. Enquanto que um professor americano pagava 27% da sua renda ao tesouro americano. Essa é uma questão mundial, você não pode pensar em sustentabilidade sem pensar em uma nova forma de tributação. Até porque os estados vão precisar de recursos para implementar essas políticas. Mas eles têm que penalizar os mais ricos. E novos indicadores de desenvolvimento. E, também, como já falei para vocês, acordar essa governança multilateral e participativa, colocar também a educação, a ciência e tecnologia como eixo estratégico dessa agenda de desenvolvimento.

Bom. Eu espero ter conseguido mostrar para vocês o trabalho do Conselho nestes 9 anos de existência e todos os seus produtos, suas diretrizes e o diálogo forte que tem exercido com a Presidência da República, só para vocês terem uma ideia de 36 reuniões, são 4 reuniões anuais com a Presidência da República. De 36 reuniões programadas nestes 8 anos de existência com o Presidente Lula, ele

só não foi a 3 reuniões. E na gestão da Presidenta Dilma, ela já foi nas duas primeiras reuniões do primeiro semestre e já tem agendadas as duas próximas reuniões do Conselho. Ele tem um diálogo intenso com a Presidência da República, ele tem um diálogo intenso com os ministros. O poder de convocação do Conselho tem sido muito grande, os ministros de todas as áreas têm ido permanentemente dialogar com os conselheiros. Muito obrigada pela atenção de vocês.

**Senhor Mauro Cesar Nogueira:** Obrigado Esther. A coordenação pede que eu dê uma acelerada, mas eu queria trazer um elemento importante, eu acho que a partir dessas duas falas e pegando um pouco o que o presidente da ABOP comentou, o mundo está mudando e o Brasil está mudando. Acho que ninguém tem dúvida disso. E a inserção que o Brasil está tendo no cenário internacional face os avanços de estabilidade da moeda, do mercado de consumo, traz também em minha visão um novo elemento que a carreira de planejamento e orçamento deve carregar em seu pensamento que é pensar também o cenário externo. Eu acho que a gente trabalha muito na visão do pensar interno, das políticas locais, pensar muito na política de educação localmente, mas acho que cada vez mais a nossa carreira tem que trazer o elemento do olhar para fora, principalmente em função do que essa crise vai trazer de alteração no próprio sistema financeiro. E trazer esses elementos para o seu pensar, o seu refletir e na sua análise quando estiver contribuindo com a condução das políticas públicas, seja no planejamento ou no orçamento. Nós Já temos um conjunto de perguntas, fiquem à vontade. Eu já passei algumas para o Eduardo e depois passamos para a Esther. Se o Eduardo já quiser começar.

**Doutor Eduardo Costa Pinto:** Bom, minha apresentação foi ampla. As perguntas, claro, vieram amplas mesmo. É esse o objetivo. Eu estou com 5 perguntas aqui, eu vou colocar um bloco de duas ou três perguntas e vou responder, dado o adiantado do horário. Eu vou começar por essas duas. A primeira pergunta que é do Marcio Gimenez.

- As crises internacionais costumam ser oportunidades para que o Brasil adote medidas voltadas para o planejamento e

desenvolvimento. Quais são suas recomendações de políticas para esse momento do Brasil? Coisa simples, mas vamos lá.

- Tendo em vista a dificuldade de atingir o nível de competitividade da indústria de países como China, Coréia e Alemanha, caminhar para economia de terceira geração, forte em serviços financeiros, tecnologia da comunicação e turismo seria alternativa viável para o Brasil?

Eu vou juntar com outra que tem a ver com essa discussão. O Eduardo Rodrigues pergunta:

- Como aproveitar as rendas excedentes em setores tradicionais beneficiados pela conjuntura comercial externa para desenvolver ciência, tecnologia em setores que geram empregos de alta qualidade. Considerando-se a carga tributária e rigidez do orçamento?

Eu vou começar, eu sabia que essa questão iria voltar, ela sempre volta quando eu faço a discussão do papel da indústria. É o seguinte: Quando eu estou falando do papel dinamizador da indústria para o crescimento, eu não estou querendo dizer que a indústria de serviço, tecnologia e financeira não seja elemento importante para pensar o desenvolvimento nacional. Mas a gente pega a conjuntura, aliás, os casos históricos de desenvolvimento, praticamente quase todos eles passaram por um acelerado período de industrialização. Inglaterra, USA, Alemanha, no período recente: Coréia, Japão e China. E China ainda está longe de ser um país desenvolvido em termos de renda per capita. Aí você diz: - Mas, os USA hoje é serviço. Sim. Mas eles fizeram a transição. E mesmo assim pelos dados da OCDE eles têm aproximadamente 25% da produção industrial mundial. Acho que 23 ou 24% e era maior, era de 28%.

O turismo e o serviço financeiro são elementos importantes e dinamizadores junto com a indústria. Ou quando você já está com o nível de renda per capita lá em cima. Aí a gente poderia virar sim, tecnologia de informação. E mesmo assim, pensar os USA hoje, com a crise eles estão buscando o caminho inverso, eles estão tentando trazer a indústria de volta. Por quê? A crise gerada bateu

no serviço financeiro e no mercado de habitação. Enquanto o emprego estava migrando para a Ásia, mas esse setor era dinâmico nos USA não tinha problema. Só que com a crise eles foram afetados. Inclusive, existe a tentativa de tentar voltar a indústria nesse processo.

O turismo é importante. Mas qual o caso do país que tem um grau de desenvolvimento elevado e que o turismo avança? Vou dar dois exemplos, Espanha, que está numa crise profunda. Cuba, independente de gostar ou não, não puxa a economia. Nós somos uma economia de mercado pujante, que ao mesmo tempo é a indústria – quando falo indústria vem no imaginário coletivo aquela fábrica poluidora da revolução industrial – eu estou falando indústria aqui no sentido que conecta tecnologia, desenvolvimento. A próxima fronteira do desenvolvimento será de energia limpa. E a energia limpa é uma questão de sustentabilidade, mas é uma questão de eficiência energética. Cada vez mais incorporando esse contingente de pessoas ao mundo do consumo você tem um problema de necessidade de recursos. E a pressão vai ser maior cada vez mais por deficiência energética. Aí a discussão sobre a China, por exemplo, uma questão que foi feita sobre a China pelo João Fortes, a questão de mão de obra chinesa barata, energia e que esses países são poluidores e, por isso, teria gerado o crescimento e isso teria gerado a crise para os países desenvolvidos. É um pouco complicado. A China tem mão de obra barata, mas não é tão barata quanto a gente pensa, porque nos últimos 10 anos o salário médio foi aumentado significativamente. E cuidado! Tem que se comparar o poder de compra, não o salário em dólar. É baixo, mas tem aumentado significativamente ao ponto de algumas indústrias chinesas estão mudando para o entorno a asiático onde a mão de obra é muito mais barata ainda.

É poluidora? É. Mas eles já têm projeto de em 10 anos revolucionar a indústria automobilística de automóveis com energia solar. E a crise não foi gerada por isso. A crise foi gerada por uma lógica de um consumo rentista e por uma ideia de que os mercados são eficientes. Tem um caso clássico de um produtor de morangos nos USA, ele tinha uma renda de 10 mil dólares e comprou uma casa

que custava 700 mil dólares. Aí a lógica de que o sistema não iria ruir e você acredita cada vez mais. Vira crença mesmo. Eu li um livro recentemente e olhando a crise dos anos 20 os banqueiros centrais, a crise estava estourando e eles achavam que tinham que manter o padrão ouro. São convicções que foram construídas ao longo do tempo e agora tudo ruir. As pessoas vão resistindo. A coisa do crescimento na verdade é um pouco ao contrário. A China trouxe com a mudança desse padrão, ela abriu possibilidades interessantes para os países em desenvolvimento, porque mudou o termo de troca. A África entrou no circuito mundial. A África era considerada no mundo terra de ninguém. Ninguém queria entrar, mas ela voltou ao jogo, crescendo 10, 11%.

Essa dinâmica tem gerado o processo e, é claro, a mão de obra barata chinesa foi um estímulo, mas não foi só isso. Aí eu não vou entrar nessa discussão porque é muito ampla, mas é um conjunto de fatores externos e internos. O Deng Xiaoping em 78 e depois em 92 costurou um grande acordo político e conectou a China no seguinte sentido: - Nós só vamos ser respeitados no mundo quando nos tornarmos ricos. Inclusive, o nosso projeto é de 100 anos, está no documento partido. E é um projeto de 100 anos para se tornar uma nação que já foi há muito tempo atrás. Isso significa pensar, ao mesmo tempo, que tem que se fechar? Não. Tem que se abrir para receber tecnologias, zonas especiais, copiar a gestão, ao mesmo tempo fazer política monetária e fiscal. Esse é um ponto.

Outra questão que o excedente. A questão toda é mais do que aumentar a carga tributária é redistribuir alocativamente. A questão tributária é um elemento importante. Eu vou dar um exemplo: hoje no Brasil quem exporta matéria prima básica tem a recuperação dos seus créditos de exportação muito maior do que quem exporta manufatura dentro da cadeia do valor agregado. Porque você recebe depois de um tempo e tem um teto. Quanto mais você anda na cadeia, tem chance, inclusive de exportar manufatura e não receber todos os seus créditos. Enquanto quem está ponta exportando mineiro de ferro recebe todos os seus créditos. É importante exportar minério de ferro? É. Mas não tem sentido para o

empresário. Aí é o ponto. A função objetiva do empresário é lucro. Se alguém acha que é diferente, não é.

Se, dá muito mais dinheiro exportar minério de ferro ao invés de produzir uma indústria siderúrgica, ele vai exportar minério de ferro. É preciso agregar valor ao processo produtivo nacional. Como faz? Redimensiona os créditos de exportação na cadeia de agregação de valor para que seja muito mais taxado quem exporta básico do que manufatura. Essa é uma possibilidade de pensar instrumentos. Não é uma coisa aberta. É uma coisa mais ampla. Crise é oportunidade, mas também é ameaça. A crise de 29 gerou uma mudança estrutural significativa no Brasil, mas a crise de 78 nos levou para o fundo do poço durante quase 20 anos. É importante ter claro a ideia de oportunidade, mas também tem ameaças. Hoje, neste contexto histórico, as oportunidades são inimagináveis, mas ao mesmo tempo ameaças para o lado da estrutura produtiva. A gente ainda tem um parque moderno, mas se mantivermos a estrutura de preço relativo como está tão favorável a commodities e tão mais fácil importar manufatura, a tendência é que esse parque, não hoje nem amanhã desapareça, mas ao longo do tempo ele vá perdendo capacidade. Porque aqui temos um problema maior que é o de competitividade. A indústria brasileira, os projetos “Brasil Maior” e outros projetos, estão voltados para a questão tecnológica, mas em primeiro lugar tem que pensar a competitividade sistêmica. E aí entra a questão tributária, por exemplo, nos insumos industriais que nós temos os mais altos do mundo. Os chineses são competitivos e tem mão de obra barata, mas eles têm estradas de ferro, desculpe – é trem bala mesmo, ligando o país de ponta a ponta e que é 10 vezes maior que a gente.

Investimento em infraestrutura é fundamental para a competitividade sistêmica, sem isso não sai do lugar. E pode-se dizer: - mas os chineses podem mandar. Aqui temos legislação e regras. Claro, é um ritmo diferente. Mas nós temos que entender mais nossas regras, pensar em instrumentos mais sistematizados e coordenar elementos. Porque se não avançarmos na questão de investimento em infraestrutura, a gente cria o um problema. O ciclo do problema é o seguinte: Nós estamos tendo política de demanda

efetiva, distribuição de renda e consumo das famílias. Só que a nossa indústria não acompanha, porque ela não é competitiva. Então, a gente tem que importar cada vez mais. Por enquanto não tem problema, não vai bater no lado externo, a gente pode continuar desse jeito por muito tempo. Mas se os termos de troca mudam? E pode mudar. Não num curto espaço de tempo. Existem problemas que precisam ser enfrentados e isso significa pensar em médio prazo. Uma das políticas nessa crise atual - me desculpem, mas não dá para ter taxa de câmbio real como tivemos nos últimos 10 anos no sentido de que a nossa volatilidade da taxa de câmbio é a maior do mundo. O empresário não consegue dada essa volatilidade medir expectativas e investir. Vasa renda.

Todos os países que se desenvolveram e que se tornaram em desenvolvimento, eles quase sempre tiveram a taxa de câmbio estável com poucas oscilações e desvalorizada. Vários estudos empíricos mostram isso. Porque a ideia é que se a gente avança nas exportações da nossa indústria, isso gera um *spell over* para o conjunto da economia. Isso gera ganho de produtividade para o setor de serviços, gera ganho de produtividade para o setor da agricultura e, esse não é nosso caso recente. A nossa produtividade da indústria de transformação caiu. Isso é o perigo. E por que o gargalo que surge disso? Você não tem investimento. E como não tem investimento você tem problema de oferta e, muitas vezes, bate no nível de preço. Você importa, a demanda puxa ou vaza renda. Se você joga para o mercado interno vai tendo um problema inflacionário, porque está na origem. A competitividade na indústria nacional e essa competitividade passa necessariamente pelo investimento de infraestrutura. Não dá também para continuar com as nossas taxas de juros. Taxa de juro nesse nível é despesa de juro significativa. Vocês dirão: - Mas vai bater na inflação.

A questão toda é que temos que olhar o seguinte: A inflação, um componente hoje dos mais importantes, uma parte é serviço e uma parte de commodities externas. Essa mesma dinâmica da China que nos favorece e nos dá um termo de troca favorável, também puxa a nossa inflação. E tem a inflação que é de serviço. E, aí me desculpem. Eu prefiro conviver com a inflação de serviços, porque

são os serviços domésticos e as pessoas estão ganhando mais. Eu prefiro conviver com uma inflação um pouco mais alta, mas com as pessoas tendo renda e serviço nesse processo. Claro, sob controle, não perdulário no sentido elevado. Mas você tem que combinar elementos de estabilidade monetária com variável objetiva de crescimento.

É um pouco isso para fechar. Tentei responder ao máximo possível as questões.

**Doutora Esther Bemerguy de Albuquerque:** Aqui tem uma questão que é sobre como resolver a sobreposição de atribuições institucionais entre órgãos? Planejamento, SAE, Conselho, IPEA, CGE, considerando a carreira de planejamento e orçamento tem sido delegado a um papel secundário, restrito aos planos plurianuais e ao orçamento.

Bom. Todos esses órgãos, eu acho que trabalham em torno do planejamento. Agora eu acredito numa coisa que é o seguinte: Todas as reformas administrativas que eu já vi causaram mais confusão do que solução. Eu fui funcionária do Banco do Brasil, eu entrei em 83, vi reformas dentro do Banco, entrei na Prefeitura Municipal de Belém em 96, fiquei lá até 2003 vi reformas várias reformas administrativas, entrei aqui em 2004 e todas as tentativas que eu vi por aqui de reforma de criação, deixaram sempre mais confusão do que solução. Eu sempre acho que o melhor que nós temos é reunir todas as capacidades em torno de um projeto de desenvolvimento. Se a construção do projeto da agenda for participativa, envolver todos os funcionários, envolver a sociedade, essa participação, esse pacto organiza como cada um vai atuar.

Então, o que a gente precisa é que todos se reconheçam e reconheça um projeto de desenvolvimento para o país. A partir daí eu tenho certeza que todas essas instituições se organizam de forma a atender esses grandes objetivos pactuados. Eu sinceramente, não recomendo nenhuma reforma ou nova organização que passe pela burocracia, põe um para cá outro para lá, cria isso e aquilo. Eu já vi tudo isso e nada dá certo. A única coisa que dá certo é efetivamente quando o

governo passa a escutar a sociedade e passa a responder ao projeto da sociedade. E passa responder com responsabilidade e se organizar em torno desse projeto. Acho que é isso que está faltando.

Aqui me perguntam sobre a efetividade do Conselho. Claro, o Conselho é um órgão consultivo. Mas mesmo sendo consultivo, pergunto como o conselho trabalha para que suas recomendações tenham efetividade?

Bom. Primeiro como eu falei para vocês, o Conselho tem tido até aqui uma elevada capacidade de convocação. O trabalho do Conselho é cotidiano com os ministros, com a Presidência da República, esse diálogo informa muito aos ministros do que é acordo na sociedade. A própria agenda de desenvolvimento, vocês verão entrando no site do conselho, tem um conjunto de pareceres, tem um conjunto de moções, tem um conjunto de relatórios que o conselho faz e entrega ao governo. Que os conselheiros fazem um monitoramento de como essas recomendações são incluídas no planejamento governamental e nas políticas públicas. E eles estão muito satisfeitos com o resultado. Por exemplo, eu deixei aí o monitoramento dos enunciados estratégicos. Vocês vão ver que no monitoramento dos enunciados estratégicos aparece como as políticas públicas responderam àquelas sugestões feitas pelo conselho em 2006. E esse monitoramento é de 2010.

Então, o que os conselheiros concluem? Que o Brasil está indo na direção que eles consideram a direção correta na perspectiva deles, o conselho não é a sociedade brasileira toda, mas tem importantes representações da sociedade. Na perspectiva do que eles acordaram na agenda de desenvolvimento que tem a centralidade, como eu falei para vocês, na superação das desigualdades sociais. Que tem a recomendação do fortalecimento do mercado interno. Essa agenda é de 2005. Que tem a recomendação de um programa de infraestrutura, a recomendação de fortalecimento dos bancos públicos, de fortalecimento das estatais, de condições melhores de crédito, ampliou muito o crédito à população e à própria indústria no país. Então, essas recomendações, o conjunto de metas que o conselho anunciou para o governo em 2006.

Em 2006 o conselho quando fez os enunciados estratégicos para o desenvolvimento foi muito criticada pela imprensa. Foi a época em que o conselho mais saiu na imprensa. Nós temos os Clipper – é um negócio deste tamanho. Por quê? Porque o conselho ousou dizer que a meta de crescimento para o país – isso em agosto 2006 era de 6% ao ano. O Saldemberg quase enlouqueceu. Hoje depois que o Brasil começou a crescer com uma média de 5% até mais de 5% ao ano ele não se redimiou, não foi lá atrás e disse que o conselho estava certo. O Brasil podia. Então essa determinação, essa construção de vontade política para atingir esses objetivos que o conselho tem proposto, o balanço que os conselheiros fazem é extremamente positivo.

Tem questões, por exemplo, como a participação do conselho durante a crise. Como eu falei, em março de 2008 quando ainda não se falava em crise no país, o conselho constituiu um grupo foi ao Presidente da República e disse que a crise iria chegar aqui. E nós achamos que a solução para isso era baixar a taxa de juros imediatamente, não foi baixada naquele momento, mas foi em seguida, manter as políticas sociais, manter o crédito, manter o PAC, construiu um conjunto de soluções e apresentou ao Presidente. Esse grupo trabalhou mais de um ano. Foram lá todos os presidentes dos bancos públicos ouvirem as recomendações do conselho. O agradecimento do Presidente pelo trabalho que o conselho fez durante a crise foi tão grande que quando o Ministro Mantega anuncio que agora poderíamos ter certeza que nós estamos voltando aos nossos índices de crescimento que tínhamos antes da crise. Nós começamos uma retomada do crescimento econômico. Esse anúncio foi feito dentro do conselho, pelo Ministro Mantega e pelo Presidente da República, porque eles consideraram que o conselho contribuiu muito com as soluções para a crise.

Da mesma forma, o conselho contribuiu também muito com o PAC, os enunciados estratégicos, se vocês olharem aí fora, em agosto de 2006 propunham uma agenda de infraestrutura que é muito próxima a agenda que o PAC tornou concreta, tanto para as questões de habitação, tanto para infraestrutura social, quanto para a infraestrutura econômica. Por que essa capacidade? Qual é a agenda

da infraestrutura? É uma agenda que ABDIC sabe qual é. O Paulo Godoy está lá dentro. Que a CBIC sabe qual é. O Paulo Simão está lá dentro. Qual é a agenda para a superação das desigualdades sociais? É a agenda de valorização do salário mínimo. A CUT sabe qual é e, a CUT está lá dentro. As centrais, os movimentos sabem qual é agenda da das políticas sociais. Então, esses atores são como – é meio chão de fábrica – eles vivem o cotidiano, a realidade. Então é muito difícil que o conjunto de recomendação que eles fazem não tenha um forte suporte na realidade. E que se forem ouvidos antecipa muito, o conselho antecipou muito. Se no momento que ele disse em agosto de 2008 quando se reuniu com o Presidente da República, se naquele momento tivesse começado a baixar os juros, tivesse fortalecido ao invés de contrair o gasto social, tivesse ampliado o gasto social, a gente teria saído ainda mais rápido. É claro, que a velocidade com que o governo atende essas recomendações não é a velocidade desejada pelo conselho, mas, mais cedo o mais tarde elas são atendidas sim. Porque elas têm um fundo de realidade concreta muito forte. E o governo acaba imprimindo essa dinâmica às suas políticas públicas.

Então o resultado para os conselheiros é muito satisfatório. E se não fosse assim a gente não teria presença dos conselheiros. Eu acho que o principal índice de efetividade do conselho é você vê uma pessoa que tem uma agenda como Gerdau, uma pessoa que tem uma agenda como presidente da CUT, como o Paulo Godoy e Paulo Simão, participarem das reuniões do conselho, estarem presentes o tempo todo nas reuniões, se mobilizarem para essas reuniões. E essas reuniões não são com a Presidência da República, são apenas 4 reuniões anuais com a Presidência da República. Tem reuniões que é só entre eles e, não vão nem os ministros. E eles estão lá e se estão lá é porque o conselho tem efetividade. O conselho dá a resposta à sociedade.

Nós temos na página do conselho todos os relatórios anuais de gestão, com presença dos conselheiros, todas as reuniões que foram realizadas, o site é absolutamente transparente sobre todas as atividades do conselho. Sobre essas questões que o Eduardo falou da tributação da exportação, do ressarcimento dos créditos

tributários, todas essas questões estão abordadas no relatório sobre as iniquidades do sistema tributário. O último é um relatório de 2010 houve um em 2009, pegue o relatório de 2010 e vocês vão ver lá todas essas questões que ele falou, todas essas questões que eu falei para vocês, o quanto o sistema tributário contribui para as desigualdades sociais. O quanto o sistema tributário, a repartição de receitas, essa é uma coisa que vocês deveriam refletir muito. A repartição de receitas na federação contribui para as desigualdades regionais. O quanto é injusta a distribuição do FPM, o quanto é injusta a distribuição dos royalties. O quanto é injusto a cota parte do ICMS. Se você junta esse conjunto de transferências e vê como eles impactam no território, vão ver que ele alimenta as desigualdades territoriais no Brasil. Isso tudo está nesse observatório da equidade, como a gente chama, que conta com IPEA, IBGE e DIESE e a Secretaria do Conselho com uma equipe técnica e que tem uma ampla rede de organizações sociais que dialogam com o conselho e várias oficinas durante o ano e ao final do ano, nós produzimos um relatório. Esse já é o segundo do observatório da equidade e já o quarto sobre as desigualdades na escolarização no Brasil. Estão todos na página do conselho é só entrar no Observatório da Equidade.

E o relatório do tributário é inédito. Ele também tem um processo inédito, porque também discute com movimentos sociais, com os trabalhadores, discute com as centrais sindicais questões que antes eram discutidas apenas com os empresários. Então, hoje se você conversar com líder sindical, com os movimentos sociais do conselho, eles tem absoluto conhecimento sobre o sistema tributário brasileiro. E sabem para onde o sistema tem que mudar.

Outras questões que perguntaram sobre a participação da associação dos funcionários no conselho. Não podem participar do conselho funcionários públicos, nem parlamentares. Apenas a sociedade civil e ministros. Mas o Ministério do Planejamento participa do conselho. E nós temos procurado aqui o pessoal que trabalha com o PPA sabe disso, foram vários diretores de planejamento, secretários conversar com o conselho sobre o novo PPA. Tem muitas reuniões que são abertas e sempre os funcionários da Esplanada toda têm

participado muito dessas reuniões e tem tido muito contato e interação com os conselheiros. Muito obrigada.

**Senhor Mauro Cesar Nogueira:** Já agradecer os dois e abrir um minuto e meio só para a fala final de encerramento.

**Doutor Eduardo Costa Pinto:** Só para agradecer mesmo. Mas ante a provocação eu não resisti, apesar de não ter sido endereçada a mim. A coisa de sobreposição de órgãos me deixou aqui pensando se falava ou não. Vou falar. Eu acho que é difícil mudança mesmo de reorganização de estrutura. Mas para a gente avançar na questão do planejamento e avançar no planejamento mais integral e menos setorial, hoje o Estado brasileiro reconstruiu uma organicidade disso. Mas é preciso coordenar. E coordenar seria boa parte desses órgãos voltarem para a origem, para o Ministério do Planejamento. Acho que é um pouco isso. Não de hierarquia, mas de coordenação. Um elemento de coordenação e para pensar porque você criou uma perna que olha o social e outra perna que tenta ver o longo prazo e a outra o IPEA que vai longo prazo e curto prazo. Esse seria um elemento fundamental para pensar coordenadamente. O quanto é viável organizacionalmente, politicamente é outra questão. Eu tinha que comentar isso para avançar o processo.

Na verdade eu queria muito mais para fechar era agradecer o convite, espero que eu tenha suprido a ausência do professor Laplane. E que a ideia aqui é fazer essa discussão, realmente pensar planejamento e desenvolvimento é olhar o interno, mas é olhar o mundo e um mundo em transformação profunda, um mundo em que a estrutura produtiva, a estrutura social, a mudança de preços relativos, de manufaturas e bens e serviço, um mundo em que mais gente saia do nível de pobreza e que a desigualdade aumenta, mas nos países periféricos ou em desenvolvimento ela muda. Ao mesmo tempo um cenário de grandes oportunidades, mas também de ameaça. Ao mesmo tempo a China que é o motor propulsor e que proporcionou isso também, pode ser uma ameaça para a gente. Então, o importante é que a gente tenha claro o que queremos para na negociação das arenas internacionais e do processo de

planejamento pensar o Brasil não para a gente, mas para os nossos filhos e netos.

**Doutora Esther Bemerguy de Albuquerque:** Eu só quero agradecer a Associação o convite que nos fez para participar. E tem uma última pergunta que eu não tinha respondido, que mais sobre a Rio +20. A gente está deixando o acordo ali, do conselho e a Rio +20 também tem oportunidades e tem ameaças. A pergunta é: Numa situação de crise, a gente vai ter algum resultado positivo na Rio +20? Acho que pode ter se a Rio +20 apontar para isso. Para que o modelo atual de desenvolvimento é insustentável. Esse enunciado tem que ser dado. Se ele é insustentável qual é o novo modelo de desenvolvimento que nós temos que pensar. E a Rio +20 o Governo Brasileiro tem insistido muito nisso, não é uma conferência ambiental. É uma conferência sobre desenvolvimento sustentável. Isso significa que as três dimensões serão abordadas, a econômica, a social e a ambiental, intrinsecamente. E o que se está dizendo é que o desenvolvimento sustentável é o quê? Não deixem que o conceito mude. Há uma tentativa, principalmente dos países europeus que financiou o estudo do PNUMA sobre economia verde que é financiado pela Comissão Europeia. Onde estão as tecnologias verdes hoje? Na Europa. Principalmente na Alemanha. É aquilo que o Celso Furtado disse, os países desenvolvidos sempre tentam nos impor um estilo de desenvolvimento, porque eles ganham muito com isso. E nós fomos em várias dessas barcas. E a Rio +20 é uma conferência da ONU e, ela está marcada por essa proposta de que o tema central seja a economia verde e não desenvolvimento sustentável.

O Brasil conseguiu colocar o desenvolvimento sustentável na pauta e conseguiu que o tema saísse como economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável. O nosso papel enquanto brasileiros é não perder o foco. O foco é fazer da Rio +20 um conferência sobre desenvolvimento sustentável. Recuperar o conceito de desenvolvimento sustentável que é atender as necessidades da geração presente e das gerações futuras. E quando nós falamos em necessidade, nós estamos falando de coisas muito concretas. As pessoas dizem que isso é muito amplo. Não é. As necessidades

sociais são dadas, elas têm um estatuto muito importante, pactuado internacionalmente, que é o Estatuto dos Direitos Humanos. E ela tem estatutos pactuados nacionalmente em cada país pelas suas constituições e pelos direitos que essa constituição dá aos seus cidadãos. O desenvolvimento sustentável é isso. É atendimento das necessidades sociais da geração presente e das gerações futuras. Contrabalançado por uma equidade entre regiões. Vamos manter o foco e não vamos deixar com que economia verde que quer discutir apenas uma dimensão que é a econômica seja o foco da Rio +20. O nosso papel enquanto brasileiros é trazer para o foco um novo modelo de produção, consumo e distribuição. Porque não adianta só falar no novo modelo de produção e consumo se não falar em distribuição. O consumo tem relação com a estratificação social. Ninguém vai dizer para um americano para ele não consumir o que ele consome, se ele tem renda para isso. Tem que redistribuir essa renda entre os países, a crise é uma oportunidade para isso também, por bem ou por mal. Tem que redistribuir a renda entre países e no interior desses países. A produção hoje de alimentos, a própria geração de energia podem muito bem ser suficiente para todos. Não é porque uns tem consumo de luxo, consumos intensivos em energia, em recursos naturais que exigem como insumos intensivamente esses recursos e outros não têm nada. Então, para você ter um consumo sustentável, você tem que ter uma nova redistribuição de renda e riqueza.

E é isso que a Rio +20 tem que discutir. Qual é o novo padrão de produção, consumo e distribuição que vai gerar um novo modelo de desenvolvimento e, aí sim, um desenvolvimento sustentável. Porque o atual não é.

**Doutora Esther Bemerguy de Albuquerque:** Em nome da ASSECOR eu agradeço o Eduardo, agradeço a Esther e dou por encerrada a nossa mesa. Obrigado a todos.

**Mestre de cerimônias:** Encerra-se neste momento a atividades programadas para a manhã do primeiro dia do II Seminário da Associação dos Servidos da Carreira de Planejamento e orçamento.

Informamos aos senhores que as atividades serão retomadas neste mesmo auditório, logo mais, pontualmente às 14 horas.

A ASSECOR convida a todos para o almoço que será servido no restaurante deste hotel. A equipe do cerimonial informará o caminho e procederá a entrega voucher na saída do auditório.

**TARDE**

## **“A Participação Social no Processo de Planejamento e Orçamento”**

**Mestre de cerimônias:** Convidamos os senhores participantes do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento para que adentrem o auditório, momento em que daremos início às atividades programadas para essa tarde.

Autoridades presentes, senhoras e senhores a todos uma boa tarde. Damos início então, à programação prevista para o período vespertino do primeiro dia, desse que é do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Este é um evento realizado pela ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Conta com importante patrocínio da Caixa Econômica Federal. E com o apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e o Ministério do Planejamento.

Temos a honra neste instante de convidar para que coordene os trabalhos do I Painel deste seminário, o senhor Denis Santana Barros Analista de Planejamento e Orçamento. Para compor a mesa deste painel cujo tema será: “A Participação Social no Processo de Planejamento e Orçamento”, convidamos também os painelistas, senhor Igor Fonseca Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. E a senhora Enid Rocha Andrade Silva Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Com a palavra para o início dos trabalhos e condução deste painel, o senhor Denis Santana Barros.

**Senhor Denis Santana Barros:** Boa tarde a todos. Sejam bem vindos. Eu quero agradecer a presença aqui do Igor Fonseca, da Enid Rocha e vamos dar início aos trabalhos. Nós temos aqui logo de partida um tema extremamente relevante e fundamental para a melhoria da qualidade da gestão pública no país. Antes de tudo, eu gostaria rapidamente de falar sobre o currículo dos nossos palestrantes, no caso a Enid Rocha, ela é Economista formada pelo Unicamp, com Mestrado em planejamento regional pela Cedeplar da UFMG. Doutorando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. E como já foi dito pelo nosso cerimonial, Técnica em Planejamento e Pesquisa do IPEA. Atualmente como Assessora da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento.

Já o Igor Fonseca é Sociólogo, Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas e Gestão Ambiental. Pesquisador do IPEA da Diretoria Estado, Instituições e Democracia. Então nós estamos aqui com dois colegas com bastante informação e conhecimento para compartilhar conosco. Antes de passar a palavra, acho que é importante, rapidamente, contextualizar a importância do tema participação social no planejamento e orçamento. Trata-se de um tema de alta relevância tanto no contexto do fortalecimento da democracia, quanto no contexto da melhoria da qualidade das políticas públicas. Também, a gente deve imaginar que a questão da participação social, ela vem se estabelecendo como um processo ao longo dos últimos anos, algo que os nossos palestrantes vão abordar aqui em suas apresentações. E, vem se consolidando com um valor fundamental para a gestão pública, como um valor fundamental enquanto instrumento de fortalecimento da governança pública, para o aperfeiçoamento das políticas, para a melhoria da qualidade dos bens e serviços ofertados à sociedade. E, é nesse contexto que tanto a Enid, quanto o Igor vêm trazer para a gente reflexões e desafios voltados para a ampliação dessa participação da sociedade nos processos de planejamento e orçamento.

Eu quero então, começar passando a palavra para a Enid que vai fazer uma exposição de 30 minutos, depois na sequência o Igor fará

também uma exposição de 30 minutos e nós teremos 20 minutos para debates. E vocês vão receber um formulário onde poderão apresentar as suas perguntas e eu vou passar essas perguntas aos palestrantes.

Então, Enid.

**Senhora Enid Rocha Andrade Silva:** Em primeiro lugar eu queria cumprimentar a todos vocês e queria cumprimentar meus colegas de mesa, o Denis do Ministério do Planejamento e agora está na ENAP. O Igor que é meu colega do IPEA. Agradecer também explicitamente ao presidente da ASSECOR, o Eduardo Rodrigues pela oportunidade que me proporcionou para participar desse seminário que eu considero ser uma oportunidade ímpar de estar junto à pessoas que estão preocupadas em melhorar as políticas públicas, entender e que acreditam com certeza, no papel importante que o Estado tem para melhorar a qualidade de vida das pessoas do nosso país.

Eu preparei uma apresentação e pensei em fazer um link desses itens que vocês estão vendo na transparência, começar inicialmente falando de qual a participação social que nós vamos dialogar aqui. O processo de institucionalização de participação social no Brasil, passando pela década 1970/80 até chegar à Constituição e depois passar a falar dos três processos de participação no Plano Plurianual que nós tivemos, começando do PPA de 2004/2007, o processo de participação de 2008/2011 e esse atual. E no final fechar com alguns avanços e alguns desafios que a gente para frente.

Quando a gente pensa em participação social, eu acho importante a gente dizer aqui, porque há um conceito que ele é objeto de inúmeras interpretações. Então é até muito difícil a gente conceituar, mas é importante a gente dizer que aqui, mesmo nessa discussão que a gente faz no seminário da ASSECOR, quando estamos falando na participação social, nós estamos pensando muito na participação cidadã que é a participação onde as pessoas tomam lugar em espaços institucionalizados com o diálogo do governo. E existem outras interpretações, por exemplo, a gente pode falar da participação comunitária quando é uma participação autônoma no meio da

comunidade, que não tem como interlocutor o Estado. Também se fala muito da participação popular, aquela que tomou lugar na década de 70 com os movimentos populares urbanos, onde também existe aquela frase que eles viviam de costas para o Estado, que eles não acreditavam naquilo que o Estado poderia fazer. E a participação que a gente vai conversar aqui é a participação social, entendida aqui, aquela participação nos espaços institucionalizados que o governo provê para a participação da sociedade, pensando na melhoria da qualidade das políticas públicas. Então é um diálogo que se faz entre essas partes.

Quando a gente pensa até nas definições dessa participação social, pensando na participação popular dos movimentos populares urbanos, não tem como quando você indaga sobre esse conceito, você não fazer uma ligação ou link com a construção da cidadania do Brasil. Então existe em relação a isto, vocês mesmo já devem ter ouvido falar o seguinte lugar comum – que o povo brasileiro é um povo apático. Ele não participa, ele não quer saber. Então existem autores que questionam e rebatem esse tipo de visão que está muito atrelada – aí eu estou até citando ali, não muito na ordem, quando gente tem aquele texto no livro do José Murilo de Carvalho, que fala: - Os bestializados – “O Rio de Janeiro é a República que não foi.”

Então ele escreve sobre um período específico no Brasil que é o começo da república no Rio de Janeiro e mostra como que apesar de ser um modelo novo que estava sendo implementado no Brasil, como que as pessoas que pareciam que estavam alheias a tudo aquilo que estava acontecendo e não participava. Então, ele vai mostrar nesse livro que não é bem assim. Que na verdade, aquela postura que parecia um alheamento e uma apatia do povo brasileiro era muito mais uma demonstração de desprezo da população brasileira em relação a um modelo que eles não tinham participado, não tinham tomado parte na sua construção. E que existia sim, o povo não era apático. Mas assim, quem partilha dessa visão de que o povo brasileiro é apático e alheio, ele ainda fala mais, que isso era uma forma de preconceito com as diversas manifestações populares

de participação que nós temos no Brasil. Então, ele cita para rebater isso, a revolta da vacina.

Daí tem outros autores também que falam, como a Maria Luiza Carvalho, ela começa citando assim: - As primeiras resistências indígenas e negras, como a confederação dos Tamoios, dos Quilombos. Ou seja, se a gente olhar na história do Brasil, vamos ver que existe sim, povo no Brasil e muitas manifestações de participação social.

E tem a visão também, que de fato existe aquilo que muitas vezes o povo não acreditar na política, não acreditar no governo. Isso porque tem toda uma construção e daí, outros autores falam da construção da nossa cidadania. Tem a Tereza Sales que fala da cidadania concedida, que é muito vinculada a cultura da dádiva. Aí ela vai se remontar a vários outros autores na discussão do homem cordial, da democracia racial, um pouco ela diz assim: - Como os primeiros direitos civis da população brasileira, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, ele foi concedido sobre a ordem escravocrata. E mesmo quando não existia mais a escravatura, os homens livres e pobres continuavam a depender dos favores dos senhores para conseguir qualquer acesso aos direitos. Então isso ficou como parte da nossa cultura, da cultura da dádiva. A população sempre necessitando de um favor para conseguir acesso aos seus direitos.

E caminhando um pouco mais adiante, já na época de Getúlio Vargas, quando fala que então, nós passamos pelo momento da cidadania regulada, mas uma vez ainda pensando a cidadania de cima para baixo. Daí o grande símbolo era a carteira de trabalho, onde só tinha acesso aos benefícios aquela população que era vinculada a uma categoria profissional, ou seja, ao trabalho formal. Por isso ele fala que ela era regulada, porque passava por valores, não por valores da pessoa humana, mas por valores vinculados a sua categoria profissional. Enfim. Isso tudo é importante a gente ter como pano de fundo para mostrar que hoje, se hoje o Brasil é reconhecido internacionalmente até por toda a sua gama de espaços de participação social, isso nem sempre foi assim. Essa participação

nem sempre foi institucionalizada e ela foi conquistada por meio de manifestações e de luta.

Como um ponto, um marco, quando se diz assim: - Mas como que foi construído isso que a gente tem hoje? Essa participação social que está escrita na nossa Constituição. Então sempre se começa a falar do período da ditadura militar quando houve então, o fechamento de todos os canais considerados lícitos de participação. Foram fechados os sindicatos, por exemplo, e não existia mais um canal de expressão e de interlocução e negociação que a sociedade poderia ter. E é esse período que a gente coloca de 70 a 80, que a gente fala que é quando os movimentos sociais urbanos, especialmente, eles se manifestavam de costas para o Estado. Onde surgiram as novas demandas sociais. Os novos e novíssimos movimentos sociais. E os lugares da manifestação política e da sua mobilização não eram mais nem os sindicatos e os partidos, mas era o local de moradia. O bairro, a periferia, onde as pessoas lutavam para melhorar o lugar em que moravam, para melhorar o acesso do posto de saúde, as escolas. Muito importante dessa época que surgiam os movimentos de gênero, de raça, a educação popular, as comunidades eclesiais de base, os clubes de mães, enfim, todos os movimentos populares que solicitavam creches, saúde, contra a carestia. E também é dessa época o que a gente fala do novo sindicalismo que foi daquela grande greve dos metalúrgicos no Estado de São Paulo. Isso seria um marco.

Daí se teve todo esse período onde a manifestação era contra o regime, a manifestação era voltada para o lugar de moradia. Há aí depois uma inflexão que vários autores constrói de uma determinada maneira, mas o que importa aqui é que de um determinado momento passou-se ao que a gente chama hoje, que nós chegamos na institucionalização dessa participação social que foi por meio do processo constituinte, onde então a gente diz e tem até uma frase que eu coloquei ali, que pára então aquela manifestação de costas para o Estado e começa o slogan de que – na luta nós fazemos a lei. Daí seria então, a sociedade querendo participar dos instrumentos, querendo dialogar com o Estado por meio de espaços institucionalizados e solicitando uma maior

participação na elaboração das políticas públicas. E isso tudo aconteceu nesse movimento da participação popular na constituinte, por meio das emendas. Um número muito grande de emendas populares foi aproveitado. E eu coloquei como exemplo, então a nossa Constituição vinda dos movimentos populares. Dessa manifestação a gente pode citar aqui vários exemplos.

Por exemplo, a luta do movimento sanitarista, que era do movimento sanitarista, da população, dos profissionais, ela resultou então, quando você tinha um sistema de saúde que não era universalizado, então esses princípios já foram inseridos na Constituição. E que resultou depois nessa construção do Sistema Único de Saúde, com controle social de participação dos usuários. E também a luta pela reforma urbana, essa sim, também movimento pela melhoria do espaço urbano. Sempre junto, quando a gente fala assim, não são só os movimentos populares. Nessa fase houve uma articulação dos movimentos populares com profissionais, pessoas do governo, ou seja, da sociedade. E que resultou então, na Constituição que definiu a função social da propriedade, da cidade e foi reconhecida na Constituição. Da mesma forma a luta conjunta da sociedade de repugnância em relação aos meninos de rua, que causava mal estar em toda a sociedade, também teve a formação do movimento de meninos e meninas de rua. E se conseguiu também inserir na Constituição um princípio que o Brasil foi o primeiro país a inserir na sua Constituição que é você vê a criança e o adolescente como sujeito de direitos e a proteção integral da criança e do adolescente. O que resultou depois na construção do estatuto da criança e do adolescente.

E também outra discussão muito cara para nós, que é a discussão da assistência social, da antiga LBA e que era vista como uma política de benemerência, então toda a luta da sociedade de ser contra essa antiga visão da benemerência se conseguiu colocar a política da assistência social como um direito da seguridade social. Tudo isso mostrando que nada foi gratuito e que a gente tem essa história a ser contada e com muito orgulho até. Eu já tive a oportunidade de participar em eventos no Chile onde a gente vai falar do processo de participação do Brasil e, realmente, hoje quando a gente começa

contar todos os espaços participativos que nós temos é realmente muito desproporcional em relação aos outros países.

E com isso então, a nossa Constituição de 88 ficou conhecida como a Constituição Cidadã, porque ela inseriu dentro dela vários mecanismos de participação direta, que a gente fala democracia direta e também da democracia participativa. Quando a gente fala em participação direta que na nossa Constituição a gente pode citar que o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. E em relação a Constituição ela também inseriu o que nós temos hoje que é um modelo descentralizado e participativos das políticas públicas, então várias políticas foram descentralizadas, a discussão da criação de fundos, de repasse fundo a fundo, dos conselhos municipais. Ou seja, quando a gente olha, a gente que é apaixonada por políticas públicas, nós temos na Constituição o nosso ícone para ver que todas essas mudanças que a gente vem construindo para melhorar até hoje, ela foi gestada e inserida dentro da Constituição.

E em relação aos mecanismos de democracia participativa a Constituição estabeleceu vários conselhos de gestores de políticas, nós já citamos aqui a política da saúde, da seguridade que ela fala e nós não temos ainda, que seria um grande conselho da seguridade social, da assistência, da criança e do adolescente e, esses conselhos hoje já realizam também as conferências nacionais que são fóruns mais amplos de participação e onde representantes do poder público e da sociedade vão lá e apresentam propostas para fortalecer e adequar às políticas públicas. Enquanto os conselhos que são vinculados ao sistema da política, deliberam e a maioria dos conselhos faz a sua reunião bimestral, as conferências nacionais acontecem normalmente a cada 2 anos.

É muito importante também a gente falar, já que, sobretudo agora na elaboração desse PPA participativo que a gente levou em consideração e trabalhou junto com os conselhos, é importante a gente pensar nessa institucionalidade, é importante saber que os conselhos são órgãos públicos estatais. Eles estão dentro do seio da estrutura do Estado. Ali nesse slide eu coloquei algumas características desses órgãos. Ele tem participação popular por meio

de representação institucional da sociedade civil e também de representantes governamentais. Tem uma participação paritária ou é tripartite, ou seja, é proporcional, as participações são regulamentadas. Sobretudo, esses vinculados à políticas públicas e dos quais nós vamos falar adiante. Eles têm atribuições deliberativas em relação à política e de controle social. Têm mecanismos de controle da sociedade sobre o Estado e muitos deles têm atribuição de discutir os recursos, ou seja, discute-se o orçamento das determinadas políticas. E, geralmente, eles estão presentes nas três esferas de governo funcionando na forma do sistema descentralizado.

Existem três tipos de conselho, é só uma divisão metodológica, geralmente a gente a chama de conselhos de programas que são aqueles conselhos associados a ações bem delimitadas quanto ao espaço e a sua clientela. A gente cita aqui como exemplo de conselho de programa, o conselho da merenda escolar, ele não é vinculado a extensão de outros direitos ou garantias sociais. Ele é um conselho que gerencia determinado programa ou ação e a participação dele é vinculada àquela clientela que tem acesso ao programa e aos representantes governamentais.

Chamamos também os conselhos de políticas que são os conselhos mais amplos, que são ligados às políticas públicas mais estruturadas de caráter universal ou concretizadas em sistemas nacionais. Eles são, em geral, previsto na legislação nacional do programa e têm atribuições de elaboração, de formulação e implementação de determinada política. Nós citamos como exemplo, o conselho nacional de educação, conselho nacional de assistência social, conselho nacional de saúde. Ou seja, são os conselhos que fazem parte do sistema de determinada política pública e que, geralmente são constitucionais quando não existe uma legislação que determina a sua existência.

E também, os conselhos de direitos. Eles se associam em geral aos grupos considerados vulneráveis, por exemplo, negros, idosos, crianças e adolescente. E o que os diferencia do conselho de política é que eles fazem uma discussão transversal em relação a

determinada política pública e não existe uma configuração sistêmica da política, mas ele tem interface com várias outras. É o que a gente como gestor público sente na pele a maior dificuldade de trabalhar com essa discussão transversal, mas que é da maior importância. E geralmente eles têm as mesmas funções de um conselho de política.

Feito esse percurso histórico, eu queria então começar a falar agora do processo participativo no âmbito do plurianual. Na tela nós colocamos o modelo de desenvolvimento descrito no PPA 2004/2007 e para isso, existem alguns antecedentes. É sempre bom pensar que quem introduziu essa primeira experiência do PPA participativo, foi um governo do campo democrático popular que vem daquela matriz lá atrás, que a gente falou dos movimentos populares urbanos, de acreditar na ampliação dos direitos, do novo sindicalismo. Então, esse governo ao assumir e, também muito inspirado nas experiências no âmbito dos municípios do orçamento participativo se pensou então de trazer essa primeira experiência de participação no plano plurianual 2004/2007. É importante dizer também que assim que começou o primeiro ano do Governo do Presidente Lula houve uma mudança na institucionalidade, por exemplo, a Secretaria-Geral da Presidência da República em governos anteriores, ela tinha um papel meramente institucional e, com o Governo Lula foi lhe dada outra atribuição que tem até hoje de dialogar com os poderes não legalmente instituídos. Que antes se dialogava com estados, municípios, parlamento. E a partir de então, no âmbito, no arranjo da Presidência da República se passou a deter de um órgão com atribuição de dialogar com movimentos sociais, com conselhos, então isso foi uma grande mudança.

E o Ministro Luiz Dulci que foi o Primeiro Ministro da Secretaria-Geral, ele falava muito no conceito que eles estavam trazendo que era o conceito que ele chamava de governabilidade social, que se trata justamente de sair da governabilidade institucional e inserir esses movimentos sociais, a população, a sociedade no diálogo para o governo.

O plano plurianual 2004/2007 de forma resumida, ele de cara já falava dessa dimensão democrática – esse slide mostra que o plano

tinha três dimensões – então a dimensão democrática já se reconhecia de partida, promoção e expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia participativa. Uma dimensão social que era a inclusão social e redução das desigualdades e a dimensão chamada econômica, ambiental e regional, que era toda aquela discussão da criação, geração de emprego e renda e redutor das desigualdades regionais.

É importante que daí, a gente vai vendo a diferença com a montagem. Quando se começou esse processo participativo desse PPA a sociedade e os movimentos sociais que apoiavam, foi assim de muita esperança quando isso começou, então toda a sociedade e movimentos sociais acreditando que agora sim, eles iriam tomar parte, construir. Eu cito ali uma frase do Cândido [*inaudível*], o Cândido foi uma das pessoas da sociedade civil que acreditou muito nesse processo, ele diz assim: - “Nunca na história do Brasil o Governo Federal realizou uma consulta pública dessa envergadura, sobre orientação que é de sua competência legítima definir. Pela primeira vez no Brasil, montou-se um amplo processo de consulta pública sobre a obrigação constitucional do governo de apresentar para a nação uma proposta de PPA. Sinceramente não é pouco, almenos para quem acredita que o processo como se define, é mais importante qualificador dos resultados, do que o resultado em si. Poderemos não avançar muito na definição do Brasil que queremos, (eu acho super significativo quando ele diz assim): Almenos não são iluminados ou iluminadas os usurpadores que nos dizem o que é bom e desejável em termos de desenvolvimento. Nós mesmos somos chamados a participar das definições. Vamos à luta. Ela vale a pena, nem que seja como o primeiro passo, como diz o poeta: o caminho se faz ao andar.” Eu trouxe esse texto porque mostra o espírito da sociedade quando foi anunciado e quando se começou a discussão do processo participativo.

E daí, tem aqui todo o método de como ele foi. Eu trouxe muito em linhas gerais, houve a constituição de um grupo gestor com o Ministério do Planejamento, a Casa Civil, a Secretaria-Geral e se pensou então, como isso poderia ser gestado. Houve diversas reuniões com as principais entidades de representação nacional dos

trabalhadores, empresários, movimentos sociais. E foram feitas parcerias na realização dos fóruns nos estados, sobretudo, com a Bong, com Inter Redes, com a UNESCO, Caixa Econômica Federal, Polícia Rodoviária Federal e o governo – Ministério do Planejamento, Secretaria-Geral e pessoas da sociedade, passou então, a realizar os fóruns nos estados onde participavam ONGs, pessoas do estado, o fundamental aqui é dizer assim: - E o que o governo nesse processo levava à consulta da sociedade? O que foi colocado à consulta da sociedade foi a orientação estratégica do governo. Eram na época 24 desafios organizados em três megaobjetivos que foram discutidos em 26 estados e no Distrito Federal. Esse é um número oficial da Secretaria-Geral, participaram 2.170 entidades e 4.700 atores sociais, além de governadores, prefeitos e outras autoridades. E como resultado de 24 desafios, se passou a 30 desafios, seis novos. E 21 tiveram sua redação alterada. Então, o resultado nu e cru do processo participativo do PPA 2004/2007 ele se deu na ampliação dos desafios.

E qual foi a avaliação da sociedade desse processo? Não foi uma avaliação muito feliz, muitas pessoas se decepcionaram e se dizia de uma avaliação do ENBASE, eu não me lembro, dizia assim: - Apesar do reconhecimento e o ineditismo da proposta e dos resultados alcançados, a percepção de alguns segmentos da sociedade é de que os resultados não foram plenamente satisfatórios. E apontava alguns problemas. Um muito importante era o descompasso entre o que se consultava na etapa do PPA e aquilo que os Ministérios já estavam fazendo no cronograma do plano do PPA. O que prejudicava o aproveitamento das contribuições na programação dos ministérios. Ou seja, enquanto o governo estava levando aos estados a discussão dos desafios, no âmbito do Ministério do Planejamento já se estava discutindo outras dimensões junto aos outros ministérios, o que dificultou depois se fazer qualquer tipo de inclusão. Reclamava-se também que a participação não havia se dado num nível mais concreto do PPA, porque ela se deu no âmbito das orientações estratégicas e que depois ficava muito difícil se visualizar as contribuições da sociedade no PPA.

Houve em função disso uma dificuldade enorme da prestação de contas em relação a materialização das contribuições e das consultas. E uma reclamação que vem até hoje é que há uma ausência de participação sistêmica ao longo do ciclo orçamentário e no acompanhamento da implementação do PPA.

Depois dessa experiência, na construção do PPA 2008/2011 ainda no segundo Governo do Presidente Lula, à luz de todas essas dificuldades apresentadas, se pensou então, a Secretaria-Geral junto com o Ministério do Planejamento – a minha colega Denis que está aqui, nós participamos bastante dessa discussão – era de tentar trazer a discussão e o processo participativo do PPA numa dimensão mais concreta e também de fortalecer os espaços institucionalizados na Constituição. Porque na participação do primeiro PPA os conselhos e as conferências foram os grandes ausentes. E que são espaços que necessitam ser fortalecidos. Então, a proposta no PPA de 2008/2011 ela tinha como diretrizes a valorização dos canais de participação social, já existentes, os conselhos, as conferências, os fóruns. A construção conjunta das diretrizes entre ministérios e conselhos. Daí sim, em função da crítica do anterior, conseguir ser mais transparente no aproveitamento das contribuições da sociedade no PPA e inserir um método de participação social na implementação do PPA no âmbito ao longo do ciclo orçamentário.

Aqui é um desenho só para a gente visualizar aonde que se deu. Aonde que se dava a proposta de participação do PPA 2008/2011 se dava aqui entre os objetivos do governo e as políticas públicas. E como no Governo do Presidente Lula um dos avanços foi a realização de inúmeras conferências nacionais e, a gente tinha feito uma pesquisa entre o IPEA e Secretaria-Geral que mostrava mais de 4 mil deliberações, sem ter porta de entrada no âmbito do governo federal que precisavam ser aproveitadas e inseridas no PPA. Então se queria que os conselhos dialogassem com as deliberações das conferências com os ministérios e isso se consubstanciasse então, numa porta de entrada no plano plurianual. Aqui então, onde se deu a participação no primeiro PPA na dimensão estratégica e aquela bolinha vermelha seria a mudança do PPA 2008/2011.

Aqui a gente fala quais eram as vantagens de uma proposta dessa natureza que é criar uma porta de entrada das deliberações das conferências, trazer a participação numa dimensão mais concreta. A participação da sociedade se realizando mais concreta, você teria mais facilidade para fazer a prestação de contas e, sobretudo, todo aquele processo de participação da sociedade nas conferências nacionais teria então, um desaguadouro.

Se a gente fosse falar em resultados desse processo de participação para começar eu acho que muitos de vocês se lembram que nesse período o governo estava elaborando o primeiro PAC, então, uma parte muito grande dos técnicos tanto do Ministério do Planejamento, da Casa Civil, e até o staff político do governo, a grande preocupação era com o PAC e nesse período o PPA não teve a prioridade que ele já tinha tido no governo anterior. Alguns conselhos fizeram esse dever, a gente pode citar aqui, geralmente conselhos da área social que já tem essa trajetória de fazer isso. O CNAS, o da saúde, o CONAM o conselho do meio ambiente, teve esse problema do PAC. Havia também todo um temor da cúpula governamental que como o PAC incluía obras bastante polêmicas para a participação da sociedade, então, não se queria abrir tanto a participação do PAC ou do plano plurianual, porque isso poderia inviabilizar naquele momento uma proposta que vinha vindo.

O importante é frisar aqui os avanços, a gente costuma dizer que as políticas públicas são feitas de forma incremental, então a gente vai sempre melhorando a partir da avaliação que é feita anteriormente.

E chegamos então, no processo atual de participação do PPA 2012/2015. Daí sim, a gente pode falar que as características, ele aproveita muito dessa experiência do 2008/2011. E corrigindo o processo participativo, ele dá em paralelo a elaboração do plano para que tenha sido possível fazer o aproveitamento das contribuições da sociedade. Ele também tem como base os conselhos nacionais com a realização do fórum interconselhos. E ele coloca como objeto de consulta, muito em função dessa mudança no plano plurianual, também o que a gente chama da dimensão tática. Desde a dimensão estratégica, a dimensão tática, visão de futuro, os valores e o conjunto de programas temáticos proposto pela SPI e também

colocou em discussão as ideias básicas do monitoramento. Também proporcionou discussão multisetoriais e a dimensão regional.

Aqui a gente mostra que a ênfase do processo participativo, a gente lembrando as críticas anteriores que a sociedade falava que não participara da parte concreta do plano. Depois quando pensamos no 2008/2011 que era a parte concreta, eles diziam que queriam participar também da parte estratégica. Então esse processo participativo do atual PPA tem como mérito que ele coloca à consulta pública a dimensão estratégica e a dimensão tática.

Aqui os avanços. Houve tempo hábil para avaliação e aproveitamento das contribuições da sociedade ao plano. Houve tempo de a SPI sistematizar, fazer avaliação e discussão nas oficinas das contribuições que vieram dos conselhos, houve tempo ainda agora, de fazer uma devolutiva à sociedade com a realização recente do II Fórum Interconselhos. A participação no nível estratégico e tático. E a valorização dos conselhos já constituídos que é uma questão que eu julgo da maior importância. Essa aqui é a devolutiva que a Secretária e a SPI apresentou no nesse II fórum e que eu acho que ela foi de um aproveitamento muito grande, 83% das contribuições foram incorporadas na dimensão estratégica. 13,7% foram incorporadas parcialmente, na dimensão tática 64% das contribuições da sociedade foram incorporadas. E no total 77% incorporadas e menos de 20% parcialmente e só 3,3% não incorporadas.

Dos desafios, para encerrar. Se a gente pudesse olhar para traz e ver da constituição da participação social toda a nossa história e dessa história recente que temos de participação do PPA, eu acho que o que nós temos de desafio para frente é pensar – é o que a gente vem fazendo agora – uma reformulação adequada da metodologia de monitoramento, da importância desse monitoramento conseguir dar visibilidade ao processo de execução integrada do plano com o orçamento. E eu já vi no site do INES que eles já reclamam. Eles dizem assim: - Tudo bem, mas nós queremos saber dos recursos, nós queremos acompanhar isso de forma integrada. – então é da maior importância a gente conseguir dar visibilidade a isso. Outra discussão que SPI, a Secretária Lúcia também coloca e nós estamos

pensando isso, é da gestão estratégica que é fundamental, se a gente imaginar que os programas temáticos, englobam muitos órgãos, muitos atores e nós temos que ter uma gestão estratégica, porque o processo de monitoramento, ele não é um sistema mecânico instrumental de informática. Ele é um sistema para que determinada política objetiva, iniciativa aquilo se concretize. Então, é necessário que tenha essa gestão estratégica para que aquilo de fato tome corpo no sentido que está colocado.

A capacitação e a qualificação dos conselhos para formulação, acompanhamento e monitoramento do plano. Que hoje a gente sabe, se precisa fortalecer o conselho, nós sabemos que eles não reúnem as condições adequadas de corrigir e definir políticas, muitos são órgãos esvaziados, sobretudo, a gente sabe que os representantes governamentais, por exemplo, não são pessoas que têm uma ascensão dentro do ministério para poder decidir. Da mesma forma os representantes da sociedade, eles não prestam contas para as pessoas que representam. Então, é necessário a gente pensar a política e acho que a Secretaria-Geral vem trabalhando nesse sentido para dar mais efetividade a esses espaços.

E, também pensando nas conferências nacionais, acho que foi um processo que não ficou muito presente na atual participação e, pensar também desse processo de participação ser uma porta de saída para as deliberações das conferências para que a população sinta que valeu a pena o esforço participativo.

E, finalmente, um outro desafio que seria fazer a articulação da democracia participativa com a democracia representativa no sentido de a gente pensar uma forma procedimental de articular o conselho com o Congresso Nacional. Porque a gente pode no âmbito do conselho, no âmbito do PPA tomar algumas decisões, decidir alguma coisa e não ter essa articulação com o Congresso Nacional e isso então, cair por água. Então, há necessidade de se pensar como a gente pode fazer esse tipo de articulação.

Eu queria só encerrar com essa frase do então Ministro Luiz Dulci quando se perguntou a ele, já no final do Governo do Presidente

Lula, ele já fazendo uma avaliação, justamente nessa demanda que a sociedade tem de ter acesso aos diversos sistemas e de participar no âmbito do ciclo orçamentário. Aí se perguntou para ele numa entrevista, qual a comparação que ele faz do processo de orçamento participativo dentro dos municípios e com essa demanda de se participar do ciclo orçamentário. Isso a gente pensar que foi no final de 2010 então, é fruto já de uma reflexão. Ele fala assim: - “Penso que o chamado ciclo orçamentário, isto é, o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento propriamente dito, também podem ser de alguma maneira objeto de interlocução específica com a sociedade civil. Já acumulamos uma boa experiência nesse sentido. Mas é preciso encontrar forma adequada para fazê-lo. Não acredito, sinceramente na transposição mecânica do orçamento participativo municipal para o âmbito federal. O orçamento participativo local tem um caráter de participação direta, inclusive do cidadão individual que é impossível manter num universo potencial de quase 200 milhões de pessoas. Além disso, a escala territorial é outra. Os condicionamentos institucionais são completamente diferentes. O próprio Congresso Nacional tem atribuições na matéria que as Câmaras de Vereadores não possuem. Mas nessa área também é importante a participação social, será preciso bolar um formato ao mesmo tempo legítimo e eficaz. Talvez ela possa ser feita por meio de entidades populares representativas. A Secretaria-Geral chegou a propor aos movimentos sociais um conselho de acompanhamento do ciclo orçamentário. No próximo governo, quem vier a coordenar o diálogo com a sociedade civil poderia, quem sabe, retomar essa ideia.” Então eu queria encerrar com esse desafio. É isso. Estou a disposição e obrigada.

**Senhor Denis Santana Barros:** Obrigado Enid. Eu passo a palavra agora, para o Igor.

**Senhor Igor Fonseca:** Primeiramente boa tarde a todos. Eu cumprimento aqui o Denis e a Enid participantes dessa mesa e, também o Eduardo pelo convite. A minha apresentação será baseada num outro extremo, de forma a complementar a da Enid, na verdade. Enquanto a Enid traçou de forma bem competente a história emergente da participação social e da diferenciação das

instituições participativas, conselhos, etc, etc. Culminando então, nos processos de participação no PPA. O que eu vou fazer é um pouco ao contrário. Eu vou trazer um resultado de uma pesquisa que a gente fez no IPEA sobre o mapeamento da participação social nos programas do governo federal. Geralmente, isso na academia fala-se muito, é analisar as instituições participativas, conselhos e conferências em si. O processo participativo em si. Mas como não há estudos concretos sobre de que forma a articulação entre participação social e a implementação dos programas diretamente no governo federal é feita. Para isso, a gente fez um mapeamento dos dados do SIGPLAN do período de 2003 a 2009, porque 2010 os dados ainda não estão disponíveis. Para ver de que forma os programas do governo federal estão utilizando a participação social em seus desenhos. Na medida em que os governos desde o Governo Lula que se repete também no governo Dilma de que a participação social seria um método de governo. Então, ver de que forma os programas estão contemplando essa dimensão para depois a gente criar a base para ver de que forma a participação vai impactar e efetividade ou não desses programas.

Então, só para avisar essa pesquisa foi feita no âmbito de uma diretoria nova que surgiu no IPEA, que é a diretoria de estados e instituições de democracia que tem mais ou menos dois anos de idade. E a ideia é trazer estudos específicos sobre a dimensão do estado que já era feito dentro do IPEA, mas de forma pulverizada entre várias diretorias e várias fontes. Agora a gente tenta dentro ter um grupo de estudos específicos sobre estado. E tanto o estado e a dimensão da relação do estado e sociedade civil, que é do que se trata a participação social, estar dentro dessa diretoria, a gente espera então, continuar dando andamento a esse e a outros estudos.

Primeiro existe uma dificuldade grande para se pensar em como se articula com o governo federal. Se pensar em forma de avaliação da participação, da multiplicidade de resultados que a participação tem. A gente vai lançar um livro na semana que vem, que reúne alguns pesquisadores do IPEA e alguns acadêmicos que trabalham com o tema sobre participação pelo IPEA. A ideia é se pensar instrumentos para avaliar as instituições participativas. E a primeira

coisa que salta aos olhos é de como é difícil você ter uma medida para avaliar as instituições participativas na medida em que os seus efeitos e objetivos são múltiplos. Então, você em desde coisas como atuar na formação de cidadãos, mais capacidade para a ação política e coletiva, ou seja, a ideia de que você tem a geração de cidadania no processo participativo, no próprio participante. Que também é colocado quando você estimula a ativação de novos atores da sociedade civil e novas elites políticas, ali no último. Ou seja, você tem esse efeito no participante de cidadania, o efeito da participação para a sociedade e, aí você tem também os efeitos que essa participação gera na política pública. Ou seja, contribuindo por maior transparência, racionalidade e eficiência e direcionando políticas públicas ao cumprimento de funções distributivas e contributivas.

Os efeitos das políticas podem se dá de duas formas. A primeira que é na própria elaboração das políticas, no ciclo de formulação das políticas públicas que entra, por exemplo, a questão do PPA. Ou seja, o aporte das demandas sociais diretamente para dentro do processo de planejamento e também no outro extremo que o de controle social na implementação dessas políticas. Ou seja, de que forma a participação social serve na promoção da transparência e no redirecionamento e manutenção dos programas sobre o controle social direto da sociedade civil.

Essa multiplicidade é uma coisa que a gente tem que ter em mente ao se pensar em avaliar. Então, ainda há discussões sobre como avaliar isso. A partir disso e paralelamente a isso, a gente foi. Mas e os programas, de que forma eles utilizam? Será que eles têm um diálogo direto com a participação social? Senão de que forma? É em conselhos e conferências? E é um pouco isso que a gente tentou analisar a partir dos dados do SIGPLAN.

Isso aqui é só um detalhamento dos outros. Então, a gente já entra diretamente na pesquisa que seria o mapeamento das interfaces socioestatais nos programas federais.

Por que socioestatais? E a gente não coloca aqui participação? Não deixa de ser a participação, mas quando ela é colocada, ela é

historicamente vista como a questão de conselhos, de conferências, então, você tem um número de instituições participativas identificadas com essa questão da participação social. Mas o que a gente viu nos dados SIGPLAN é que as relações entre estado e sociedade extrapolam muito esses canais institucionalizados, que são os mais importantes, sem dúvida, são aqueles que têm maior valor agregado de responsabilidade. Mas tem outras formas como ouvidoria, reuniões com grupos de interesse, audiências públicas, consultas públicas que ficam um pouco fora desse âmbito de análise que se faz das instituições participativas. A própria participação no PPA é uma delas que nesses estudos e análises sobre conselhos e conferências acaba ficando fora do grupo tradicional de estudos, mas nem por isso deixa de ser um canal importante de participação. Então, a gente traz ali para as interfaces socioestatais.

Então, como eu falei, medir de que forma essa participação como método de governo está refletida nos programas. Então, o objetivo geral da pesquisa, o mapeamento de forma panorâmica das formas de interação da sociedade nos programas do governo federal. E analisando qual é a porosidade ou permeabilidade dos programas, ações e atividades do governo federal, a participação diálogo e interação social. E aí, a gente vai dividir em três formas, a primeira de que forma essa porosidade dos programas se dá em relação à participação social ao longo do tempo, numa evolução temporal. Os tipos e variedades de mecanismos que essas interações do estado e sociedade se processam. E a incidência e distribuição por área de política pública e administração federal.

Eu vou mostrar aqui todos os dados da pesquisa, porque a pesquisa ainda está em andamento, e a gente está fechando algumas coisas. Mas eu vou dar um panorama geral. Por exemplo, a própria incidência e distribuição por órgão eu não trouxe aqui, porque a gente ainda está finalizando e fazendo uma peneira fina nos dados. Mas por área de política pública já é possível ter. Então, repetindo, a ideia é que você tenha esse foco diretamente nos programas e não nas instituições participativas em si. A ideia é que você tendo os dados do SIGPLAN, o SIGPLAN tinha uma questão se o programa tinha ou não participação social. Ele dava uma série de formas

diferentes que essa participação social poderia ocorrer, ou seja, entre ouvidorias, reuniões com grupos de interesse, audiências públicas, discussão em conselhos, consulta pública, conferências e outros. O gestor marcava no SIGPLAN aquela opinião e justificava de que forma se dava e detalhava um pouco mais essa ação. E também tinha outra questão que apontava quais são os resultados da participação social para o programa. Para o processo de elaboração, de formulação e implementação do programa.

Então a fase 1 vai ser o que eu vou apresentar e a fase 2 ela vai ser detalhada por estudo de caso, para tentar um pouco medir a efetividade dessa participação. Não só a porosidade dos programas na participação, mas de que forma essa participação tem sido ou não efetiva. A gente vai fazer isso nos próximos dois anos.

Primeiro é a avaliação a variação do percentual de programa segundo critério de abertura de canais de interface social. Ou seja, aqueles vários grupos, de que forma os gestores do SIGPLAN que o programa teve ou não participação social. Ali a gente uma média de 85%, mas quando a gente olha em 2002 que foi o primeiro ano onde a gente tem dados disponíveis, a gente tinha 81%. Em 2009 o último ano que temos disponibilidade de dados, isso chega a 90%. Há inegavelmente uma evolução ao longo do tempo do número de programas que utilizam a participação social no seu desempenho. Seja no processo de formulação ou de implementação. Esses todos da SIGPLAN e também os de 2002 do relatório da SPI.

E aqui é a quantidade de órgãos que declararam desenvolver os programas com interface sócio estatal no período, ou seja, você tinha um número bem reduzido de 60 em 2002 e de 90 órgãos que declaram utilizar a participação social nos seus objetivos. Os dois demonstram uma linha de evolução, aqui mais, até porque o que se vê é uma evolução geral de 80 para 90, mas principalmente um aumento para várias áreas de políticas públicas que não utilizavam a participação social anteriormente. E de que forma isso se dá? Aí vem aquela coisa de que os conselhos e as conferências não são suficientes para dar conta da interação estado – sociedade nos programas. Ou seja, muitos utilizaram a questão bem pulverizada

entre ouvidoria, consulta, discussão em conselho setorial, audiência, reunião com grupos de interesse e outros. É claro que 2002 para 2009 a gente vê uma evolução que os canais mais institucionalizados como, por exemplo, aqui não está a conferência, porque ela só foi colocada nos dados a partir do ano de 2009 que o SIGPLAN teve abertura para uma categoria específica, para colocar conferências. Antes quando se falava em conferência as pessoas colocavam em outros. Mas, o que é possível se perceber olhando ali a questão de conselhos é que em 2002 foi 12% em 2008 17% e 2009 de 20%. Esses canais formais, mais institucionalizados de participação têm sido mais efetivos nesse diálogo com os programas ao longo do tempo. Isso não exclui a permanência de outros. Por exemplo, as audiências públicas e reuniões com grupos de interesse, também apresentam um crescimento em alguns casos. Mas a gente tem percentualmente uma incidência no número de discussões em conselho setorial maior. Demonstra uma aproximação dos programas com esses espaços institucionalizados. Mas mesmo assim, a multiplicidade é importante e o que a gente tem que ter claro são as várias formas, porque têm várias formas e efeitos como eu expliquei anteriormente da participação.

Aqui a gente tem por tipo de programa. Os que mencionam a participação social, 82% são programas finalísticos. E 18% são programas de apoio, assim na terminologia do SIGPLAN. Dentre os finalísticos vê-se que os de proteção social principalmente e meio ambiente são aqueles programas que mais utilizam participação social. Acho que vai um pouco na linha daquilo que se espera, ou seja, da participação social enquanto instrumento promotor de direitos e cidadania. E em termos de apoio os de infraestrutura se destacam um pouco. Nas justificativas eles vão colocar um pouco no sentido de que você tem a participação social nos programas de apoio como forma de internalizar a participação social numa concepção ampla. Enquanto no finalístico já é uma forma mais direta de inserção da participação social. E isso é mais típico nas áreas de proteção social.

A gente tem no período de 2002 a 2008 o percentual de interface por caráter dos programas. Ou seja, ali temos os de apoio e os

finalísticos e as formas que eu mostrei anteriormente entre consulta, audiência, etc. A gente vê que nos de apoio nós temos as reuniões com grupos de interesse e as consultas públicas dominando. E ainda os outros que varia desde a forma de interação direta, também o mapeamento do PPA. Mas de qualquer forma, a gente vê que nos de apoio que tem uma relação também com os de infraestrutura a participação ainda é nesses canais menos institucionalizados. E nos finalísticos você vê um equilíbrio maior, ali quando no ano de 2009 se inclui a possibilidade no âmbito de conferências, todos eles estão no finalístico com 16% até se torna o grupo que se tem mais. Ou seja, o grupo finalístico tem uma relação muito forte com as próprias conferências setoriais, mas também com conselhos. É mais pulverizada e essas formas mais institucionalizadas ganham destaque.

E tinha uma pergunta do SIGPLAN, como eu falei, de quais foram as contribuições para os resultados do programa? A gente teve 1.370 respostas para os anos. E se tem três categorias básicas. A primeira é a questão de transparência legitimidade e garantia de regras mais claras, ou seja, de que forma essa participação fornece essa forma de controle social, esse impute no final do processo, ou seja, transparência, legitimidade e de mostrar a sociedade o que é que está sendo feito. Também em correção de rumos de metodologia dos programas, correções de rumos ao longo da implementação dos programas. E por fim, a fiscalização e controle. Uma forma mais direta de fiscalização e controle da sociedade nos programas.

Então a gente vê que de modo geral, a proteção social se destaca bastante e principalmente na transparência e na fiscalização e controle. A sociedade está perto acompanhando os programas na sua implementação. O de meio ambiente também de fiscalização e controle, o correção de rumos é um pouco menor. E o de desenvolvimento econômico e estrutura, ao contrário. Ou seja, correção de rumos e metodologia dos programas aparece com 13 e 45% não há tanto essa participação da sociedade na questão da fiscalização e da transparência. Mas uma questão de como fazer e não há um controle muito grande no final do processo, segundo os

dados do SIGPLAN que desenvolvimento e infraestrutura ficam bastante acima dos demais.

Aqui a divisão desses três e correlação com os vários mecanismos, o de transparência, a legitimidade também é forte nos conselhos e nas conferências há um papel grande dos conselhos e das conferências para aumentar a transparência e dar legitimidade para as políticas. E também no de fiscalização e controle. Tem ali as conferências com 13% e os conselhos com 20%. E nas correções de rumos e metodologias é muito maior nas reuniões com grupos de interesse. Que na verdade é uma reunião bem menos institucionalizada, onde o gestor ou ministério entra em contato com alguns grupos de interesse, pode ser um grupo de empresários, etc, ligado à área e se faz ali a correção de rumos e metodologias. É um grau de institucionalização e abertura menor e que ocorre nesses programas de desenvolvimento econômico e infraestrutura e um grau de abertura maior é percebido nos programas de proteção social e também de meio ambiente.

Algumas conclusões rápidas e breves que você tem esse crescimento e diversificação de interface ao longo da década, ou seja, você tem diversos órgãos e múltiplas formas. Não dá para reduzir em algumas poucas formas. A porosidade com 80%, 81% já era elevada no início de 2002. Mas ela se torna ainda mais com quase 90% nos últimos dados de 2009. Há uma evolução nisso e principalmente uma mudança qualitativa na forma de uso. Ou seja, uma tendência de adoção de mecanismos mais institucionalizados e organicamente vinculados aos processos de formulação e controle de políticas públicas, tais como conselhos e conferências. E, também uma multiplicidade, como eu mostrei ali no segundo slide, dos órgãos. Novas áreas de órgãos sejam no executivo, mas também no legislativo e judiciário recentemente nos últimos anos se tornaram mais abertos à questão da participação social. Então, você tem essa possibilidade que se abre tanto à participação como resultado, mas os mecanismos que possam vir a monitorar como é o SIGPLAN, os mecanismos de monitoramento do PPA, os mecanismos de monitoramento dos programas e políticas, se ele incluir em si a forma de avaliação e monitoração, de fato a gente tem uma

possibilidade de analisar a efetividade desses programas. Isso ocorreu no SIGPLAN e a gente espera que se mantenha ao longo do tempo e também a questão até de aprofundamentos e etc. Que a gente tenha não só a avaliação de um conselho, se o conselho nacional de saúde é efetivo ou não, mas também se a participação está tanto sendo permeável, mas também se está sendo ou não efetiva quando a gente olha para o conjunto de programas do governo.

E aí, a gente vai fazer isso a partir da segunda fase utilizando alguns dados que a gente mapeou e agora, a gente vai tentar buscar analisar essa efetividade nos próximos anos.

É isso. De um modo geral a gente está também lá no IPEA disponível para sugestões, o que tiver, até para participar junto seja em formulação de instrumentos, seja da análise dessa questão da participação dentro do ciclo de políticas. Nós Estamos abertos e é só entrar em contato. É a missão institucional do IPEA. Obrigado.

**Senhor Denis Santana Barros:** Então agora nós vamos passar aqui a fase de respostas às perguntas. Nós já temos duas perguntas para a Enid, uma para o Igor. Enid você gostaria de começar lendo a pergunta ao autor?

**Senhora Enid Rocha Andrade Silva:** Tem uma pergunta aqui do Homero dos Santos, ele pergunta assim: Por que apesar dos avanços nos direitos e garantias para crianças e adolescentes após a Constituição de 88. Ainda existe um grande número de crianças e adolescentes nas ruas à própria sorte nas grandes cidades do Brasil?

- Bom Eu tenho uma tese em relação a isso. Eu acho que com a Constituição de 88 a gente teve no âmbito da política da criança e do adolescente uma grande inflexão que antes era a política da doutrina irregular, onde era considerada irregular todas as crianças e adolescentes que não tinha seus direitos garantidos, tanto fazia se era um adolescente em conflito com a lei, se era uma criança em situação de rua, de abandono, eram todos vistos da mesma maneira. E com a Constituição, quando a gente fala da mudança da doutrina da situação irregular para proteção integral foi visto como sujeitos de direitos. Só que a minha tese em relação ao não funcionamento

adequado da política da criança e do adolescente é que nós podemos dizer como gestores públicos é que criança e adolescente é uma política transversal.

E ela não aconteceu da mesma forma que aconteceu com a política da saúde, com a política da assistência social, por exemplo. Não foi dada à política da criança e adolescente recursos firmes e constantes para o financiamento das suas ações. E aí eu estou pensando na política dos direitos da criança e do adolescente que tem a ver com essa criança que está na rua, que é a política que é executada pela Secretaria de Direitos Humanos. O financiamento da política da criança e do adolescente é feito por um fundo que a gente chama o Fundo Parafiscal que é financiado com recursos de doação de pessoa física e jurídica, que às vezes tem, às vezes não tem. Quando a gente pensa nas políticas universais voltadas para criança e adolescente, a gente tem muitos avanços a dizer, por exemplo, a universalização do ensino fundamental. A própria política de atenção à saúde para criança. Isso sim mudou bastante. Mas o estatuto da criança e do adolescente até então, não foi concretizado na sua plenitude. Então, se pensou na política para criança e adolescente que é um sistema que você junta o judiciário, executivo e a sociedade. Você não tem um ator específico como se tem na saúde e na assistência social que tem uma secretaria de assistência social e aqueles atores que são firmes para desempenhar políticas, recurso fundo a fundo, no caso da criança não tem. Então, a gente vive capengando para concretizar os avanços que temos na Constituição.

A segunda questão eu não entendi muito bem, eu vou falar da forma como eu estou entendendo. Diz assim: Na medida em que a dimensão estratégica do PPA continua sendo elaborada em paralelo com a dimensão tático operacional, programas e ações e, que os atores envolvidos na elaboração dessas duas dimensões são diferentes, em que medida o aprendizado no PPA 2004/2007 e 2008/2011 foi incorporado no processo de construção do PPA 2012/2015? Ou seja, foi incorporado?

- Eu estou entendendo que aqui tem duas interpretações. A pessoa que perguntou pode estar pensando nos envolvidos os atores governamentais, na medida em que a dimensão tática está mais vinculada à SPI e a dimensão operacional. Pode ser que seja isso. E pode ser também que a pessoa esteja perguntando aos atores da sociedade que são os conselhos. Eu acho que fica muito difícil a gente dizer da incorporação do aprendizado, quando a gente está muito focalizado nos fatos.

O que me permitiu na minha apresentação que eu quis chamar a atenção das diversas diferenças do processo participativo do PPA desde 2004 até o atual, desses 3 processos, o que me permitiu ter essa visão é justamente quando você olha a coisa em sua dimensão histórica, porque quando a gente está envolvida, passa a impressão que a gente não está conseguindo ter aquele aprendizado. Mas quando a gente olha na sequência e vê que as críticas da sociedade ao primeiro PPA foram justamente porque a participação foi só âmbito da dimensão estratégica. Que na proposta de participação do PPA 2008/2011 a gente envolveu os conselhos e tentou trazer a participação para a dimensão mais concreta. E nesse você faz a participação na dimensão estratégica e tática, isso demonstra que há uma política de participação social no PPA, ela vem sendo feita de acordo os seus erros passados e a partir do que a gente chama de incrementalismo.

Agora, tem uma discussão que pode ser essa que está sendo trazida aqui, que é a dimensão da discussão tática e operacional, entendendo aqui operacional aquela que está mais no campo da Secretaria de Orçamento Federal e que não está sendo realizada pelos mesmos atores. Aí sim, eu penso que é o grande desafio desse processo de tentar fazer essa integração. Sem essa integração dessas duas dimensões todo o avanço que a gente quer trazer para esse processo do plano plurianual atual, ele cai por água. O avanço não acontece. E isso já vem sendo percebido pela sociedade, eu tenho lido e acompanhado que eles disseram bem desta forma: - A SPI e Ministério do Planejamento insiste que no PPA a gente não precisa ter os recursos. O PPA foi apresentado ao congresso sem ter recurso, mas nós queremos saber. Para a gente saber da

concretização da política nós temos que ter essa dimensão orçamentária, então, esse é o desafio dessa integração.

**Senhor Igor Fonseca:** A pergunta aqui, a pessoa não foi identificada, mas eu vou ler. – Mais importante do levantar a existência ou não de interface socioestatais nos programas do governo federal, não seria mais interessante levantar se essas interfaces são sistemáticas e não esporádicas e com consequência para revisão dos programas?

- Sim. Isso na verdade é o que nós estamos tentando fazer. Esses dados ainda não estão prontos, estamos fechando, que são os órgãos e também os programas que informam essa participação nos programas se dá continuamente ao longo dos anos. A gente vai fazer isso na segunda fase e também analisar a efetividade. Mas para fazer isso é preciso antes ter esse mapeamento que é o que a primeira fase traz. Agora, isso leva a outra coisa, ou seja, o SIGPLAN é super útil, mas ele não é perfeito. Ele deixa algumas lacunas no sentido de quais claramente são esses resultados e o que de fato eles produziram para os programas. Então é possível se pensar na elaboração desses instrumentos de monitoramento do andamento do PPA uma clareza maior no que se buscar ali com aqueles itens que avaliam a participação social. Isso é uma coisa que é possível ser pensada, porque é muito útil, mas pode ser mais. A gente pode ter dados mais aprofundados e se pensar numa forma, num desenho para se incluir isso nesses instrumentos de monitoramento. E a gente está a disposição para isso, caso seja solicitado também, mas porque a gente acha que é fundamental, para não se medir somente o que é feito hoje. Se o processo participativo do conselho X é bom, da conferência X é tal. Mas tentar fazer essa relação entre programa e participação que ainda não está estabelecida de forma clara. É fundamental a gente ver isso, porque a gente consegue avaliar melhor se a participação é eficaz, aonde a participação é eficaz e para quê a participação é eficaz. É isso.

**Senhora Enid Rocha Andrade Silva:** Uma pergunta do Eduardo Rodrigues. – Observei nos conselhos que participei que sempre há um segmento da sociedade que é mais ativo e articulado que os

demais. Some-se a isso a própria seleção das entidades que tem assento nesses espaços. Geralmente muito restritiva até pela pequena quantidade de vagas. Considerando tal realidade é realmente democrático que tais conselheiros tenham poder de deliberar e decidir sobre aplicação de recursos públicos?

- Essa questão ela remete a várias instâncias de respostas. Em primeiro lugar a gente podia pensar falar bem rapidamente assim: - Na Grécia antiga quando a gente tinha a democracia direta, todas as pessoas participavam. Participar era “tchan”. Aquela pessoa que não queria saber da política, das decisões era até discriminada naquela sociedade, com exceção de mulheres e os escravos, mas havia a possibilidade de você ter a indagação e a participação direta. E com o passar do tempo, com a modernidade, aí você tem a democracia representativa que são os nossos parlamentares e o congresso onde a gente delega o nosso poder de voto, a nossa decisão para aquelas pessoas que a gente elegeu. Quando você me faz essa pergunta dos conselhos, eu gosto muito de pensar que os conselhos de políticas públicas, eles têm uma atuação complementar à democracia representativa. Claro que ele tem problema. Se a gente pensar é um número reduzido de entidades que participam daquele conselho. É justo que esse número reduzido de entidades possa decidir sobre a alocação de recursos? Tem uma discussão. As entidades geralmente isso acontece nos conselhos de políticas públicas, elas são eleitas para ter assento naquele conselho. É feito um processo seletivo onde as entidades se candidatam, geralmente não é a pessoa, mas a entidade que está ali representada.

E é melhor assim. Se a gente pensar na visão de que é o conselhos, de que a democracia participativa tem um papel que complementa a democracia representativa, é melhor que seja assim. Pelo menos a gente tem uma instância a mais para pensar na alocação de recursos. E as pesquisas mostram que tem problema sim, que as entidades que estão representadas nos conselhos, elas não dão a devolutiva para aquela população que ela representa. Isso é um problema e que tem que ser cobrado. O correto seria a entidade que tem assento no conselho levar uma posição para os seus representados e isso geralmente não acontece. Mas eu gosto de pensar que é uma instância, já que a gente não tem essa possibilidade de ter a

democracia direta, Bobbio já dizia que se a gente quer saber se um lugar ou um país é democrático, a gente tem que observar em quantos lugares a gente vota. Eu acho que é uma instância a mais e traz a possibilidade de a gente trazer as manifestações da sociedade.

**Senhor Denis Santana Barros:** Então, alguém tem mais alguma pergunta? Ainda temos 3 minutos. Bom. Creio que é um sentimento que eu gostaria de compartilhar com os senhores que de fato foram duas apresentações muito interessantes, complementares sobre óticas diferentes. A Enid trouxe uma perspectiva histórica a partir de uma visão dos próprios movimentos que começaram lá na década de 80 e conseguiram lograr êxito em definir políticas públicas na própria Constituição e que hoje estão aí consagradas. Esses próprios movimentos continuaram buscando seu espaço e isso alcançou o seu auge com o Governo Lula. A gente tem o caso das conferências e a busca pela tradução desses movimentos, das demandas da sociedade organizada no PPA 2004/2007. E aí nesse ponto é importante a gente perceber como é um processo de aprendizagem. Entre o PPA 2004/2007 e 2012/2015 a gente tem um processo de acúmulo e de busca de melhorias nesse processo de interação entre Estado e sociedade que se confirma pelo estudo feito pelo IPEA. Na medida em que você vê que os próprios gestores públicos reconhecem a importância da participação social para melhorar a qualidade da política pública em termos de transparência, em termos de fiscalização, em termos de correção de rumos. Claramente a gente vê que a participação social, não é se há ou não. É ver qual a melhor forma de fazer. E existem várias formas de acordo com a política pública, de acordo com a situação. A própria mensagem do Ministro Dulci quando coloca que fazer participação social em nível federal é mais complexo e exige muito mais criatividade.

Então, nesse aspecto é preciso desenvolver no caso federal, bons mecanismos, bons arranjos institucionais, bons arranjos de gestão. Abusando as tecnologias de gestão, da tecnologia de informação para capturar no bom sentido, o potencial que a sociedade civil organizada pode oferecer em termos de contribuições para a melhoria das políticas públicas. Então acho que cabe ao governo e ele já vem fazendo isso, o próprio governo vem estimulando esses

canais de participação e buscando aperfeiçoar esses canais de participação, faz com que a sociedade possa influenciar na alocação de recursos públicos, partindo do princípio que a sociedade sendo ouvida, ela tem condições de ajudar o gestor público a melhorar a qualidade da alocação. E depois no monitoramento e na avaliação, ajudar a corrigir rumos. Da mesma forma que foi apontada pelos gestores públicos, questionar os argüidos mediante as avaliações realizadas por meio do SIGPLAN. Então, eu não quero fazer nenhuma síntese das apresentações, porque elas foram muito ricas, mas acho que é fundamental a gente olhar em perspectiva, ver isso com um processo de aprendizagem. A preocupação com a qualificação dos atores, não só dos conselhos, mas também do próprio governo federal, porque é bastante desbalanceada essa questão cultura voltada para a participação social. Então é importante fortalecer essa cultura da participação social. E fazer com que de fato, Estado e sociedade trabalhem em parceria para garantir serviços de qualidade e que de fato, como diz a Presidenta Dilma, fazer mais e melhor com menos recurso. Muito obrigado. Eu dou por encerrado o painel.

**Mestre de cerimônias:** Desfaz-se neste momento a mesa do primeiro painel desta tarde, cujo tema foi a participação social no processo de planejamento e orçamento. Faremos um breve intervalo de 10 minutos para o café que será servido no hall de entrada deste auditório.

Lembramos aos senhores participantes da importância de proceder a leitura digital do código de barras que está nos crachás.

O Segundo Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – “O papel da sociedade no planejamento” é uma realização da ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Conta com importante patrocínio da Caixa Econômica Federal e Governo Federal. E ainda com o apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e o Ministério do Planejamento e Governo do Brasil.

**Mestre de cerimônias:** Convidamos os senhores participantes do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento queiram, por gentileza, adentrar o auditório, momento em que retomaremos as atividades programadas para este período.

A organização do evento solicita aos senhores integrantes do II Painel desta tarde, cujo tema será “Articulação do Planejamento Federal com Sistemas Estaduais de Planejamento” que, por gentileza se apresentem ao cerimonial. Dando continuidade ao II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, convidamos neste instante para coordenar a mesa desse que é o II Painel com o tema “Articulação do Planejamento Federal com Sistemas Estaduais de Planejamento” o senhor Márcio Luiz Albuquerque Oliveira analista de planejamento e orçamento. Temos a honra de convidar para que componha a mesa os senhores painelistas, a senhora Paula Ravanelli Losada, Assessora da Subchefia de Assuntos Federativos, órgão que integra a Secretaria de Relações Institucionais. O senhor André Reis, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Estado de Minas Gerais. Em tempo convidamos o senhor Pedro Bertone Secretário Adjunto de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Fará uso da palavra e conduzirá os trabalhos o senhor Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira, analista de planejamento e orçamento.

## “Articulação do Planejamento Federal com Sistemas Estaduais de Planejamento”

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade que a ASSECOR está nos dando de poder contribuir um pouco nesse evento tão importante para a nossa carreira. Fiquei muito satisfeito em poder estar atuando numa temática tão importante dentro do espectro do Ministério do Planejamento. O ministério hoje, junto com a Presidência vem implementando esse olhar realmente regional e isso é estratégico e local. Porque a gente percebe na verdade que o orçamento e o planejamento acontece em nível local realmente, apesar de termos as esferas federais, estaduais e municipais, mas acontece em nível local. Então teremos 3 palestrantes de extrema importância nesse assunto. Eu gostaria de a princípio cumprimentar toda a mesa aqui, o Pedro, o André, dizer que a nossa dinâmica de trabalho vai funcionar da seguinte forma: Cada painelistas vai apresentar seus trabalhos e suas considerações durante 20 minutos e enquanto eles apresentam vocês podem enviar as suas perguntas para a gente que nós vamos tabulando essas perguntas para em seguida as apresentações, nós abriremos para não só as perguntas que chegaram por escrito, mas se nós tivermos tempo também para alguma pergunta da plateia que aqui está.

Na nossa sequência aqui do evento eu gostaria de convidar a doutora Paula Ravanelli para fazer a apresentação da sua visão sobre o painel que estamos abordando nesse momento. Por favor, doutora.

**Doutora Paula Ravanelli:** Eu trouxe uma apresentação em PowerPoint. Boa tarde a todos. Muito obrigada pelo convite. É um prazer para mim, é a primeira vez que estou nesse fórum de colegas do governo federal e espero poder contribuir com a discussão de vocês. Eu trabalho na Subchefia de Assuntos Federativos, ela é um

departamento da Secretaria de relações Institucionais, a Ministra Ideli Salvatti e vinculada à Presidência da República. O nosso papel é um papel de relacionamento, de fortalecer a relação do governo federal com os governos estaduais e governos municipais. Nós não executamos nenhum programa propriamente dito, mas auxiliamos e procuramos desde a Presidência coordenar as ações intersetoriais e favorecer e melhorar as relações federativas no Brasil.

A minha proposta aqui, eu só tenho 20 minutos, então vou tentar ser bastante objetiva, mas a ideia é fazer um breve diagnóstico do que é essa nossa federação, que é realmente especial no mundo. Nós somos o único país que reconheceu o município como unidade constitutiva da sua federação, reconheceu, portanto, uma autonomia federativa a esse governo local. O que nós avançamos nos últimos anos com o fortalecimento desse diálogo federativo e o fortalecimento dos estados e municípios. E quais os desafios que temos pela frente, tentando convergir essa análise com a necessidade de integração dos nossos sistemas de planejamento que é a proposta aqui desse painel.

A característica mais marcante da federação brasileira é que ela é profundamente desigual. E ela tem uma grande contradição. Porque do ponto de vista jurídico constitucional, nós tratamos os entes da federação de forma simétrica. Todos os estados têm o mesmo tipo de competência e todos os municípios, o menor município do país que é Borá com 850 habitantes no Estado de São Paulo e o maior município do Brasil que é a própria Cidade de São Paulo com mais de 12 milhões, têm as mesmas competências e atribuições e as mesmas responsabilidades. No entanto, na prática sabemos que nós vivenciamos profundas desigualdades regionais, no ponto de vista do norte e do sul do país e intraregionais, dentro do próprio estado. O exemplo óbvio disso é a existência de duas cidades tão extremas quanto a essa, no mesmo estado que é São Paulo, o maior e o menor município do país e profundas desigualdades mesmo dentro de um próprio município. Pensando em regiões metropolitanas, em grandes municípios, nós temos desigualdades enormes.

Então o desafio da nossa federação o principal dele é tentar minimizar, superar essa profunda desigualdade. Para isso infelizmente nós somos muito carentes de mecanismos de coordenação e cooperação federativa. A nossa Constituição de 88, como eu já mencionei, ela foi bastante ousada ao dar esse passo do reconhecimento do município comunidade constitutiva da sua federação, atribuiu a ele autonomia. Então agora do ponto de vista do governo federal para colocar de pé uma política pública nacional, eu tenho que conciliar interesses das 27 unidades da federação e de 5.563 governos locais que têm autonomia para definir como eles devem prestar esse serviço. Esse conceito de autonomia é um conceito muito caro para nós. Do ponto de vista político tem um peso histórico, porque o processo de democratização do país teve muito associado ao movimento municipalista. Foi no âmbito dos municípios que se concentrou a oposição ao regime militar. Toda essa reserva de autonomia que é dada ao município é uma promessa democrática que dificilmente a gente consegue limitar ou impor restrições. Porque vai de encontro a esse conceito de democratização que também, por outro lado, de fato existiu.

A partir das políticas públicas no âmbito municipal é que a gente vê as experiências mais inovadoras de participação popular, de controle social. Isso foi sendo incorporado pelos níveis estaduais e federais. Os primeiros programas de transferência de renda surgiram no âmbito municipal. A primeira ideia de orçamento participativo surgiu no nível municipal e tantas outras experiências que realmente democratizaram mais o Estado e fizeram chegar o Estado em várias áreas do território brasileiro que a União e o Estado membro não conseguia se fazer presente. No entanto, depois desse processo de democratização ou de descentralização que aconteceu logo depois de 88, nós vivemos um momento que foi de ajuste fiscal. Houve em 88 uma grande transferência recursos a estados e municípios e ao final da década de 90 a União, inclusive, para realizar essa política de ajuste fiscal passou a concentrar mais recursos, criando as contribuições que não eram compartilhadas, para controlar todo o endividamento principalmente dos estados, etc.

Então nós tivemos nas últimas décadas, eu diria mais ou menos até 2003 para marcar pela mudança de governo, relações federativas muito marcadas pela política de ajuste fiscal, que foi uma política federativa vitoriosa no sentido de conseguir alcançar os seus objetivos. Foi o controle da dívida pública, o fim da inflação e todas as vantagens que vocês conhecem.

Mas nós continuamos até então muito carentes de instâncias, de diálogo e de pacto federativo entre esses três níveis de governo, todos eles autônomos entre si.

Alguns exemplos de assimetrias, eu nem vou abrir as tabelas que eu tenho aqui linkadas, porque não é o caso, mas só para demonstrar as grandes aberrações que temos. Alguns estados que juntos não alcançam a participação da Bahia no PIB brasileiro. Isso para falar dentro do nordeste. A desigualdade regional não é só entre o norte e o sul, mas dentro da própria região nordeste tem profundas desigualdades. O norte e nordeste no caso.

Do ponto de vista da capacidade institucional também os estados brasileiros têm grandes desigualdades e essa simetria também é muito presente entre os municípios brasileiros. A grande maioria dos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes, se pensarmos em até 50 mil habitantes, nós estamos falando de mais de 90% dos municípios brasileiros. Mas onde se concentra menos de 20% da população.

A receita per capita desses municípios que são grandes, maiores de 500 mil habitantes, é cerca de 2 vezes maior na região sudeste do que a norte e nordeste. A gente tem 46% dos municípios brasileiros o FPM – Fundo de Participação dos Municípios, eles compõem mais de 44% da receita municipal, em média as receitas próprias compõem apenas 20% do orçamento municipal, o que é muito pouco. Então essa autonomia juridicamente reconhecida, quando você vê em aspectos econômicos, ela não se realiza, porque de fato os governos municipais têm pouca autonomia na gestão dos seus recursos.

Para tentar sintetizar o que seria esse processo de transição do pacto constituinte até o processo que nós vivemos hoje, dentro disso a própria política fiscal, houve uma transição muito grande no sentido de que as políticas estavam bastante concentradas no âmbito federal e houve uma descentralização e houve fortalecimento do controle social. O exemplo mais forte disso é o caso das regiões metropolitanas que a gente vai tratar, que era uma competência do governo federal instituir as regiões metropolitanas, como áreas estratégicas nacionais. E essa prerrogativa, essa competência foi transferida aos governos estaduais e ainda hoje a gente mal utiliza esse conceito que é um instrumento muito forte de coordenação de políticas públicas urbanas.

Como eu já disse e eu me antecipei a esse slide, essas relações federativas foram muito marcadas pela política de ajuste fiscal. E acredito que essa é uma das grandes causas ou motivos do enfraquecimento do papel do estado nessa relação federativa. Porque os estados tiveram várias áreas privatizadas, o setor de comunicações, energia que era compartilhada com os estados, houve um esvaziamento dos investimentos públicos. E o próprio controle do endividamento fez com que o estado perdesse um pouco a sua capacidade de intervenção. E junto disso houve pelo processo de descentralização principalmente nas políticas sociais um fortalecimento do papel dos governos locais.

Então hoje eu acho que vivemos uma situação em que o estado membro está um pouco espremido entre as políticas nacionais e a execução dessas políticas em nível local que é feita pelos municípios. Nós todos nessa relação ainda não conseguimos equilibrar bem o papel de coordenação que os estados podem ter nessa relação federativa tridimensional ou trina. No entanto, eu estou falando de problemas, mas na verdade temos que reconhecer que nós tivemos avanços. No Governo Lula houve uma valorização muito forte do diálogo. Nós tivemos mesas federativas para o tema da reforma da previdência, para o tema da reforma tributária, esses projetos foram pactuados com estados e municípios antes de serem encaminhados ao congresso e, mesmo assim nós não conseguimos aprovar a

reforma tributária ainda que pactuada no âmbito do CONFAZ, com todos os secretários de finanças e fazenda.

Nós tivemos a criação de um Comitê de Articulação Federativa que é uma instância de diálogo com os municípios brasileiros, porque não era possível sentar à mesma mesa os 5.563 municípios. Então se criou uma modalidade de representação indireta desses municípios que é comum em outras federações, em outros países descentralizados para estabelecer um diálogo mais institucional com a coletividade dos municípios brasileiros. Isso é feito hoje através dessa instância que tem representantes de três entidades nacionais que foram reconhecidas como as mais representativas desse universo. E cada uma delas tem que indicar 6 representantes, sendo um o seu presidente e, os outros cinco, um representante de cada macrorregião do país.

O que permite você ter um equilíbrio regional nessa representação e nesse fórum. Nós também fomentamos e apoiamos a formação dos fóruns regionais de governadores. Hoje é muito bem estruturado o Fórum de Governadores do Nordeste e da Amazônia Legal. Já existia o CODESUL que é o Conselho da Região Sul que inclui também o Mato Grosso do Sul pela identificação desse estado com aquela região. Nós tivemos também a criação de comitês de articulação estadual nos territórios da cidadania que é um programa do governo federal e que também estabeleceu uma instância de diálogo federativa com a presença de estados e municípios desses territórios. E o fortalecimento das comissões tripartites no âmbito dos sistemas federativos setoriais, como o SUS, o Sistema de Assistência Social, o Sistema Nacional de Meio Ambiente e tantos outros.

Houve também nos últimos anos uma ampliação nos investimentos públicos compartilhados. O melhor exemplo disso é o PAC. Todos os projetos do PAC são decididos no âmbito de uma gestão compartilhada de estados e municípios dessas regiões onde os recursos serão investidos. E houve também medidas, eu acho que ainda poucas, mas no sentido de aumentar a capacidade de investimento em estados e municípios, principalmente em razão da

crise econômica que nós tivemos, foi flexibilizado e facilitado o acesso aos repasses e execução dos recursos federais transferidos, principalmente como transferência voluntária.

Nós tivemos também no âmbito institucional a criação de marcos legais que facilitaram essa relação. A própria Lei da Parceria Público – Privada, o Super Simples, a Política Nacional de Saneamento, mais recentemente a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Que são políticas que se estruturam federativamente atribuindo responsabilidades mais claras a cada um desses níveis de governo, que permita a coordenação dessas competências que são comuns na nossa Constituição. Tivemos pactos federativos também em torno da redução da pobreza e da redução das desigualdades regionais. Todos esses aqui que eu menciono e, mais recentemente o próprio Plano Brasil Sem Miséria que é um aperfeiçoamento desses processos que foram feitos durante o Governo Lula e, agora, no Governo da nossa Presidente Dilma se consolidam como um plano fortemente pactuado regionalmente, com os estados e pretendemos que ele avance no nível de pactuação também com os municípios.

O compromisso Todos pela Educação, também foi um compromisso bastante pactuado do ponto de vista federativo. Então, vê-se que tem avanços muito setoriais de várias políticas, de fortalecer essa relação federativa. Mas, nós ainda somos carentes de instrumentos mais genéricos ou do próprio aperfeiçoamento dos sistemas nacionais, que são esses já citados, como o SUS, Sistema de Assistência Social, meio ambiente, Sistema Nacional de Cultura e tantos outros que tentam se criar à semelhança do SUS. Mas nem sempre o paradigma SUS é adequado para esses desafios dessas outras políticas que têm as suas especificidades e as suas complexidades.

Nós temos um instrumento que entrou em vigor com a Lei 11.107 de 2005 que são os consórcios públicos, ou seja, a possibilidade de União, Estados e Municípios se associarem constituindo uma autarquia interfederativa, o que antes não era possível. Qual a grande vantagem do consórcio? É que ele permite que essa nova instituição sendo pública, exerça o mesmo papel que o Estado poderia exercer,

como atividade de regulação, atividade de fiscalização, que antes essas atividades não podiam ser atribuídas às associações intermunicipais, aos chamados consórcios intermunicipais que se constituíam como associações civis sem fins lucrativos. É uma situação do ponto de vista jurídico – eu que sou advogada – quase esquizofrênica, porque um conjunto de pessoas jurídicas de direito público se associava constituindo como sociedade civil. E não perdendo a sua capacidade, a sua prerrogativa de direito público.

E houve também, a gente não pode deixar de registrar, um fortalecimento principalmente do nível municipal nas transferências de recursos. Veja ali pelo gráfico, o governo federal perdeu recursos – nesse gráfico não mostra isso. Desculpa. – Nesse gráfico, mostra só como é feita a arrecadação própria e depois as transferências como ela é distribuída. Mas do ponto de vista também entre os níveis da federação, ao longo dos últimos anos, dos anos 60 para cá, houve um fortalecimento das transferências para o nível municipal e uma mesma situação, digamos assim, os estados se mantiveram percentualmente nessa mesma situação. Ou seja, o fortalecendo os municípios. E, portanto, fortalecendo esses municípios ou suas competências, aumentando também a necessidade de coordenação dessas políticas em nível municipal.

Por fim, eu queria registrar qual é o grande desafio que a gente tem diante desse diagnóstico, dessa evolução histórica que eu fiz. Eu acho primeiro superar essa predominância do ajuste fiscal. Parece-me que nós vivemos um tempo em que há necessidade de fortalecer os investimentos públicos e fortalecer os investimentos compartilhados. E a gente ainda utiliza um único regime para as transferências, claro que saúde e educação avançaram, criaram regimes próprios de transferências, mais adequados, mais equitativos. No entanto o regime de transferência voluntário, ele continua exclusivamente subordinado a uma política de ajuste fiscal. Tanto é que quando a gente teve de enfrentar o desafio de executar o PAC que era o programa prioritário do governo, nós tivemos que excluir o PAC do regime jurídico das transferências voluntárias. Transformando numa coisa meio esquisita, que é uma transferência

obrigatória, que não é muito obrigatória. Voluntária com tratamento de obrigatória.

Então acho que foi uma saída emergencial, necessária naquela época, mas ela mostra que falta para nós um regime de transferência mais adequado às necessidades das nossas relações federativas. E que além de estar subordinado ao ajuste fiscal, o que eu não acho errado, mas ele deve estar subordinado também a outros objetivos. Porque a política federativa do Brasil hoje assumiu outros desafios que não só a manutenção do programa de ajuste fiscal.

E para isso, a gente precisa construir instrumentos e promover os que já existem. O consórcio público anda é pouco promovido pelo próprio governo federal, são poucas as políticas setoriais que incorporam esse instrumento dentro da sua política. A melhor exceção seria a política de resíduos sólidos, a política de saneamento e a política de saúde. As demais ainda de forma muito marginal reconhecem esse instrumento ou essa possibilidade como uma possível aplicação de seus recursos.

Temos que regulamentar dois instrumentos. Mas o principal deles é o das regiões metropolitanas. E acho que é um dever de casa que os estados também não fizeram, ao meu ver falta uma regulação nacional, mas também é verdade que poucos estados, aí merece eu citar a exceção de Minas Gerais que redesenhou a sua região metropolitana à luz dos novos instrumentos, desde a Constituição de 88. A maioria dos estados não fez isso e ainda permanecem com instâncias de governança metropolitana bastante autoritária, em que não reconhecem o papel do município dentro dessas políticas públicas. E, portanto, os municípios não aderem ao programa, à política metropolitana. E aí ficam dois níveis de governo disputando serviços sobre o mesmo território quando deviam estar somando esforços para o desenvolvimento das nossas grandes cidades.

Por fim, a reforma tributária e a consolidação de práticas democráticas e republicanas. É importante que esses canais de diálogo, essas instâncias não sejam *ad hoc*, elas sejam permanentes, elas sejam com representantes eleitos por critérios bastante objetivos. Por que é fácil a gente cooperar entre parceiros. O difícil é

cooperar entre divergências políticas, competidores, - não digo inimigos, porque é muito forte. – mas partidos concorrentes, etc.

Então acho que esses seriam os nossos desafios. E realizando tudo isso, certamente permitiria você integrar todos os processos de planejamento, sejam eles setoriais ou territoriais.

Só deixo registrado aqui para vocês, a gente tem um portal que é o Portal Federativo, onde vocês podem ter mais informações sobre a federação brasileira. Não é um portal da Secretaria de Relações Institucionais, a gente tem um site da secretaria que faz lá o anúncio de tudo que a secretaria vem fazendo, que a Ministra vem fazendo. O portal federativo é um portal cujo público alvo são estados e municípios e a gente procura através dele disponibilizar todas as informações que o governo federal tem sobre os estados e principalmente sobre os municípios brasileiros. Porque eles não detêm essas informações que são básicas para eles terem um diagnóstico, estabelecer um planejamento. O primeiro passo é conhecer a sua realidade. E através do portal nós temos um sistema de informações para isso e também com informações sobre os programas federais que os municípios podem acessar. Muito obrigada.

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** Obrigado doutora Paula. Muito esclarecedora a sua apresentação e dentro do tempo. A gente acredita que sejam questões que fazem a gente refletir sobre a nossa carreira e sobre o sistema de planejamento e orçamento não só em nível federal, mas como em nível estadual também. São questões importantíssimas que têm que ser levadas muito a sério no tratamento federativo. Em seguida eu peço a gentileza que o Pedro Bertone tome conta da palavra e possa fazer a sua palestra.

**Senhor Pedro Bertone:** Obrigado Márcio. Cumprimento a Paula e o André colegas de mesa. Boa tarde a todos. A minha fala agora a tarde, na sequência da Paula, é um pouco circunscrever esse cenário cooperativo que a Paula colocou no sentido mais amplo de integração do governo federal com a federação, com os estados e municípios, circunscrevendo essa cooperação no período recente,

no que diz respeito ao nosso mundo. Aos sistemas de planejamento e orçamento.

A fala está programada em 3 itens. O primeiro em que eu vou falar um pouco sobre o movimento recente, essa articulação federativa no âmbito do planejamento. Um segundo item que eu acho legal de apresentar aqui, a SPI a exemplo do que a SOF fez também, o Márcio esteve envolvido nesse trabalho no âmbito da SOF, fez uma pesquisa com todos os estados da federação a cerca dos seus sistemas de planejamento, nas suas mais diversas dimensões, estrutura, sistema, carreiras. E, é bom que eu tenho a oportunidade aqui de em primeira mão até para colegas da SPI e até para vocês da SOF, de fazer essa apresentação que já foi feita pela SPI no encontro do CONSEPLAN em julho. Se não me falha a memória foi o Eduardo que fez essa apresentação. Ele fez a apresentação em Gramado, eu estou fazendo para vocês aqui em Brasília. Mas tudo bem. E finalmente, as conclusões à luz do que a gente consegue identificar nessa pesquisa.

O Ministério do Planejamento adotou na atual gestão da Ministra Mirian, uma estratégia de sem prejuízo da necessária relação bilateral entre o governo federal e estados individuais, que se faz necessária sempre na discussão de algum projeto específico. Isso é do jogo, é natural. Mas naquelas discussões mais estruturadas em que a gente esteja falando de sistemas, da integração do nosso sistema com os sistemas dos nossos estados, uma opção deliberada pelo fortalecimento dessa relação institucional via CONSEPLAN. É uma aposta muito grande aí na valorização desse colegiado na área de planejamento e que existe na área fiscal, que existe na área administrativa com o CONSAD e por aí vai. A gente avalia que é um potencial muito grande de tratar questões sistêmicas via CONSEPLAN. E temos trabalhado assim desde o início do mandato da Presidenta Dilma.

A primeira reunião do CONSEPLAN desse ano que foi em 15 de fevereiro, a Ministra Mirian participou e conduziu ativamente junto com a presidência do CONSEPLAN. O novo modelo de PPA, a gente teve uma limitação temporal muito grande, acho que todo

mundo aqui acompanhou a mudança metodológica, o desafio de construir esse plano num espaço curto de tempo evidentemente limitou também bastante o dialogo federativo e a disseminação desse modelo. Mas ele não deixou de ser feito. Mesmo com a limitação de tempo a gente conseguiu discutir com todos os estados da federação esse modelo e alguns, inclusive, já adotando esse modelo integralmente nos seus PPAs que foram entregues mais ou menos no mesmo período que o governo federal entrega. Outros adaptando parcialmente, mas todos tomando ciência do inteiro teor dessa mudança metodológica.

Nós, o Ministério do Planejamento patrocinamos em parceria com a ENAP, oficinas com técnicos de todos os estados para disseminação dessa nova metodologia, no mês de maio. Na sequência fizemos reuniões macrorregionais, nas cinco macrorregiões do país - coloco aí o calendário – estivemos em Fortaleza, Manaus, Brasília, Rio e Florianópolis. Cada reunião dessas os seus respectivos estados da macrorregião discutindo metodologia, conteúdo estratégico e discutindo principalmente – isso é uma novidade legal, porque conversa com os estados em relação à elaboração de plano, a gente sempre fez. – a gente sempre apostou muito pouco na etapa seguinte que é a etapa de acompanhamento e seguimento do plano. A gente está fazendo uma aposta muito grande que a gente tenha uma continuidade nesse esforço de acompanhamento da execução das políticas federais com os estados. Algumas políticas são tocadas pela União Federal e tem um impacto direto na região é importante o acompanhamento. Outras até mais ainda são tocadas em estrita parceria, os senhores sabem, por qualquer um daqueles instrumentos que Paula colocou aqui, na apresentação, com os estados e mesmo com os municípios. E que demandam ainda mais então, um acompanhamento mais apurado. Então, estamos fazendo uma aposta muito grande nesse passo.

Quem participou desses diálogos? Dirigentes e técnicos de 24 dos 27 estados da federação. No meu ponto de vista de participação estadual foi bastante representativa essa discussão. Apenas 3 estados tiveram problema de participação, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Amapá, à exceção desses 3 todos participaram

integralmente. Além de 40 municípios ou entidades representativas de municípios. Na esfera municipal a participação foi menos intensa, era um pouco esperado, dentre outras coisas porque o calendário de elaboração das peças é bastante diferenciado. Os estados estavam no mesmo esforço de elaboração do seu plano e orçamento nesse ano, do calendário próximo ao governo federal. Os municípios por conta do calendário eleitoral, esse momento que vivemos agora, eles vão viver em 2013. Mas já tiveram uma participação intensa e acho que a tendência é a gente aprofundar isso nos próximos anos tendo uma aproximação mais efetiva na próxima sessão, no próximo mandato dos futuros prefeitos na construção de seus planos.

Desses encontros resultou um relatório consolidado, com as percepções dos entes federados que vai auxiliar o MP no retorno aos estados das discussões. O que seria o retorno? Seria uma espécie de devolutiva, você levar aos estados aquelas apreensões, dúvidas que nós captamos nessa rodada de oficinas e encontros regionais e apresentar para eles aquilo que foi consagrado na estrutura do plano, aquilo que não pode ser contemplado e o motivo. E, além disso, apresentar o início da montagem do modelo participativo de monitoramento e avaliação do PPA, como eu tinha citado. Que é uma aposta muito grande que a gente está fazendo para o momento de execução do PPA 2012/2015.

Além disso, a gente conduziu algumas ações pontuais muito significativas em parceria com o CONSEPLAN nesses primeiros meses do mandato da Presidenta Dilma, dentre várias, eu destaco aqui uma, a discussão da carteira de projetos da ISA – Integração Sul Americana. Havia uma demanda muito forte dos estados do nordeste de perceber que toda integração de infraestrutura logística do Brasil com os países da América do Sul, desconsiderava a integração com os estados da região nordeste. E alguns projetos de infraestrutura logística importantes, destaco aqui – fomos em outras dimensões – mas destaco aqui os projetos de ferrovias, a Transnordestina, o projeto do sul da Bahia o Oeste/Leste, tinha potencial de integração com a malha do Sul/Sudeste/Centro-Oeste e desta com os países da América Latina. Esses projetos foram demandados e discutidos no âmbito do CONSEPLAN com o

Ministério do Planejamento, nós consideramos esse pleito legítimo, incorporamos esse pleito na carteira e isso está em fase de validação agora no âmbito da ISA. Então acho que foi uma experiência bastante exitosa.

Além disso, nós tivemos recentemente em 06 de setembro, a institucionalização dessa cooperação. Foi firmado um termo de cooperação num evento no CCBB uma parceria do Planejamento com os colegas da SRI e da SAF que institucionalizou essa cooperação entre o Ministério e a CONSEPLAN. É um instrumento formal que define parâmetros para colaboração mútua entre estados e municípios no campo de monitoramento, no campo de capacitação, no campo de disseminação de boas práticas, no campo de desenvolvimento de instrumentos e ferramentas de tecnologia da informação e, por aí vai.

De forma a garantir de maneira estruturada e organizada uma cooperação que na prática já vem acontecendo, mas de forma um pouco *ad hoc*.

Aonde nós vamos atuar de forma mais forte nessa cooperação? E aonde nós vamos trabalhar de forma mais integradas com os estados? Uma base para identificação dessas áreas prioritárias foi essa pesquisa que eu citei no começo, que foi realizada pela Secretaria de Planejamento no primeiro semestre. E, apresentada na reunião de Gramado no CONSEPLAN, ao final de julho, que eu vou mostrar a título de exemplo, mas acho que vale, para que a gente tenha uma ideia geral do estado arte, digamos assim, do sistema de planejamento nos estados.

Ela é bem interessante, porque ela teve cobertura total dos 27 estados. Eu acho que dá um panorama bastante atual, rico e fidedigno do momento atual que a gente vive nos sistemas de planejamentos nos estados.

Como a gente estruturou a pesquisa? Um diagnóstico sobre as condições de elaboração dos planos plurianuais dos estados em suas diversas dimensões, dimensão legal, a base legal para os

instrumentos, a metodologia, modelos de gestão, estrutura institucional que conduz esses planos nos estados e, por aí vai.

O período da pesquisa foi de maio a julho. Um instrumento semelhante ao que os colegas da SOF usaram, formulário online e prestamos no período do preenchimento suporte técnico para as informações. 63 perguntas. Tipo de pergunta: múltipla escolha. Algumas questões abertas. Os temas abordados foram basicamente a estrutura dos planos, o processo de elaboração, a identificação de mecanismo de participação social. A regionalização ou territorialização, como queiram. As relações federativas, como o plano e seus conteúdos interagem com o município e com o governo federal. E modelos de monitoramento e avaliação.

O que identificamos de dados mais interessantes. Vocês vão perceber aqui, acho que era de se esperar, uma diversidade bastante grande entre os estados da federação. Esses gráficos aqui vão ter uma padronização. A pizza ali apresenta o consolidado nacional e a gente tem abertura por macrorregião. Como essa apresentação vai ser disponibilizada para vocês e o Márcio está rigoroso no tempo, não é o caso de a gente entrar nas macrorregiões, mas ficam os dados para vocês acompanhar.

No geral, a gente identifica primeiro no ponto de vista da institucionalização, da norma que disciplina e institui um sistema de planejamento. Os estados se dispõem disso, a exemplo do que nós temos aqui no âmbito central e os dados aqui demonstram que nós temos 10 estados respondendo que sim. 11 que não. E 6 que não responderam ou não identificaram isso claramente. Portanto, a gente percebe por aí que já temos uma institucionalização ainda tênue de planejamento e orçamento como sistema único. Vejam que 10 estados da federação apenas afirmam que isso existe e o demonstra.

Carreira para dar suporte às atividades de planejamento. A mesma coisa. A gente tem aí uma participação, percebam que 9 estados apenas afirmam a existência de carreira direcionada como temos aqui em nosso público, para esse setor. Separação entre área de planejamento e orçamento. 15 estados dizem que sim. 5 que não.

São áreas integradas. 7 também não identificaram claramente essa questão.

Sistemas informatizados de orçamento e planejamento. Aqui a coisa um pouco melhor, digamos assim, 24 estados declaram que dispõem de sistemas informatizados, sem entrar no mérito das funcionalidades que esses sistemas disponibilizam para esses gestores nesses estados.

Existe órgão formalmente responsável por coordenar a execução das prioridades de governo, das metas estratégicas, enfim, como a gente queira? 16 estados disseram que sim. 5 que não. 6 não precisaram a resposta. Nestes 16 que afirmam ter algum órgão coordenador de políticas estratégicas ou prioridades governamentais. Não necessariamente, obviamente o planejamento. Em muitos estados isso está concentrado em outras áreas de governo. Normalmente na Casa Civil ou similares. Secretaria de Governo, etc.

Há uma equipe de servidores especializados na elaboração da lei do plano plurianual? 19 estados disseram que sim. 4 que não. 4 não precisaram. Também aqui sem entrar no mérito de quantidade e capacitação dessas equipes diretamente envolvidas. Aí você tem obviamente disparidades bastante significativas na federação. Acho que tudo aqui na essência cai um pouco na fala inicial da Paula, é uma federação profundamente desigual. Então, nós temos estruturas existentes num estado e noutro, mas com condições efetivas de governança bastante diferenciadas.

A elaboração do PPA é conduzida de forma manualizada, com definição clara de procedimentos? Um quantitativo grande de estados declara que sim. Tem uns 2 que declaram que não. 5 também não precisaram essa resposta.

Existe um cronograma de elaboração do PPA? 22 disseram que sim. 5 não precisaram. Mas aqui intuíse que é natural que tenha porque todos eles têm aí por conta de imposição legislativa um prazo de entrega. O que não significa dizer que se tenha um cronograma de

entrega parcial dos produtos no processo de elaboração bem definido.

Com relação à cenarização. São desenvolvidos cenários para o PPA? A gente fez a questão olhando uma ótica bastante ampla, fiscal, econômicos, social, ambiental, etc. E como a intuição nos faz crer, de fato, quando existe ele é fortemente centrado nos cenários fiscais e econômicos. As outras dimensões ainda são tratadas de forma muito precária pelos estados. Poucos estados declararam dispor de cenários para essas outras dimensões.

Na consolidação do PPA são feitos testes de consistências e de conformidade? Aqui um dado bastante preocupante, apenas 10 estados declararam que sim. O que causa alguma apreensão, se você não faz isso num planejamento de médio prazo, o risco da inconsistência tanto na estrutura de programática em si, qualidade dos programas, como a factibilidade da sua implementação fica sempre prejudicada.

Existe a identificação de projetos grandes portes, de projetos de grande vulto no PPA? 13 estados disseram que sim. A grosso modo metade dos outros estados têm alguma identificação de empreendimento de grande porte, a exemplo do que a gente trabalha aqui.

Existem rotinas institucionalizadas para consulta à sociedade? Ou algum mecanismo de planejamento participativo, seja na execução ou no monitoramento? Aqui a gente tem um índice interessante 16 estados declararam que existe algum mecanismo.

Frequência das consultas à sociedade? Aí a coisa já muda um pouco de figura. 10 estados declararam quadrienal. Ou seja, praticamente não é uma consulta. De 4 em 4 anos do processo de elaboração do plano existe algum encontro. Também muito diferente do que a União vem trabalhando e isso aqui é um grande desafio que nós precisamos enfrentar também. 10 estados declararam que existe algum mecanismo de retorno anual. Os demais com outras

periodicidades, mensal, quadrimestral, semestral, etc., mas um quantitativo bem menor. A grande maioria quadrienal ou anual.

No que diz respeito à regionalização. Unidade básica de planejamento. Regionalizações diversas 33% ou 9 estados declararam. 4 estados declararam usar as regiões do IBGE. 14% ou 4 estados a regionalização é estadual. Ou seja, a unidade é o estado. 3 estados – regiões administrativas do estado. 3 não responderam. 2 com utilização dos territórios de identidade, que é o que nós trabalhamos aqui. E 2 usam a esfera municipal como a unidade de regionalização no seu plano.

Como se dá o envolvimento das prefeituras no processo? Também um cenário bastante diferenciado. Temos estados que utilizam a interface junto às associações regionais de prefeitos. Alguns as associações de municípios. Cada prefeitura isoladamente. O consórcio, como Paula citou. Os números mostram, ainda em pequeno número. Mas temos aí uma prática bastante diversificada de interação entre o estado e os municípios nesse processo de regionalização.

Como PPA estadual se articula com o PPA federal? O que a gente identificou de formas mais fortemente identificadas aí na pesquisa. Emendas e dotação orçamentária de interesse do estado, por meio de programas setoriais dos ministérios. Elaborando programas e ações que possibilitem a transferência de recursos. Alguns falando da questão por meio da utilização de conteúdos metodológicos. Da metodologia federal. Por meio de iniciativa de natureza estruturante. Então, se tem formas muito diversificadas. Algumas que caem mais no varejo e algumas que caem mais na integração das políticas públicas federal com a esfera local. Ela são de fato, bastante dispares.

Quais s principais dificuldades encontradas para ação integrada entre os três entes: União, estados e municípios? Uma percepção muito clara de falta de compreensão das realidades locais, então, acaba tendo um pouco essa visão do município em relação ao estado e a União. E acaba tendo também um pouco essa percepção do estado

em relação ao governo federal. Acomodação política. Dificuldades no monitoramento, a integração, a fluidez das informações. Dificuldade da articulação em função de fatores políticos ainda que haja um esforço de integração muito forte nos últimos anos. Mas essa questão ainda aparece. Dificuldade de compatibilizar as agendas de trabalho entre os diversos entes federados. Excesso de burocracia nos instrumentos que fazem com que a nossa ação cooperada se materialize. Dificuldades na comunicação. Legislação e repasse financeiro. Enfim, entra no campo burocracia também. A logística estadual e discussão técnica insuficiente, digamos assim, entre os entes de formulação das políticas. Esse é um ponto que a gente destaca muito como importante e vital para que se aprofundem as relações federativas na formulação das políticas traduzidas nos instrumentos de planejamento.

Mecanismos de monitoramento no PPA estadual. 17 estados da federação responderam que existe. 6 que não.

Sistema de tecnologia que dê suporte a isso. Desses 17 – 14 dizem que sim. Mecanismo de avaliação do PPA. 12 dizem que sim. 8 que não. Sem entrar no mérito aqui se esse conceito de avaliação é avaliação mesmo, no sentido de avaliação de impacto, da efetividade da política pública. Eu não tenho os dados aqui abertos, mas intuo que não necessariamente cheguem a esse nível, mesmo os 12 que declaram existir.

Caso exista a avaliação informe se possuem sistema de informação. Também dos catorze, sete informam que sim. Portanto, é um campo extenso ainda para avançarmos. Fui informado que o tempo acabou, mas eu cheguei ao final. Conclusão que a gente tira daqui:obviamente que vocês percebem que a pesquisa demonstra aquilo que a gente imaginava identificar. É um país diverso e, portanto você tem uma diversidade grande de situações na estrutura do sistema de planejamento.

Ainda que a gente tenha evoluído bastante nos anos recentes, também, nos estados a gente acompanha o esforço de alguns estados e, uma das unidades da federação vai nos dar a honra de falar sobre seu sistema de planejamento agora. O André está aqui

representando e, é um estado que tem avançado muito que é Minas Gerais, mas ainda temos muito a avançar ainda em algumas unidades da federação, não necessariamente apenas nas macro regiões de desenvolvimento atrasado, como o Norte e Nordeste. Temos exemplos exitosos de boas práticas de gestão nos estados do Norte e Nordeste e, alguns exemplos anacrônicos de gestão de planejamento dos estados da região Sul e Sudeste, mais dinâmicas e mais desenvolvidas.

Existe ainda alguns vícios burocráticos muito localizados nesses estados e, que são limitadores a um planejamento mais moderno. Vamos trabalhar no aprofundamento desse diagnóstico. Essa troca de experiências que a gente está começando agora, ela se faz cada vez mais necessária não apenas na busca da simples uniformização e, que não é o caso da União aqui de querer impor um modelo único de planejamento a ser adotado pelos vinte e sete estados da federação e, pelos mais de cinco mil municípios. Eles têm autonomia para trabalhar de forma diferente e, é saudável que o façam, mas que busquem na diversidade mecanismos de integração, porque é muito importante.

A gente viu isso aqui. Hoje em dia é muito raro imaginar uma política pública que seja executada pela União integralmente. A gente faz essa política cada vez mais descentralizada e, a que tem execução direta se integra com outros investimentos e com outras políticas de estado. Tem que estar sintonizada com as políticas estaduais e, essa política da busca de integração se faz vital. E, portanto, acho que o que a gente enxerga aqui, o que a gente vislumbra no campo do planejamento, a exemplo do que Paula falou aqui, uma oportunidade enorme para que a gente estresse esses mecanismos, esses acordos de cooperação técnica, essas novas modalidades existentes e, que temos usado, mas de forma tímida ainda, em prol de uma maior integração entre estado e União e, estados e municípios.

Tem aqui de fato um longo caminho a seguir para institucionalizar essas relações federativas de forma produtiva para estados e municípios, mas produtiva também para a União. A gente tem

muito a ganhar com isso. A gente não pode imaginar que a gente só está nos beneficiando. A gente aprende também e, a gente aprimora as nossas políticas se a gente faz isso aqui de forma adequada. Pelo menos é nisso que a gente acredita. Acho que cumpri o tempo no máximo estipulado. Agradeço a todos. Obrigado.

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** Perfeito Pedro. Obrigado pela sua palestra. Ela esclareceu muitas coisas e, referente ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério do Planejamento nesse assunto tão importante na relação federativa e, para quem quiser ter mais detalhes das pesquisas que o Doutor Pedro Betone ressaltou quanto ao trabalho que foi feito pela SOFI, mais tarde eu Possi disponibilizar o site para vocês terem acesso a essa pesquisa que foi realizada com esse mesmo intuito, de realmente trazer informações importantes das Secretarias de Planejamento dos estados no que diz respeito à sua composição e à sua adequação, tanto ela estrutura como processos para executar seu orçamento. E agora, peço a gentileza do André. Eu disse a ele que ele já está ficando especialista em representar os estados aqui nos nossos fóruns e, na verdade ele é um profundo conhecedor da temática e, um parceiro sempre aqui nas nossas atividades. E, tem sempre um olhar crítico e, importante para que a gente possa refletir. André, é com você.

**Doutor André Reis:** Muito obrigado. Boa tarde a todos. Agradeço ao convite aqui da Associação. O Márcio comentou: você está aqui sempre. Não, só quando vocês me convidam. Quando a SOFI chama a gente vem aqui conversar. Tem uma parte da fala que eu vou tentar fazer uma costura do que a Paula e o Pedro colocaram e, eu já tinha pensado em comentar algo a respeito da Coordenação, esse processo de planejamento, mas a pesquisa instiga algum debate e alguns comentários a respeito, também. Eu conheci a pesquisa lá com o Eduardo em Gramado e, também já tinha observado a pesquisa da SOFI a respeito do sistema de orçamento e, ela revelou algo que em algum momento eu já vi durante os debates da reformulação e, do debate da Lei de Qualidade Fiscal.

Algo que surgiu naquele momento e, na pesquisa ficou bastante claro é que pós 88 cada ente da federação caminhou para um lado na sua sistemática de orçamento mais que planejamento, pois orçamento estava mais sistematizado desde 64, mas no âmbito do planejamento estava difícil ter esse retorno de concertação federativa em um encontro de uma articulação, de uma aproximação dos instrumentos de planejamento. Isso porque cada ente da federação tinha caminhado para um lado e, acho que isso ficou bastante evidente aqui na pesquisa.

Isso tem dificultado um pouco a aproximação, uma reaproximação destes instrumentos em certa medida. Eu acho que quando ele coloca ali a forma como os estados se articulam com o PPA federal, você vê que tem quinze formas. Ou seja, cada um está fazendo uma coisa, pensando de um jeito e, provavelmente, ninguém está articulando nada. Isso provavelmente é o que está acontecendo. Um ponto fundamental que eu acho que nesse esforço de coordenação do sistema de planejamento entre estados e a União e, também o que estados passam com relação aos seus municípios, me surgiu uma pergunta logo que eu assumi meu primeiro cargo no Ministério do Planejamento no estado, em 2006 em uma palestra na Associação Mineira de Municípios. Lá a gente também passa por esses problemas. Na primeira reunião do Coseplan eu vi o Secretário de Sergipe reclamando pela quantidade de municípios que tinham em Sergipe. Eu falei: a quantidade de municípios que tem em Sergipe deve ser menor que a quantidade deles na região metropolitana de Belo Horizonte. Isso é muito complicado.

Então, nesse seminário estava sendo discutido e estavam presentes 600 municípios e, a gente fazendo apresentação sobre a questão de planejamento e orçamento nos estados de Minas Gerais e, achava que estava abafando, que estava tudo sensacional e, havia certa inquietação no fundo. E, quando encerrou me procurou o Secretário de Planejamento de Ipatinga e falou o seguinte: a gente gostou, a apresentação foi boa, muito interessante e, ao final falou o seguinte: estavam aqui todos os municípios querendo saber o que tínhamos para eles. Até hoje não consegui responder esta pergunta.

Até hoje eu me lembro dessa pergunta: o que a gente tinha para ele? E ano passando e, a gente alterando o sistema de orçamento e planejamento do estado e, fizemos uma evolução nesse sentido de tentar territorializar bastante a questão orçamentária do planejamento, nós fizemos diversos avanços nisso, a ponto de hoje eu conseguir ter o nosso planejamento do PPA e, se eu pegar a execução de 2010... A gente pega o orçamento e não sabe em que ano está, então no ano de 2010 a gente conseguiu de 88 a 90% de todas as ações do orçamento regionalizado a maioria a nível municipal.

E, as ações de aplicação direta do localizador nacional, a gente tem feito um esforço de acabar com o localizador estadual e, tentar localizar da melhor forma possível. Uma execução orçamentária no SIAFI a gente já colocou pelo nos investimentos, obrigatoriamente você tem que falar para que município é o investimento. Não minta, porque se você vai comprar um equipamento e fazer uma obra você precisa saber onde vai fazer. Minta para mim, mas depois você se vira com o Tribunal de Contas porque você precisa saber o que está fazendo com seu dinheiro.

Eu acho que nas políticas públicas de manutenção a gente pode compreender que há uma grande dificuldade quando você tem contrato centralizado e, essa apropriação é pulverizada. E, lá em Minas Gerais quando você pega grandes órgãos da saúde e educação e segurança pública e, que estão presentes em todos os municípios, é mais difícil de promover. Voltando à pergunta o que você tem para mim, essa é uma angústia de cinco anos que eu carrego comigo e, venho tentando construir uma resposta para essa pergunta. Ela é bastante elementar e carrega uma série de desdobramentos e, que eu acho que é o que a gente está conversando aqui hoje à tarde.

A Paula colocou muito bem a questão que a gente teve dos avanços no âmbito dos planos setoriais de articulação federativa, principalmente nas áreas tradicionais de políticas públicas. Acho que âmbito da assistência, da implantação do SUS e, agora temos um esforço maior de articulação. Mas acho que em boa parte das carreiras e, acho que no nível federal, acho que tem uma força no

âmbito do Ministério e também das Secretarias de Planejamento ter se relativizado nesse processo e perdido certo esforço de coordenação dessas políticas. Porque eu acho que, embora o Ministério da Saúde saiba e, o Ministério da Educação saiba, eu queria saber da carteira de coisas que está entrando no estado de Minas Gerais para além dos localizadores de Minas Gerais que estão no orçamento.

Eu acho que quem é do Paraná ou do Amazonas também, qual a intervenção? Eu acho que tem como se levantar essa informação quando você faz uma autópsia não é? Você termina o ano, levanta o defunto e vê o que aconteceu. Vê o que foi para lá, o que da execução orçamentária aconteceu, mas não há de antemão o esforço de uma construção consertada de que tipo de intervenção eu vou fazer para cada região do país. No estado, por uma questão política essa é sempre uma demanda colocada e, não só técnica, mas no âmbito da política em termos de falar o que está fazendo em cada uma das regiões. Acho que a Presidente da República quando viaja, assim como os governadores, eles querem saber o que está sendo feito. Então, isso já tem uma questão política envolvida.

Mas tem a questão do âmbito técnico também, de você saber que tipo de intervenção intersetorial que é possível estar sendo feita em cada local e território. O fato de a gente conseguir levantar informações durante os acontecimentos e depois dos acontecimentos, mal ou bem conseguir levantar como se deu essa intervenção, mas você não faz isso de forma planejada. Se o Ministério chegar e perguntar o que será feito no âmbito do estado de Goiás, pois Brasília tem feito de forma intersetorial e organizada e consertado sobre as diversas políticas públicas e articuladas e, o que será feito no âmbito das intervenções federais aqui dentro desse estado.

Essa é uma pergunta muito difícil de ser respondida. Da mesma forma que estou carregando eu gostaria que todos o fizessem também e, quando a gente consegue responder essa pergunta, porque é um fato interessante. Quando a gente imprimiu uma pressão dentro do estado para poder tentar fazer esse

desdobramento dentro dos municípios, essa pergunta era feita e eu ficava angustiado de não poder responder: o orçamento de Minas Gerais é de 50 bilhões e, para onde ele vai?

Então, eu carreguei essa pergunta e, hoje a gente consegue responder mais ou menos. Aliás, eu hoje com sigo responder para onde ele foi do que para onde ele vai. E, mesmo respondendo para onde ele vai se você perguntar: ele está indo de forma acertada? Não, ele está indo porque eu apertei um botão e apareceu para onde ele estava indo. Porque é isso, cada secretaria setorialmente, cada uma falando de suas intervenções, cada uma das suas ações setoriais e, que tipo de intervenção ela tem feito no Norte ou Sul de Minas e outros, depois eu tenho um documento, o PPA com o orçamento ali colocado para cada exercício futuro, eu aperto um botão e sei o que tem em cada região.

Mas se você perguntar se eu pensei para falar o que eu faria no Vale do Jequitinhonha no âmbito da saúde, assistência, educação e, infraestrutura, se a gente pensou de forma territorializada, que tinha de intervenção seria feita, a resposta seria não. Mas eu respondo assim: aperto um botão e aparece tudo. É rápido. Mas se a gente gastou um tempo fazendo uma reflexão acerca dessa questão, isso nós não fizemos.

Alguns esforços isolados pode ser um exercício para a evolução dessa sistemática e, acho que no âmbito das transferências voluntárias eu estava conversando com a Paula mais cedo, o que é uma possibilidade. A gente chegou no estado até em um certo esgotamento de possibilidades de cofinanciamento dessas transferências voluntárias, pois a gente já tinha uma alocação muito alta de transferências em contra partida, convênios com a União e aumentou muito nosso custo de oportunidades de alocação desse recurso. Ou seja, está trazendo dez milhões e, vou ter que colocar dois milhões de reais, mas esses dois significam muito para mim e, então, me interessa trazer esses oito restantes?

Eu acho que alguns estados, principalmente no Sul e Sudeste em que a gente pode ter uma participação relativa da transferência

voluntária e a receita tributária e, com uma participação menor, talvez, do Norte e Nordeste, mas de toda a forma eu acho que mesmo lá também merece uma reflexão, mas para você poder fazer essa conta e poder montar essa concertação, isso precisa ser feito de forma mais uniforme, eu deveria ter possibilidade de conversar com a União a respeito das intervenções, mesmo que construídas de forma através de transferências voluntárias, quais seriam as intervenções no estado a partir desse ano ou não.

Obviamente que não estou excluindo a questão política que é bastante complicada, a questão das intervenções políticas nessas construções. São questões partidárias também e que são construídas através de secretários de estado junto aos ministros no governo federal, a respeito da construção dessas transferências voluntárias e, abertura dessas portas e, há um custo muito alto para o órgão central, quando ele fala: você trouxe vinte milhões, mas não vou te dar quatro milhões de contra partida, porque esses vinte milhões não são prioritários para o estado dentro do contexto geral.

O que acontece é que a gente tem uma pulverização dessa intervenção da União dentro do ente federado, dentro do estado e que se dá de forma setORIZADA e, na hora que você junta, tenta juntar todas as intervenções não tem como você contar uma história a respeito disso. Você não conta tudo que União repassou de forma voluntária para o estado, você não constrói uma narrativa através dessa intervenção. É uma fortuna. Acho que em Minas Gerais foi algo em torno de seiscentos milhões de reais, o que foi significativo dentro do orçamento. Isso de quinhentos, seiscentos milhões que você não pensou para gastar, se não pensou de forma coordenada, eu acho que isso tem um custo muito alto para a federação como um todo.

Tem possibilidades e, eu acho que a gente não tem como construir, ser tecnocrata ao ponto de a gente achar que vai montar uma construção sistematizada e vai dar conta de cercear questões políticas em torno dessas definições, mas há formas de se criar constrangimentos e, a gente é bom nisso. Você cria um sistema informatizado que tem que estar no SICONV e, monta algumas

construções e, tem como se dar um contorno de parâmetros mínimos que se espera de articulação.

A gente fez esse ano uma tentativa junto à União de fazer uma estratégia de fazer uma estratégia um pouco mais unificada de dialogo no Brasil sem Miséria, mas ela está se dando de forma bastante informal. Ou seja, tentando centralizar no governo do estado todos os debates que estão em torno do Brasil sem Miséria e, aqui também, na União tentando montar essa articulação. Se aqui dentro a gente não tem controlar variáveis, então a gente controla lá dentro. Ninguém conversa com a União sobre o Brasil sem Miséria que não seja dentro desse grupo e, tudo terá que ser deliberado aqui dentro desse grupo.

O que está sendo uma experiência interessante foi a forma como a captação de recursos aqui junto à União. Que ela seja uma captação mais qualificada, mesmo no âmbito do projeto de propostas, porque isso a gente tem condição quando se faz de forma coordenada em avaliar e construir projetos de melhor qualidade, com alguma avaliação prévia e com melhor possibilidade de boa execução e, consegue organizar essa intervenção da União, valorizar esse repasse que a União vai fazer dentro do estado e, de forma bem mais articulada.

Também sobra esse desafio para o estado, pois se do estado para a União a gente fica com essa relação desagregada e sem essa coordenação, com uma serie de repasses que são feitos do estado de Minas Gerais e, sem essa concertação, a culpa cabe também a nós, porque lá dentro do estado, assim como dentro dos municípios, poderia estar sendo pensado e articulado e, a gente não tem evoluído muito nisso. Acho que o Pedro falou que Minas Gerais evoluiu muito no senso de planejamento, mas acho que eu vim aqui falar do que falta a gente fazer.

Esse é um ponto muito importante, pois a responsabilidade é de todos que estão aqui. Cabe a todos que estão aqui pensar um pouco sobre essas questões. Para onde está indo esse dinheiro? Todo mundo que trabalha com recurso público sempre fica angustiada e,

quando senta no bar e fica a conversa sobre corrupção e, diversas questões são levantadas sobre. Eu tenho uma clareza que vai muito além disso e, não vou entrar no mérito de discutir a questão de corrupção, mas a ineficiência nossa é absurda na alocação.

Mas pensar em nossa ineficiência de articulação, na nossa ineficiência de conseguir sentar e conversar a respeito da alocação dos nossos recursos. Acho que a despeito da questão da governabilidade e, isso nos coloca um preço acerca da alocação de recursos, o que pode não ser a mais eficiente sob a perspectiva de gestão, mas é eficiente na perspectiva da governabilidade. Então, as concertações que são feitas mesmo do ponto de vista da alocação cargos e, de recursos, precisa ser feito para se conseguir o mínimo de governabilidade.

Mas fora isso, um ponto deveria e caberia somente aos técnicos e por isso, a gente não avança muito nessa conversa. Então, termino 2011 sem conseguir responder ao Secretário de Ipatinga sobre o que eu tenho a ele. Eu consigo falar sobre o que já tive, mas eu consigo levantar mais ou menos o que eu tenho para ele para 2012, 2015 e, consigo mais ou menos fazer um desenho, só que nada foi pensado de forma coordenada de entregar. Isso está no plano, mas não pensamos nenhuma intervenção em Ipatinga de forma concertada, ou pelo menos na região do estado onde se localiza Ipatinga.

Eu acho que esse esforço precisa ser feito aqui no âmbito da União e dos estados, assim a gente consegue uma concertação federativa, aproveitando melhor os nossos recursos que estão sendo aplicados. Acho que é só isso. Muito obrigado senhores.

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** André você foi em cima do horário definido. Obrigado pela sua participação. Foi fundamental para a gente entender as dificuldades, que acontecem não só aqui para a gente e, no ente federado é bem parecido. O sistema acaba se moldando com as mesmas deficiências. Tem suas virtudes, mas a gente atrela algumas deficiências e, isso é importante. Só para deixar você mais tranquilo, para 2012 o orçamento federal tem deixado para Minas Gerais nove bilhões. É lógico que tem o

repassa da Saúde e da Educação, que são gigantescos, mas é só para você ter uma ideia de números.

A gente agora parte para tentar responder às perguntas que foram solicitadas por vocês por escrito. Elas vieram tão perfeitas que eu tomei a liberdade de passar diretamente para os nossos palestrantes. Eu acho que a gente pode ter cerca de dez a quinze minutos para que cada um possa responder a essas perguntas. Vamos começar pela Paula.

**Doutora Paula Ravanelli:** Eu recebi várias perguntas e não vou ler cada uma para não perdermos tempo, mas tentar responder em bloco. Muitas delas tratam que se eu falei que o estado está enfraquecido nesses três níveis de governo, qual então seria a forma de fortalecer os estados brasileiros. E, se esse fortalecimento dos estados poderia indiretamente auxiliar o fortalecimento dos municípios, que a gente sabe que sofrem de uma fragilidade institucional muito grande, não conseguem executar os programas, os projetos e outros.

Quando eu comecei a falar, eu tentei começar a história do Brasil a partir da Constituição de 88, mas sei que não é um corte muito justo. Só que quando a gente tem uma limitação de tempo, a gente tem que fazer um corte. O que eu acho importante a gente ter claro, é também, um pouco da nossa cultura. Porque somos uma federação? Diferente dos EUA nós não éramos treze colônias que precisavam se unir para se fortalecer. Éramos uma única colônia, então porque escolhemos o modelo federativo? Porque precisávamos preservar núcleos de poder que já estavam estabelecidos no território nacional. Oligarquias regionais já dominavam territórios por conta do nosso modelo de colonização, as capitânicas hereditárias e outros.

Esse histórico nosso ainda se reflete nos dias de hoje porque quando falo de desigualdade, a gente tem que pensar que a gente está tratando de Minas Gerais, mas a gente também está tratando do Maranhão, Alagoas, Rondônia, que são estados que têm a mesma fragilidade institucional que seus próprios municípios. E, ainda têm uma tradição de dominação a partir do local muito forte.

Geralmente quando faço debate sobre federalismo brasileiro, existem duas grandes correntes: os estadualistas e os municipalistas. E então, os estados sempre criticam, o que o André fez muito bem de delicadamente criticar, a relação direta que o governo federal estabelece com seus municípios sem respeitar a hierarquia do estado.

Ele está certo teoricamente. Agora, na prática também respeitar a hierarquia dos estados é respeitar o fortalecimento de oligarquias regionais, coronelistas. Tem uma pergunta assim: já não está na hora do governo federal transferir competências de forma exclusiva, de execução exclusiva para estados e municípios? A gente pode transferir uma competência de preservação ambiental para Rondônia? É difícil porque o estado em Rondônia sofre pressões muito fortes. O Mato Grosso do Sul, mato Grosso com todo o ciclo da soja. Então, eu acho que não.

Eu acho que esse modelo de competências comuns é bom, é novo, complexo, mas é positivo para o país. Ele permite ao governo trabalhar com essas grandes desigualdades. Se fossemos uma Suíça, então, tudo bem. Vamos pensar em transferir mais autônias aos nossos estados, mas não somos. Então, em tese parece que é legal dar autonomia, mas temos contradições da realidade que têm que ser vistas e enfrentadas. Então, acho que esse modelo que o Brasil inaugurou é positivo, só que precisa como todo o sistema federativo e, esse sistema federativo é você distribuir poder entre vários núcleos, então faz parte dele a questão da competição entre esses núcleos de poder, faz parte dele a negociação, a barganha. Isso é própria dessa organização de estado que escolhemos.

Então, não deve ser visto como uma coisa ruim, mas como um processo natural e, o que eu acho que a gente precisa fortalecer são as instancias, os processos para que essa barganha se faça de forma transparente, de forma republicana e, democrática. Acho que do ponto de vista das competências é bom, acho que é muito bom que o Brasil tenha um rol de competências comuns, como têm, mas precisa regulamentar. E nós não fizemos esse dever de casa desde 88. O Artigo 23 que trata das competências comuns estabelece em

seu Parágrafo Único que deveriam ter leis complementares fixando normas de cooperação para o exercício dessa competência comum.

Nós não fizemos isso e, não fizemos porque a gente tem preguiça mas porque não conseguiu consenso. Porque os conflitos em torno dessas competências são enormes. O melhor exemplo disso é a área ambiental. É claro que seria o ideal que cada estado cuidasse da produção ambiental, mas podemos prescindir do IBAMA? Não podemos. Não temos ainda o fortalecimento do estado brasileiro dentro desses princípios capaz de substituir essas instituições federais. Acho que a gente tem que conciliar a competência federal com a estadual e, também, com a municipal. Estabelecer regras para que uma não se sobreponha à outra, que não entre em conflito com a outra. E, para isso tem um Projeto de Lei que o governo federal encaminhou em 2007 e, que faz parte do Marco Legal do PAC e, que até hoje a gente não conseguiu aprovar.

Me perguntam também sobre reforma tributária. Se a reforma tributária precisa ser completa, uma grande reforma constitucional ou não. Os grandes especialistas de federalismo fiscal, como Fernando Resende acreditam que precisa ser uma reforma ampla e irrestrita. Não pode ser aos poucos. Eu sou mais otimista e defendo a posição que o governo federal tem adotado no sentido de que podemos fazer aperfeiçoamentos e, até porque uma reforma ampla e irrestrita não conseguimos fazer. Não por falta de vontade do governo federal, mas por conta do sistema partidário, sistema político e, que criam uma situação de veto. Os governadores são capazes de impor vetos a determinados programas federais que são insolúveis. É o caso da reforma tributária.

Os estados exportadores como São Paulo, Bahia, Pará não concordam com a reforma porque eles vão perder. Então, eles não vão deixar aprovar. Então, vamos ter que avançar aos poucos. A ideia do governo é trabalhar de forma fatiada, então são pequenos avanços que seriam dados no sentido de melhorar o sistema tributário.

Me perguntam sobre a desigualdade. Se também esse fenômeno da volta dos imigrantes para suas regiões seria já um reflexo dessa desigualdade. Eu confesso que não sei. Eu não analisei, mas parece que sim. O Nordeste é a região que mais se desenvolve, que mais cresce economicamente, então me parece que seria uma boa explicação para esse fenômeno, se ele existe e, que não sei, mas poderia ser uma boa explicação.

Também me perguntam o papel de vocês. Se a carreira de vocês poderiam ao invés de estar concentrada aqui em Brasília, se não seria melhor ela estar descentralizada nos estados proporcionando uma difusão de conhecimento, técnicas, harmonizações. Eu não saberia responder. Mas acho que a gente tem um nível de excelência que estados e municípios não têm e, a gente como coordenador da federação brasileira, porque além de cuidar das nossas competências, também, temos atribuição de coordenar a federação, o sistema.

Acho que temos responsabilidade por formar, apoiar os processos de consolidação do próprio estado nesses territórios que ainda não tem estado brasileiro. São estruturas de poder, então acho que a gente tem que apoiar, mas acho que... Voltando ao início e eu tenho só mais um minuto, acho que não dá para apoiar do ponto de vista hierárquico. A quem compete tratar com o município é o estado e, que a União trate com os estados e, os estados tratem com os municípios. Eu acho que voltar a uma situação hierárquica como essa seria muito ruim, mas também, trabalhar diretamente governo federal com os municípios é impossível. Nem que a gente queira. Seria demagógico dizer que a gente vai conseguir coordenar daqui de Brasília mais de cinco mil unidades de prestação de serviço.

Acho que o sistema federativo faz milagres, mas acho que precisa conciliar. Eu acho que precisamos fortalecer esses pactos, esses processos de negociação. Por fim, tem uma pergunta aqui muito boa sobre se já não estava na hora de fazermos uma emenda constitucional e, limitar a criação de municípios a vinte mil habitantes. Não está e nunca vai estar. Sabe por quê? Porque vinte mil habitantes é um país inteiro na Amazônia. Não é um parâmetro

adequado para o Norte e, nem para o Centro-Oeste do país. Vinte mil pode ser um parâmetro adequado para o Sudeste, só isso.

Então, temos, o governo federal tem trabalhado em um projeto de regulamentação da Emenda 15. Ela alterou o Artigo 18 da Constituição para estabelecer que precisa ter a lei complementar definido o estudo de viabilidade municipal e, que oriente o processo de criação. O município como ente da federação é uma instituição política e não técnica. Essa é a diferença. Quando a gente atribuiu o município como ente federado, ele tem o papel político na federação. Ele não é uma unidade administrativa dos estados como em outras federações.

Então, quem decide pela criação de um município tem que ser a comunidade local e, geralmente se ela quer criar um município, não é para desperdiçar recurso público não, é para fazer o estado chegar lá, pois o estado não está lá. Então, as pesquisas que a gente tem todas são no sentido de superar um pouco e, foi um conceito muito difundido até pelo IPEA de que a criação de municípios estava fragmentando o território, desperdiçando recursos públicos. Esse é um lado da história, o lado econômico, pois de fato há um aumento de gastos. Mas quem está olhando o político? O ganho da participação dessa população de estar mais perto do estado, de ter um representante. Tem coisas que não são fáceis de medir, então a gente desconsidera. Então, existe um ganho político na criação de municípios. Eu acho que fomos muito felizes ao estabelecer na Constituição a necessidade de um estado de viabilidade. Acho impossível estabelecer um critério nacional populacional. Eles precisam ser regionais.

Assim eu estaria trabalhando com um mínimo de cinco mil e, claro que para as regiões Sudeste e até Sul do país, pensar em dez ou vinte mil. E também, incentivos. Incentivos à fusão, incorporação, porque também não é só criação e desmembramento. Existem, outros processos que poderiam ser induzidos por incentivos financeiros na transferência de recursos públicos. Obrigada.

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** Obrigado Doutora Paula. Foi realmente ótimo. Vamos depois tentar voltar por meio do site do próprio evento tratar das perguntas não respondidas e encaminhar por e-mail. Como a mesa é cavalheira, a gente deixou um espaço maior para a Doutora Paula, então informo aos senhores que cada um tem somente cinco minutos para poder condensar o que vocês têm, assim então, poderemos encerrar o painel. Pedro, por favor.

**Senhor Pedro Bertone:** A minha é rápida. Na verdade tem aqui uma sugestão que resvala um pouco no que a Paula falou. Se não seria proveitoso enviar para a União e os estados a criação de um programa de incentivo à permuta temporária ao estágio de servidores da área de planejamento, da União com estados e municípios. Essa é uma questão recorrente. Vira e mexe a gente tem essa discussão. Na minha carreira, na carreira de gestor esse assunto frequentemente é levantado. Vou ser muito sincero e, essa é minha posição pessoal. Neste modelo de trânsito limitado no tempo, digamos assim, eu acho que nós estamos até demorando a institucionalizar um mecanismo dessa natureza. Eu acho que seria muito bom. Eu tendo a concordar com isso.

É importante para o gestor federal ter alguma vivência da lógica de execução da política pública local, seja no estado, seja no município. Elimina bastante do viés tecnocrático que a gente tem, do nosso olhar sobre a execução da política algumas vezes. E, do ponto de vista das esferas subnacionais, ter uma ideia de como se implementa, de como são vistas as políticas aqui no campo federal, eu que também, pé uma coisa salutar. Então, eu acho que a gente poderia começar devagar. Eu acho essa sugestão, digamos assim, bastante válida.

Nessa coisa do devagar, eu pego uma carona também na fala da Paula com relação à incrementar o processo de reforma tributária. Seria o modelo possível. Eu pego carona nessa ideia porá dizer que, do ponto de vista das reformas nas estruturas de plano e orçamento, ou no sentido mais amplo, nas reformas de gestão ou de estado, como queiram, eu estou convencido que esse movimento é o

possível no Brasil de hoje. Não temos também, condição nessa nossa esfera de imaginar uma reforma de estrutura de planejamento que sistematize tudo, em uma brochura que será discutida Brasil adentro.

Não tem muito jeito. Acho que a gente já teve um pouco essa ilusão no passado e, hoje a gente percebe que não é por aí que a coisa funciona. A própria reforma do estado foi uma coisa bastante significativa. Bons conceitos com dificuldade de implementação e, algumas coisas que estavam ali preconizadas em larga vêm sendo implementadas nesse processo incremental. Então, eu acho que esse é o caminho possível para a gente poder trabalhar também, na reformulação dos sistemas de planos e orçamentos, nessa integração federativa, que é o objetivo específico dessa mesa de hoje à tarde aqui.

Alguém me fez uma pergunta específica sobre um trabalho que a SPI desenvolveu no período anterior, da matriz de sustentabilidade. Indicadores de periodicidade anual, base regional que poderia servir como um ferramental para um modelo de contratualização entre União e estados. Essa ideia de pactuar algum modelo de contratualização e, eu vou falar um pouco amanhã na mesa de Monitoramento e Avaliação, ela está um pouco presente no que a gente está pensando na SPI para o modelo de monitoramento do PPA. Não necessariamente o uso desse modelo da matriz de sustentabilidade, ainda que seja um produto metodologicamente bem construído, mas tem algumas inconsistências, algumas delicadezas políticas que a gente acha que é a aplicação seca, como ele está em estado bruto hoje, seria talvez um pouco delicado. Mas é um trabalho de referencia que nos ajuda.

E, uma última provocação. Se a SPI não deveria ter uma postura mais ativa para diminuir a política de balcão. Eu concordo. Acho que a gente tem que atuar cada vez mais no sentido de eliminar o balcão nas políticas públicas e, acho que o Brasil evoluiu bastante nisso. E, mesmo nas situações aonde o balcão ainda se faz presente, como a gente vê, por exemplo, no PAC, não deixa de ser isso, a gente tem procurado trabalhar com critérios mínimos de qualidade

de projeto a ser apresentado, de um mínimo fortalecimento institucional do ente federado que está ali presente. Então, você ter políticas universais de balcão eu acho que é um mecanismo ruim, é um mecanismo que em larga escala acirra o que o André colocou de baixa efetividade no uso de recurso público, sem dúvida nenhuma, que não necessariamente atende os focos de problema daquela política pública e, que pode fortalecer em última medida a desigualdade.

Então, a gente tem que eliminar. Mas nas situações em que o balcão se faz presente e, em várias políticas não tem como ser diferente, em áreas sociais inclusive, eu acho que o a gente tem que continuar aprofundando é isso. Critérios mais rigorosos na seleção daqueles proponentes que nos procuram no balcão, tanto na aceitação da proposta, como na cobrança da efetividade da implementação da política pública. Eu acho que é por aí que se caminha, mas essa ideia de balcão com essa visão pejorativa que você colocou, eu acho que de fato a gente tem que superar. Certo?

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** Obrigado Pedro. André, cinco minutos.

**Doutor André Reis:** A Paula colocou uma questão ali que eu me questioneei se tinha falado isso, mas alguém me perguntou, então eu falei, pois estava me perguntando isso. É sobre a questão de a União repassar dinheiro direto aos municípios. Eu nunca nem tinha pensado nisso. É uma boa questão e, eu fiquei pensando nisso agora, principalmente depois da pergunta do Eduardo, não que incomodasse, mas tem como lidar com isso também, porque tem como pensar de uma forma um pouco mais articulada. Acho que o Eduardo está sugerindo aqui uma forma mais radical, mas eu acho que não pensaria tanto nisso, nem sei se é radical, mas o que você acha da ideia de o estado obrigatoriamente passar a ser chamado para ser parte mesmo sem obrigação de aportar recursos financeiros nas parcerias entre a União e os municípios?

Eu não sei. Não sei responder isso. Porque tem outra pergunta nesse mesmo aspecto e, acho que dá para responder de forma

conjunta, que é a seguinte: quando o Secretário de Ipatinga te perguntou o que você tinha para ele, você poderia ter devolvido a pergunta: o que você está precisando? Ou seja, o plano federativo necessariamente deve ser top down ou, é possível ter uma troca de informações no sentido município, estado, união. Ou seja, um sentido inverso para construir um plano nacional. Uma é do João Paulo e, a outra é do Rodrigo.

São boas questões. Tem uma possibilidade que se liga e, tem outra questão que passa por isso também, que está falando dos momentos. Me perguntaram aqui, o JDB, mas ele coloca duas boas questões a respeito: dado que a regionalização é um processo de identificação do território após a alocação, como que você vai fazer uma nova rodada de negociação para definir depois para onde vai o dinheiro, ou serão novos programas de alocação para definir o que vai para cada município. Tem maneira de contemplar essas questões em outro formato se eu, ente federado tenho clareza onde estão minhas prioridades em cada área setorial.

Se eu localizar e fizer esse esforço, por exemplo, em Minas Gerais eu tenho carteira de Minas Gerais sob a perspectiva de saúde, educação, segurança, eu tenho um mapa onde estão meus problemas e, onde no território estariam nossas prioridades, eu acho que é uma possibilidade. A gente tem feito esse esforço, principalmente na dinâmica política e, tem funcionando razoavelmente bem no âmbito das emendas parlamentares aqui na União. A gente encaminha anualmente aqui para o coordenador aqui da bancada de Minas Gerais e, esse ano um colega de vocês, o Marcio Reinaldo e, que é da carreira também e, ele encaminha um portfólio para emendas parlamentares em Minas Gerais.

Então, já sinalizo quais são os projetos e programas nas áreas setoriais que nos interessariam receber emendas parlamentares e, que seriam de mais fácil execução e, entro na pergunta do Homero: quando você citou da ineficiência da alocação dos recursos, eu gostaria de saber da eficiência da execução desse recurso. Esse é um dilema. A gente tem baixa execução em alguns órgãos do governo e, que se eu soubesse de antemão se iria para aquele órgão, eu nem

deixaria, mas faria o projeto para ele e, essa é uma alternativa. Porque tem hora que se fala assim: tal órgão está precisando de recurso para a contra partida e, quando vejo deu errado. Não precisa nem chegar o recurso para saber que não vai executar.

Então, isso de antemão a gente já sabe. A gente se organiza de antemão sob a perspectiva setorial e territorial e, fala: aqui estão minhas prioridades e, consiga eleger setorialmente para onde o estado quer caminhar em determinadas políticas públicas e área. Eu acho que hoje isso é possível, pois setorialmente já é feito e, a gente só não faz essa coordenação global das políticas públicas e, apresentasse para a União aqui, aqui é onde eu esperaria essa transferência voluntária não de forma obrigatória e, eu sentasse em uma mesa de decisão acerca dos municípios, mas eu acho que da mesma forma que a União dos municípios, o estado é esse ponto intermediário. Eu sei na política de saúde onde meu sistema de urgência e emergência em Minas Gerais é caótico, onde as pessoas estão morrendo por falta do sistema de urgência e emergência na área de saúde.

Então, eu teria a clareza de sentar e falar assim: nesses pontos do território e eu consigo resolver que são esses os municípios, mas que isso não tivesse um caráter vinculativo, mas que pudesse começar com uma carta declaratória de intenções de prioridades, onde o estado gostaria de receber recursos públicos da União e, pudesse promover sua melhor alocação. Acho que respondi a todas que estão aqui. Muito obrigado.

**Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira:** O Andre também usou seu poder de síntese e, foi fantástico nas suas respostas. A gente está a um minuto do que havia combinado com o mestre de cerimônia. Então, encerro aqui o painel dizendo que esse é um trabalho que na verdade o planejamento segue muito nessa linha da carreira, de você realmente poder ter pessoas que possam ter essa reflexão colocada não só no aspecto federativo, mas também, em um sistema de planejamento que possa chegar nessa população e, nessas regiões. Então, a reflexão que o Andre trouxe para a gente ela tem todo um caráter de continuidade. Ou seja, na fala ficou claro que há cinco

anos ele recebeu aquela pergunta e, há algum tempo ele vem desenvolvendo algumas atividades para poder estar realmente atendendo a uma demanda que foi solicitada a ele em uma ocasião que el não tinha a mínima ideia de como atingir.

Também muito na linha do que o Pedro trouxe para a gente, a questão de incrementar. Eu sei que quem trabalha com orçamento acaba ficando arrepiado quando escuta esse negócio, mas é dessa forma que as coisas vão acontecendo. Ter a flexibilidade, ter a essência desse trabalho que tem que ser realmente no nível local e, dando todo o apoio, como a Paula colocou de forma clara, que o município muitas vezes quando é criado, ele precisa realmente ter sua legitimidade e, ele está pedindo aquilo para realmente ganhar e ter conversas não só no nível estadual, mas também, chegar ao nível federal.

Então, tudo isso me traz um sonho. Um sonho que a gente realmente tem que seguir como carreira de sistema de planejamento e orçamento e, sobretudo, de um dia a gente ter um orçamento federal onde eu possa disponibilizar para estados e municípios as nossas ações, em que as interferências sejam feitas no local e, eles previamente consigam já talvez, identificar suas contrapartidas para que o governo federal chegue já com a contra partida pronta para os estados e municípios.

Esse é um sonho e, a gente precisa persegui-lo e, eu acredito que o governo federal vem nessa linha e, a gente vai continuar seguindo nessa linha, que é importante para a gente. Então, nesse momento eu queria agradecer ao André, á Paula e, ao Pedro por essa participação e, que foi fundamental para a gente nesse painel. Sem dúvida nos esclareceu várias coisas e, gostaria agora de passar a palavra ao nosso mestre de cerimônia.

**Mestre de cerimônia:** Desfaz-se neste momento a mesa deste que foi o II Painel do Seminário. Convidamos os senhores palestrantes desta mesa para que tomem lugares na primeira fileira do auditório. Passamos agora a composição da mesa para o lançamento do segundo número da Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento

– RBPO. Convidamos para compor a mesa de honra o Senhor Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, Eduardo Rodrigues da Silva, acompanhado do Doutor Marcio Gimene, Editor da Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Com a palavra, o Senhor Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento, Doutor Eduardo Rodrigues da Silva.

**Doutor Eduardo Rodrigues da Silva:** Boa noite. Nessa altura do campeonato a gente não vai fazer nada muito formal aqui. Nós temos a felicidade de estar lançando o segundo número da Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento e, que era um compromisso nosso quando a gente fez a composição da chapa que saiu vitoriosa na eleição para a Associação. E, essa revista, o lançamento dessa revista e, agora estamos no segundo número, faz parte de uma estratégia de valorização da carreira de uma maneira diferente. Estamos falando aqui enquanto Associação, enquanto carreira. Nós entendemos que não tem como mantermos, avançarmos nas conquistas que já tivemos enquanto carreira, se não acrescentarmos à nossa atuação uma carreira que realmente faz um diferencial.

Ou seja, que apresenta propostas que participam tanto por dentro do governo nas estruturas de governo, quanto carreira em si representada por sua associação, de um debate de desenvolvimento, de um debate de planejamento com vistas a alcançar os fins da República. Nesse contexto se insere a revista, também, o Forum Brasileiro de Planejamento e, que são quatro associações. Amanhã no ultimo painel vai ser apresentado ultimo trabalho desse Forum e, a revista está neste contexto. Não vou me alongar porque já são seis horas e, vamos para uma pequena comemoração ali fora.

Passo então, a palavra para o Marcio, que desde o inicio, desde antes quando ele estava fazendo doutorado no Rio de Janeiro quando a gente começou a montar e discutir a chapa, ele apresentou essa proposta que aceitamos de pronto. Ele trouxe uma experiência muito boa da UFRJ da Revista OICOS e, que será apresentada aqui.

O sucesso, a consolidação da revista se deve em grande ao trabalho do Marcio. Então, eu passo a palavra a ele.

**Doutor Marcio Gimene:** Obrigado Eduardo eu serei breve porque está todo mundo cansado em, eu também não gosto de me alongar em falas. Acrescentando ao que o Eduardo já falou, eu diria que essas associações de carreiras têm tido no Brasil, assim como no mundo em geral, é natural que tenha um foco de reivindicação, como salário em outras questões. É um passo muito relevante quando essas associações conseguem ir além e, avançar para a proposição de conteúdo, do que fazer na sua esfera de atuação para além de apenas cumprir ordens nas hierarquias onde estamos submetidos.

Tem uma série de questões difíceis de serem tratadas nas instituições que trabalhamos porque tudo pode ter conotação política, ter oposições de diferentes formas e, que via associação a gente tem mais liberdade para se posicionar e, eventualmente até fazer um questionamento mais contundente sobre algumas políticas que são implementadas nos governos que trabalhamos. E, isso com certeza é a partir dessa atenção, desse debate que se consegue avançar e, nesse sentido a academia cumpre parcialmente esse papel, porém sem a presença cotidiana que temos nas nossas atividades e, que nos permitem ter outro olhar, um olhar diferente do olhar acadêmico, que geralmente se baseia ou em teorias já feitas em outros contextos ou, então, em dados estatísticos que já são trabalhados, pesquisados a partir de determinados pressupostos.

Não é de se esperar que da academia venham reflexões que deem conta de minúcias, especificidades que nós que estamos no adia a dia já trabalhando. Então, ao invés de reclamarmos da academia as proposições muitas vezes estão distantes das nossas necessidades da realidade da administração pública, porque não nos encorajamos. E, nós mesmos produzirmos, propormos e, fazermos esse debate. A chapa encabeçada pelo Eduardo na ASSECOR prontamente aceitou a sugestão de fazermos essa revista. Lançamos o primeiro número e, estamos agora lançando o segundo.

Nesse segundo já contamos com artigos não só de pessoas da carreira de planejamento e orçamento, mas também de pessoas do BNDES, banco do Nordeste do Brasil e, do IPEA, que estão caminhando conosco nesse outro trabalho ao qual o Eduardo se referiu e, que é uma proposta que a gente está construindo de plano nacional de desenvolvimento e, se os senhores tiverem a disponibilidade de visitar o site da ASSECOR onde está hospedada a revista, vão perceber que alguns temas que têm a ver com essa proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento, estão de certa forma também sendo contemplados na revista.

Além disso, dizer que estamos trabalhando no intuito de indexar a revista, de ser avaliada pelas instituições como CAPES, CIELO, que são instituições que fazem avaliação dos periódicos científicos. Isso é importante porque apesar do formalismo que às vezes assusta alguns que não tem muito traquejo com essas questões acadêmicas, é bem simples. Tem referencia bibliográfica, palavras chave e, acredito que não seja algo que deva inibir os colegas de contribuírem coma revista. Mas é importante porque isso nos permite sermos avaliados e, a partir daí a gente ter certo status de reconhecimento perante nossos pares. E, para que sejamos avaliados e, bem avaliados, nós seguimos alguns rituais, como, por exemplo, artigos que chegam passam por uma triagem.

Assim damos um auxilio para o autor fazer um aperfeiçoamento de seus trabalhos e, então a gente pública com uma qualidade maior do que apenas o Artigo que a pessoa escreveu de qualquer jeito. É um cuidado que temos e, acredito que se puderem acessar a revista vocês conseguirão identificar alguns temas de interesse. Quem sabe vocês se animam e publicam. Sua periodicidade é semestral. Encerro por aqui convidando para o coquetel que teremos aqui ao lado em virtude do lançamento da revista. Muito obrigado.

**Mestre de cerimônia:** Encerra-se neste momento as atividades programadas para o primeiro dia do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – O Papel da Sociedade no Planejamento. Lembramos a todos que as atividades serão retomadas amanhã dia 21 de outubro

pontualmente às oito e trinta da manhã. A todos e todas, uma boa noite. A equipe de apoio indicará o caminho até o coquetel.

## MANHÃ – DIA 21

**Mestre de cerimônias:** Autoridades presentes, senhoras e senhores bom dia. Sejam bem ao II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Evento realizado pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento - ASSECOR. Este seminário conta com importante patrocínio da Caixa Econômica Federal. E com o apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP. Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e o Ministério do Planejamento. Temos a honra de convidar neste instante para que coordene a mesa de trabalho do terceiro painel, cujo tema será: “A Atuação da Mídia – Reflexos na priorização das políticas públicas”, o senhor Marcio Gimene de Oliveira – Analista de Planejamento e Orçamento. Para compor a mesa temos a honra de convidar os senhores painelistas: Luiz Nassif – Jornalista e Analista Econômico e Luciano Martins Costa – Colaborador do Observatório da Imprensa.

Fará uso da palavra, momento em que dará início aos trabalhos desta manhã, o senhor Marcio Gimene de Oliveira.

### **“A Atuação da Mídia – Reflexos na priorização das políticas públicas”**

**Senhor Marcio Gimene de Oliveira:** Bom dia a todos. Sejam bem vindos. Eu vou deixar para depois dos palestrantes as minhas considerações e vou fazer apenas um breve intróito. Lembrando 31 de agosto passado que me parece um dia muito relevante para o tema que nós trataremos nesta mesa, por dois motivos. Um: Porque foi o dia que o COPON decidiu reduzir em 1/2 ponto percentual a

taxa SELIC contrariando o discurso predominante nos grandes meios de comunicação. A Mirian Leitão quase teve um filho na televisão, ficou muito ansiosa, muito nervosa. E aí nos remete quanto que essa mídia concentrada em poucas famílias, ela acaba fazendo certo terrorismo sobre determinados assuntos sem a maior profundidade analítica, tanto que na quarta-feira passada houve uma nova queda de 1/2 ponto percentual na SELIC e continua esse clima de certa desconfiança em relação ao COPON. E esse discurso de autonomia, como se a autonomia do Banco Central fosse concordar com os maiores beneficiários das suas decisões que é esse mercado comprador de títulos públicos, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Mas mesmo esses eventuais interessados têm muita clareza de que não faz sentido manter por tanto tempo uma taxa de juros tão elevada, a ponto que rapidamente os discursos foram adaptados e hoje em dia já há certa corrida entre os analistas ditos de mercado, para ver quem acerta mais. Há uma competição entre eles em relação a orientação de seus clientes. E a mídia anda a reboque. O Luiz Nassif acompanha bem essa discussão, assim como o Luciano que talvez, vocês não conheçam tanto quanto o Luiz Nassif, mas já está aí há 40 anos nessa estrada.

Eu estou chamando a atenção para este ponto, porque justamente nesse dia 31 de agosto é quando o Poder Executivo envia para o Congresso Nacional o projeto de lei do plano plurianual da Lei Orçamentária e, houve uma frustração, em especial das pessoas que trabalharam com a elaboração do plano plurianual, houve uma expectativa de que, enfim, pelo menos a cada 4 anos quando tem esse marco temporal de trabalho, houve uma expectativa de que no dia seguinte a mídia pudesse gerar algum debate sobre o assunto. E o que se viu novamente foram perguntas elementares sobre salário mínimo, sobre coisas específicas de orçamento. E aí veio uma questão - eu vou adiantar aqui, vou passar por escrito para os senhores - vou adiantar cinco questões que se possível eu gostaria que os senhores considerassem em suas análises.

Primeira: Será que o fato da mídia não ter dado atenção ao plano plurianual, não ter promovido debates a cerca das mudanças que aconteceram em relação aos planos passados, as escolhas alocativas

que estavam ali sinalizadas, será que isso é fruto do Ministério do Planejamento não ter pautada a mídia?

Outra questão, a mídia não está qualificada para debater planejamento?

A mídia não quer debater por ser parte do sistema?

A sociedade não tem interesse na temática?

E fechando. A mídia é superficial, porque a sociedade média é superficial? Ou acontece o contrário?

Então são perguntas meio básicas que eu adianto desde já, no intuito de estimular a platéia a ser mais criativa e enviar perguntas um pouco mais originais à mesa. E o combinado aqui é que os palestrantes falem em torno de 20 minutos cada um, justamente para que as perguntas venham e a gente possa ter um debate mais interativo. Muito obrigado. E com a palavra o jornalista Luiz Nassif.

**Senhor Luiz Nassif:** Eu queria agradecer o convite. É um grande prazer estar à mesa ao lado do Luciano que tem se constituído um dos grandes analistas de mídia, uma posição muito corajosa no Observatório da Imprensa. Só para tentar entender um pouco o papel da mídia, se você for pegar ao longo da história do país, da República para cá, a mídia sempre foi o braço mais efetivo dos partidos políticos. Aqui nós sempre tivemos partidos políticos ligados à defesa de interesses específicos. A velha república, a cafeicultura e tudo. A forma de legitimação das ações desses partidos se dava através da mídia. Eu me lembro quando Campos Salles foi negociar as dívidas brasileiras lá fora, ele levou jornalistas dos jornais do Rio Janeiro que enalteciam, como que o Cotilde elogiou o Campos Salles, isso e aquilo. Então, digamos que esse enrijecimento da mídia sempre impediu que as mudanças ocorressem.

A grande mudança que o Brasil teve a partir dos anos 20 que resultou na revolução de 30 e no fim do processo agroexportador para o processo de industrialização, se deu porque rompeu o processo de monopólio da mídia, com a entrada das rádios. Então, as rádios entraram principalmente nos grandes centros, trouxeram à

tona uma cultura popular muito interessante. E passaram a dar voz a outros setores, principalmente porque os patrocinadores de programas de rádio eram indústrias de varejo. Que vendiam produtos no varejo. Aquela grande virada que se tem nos anos 20 que permite depois nos anos 30 mudar o perfil do país, veio junto e não coincidentemente com a mudança de paradigma tecnológico da mídia. É o que está acontecendo agora.

A mídia brasileira, se você pegar da democratização para cá, os militares entregam o poder aos civis. Nós na tínhamos sociedade civil. Então quem define a reputação e os nomes que vão dominar o país nas décadas seguintes, as mídias do eixo Rio – São Paulo. Isso sempre me espantou, porque vocês são de áreas técnicas especializadas. Vocês conhecem quem é bom e quem não é bom no setor de vocês, mas o julgamento sobre quem é bom ou não, quando se trata do jogo político vai para a mídia. E o conhecimento técnico do jornalista é mínimo. Tem poucos jornalistas aí que tem condições de sustentar uma discussão programática, uma discussão conceitual, uma discussão teórica com qualquer especialista de outras áreas. Então o processo de formação de reputação, não apenas de formação de reputação, mas de definição do que são os temas prioritários, ficou na mão da mídia cuja lógica de produto não é a mesma lógica de país.

Então, você pega os anos 80 se tinham, mesmo alguns Senadores de oposição que eram apresentados como gênios, grandes figuras e quando se vai ver pessoalmente não eram nada. Quando você pega em São Paulo, muitos técnicos que surgem lá, até pessoas respeitáveis do ponto de vista intelectual, que eram colocados em ministérios ou em secretarias sem ter a menor noção de gestão, de planejamento estratégico, de indicadores. Esse poder da mídia que foi exercido primeiro de uma maneira mais aleatória e a Folha percebe a questão das diretas, percebe os novos tempos e começa a dar espaço, cria um personagem com essa opinião pública imediática, muito centrada em São Paulo. Eu lembro dos anos 80, cada vez que tinha algum problema a sociedade civil se reunia no TUCA, fazia um discurso, vinham para Brasília, os jornais davam manchete. Aquilo era a sociedade civil. Em 92 quando veio a

campanha do impeachment, a mídia assume outra posição, ela passa a querer ser protagonista política. Ela derruba um Presidente da República. Isso coincide com a queda do Carlos André Peres, vem no rastro de Watergate.

E a partir daquele momento a mídia brasileira assume uma opção de jornalismo complicada, se você for pegar a grosso modo na mídia internacional, você tem o jornalismo de opinião que é o chamado 4º poder, aquele que discute temas federais, os grandes temas nacionais. Você tem a imprensa regional que reflete em geral as posições nacionais desse jornalismo de opinião e depois têm os seus temas, seus interesses regionais. E a imprensa sensacionalista, aquela que faz o escândalo para vender jornal. A campanha do impeachment provocou tantas distorções no jornalismo brasileiro que eles optaram por fazer um jornalismo que era ao mesmo tempo queria ter poder político e ao mesmo ser jornalismo sensacionalista. Ou seja, fugir daqueles paradigmas que marcam o jornalismo de opinião, que tem que ser um jornalismo sóbrio, objetivo, não pode brigar com os fatos. Então, digamos aquela casca de sensacionalismo, aquela liberdade de inventar matérias e tudo isso você traz para o jornalismo de opinião. E daí se cria esse monstro que é um jornalismo extremamente poderoso, porque é monopolista, catalisador que veio a partir da campanha do impeachment. Até 95 foi o auge desse modelo, porque jornais chegaram a ter 1.200 milhão de exemplares diários. Tornam-se grandes empresas. Uma complacência geral do público com notícias infundadas, com notícias falsas.

Então esse jornalismo impregna de tal maneira a estrutura das redações que fica irreversível. Desaprende-se jornalismo. De repente surge lá em meados dos anos 90 a figura do âncora de televisão, o âncora de rádio, o cara que dá palpite. O que é o âncora de televisão e rádio? Qual a característica dele? Ele tenta se identificar com o telespectador. O meu amigo Boris Casoy é típico. Ele não vem para explicar. Ele vem para ficar indignado junto com o telespectador. E não função nossa essa. Você pode até se indignar, mas se o telespectador está indignado, você tem que trazer as informações adicionais para eles. Senão eu vou para o boteco e converso com ele lá.

Os jornais passam a emular esse sentido das rádios. Então, você tem colunistas que era um festival de indignação. A Folha teve um período lá que cada fato que ocorria, você ia ver quem ficava mais indignado lá, se fulano ou beltrano. E essa questão de você atender a sede de sangue do leitor, você criar o efeito manada, faz com que você abdique de princípios básicos civilizatórios – direitos individuais, direito à imagem – direito ao contraditório. Então, isso vai num crescendo a partir do segundo governo FHC, quando quebra a magia do segundo governo com Campbell, que quebra as empresas, praticamente. Já se tenha lá em várias ocasiões derrubar governos, o próprio governo FHC. E quando vem o Governo Lula, aí o negócio extrapola, porque a essa altura os jornais já sabiam que acabou a barreira de entrada para novos competidores. Essa barreira de entrada era representada por investimento em gráfica, em comercialização, habito de leitura consolidado e tudo mais.

Daí os jornais, com a invasão da internet, eles passam, além de todos os riscos que já tinham, a tentar repetir aquele esquema de notícias curtas na internet. Então, nada que pudesse ser mais longo ou exigir mais raciocínio era colocado nos jornais. Vocês podem trazer os temas mais relevantes aqui de reunião, eles vão pegar uma frase que possa mostrar uma intriga, uma disputa de poder, coisas facilmente assimiláveis, aí vira manchete. E principalmente o jornalismo de Brasília, que é a capital, deveria ser o centro dessa cobertura de mídia. É um jornalismo que foca as disputas, que escandaliza, vamos pegar o SIAFI, de repente você abre o SIAFI para consultas externas. Qualquer coisa que está no SIAFI se transforma em escândalo pelos jornais. Como se o SIAFI fosse a contabilidade do Al Capone.

Então pegando as suas questões, PPA. O Brasil hoje tem um conjunto de ideias força que está mudando o país e, que vai mudar o país nas próximas décadas. Os fatores portadores de futuro. Gestão, inovação, planejamento, indicadores políticas sociais, políticas de inclusão, diplomacia, a geopolítica, na América Latina, todos esses fatores que são temas fundamentais de um país que amadureceu. Nós temos hoje, grupos de conhecimento em todas essas áreas do

mesmo nível e na mesma variedade dos países desenvolvidos. Mas a mídia não reflete esse pensamento, como você tem em outros lugares em que se tem o espaço na mídia. Essa priorização do banal, a priorização do escândalo, a escandalização do nada virou a pauta central da mídia.

O PPA não é a questão de vocês levarem para a mídia de uma forma didática, senão não vai ter interesse. Qualificação muito menos. Está acabando cada vez mais a figura do jornalista setorista. Em me lembro um desenho animado de antes que o xerife precisava ouvir o código Morse por um poste e o cavalo dele era quem entendia e traduzia para o xerife. Aqui muitas vezes se teve jornalista especializado que vinha discutir orçamento e ao invés de pegar as informações e traduzir para o não leigo, eles reproduziam do mesmo jeito. Agora o ponto central da história é o seguinte: a revolução que está vindo aí, já ocorreu na sociedade civil com formação de ONGs, conferências nacionais e tudo é na internet. É na internet que vai se dá essa revolução. Você tem hoje cada vez mais as associações, os sites especializados em discussão, esses sites vão gerar conteúdo. Esse conteúdo vai ser consolidado por novos jornais que vão aparecer na internet, num novo modelo de geração de notícia, não é esse modelo que tem aí que a imprensa tem aí de ser o dono da informação. Serão informações abertas.

E daí vocês vão poder falar para um público interessado. E essa questão da linguagem vai ter que ser bem elaborada. Você vai ter atores discutindo de forma muito mais diversificada do que em qualquer outro momento. O Brasil hoje tem sociedade civil. Qualquer tema que você jogue, você tem as conferências nacionais, associações, ONGs, grupos de discussão aptos a trazer as informações. E a internet como ocorre com todo veículo novo, toda tecnologia nova é uma balburdia num primeiro momento. então saber estruturar as discussões será uma arte. Você vai ter veículos que tentarão estruturar essas discussões trabalhando com ferramentas que a mídia está longe de entender, como gestão do conhecimento, estruturação de temas. Mas aí eu acho que caberia um trabalho do planejamento de ajudar a estruturar essas discussões. Estruturar não é tornar públicas as questões internas de governo. É:

eu tenho um tema X de PPA, esse tema vai receber contribuições de muitos setores. Eu vou ter uma diversidade de visões que eu não tinha antes. Eu vou ter ângulos a trabalhar que não tinha antes. Eu vou ter que compatibilizar prioridades de uma maneira que eu não tinha antes.

Mas para essa discussão ser organizada, eu preciso estruturar essa discussão. Então eu preciso ter formas de apresentação sem tomar partido, nem nada, mas formas de apresentação dessas discussões que permitam entender o todo da discussão, os seus desdobramentos e as posições contraditórias ou as posições divergentes e/ou convergentes para cada área. Essa questão dos indicadores. O Brasil finalmente aprendeu a trabalhar com indicadores. Mas esses indicadores não servem para o controle da opinião pública se não tiver interlocução técnica do outro lado. Então, a colaboração com sites, blogs e portais que queiram trabalhar esses indicadores é fundamental. Daí entra o trabalho pedagógico. Daí vocês vão ter para quem ensinar, as pessoas interessadas em entender e avançar nessas análises. Não adianta ter indicadores, ser transparente, ter banco de dados para todo lado, se na outra ponta você não ter a interlocução técnica. Você vai pegar um PAC da vida, vai pega a liberação de recursos e vai dizer que a liberação de recursos é que mede o desempenho das obras que estão em andamento.

Você tem toda essa discussão e politização das estatísticas e dos indicadores.

Mas daí entra outro ponto também. Nós estamos falando em mídia superficial, claro. Os novos veículos que irão surgir, vão surgir de qualquer jeito. A internet permite tantas possibilidades que qualquer espaço vago vai ser ocupado. Esses veículos não vão ter a superficialidade da velha mídia, mas também não vão poder ter uma linguagem hermética. Vão ter que ter uma linguagem acessível a todos. O jornalismo mais que nunca será relevante. Não se trata do fim do jornalismo. Acho que é uma recuperação dos princípios do jornalismo. Você pegar temas complexos e dar um tratamento que não seja superficial, mas que seja acessível. Essa interlocução com esses novos agentes que estão surgindo, sejam ONGs, novos

veículos de comunicação, comunidades de discussão, passa a ser muito importante. É nesse sentido que o planejamento deveria ter uma área aí, para pensar na forma, pensar no didatismo e pensar nesse trabalho pedagógico e de troca. Não só pedagógico, porque aqui tem muito a se aprender também sobre redes sociais, sobre blogs e portais. É uma troca interessante.

Então acho que o jogo mesmo de você democratizar informações, trazer a transparência e fazer um jornalismo aprofundado está começando agora. E a velha mídia vai continuar nesse mesmo modelo de instrumentalização da notícia. Escandalização, qualquer tema que levantar aqui, vão pegar o lado negativo para scandalizar. Vão armazenar munição para atacar fulano A, fulano B. Atacar a reputação de A ou B. Isso não tem jeito. Ficou irreversível esse modelo “Veja” esse esgoto que se lançou na opinião pública brasileira nas últimas décadas.

Para começo era isso o que eu tinha a dizer. Obrigado.

**Senhor Marcio Gimene de Oliveira:** Luciano.

**Senhor Luciano Martins Costa:** Bom dia. Eu quero agradecer o convite em nome do Marcio. É sempre uma oportunidade para a gente refletir um pouco mais sobre o que é objeto do nosso trabalho. Eu sou jornalista e o meu primeiro trabalho jornalístico foi exatamente há 40 anos e comecei muito cedo. Naquela época não havia o código da criança e do adolescente, então, a gente podia começar muito cedo. Mas trabalhei em todos os principais jornais de São Paulo, na Folha, no Estadão, na Veja, na Editora Abril, fui editor de enciclopédias, editor de política, fiz caderno de finanças. Só não fiz futebol, porque sendo extremamente corintiano, eu sabia que não poderia fazer um bom jornalismo sobre futebol. Ia ter o Corinthians na capa do jornal todos os dias.

Mas estou no Observatório da Imprensa há mais de 10 anos e faço diariamente um programa no rádio, chamado Observatório da Imprensa. Minha rotina é acordar muito cedo, ler os principais jornais do Brasil, duas vezes por semana leio a imprensa internacional e faço análises curtas de cinco minutos no rádio todos

os dias. E eventualmente uma vez por semana eu faço um balanço ou uma vez por mês do que é que a imprensa disse ou como a imprensa cobriu certos acontecimentos. Por essa razão eu não sou muito popular nas redações. E agrega a esse fato a maldição de que eu tenho uma memória miserável. Eu lembro detalhes de reportagens feitas em 1980. Eu tenho recortes de jornal, eu tenho um arquivo no computador. Eu tenho todo tipo de mídia que vocês possam imaginar desde aqueles discos antigos de computador até as mídias mais novas, lotadas de coisas e referências. E eu tenho um problema em meu cérebro, eu não lido muito bem com sutilezas, então eu vou logo ali ao nervo.

Então eu vou respondendo as questões que Marcio levantou e eu vou logo a ponto que eu acho central. O Nassif fez uma brilhante apresentação desse histórico, num resumo muito claro e lúcido sobre o que foi esse processo da mídia. Eu participei do projeto Folha, do projeto Estadão, de todas essas encruzilhadas. No processo de modernização dos jornais, colorização, informatização e, eu sou também, um dos dinossauros da internet. Eu sou um dos dez primeiros que fizeram internet no Brasil. Fiz um projeto de internet no Estadão, antes de existir internet. Então, eu fazia o BBS do Estadão, aqueles telefones inteligentes, esses projetos todos de tecnologias eu estive envolvido há muito tempo. E antes disso eu tinha trabalhado com aqueles computadores gigantescos que faziam faturas e controle de estoque. A minha carreira como repórter eu estive em todos os principais acontecimentos que houve, desde as grandes revoltas no Carandiru, até a primeira vista do Papa, as eleições, a construção do mito Collor, a derrubada do Collor, etc. Então a minha memória é uma memória essencialmente jornalística e isso me faz um cara muito desagradável diante desse cenário que a imprensa está.

Eu vou direto ao ponto. A imprensa brasileira, dado esse processo que o Nassif esclareceu para nós, não discute sistemas. Se vocês observarem a imprensa brasileira é capaz de falar de um hospital, fica um repórter o dia inteiro num hospital é capaz de o repórter tentar se internar no hospital. É capaz de ele adoecer para se internar no hospital. É capaz de ele tomar medicamento para falar

mal do hospital, mas ele nunca o jornal vai falar do sistema de saúde como um todo. Não fala do sistema educacional como um todo. Não fala sobre o sistema financeiro, não fala sobre o sistema político. E por uma razão muito clara. Porque a imprensa é parte do sistema e ela não está interessada em mudanças no sistema. Ela está interessada em preservar o seu espaço de poder dentro do sistema.

São meia dúzia de famílias. Empresas pré-históricas, gestão desastrosa. Para vocês terem uma ideia, eu participei do planejamento estratégico do Estadão durante alguns anos. Participei de um projeto chamado Projeto Beta que reunia os dirigentes dos principais jornais do Brasil, mais o Clarim da Argentina, mais um jornal do México e alguns outros jornais latino-americanos. Numa espécie de *meet marketing* e discutir o futuro do jornalismo. Isso antes da internet, quando a internet era ainda uma notícia do noticiário científico, uma curiosidade científica.

Não se consegui se discutir, por exemplo, o que era aqueles projetos de qualidade total do Juran, do Demingue dos anos 50. Os diretores dos jornais não tinham ouvido falar daquelas coisas. E absorviam consultores dentro das redações, pagando fortunas aos consultores de reengenharia, de não sei o quê, contratavam sem entender o que era que estava sendo contratado. A maior parte das ações era de corte de custo, por causa daquelas dificuldades que havia. E nunca se conseguiu discutir numa redação brasileira um plano de nação para o Brasil. Nunca se conseguiu colocar uma pauta sobre o que era um projeto de país. Então vocês querem que eles prestem atenção no PPA? Os editores estão ligados no varejo, na questão do dia a dia, nesse processo que o Nassif descreveu muito bem, o que reduz bastante a minha tarefa aqui de procurar pinçar de um noticiário aquelas exclusividades que repercutem mais.

Eu fiz essa semana um comentário no programa, sobre a questão dos juros. E eu guardei a maior parte dos comentários que foram publicados a partir do dia 1º de setembro. Aliás, no dia 31 de agosto já tinham alguns comentários. Como a imprensa é alinhada a determinados setores do mercado, alinhada automaticamente, são 10 ou 12 fontes que todos os colunistas de economia do Brasil, têm no

máximo uma dúzia de fontes. Um ex-ministro tal que tem uma consultoria muito popular em São Paulo, um ex-diretor do Banco Central que virou banqueiro, o economista chefe do banco tal. Eu quando até 2 anos atrás eu era convidado para ir a um dos grandes jornais de São Paulo ou trimestralmente, fazer aqueles cadernos de finanças, eu chegava lá e encontrava a lista das fontes que eu tinha que mandar o repórter entrevistar. Eu falava – Não, mas tem aqui uma consultoria que está lidando com a questão da economia digital e que é uma consultoria interessante. – Ah! Não, esse não.

Então, são sempre os mesmos. Tem até aquela malandragem da fonte que não viaja no feriado. Tem um famoso tributarista de São Paulo, tributarista brasileiro que ele não viaja no fim de semana, porque fica à disposição dos jornalistas para aparecer no jornal. Então, no mesmo dia ele está no Estadão, na CBN, na Globo News, Jornal Nacional e fica ali disponível. Essas relações de interesse, elas se perpetuam e tentam reproduzir um modelo que não faz mais sentido. A sociedade brasileira tem evoluído muito nos últimos anos. O Brasil de alguns poucos anos para cá tem uma estrutura social, demográfica, econômica, social, cultural muito diferente da que tinha na década de 80 e 90. Por exemplo, o fenômeno da mobilidade social, que é um fenômeno, nunca houve no Brasil mobilidade social. Nós temos um contingente de brasileiros agregados à sociedade recentemente, que não eram brasileiros, não eram cidadãos, não era coisa nenhuma.

A imprensa olha para a sociedade e não enxerga esse novo contingente de brasileiros. São os atores principais, os protagonistas do poder. Então, o jornalismo de opinião que era o que a gente chamaria a imprensa tradicional, a chamada grande imprensa de circulação nacional foi sendo reduzida e desidratada no sentido de se transformar numa estrutura tão clara de poder, tão escandalosamente evidente que deixa de ter poder real. Você vai ler os artigos do Estadão ou da Folha, você já sabe o que os colunistas vão falar, de tal maneira que não te surpreende – outra vez a mesma coisa. Então, não tem nenhum efeito real. Ou seja, além de tudo é uma estrutura estúpida, porque é burra. Porque se você está disposto a um jogo de poder, você precisa buscar qualificação. A

pergunta, o fato de a mídia ter debatido o PPA é fruto do Ministério do Planejamento não ter pautado? Provavelmente uma parte sim. Mas como o Nassif falou, talvez tivesse que fazer uma artimanha, convidar um jornal e não convidar outro e fazer com que o outro soubesse que não tinha sido convidado. Como fazem as assessorias de imprensa das grandes empresas. Convida um cara para fazer uma viagem e deixa o outro saber que ele não foi convidado. Aí ele reclama e se interessa. – Ah! Mas você nunca se interessou pelo meu produto. Então, agora eu vou fazer um evento só para você. Então tem essas malícias que as grandes assessorias de imprensa souberam montar. Tanto que hoje, acho que 60 a 70% dos materiais publicados nos jornais brasileiros veem das assessorias de imprensa.

Também não adiantaria um trabalho inteligente e interessante do Ministério do Planejamento, porque a imprensa iria fazer aquilo que o Nassif falou, o repórter chegaria com a pauta de escafunchar alguma coisa que fosse ou que rendesse uma matéria escandalosa, ou que rendesse uma denúncia. Mesmo que depois ela tivesse que ser desmentida. Hoje de manhã, eu fiz o meu programa baseado no seguinte fato: Em 1998 um cidadão paulista, professor de educação física de um dos grandes colégios de São Paulo e treinador da Associação Atlética Banco do Brasil, do time de basquete, um rapaz com especialização em tratamento e recuperação de atletas, foi entrevistado pela Folha de S. Paulo em março de 98, porque ele estava articulando uma liga de basquete em São Paulo. Sai no jornal no dia seguinte: “Professor de educação física articula a criação de liga pirata de basquete”. Imediatamente ele foi demitido da AABB, ele passou a ser execrado pelos colegas. Ele teve a entrada proibida na AABB. A vida dele andou para traz. E só não foi para o ralo, porque o colégio onde ele trabalhava manteve ali o emprego dele de professor. Mas, cortou-se a possibilidade de uma carreira para ele, em função disso.

13 anos depois a justiça determina que a Folha de S. Paulo tem que dar direito de resposta para ele. E a Folha publica no caderno de esportes uma coisinha assim: Retratação pública. Alguém viu isso? Eu desconfio, como existe uma controvérsia jurídica em relação ao dano moral e ao dano material, que se você ofende alguém e se

antecipa a execução da justiça, a pessoa reclamante passa a ter dificuldades para reclamar o direito a ressarcimento. Porque você espontaneamente se desculpou. A Folha provavelmente se desculpou espontaneamente porque viu que tinha perdido. Mas levou o caso até o STF. Com o agravante de que o tempo tinha demonstrado que o cara tinha razão. Aquela liga que ele estava criando é hoje a liga paulista de basquete. E atua não só na capital, na grande São Paulo, baixada santista, ou seja, não é uma liga pirata. Ele não é um picareta como o jornal o descreveu em 1998. Agora o que aconteceu com a vida dele? 13 anos depois. Por que o jornal não deu o direito de ele ter resposta imediatamente.

Eu digo no meu programa, no meu comentário que é uma mistura de arrogância e má fé. Eu acrescentaria que o retrato da imprensa hoje é uma mistura de arrogância, desqualificação e má fé. Nós passamos do limite do mau jornalismo. Já estamos no limite do jornalismo bandido. Já se pratica o jornalismo bandido.

Eu sei que a maior parte dos analistas de banco, pessoas que eu costumava conversar até pouco tempo, gente do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores, por exemplo, eles não levam em conta a notícia do jornal para fazer suas análises. Não leva mais em conta e não de hoje. Ninguém sério, nenhum pesquisador acadêmico faz pesquisa em material de jornais a não ser que seja o próprio jornal o objeto da pesquisa. Ou seja, é um processo de autofagia, de destruição, que é fundamentado no sistema aristocrático ou monopolista em que só se enxerga o próprio umbigo. Mas têm os aspectos empresariais disso, que a gente poderia discutir aqui o dia inteiro, porque eu trabalhei com gestão de jornal, com essa estratégia de jornais. Fui consultor de empresa jornalística, mas não é essa a questão principal. A questão principal é a questão política.

O que representa esse jornalismo que não enxerga o todo, não enxerga os processos? Não tem interesse na questão do planejamento e o único interesse é na execução pontual do orçamento. Não tem interesse em tentar descobrir o que é esse Brasil onde nós estamos vivendo. Tentar captar na sociedade o que

são os desejos da sociedade. Porque evidentemente, se você tem uma instituição que tem um foco muito específico, dificilmente essa instituição vai conseguir contemplar os interesses difusos de uma sociedade. Poderíamos ficar aqui mais um dia discutindo a linguagem jornalística, a abordagem do objeto jornalístico é feito de forma linear. Quando nós todos sabemos que desde antes da virada desse século, não se existe possibilidade de qualquer análise que não seja contemplada pela teoria da complexidade. Ou seja, sem observar a complexidade dos fatos, a complexidade das origens, a complexidade das relações, não é possível ter uma ideia genérica ou de um simples fato.

Por exemplo, um crime. Um diretor de jornal mata a ex-namorada, como cenarizar isso? A imprensa esconde que outros diretores do jornal sabiam que ele ia matar. Que na véspera ele falou que ia matar, que ele andava armado, quem foi que emprestou a arma para ele. Quem é o famoso publicitário. A imprensa não publica isso. A imprensa não publica que houve envolvimento de fraudes dentro do jornal, que houve um plano de demissão voluntária que beneficiava o próprio diretor, não esse, mas um outro. Que houve flagrante de tráfico de cocaína dentro do jornal. Tudo isso o público não sabe e faz parte da bandidagem, do aspecto bandido que está mesclado dentro da imprensa hoje. Não estou dizendo que todos os jornalistas são assim, estou dizendo que o sistema que nós chamamos de imprensa de opinião, imprensa tradicional, ele está minado de tal forma que você pode encontrar qualquer coisa lá dentro.

Recentemente me convidaram para um debate sobre a questão do crime organizado. Aí eu vi lá um nome de um jornalista e disse: - Eu não vou. Esse cara deu dinheiro para o narcotráfico a vida inteira e eu vou lá debater com ele o quê? Lá na PUC de São Paulo. Sou chato mesmo. Não vou porque eu vou dizer isso para ele. Eu não conseguir segurar, eu vou dizer a ele: - Você está aqui sentado discutindo tráfico de droga e, no entanto, eu sei que boa parte da sua vida se valeu desse mercado. Então, é uma estrutura que no varejo, se a gente for fazer um jornalismo sobre a imprensa no estilo que a imprensa faz, vai ser um “Notícias Populares”, um jornal de escândalos. Desde a coisa mais sutil, como se debate na imprensa

brasileira a questão da política macroeconômica do Brasil. Você vê que o noticiário é como uma boiada, ele vai sendo direcionado, conforme os rumores de um negócio chamado mercado, que não é um mercado. São alguns protagonistas.

O colunista liga para o cara que costuma atender, com ele eventualmente toma um vinho e o cara diz isso e isso. É a assessoria de imprensa mais barata que existe, custa uma garrafa de vinho. Aí o cara põe na coluna como se fosse uma coisa exclusiva. Eu fui colunista de política e sei como funciona. Você tem que ficar se livrando dos caras que te oferecem notícia, porque por traz daquilo tem interesse em comprar um terreno não sei onde. Dizer que tal obra vai sair e valorizar o imóvel do cara. Ou então, a empresa dele está querendo comprar outra empresa e ele quer fazer uma notícia sobre o setor. Essa plantação encontra na imprensa de hoje um terreno muito fértil. Porque não existe análise Crítica. O senso crítico está muito desbastado na imprensa brasileira. Além de tudo, se você perpassar os cargos de direção de todos os grandes jornais, de televisão, das emissoras de rádio ou os principais colaboradores, as pessoas que são convidadas a falar sobre determinados assuntos, você encontra o mesmo viés ideológico de alto a baixo. Qualquer pessoa esperta que quiser ganhar um espaço na mídia basta mandar um e-mail para o editor do jornal com uma determinada posição. Uma frase engraçada e ele vai ser convidado a voltar uma segunda vez.

Além disso, as direções dos jornais desde há 10 anos, ela é ocupada por um perfil que a gente chama de *Yes man*. Não tem contraditório nas redações. Você entra num determinado jornal, todo mundo tem uma cara de Otavinho. Entra num outro determinado jornal, todo mundo tem a cara do diretor de plantão. É muito raro. Se eu vou visitar uma redação, a primeira coisa que o redator diz é: - vamos tomar um café lá em cima. Ele não quer ser visto na companhia de alguém que talvez seja um pouco crítico demais para aquele cenário. Não sou eu, mas outros colaboradores do Observatório, gente que faz essa análise da imprensa.

A questão se a mídia é superficial por que a sociedade media é superficial ou é ao contrário? É um conjunto de coisas. Que sociedade? Do que nós estamos falando? O que é a sociedade brasileira? Onde é que estão as manifestações dessa sociedade? Como é que nós sabemos como essa sociedade pensa? Nenhuma pessoa tem condições ou capacidade de percorrer todas as mídias sociais e saber o que as pessoas estão pensando sobre qualquer coisa. Impossível. Nós temos no Observatório de Imprensa um núcleo que lida com facebook, Twiter e tem gente que está o tempo todo tentando levantar para nós o que é que pensa o leitor de jornal, o chamado público letrado e é impossível. A sociedade brasileira é muito complexa e tem um aspecto muito importante que eu acho e ele é captado em algumas pesquisas e sondagens, mas que a imprensa está muito longe de perceber. Mas que deveria estar preocupando os pensadores do projeto Brasil. Nós temos agregado à sociedade 30 milhões, talvez 40 milhões de pessoas que nos últimos ascenderam ao nível de participação na cidadania seja pelo consumo, seja pelo fato de ter um filho na escola, seja pelo fato de ter uma conta bancária, etc. É quase um país novo.

A estrutura institucional que nós criamos a partir da constituinte de 88 foi baseada naquele conceito que o Nassif chamou de sociedade civil organizada. Em 88 quando a sociedade civil organizada se reunia no Clube São Paulo ou no Clube Atlântica ou na FIESP para definir o futuro do Brasil, naquele momento 49% da sociedade brasileira estava excluída. 49% dos brasileiros estavam tão ocupados com a sobrevivência que não poderiam ser considerados partes da chamada sociedade civil, nem desorganizada. Então, a construção da nossa Constituição foi feita através de uma combinação de ajustes de lobbys, lobby dos jornalistas, lobby dos advogados, lobby dos economistas, dos consultores, das empresas farmacêuticas, o lobby da máfia do jogo do bicho, o lobby da magistratura e por aí vai. Nós construímos um arcabouço legal e institucional que é um verdadeiro Frankstain. Nós olhamos para as instituições vemos aí os problemas do judiciário, problemas no congresso. Problemas na relação entre o parlamento e o executivo. Meu Deus do céu, nós caímos no lodo. Não. Nós construímos esse lamaçal. Nós construímos uma estrutura

que não tem futuro. Evidentemente é um jogo de alianças e disputas de poder num grau de superficialidade tão grande que coloca na marginalidade, praticamente toda a sociedade brasileira.

Agora, voltando a questão mais recente da mobilidade social que produziu essa nova classe média. Nós sabemos que qualquer pessoa que tenha qualquer coisa a mais do que o Pato Donald, sabe que nos processos de ascensão social, a segunda ou a terceira gerações tendem a se tornar conservadoras. Nós temos aí um cenário em que uma educação pobre é dada para essa nova classe média. Esses jovens que hoje estão pela primeira vez em gerações entrando numa universidade, quando eles tiverem um filho ou dois e perceberem a dificuldade que é educar um filho. Ou continuar progredindo, porque ninguém quer pisar na lama outra vez. Eles vão ter alguma coisa a perder. Nós vamos ter 40 milhões de brasileiros no mínimo como um terreno fértil para aparecimento de qualquer oportunista, populista que saiba manipular a mídia. Que saiba fazer uma boa aliança com essa mídia, a qual o Luiz Nassif se referiu.

Essa é em minha opinião a grande crise que se aproxima no Brasil nos próximos 5 a 15 anos. O grande problema do Brasil é esse. Nós não temos nesse período condições e nem um país tem, de produzir uma educação para a cidadania. Porque nós não temos um plano de educação para a cidadania. E nós temos, por outro lado, um setor que influencia bastante a sociedade que esse jornalismo do qual nós estamos falando. E nós temos um potencial numa fração importantíssima da sociedade, com grande potencial para se tornar conservadora e vulnerável.

Basicamente é isso que eu poderia falar na minha introdução. Obrigado.

**Senhor Marcio Gimene de Oliveira:** Obrigado Luciano. Eu pediria para quem tem ainda alguma pergunta a fazer que fizesse nesse momento, senão não será possível que os palestrantes respondam. Duas observações apenas nas falas dos palestrantes. O Nassif, a sugestão dele. O Ministério do Planejamento aproveitando essa onda internet, mídias sociais, tentar estruturar o debate em linguagem acessível e ter uma área de comunicação que esteja

suficientemente atenta para fazer isso, não num sentido de direcionamento político, mas de linguagem mesmo, atentando para as especificidades de cada meio.

E no que se refere ao Luciano, uma sugestão que ele usou o termo artimanha, que usada por grandes empresas como convidar um jornal e não outro para fazer esse jogo da rivalidade. Eu estou colocando isso, porque nesse tipo de debate a gente corre o risco de ficar se aprofundando no lamento dos problemas e ter dificuldade de identificar alternativas. Aí eu vou poupá-los das minhas elucubrações amadoras sobre o assunto, deixar que os palestrantes aproveitem melhor o tempo, mas fica aqui a sugestão que ao responder as perguntas, se possível tentem aprofundar um pouco mais em eventuais outras formas de lidar com a situação que está colocada. O Nassif já está com as perguntas. Estou passando agora para o Luciano. Creio que 10 minutos para cada um a gente finde. Eventualmente uma última rodada com 2 ou 3 minutos para encerrar.

**Senhor Luiz Nassif:** Eu tenho uma pergunta do Marcio Medeiros.  
- Sabemos que a mídia tradicional é patrocinada normalmente pela inserção de propaganda governamental nos veículos de comunicação. Com o fenômeno da expansão da mídia para blogs independentes entre aspas, como o senhor enxerga o futuro da relação de poder político com o crescente número de blogueiros que se instalam, sobretudo, na imprensa regional. E o compromisso com a ética e com a qualidade da informação jornalística.

A diferença que se tem é a seguinte: Tem a publicidade oficial, aquela que está estampada nos jornais dos blogs, tudo isso você tem aqueles blogueiros que são contratados. Daí não aparece o interesse que está por traz. A seteagrara foi típica. Na seteagrara você tinha uma rede de blogueiros, coincidentemente tinha a mesma que serviu ao serra depois com ataques, assassinatos de reputação e tudo, que não aparecia publicidade nem nada. Nessa campanha eleitoral você teve a contratação de grupos especializados do Paraná, Santa Catarina, para fazer as campanhas difamatórias seja em eleições municipais ou estaduais ou federal. A minha filha tinha um

conhecido que participou desse esquema, ele ganhava seis mil reais por mês. Ele tinha uma lan house específica para não ser identificado. Ele já ia com o que ele tinha que colocar nessas mensagens que iam pelo Twitter ou pelos blogs. Mas qual a diferença fundamental do modelo atual?

É que você tem pulverização. Você não tem um jornal municipal que está fechado com o prefeito. Você tem a disseminação da informação. E nessa disseminação da informação que vai se consolidar são aqueles blogs que têm credibilidade. Então, se o sujeito que vai fazer jogo, que fuja das normas jornalísticas, aí dança. Essa diversidade é que é relevante. A diversidade impede o que existe hoje escancarado dos coronéis regionais eletrônicos e esse predomínio dessa mídia do eixo Rio – São Paulo. Então, a diversidade faz a diferença.

Outra: - A minha opinião sobre os trabalhos que são executados pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC? Eu acho que ela tem uma parte excepcional que é a Agência Brasil que se impôs. E jogou fora uma enorme oportunidade que foi a TV Brasil. Quando houve o desmanche da TV Cultura a TV Brasil poderia se transformado provavelmente na BBC brasileira. Eu diria que esses primeiros anos, na condição de quem trabalha, isso eu não falo publicamente, para não expor a TV Brasil, para pessoas eu digo que foi um desastre.

Pergunta do Eduardo Rodrigues. – Como a mídia tradicional costumada a escolher os vencedores, se adaptará ou não ao surgimento de uma sociedade civil organizada? Quanto tempo essa mídia continuará sendo capaz de fingir que essa segunda fase da sociedade não existe?

O Luciano colocou um ponto interessante. Ontem eu fui dar uma palestra para um congresso de logística e o diretor de uma grande empresa, me disse isso. Foi exatamente o que o Luciano colocou. Não me baseio mais na mídia brasileira para tomar decisão. Eu vou lá fora vejo um desenho de Brasil na mídia internacional que eu sinto nos meus negócios aqui e não sinto na mídia brasileira.

Vamos pegar as conferências nacionais. As conferências nacionais foram um avanço monumental em todas as áreas. Você pega ciência e tecnologia. Nos anos 90 a gente batia pesado em cima da Unicamp, do IPT, por que não levam informação aqueles ganhos fundamentais para setores de baixa produtividade e de baixo valor agregado. O setor têxtil, você tem milhares de empresas têxteis, se você consegue fazer um ganho incremental e massifica o ganho para o Brasil é fantástico. Eles falavam – mas como? Quem vai levar até lá? Você tinha uma cadeia produtiva que transmitia informações aos seus participantes que era a cadeia do frango. Hoje você vai numa conferência nacional de inovação é fantástico. Eu participei lá em São Paulo da Confederação Nacional da Indústria, você tem a Sociedade Brasileira de Física, você tem o Sindicato dos trabalhadores em Laboratórios de Pesquisa. Quando você vai para a educação a mesma coisa. Assistência Social, é o modelo criado na Constituição de 88, mas só agora ganhou consistência, porque agora se fez a sociedade civil. Pega qualquer tema, assistência social, Lei Maria da Penha, você discute em nível municipal, depois em cidades maiores junta em um nível estadual e vai para o nível federal. Daí você identifica aqueles fatores que são comuns a cada área, o governo define um conjunto de condições para liberação de verbas. Depois todas aquelas recomendações voltam para a base. Essa sociedade civil, era apresentada pela imprensa como tentativa de tomada do poder direto pelas massas. Isso aí dançou. Hoje você pega os movimentos todos pela educação, hoje empresas que bancam uma ONG que conversa com a associação de secretárias de educação, que conversa com sindicatos e que cria uma bandeira em torno da educação.

O Bolsa Família que era vista como tentativa de criar vagabundos. As estatísticas estão desmentindo isso. Hoje virou um sucesso mundial. E tem esse aspecto também, com a internet a avaliação externa do Brasil passou a entrar de uma forma desmentindo os jornais. Eles perderam a guerra. O paradigma que vem para as próximas décadas é o entendimento do Brasil como um todo, onde se tem da multinacional à pequena empresa, onde a redes sociais e não digo só da internet, eu digo a sociedade civil passa a ser um elemento fundamental para a economia.

O Lula tem um discurso que ele fez naquela festa da Carta Capital que é histórico. Aquele jeito simples dele. Eu tenho um amigo que é o Brito Cruz da FAPESP, que ele fala que as grandes ideias são simples. A grande genialidade do estadista é conseguir sintetizar toda uma realidade complexa em palavras simples. Ele falava para o Zurita da Nestlé. – Você nunca lucrou tanto como agora. Porque na outra ponta tem agora o Bolsa Família e o salário mínimo e o pessoal passou a comer. Portanto, essa visão que o Brasil tem que ter integrada, não é dominante na classe média, porque a imprensa explora. Em todo grande processo de inclusão social, você tem atritos com quem está em cima. É um clima muito propício a intolerância. Daí a monumental irresponsabilidade do Serra no ano passado de explorar essa intolerância.

Se pegar os USA na guerra da sucessão, foi fruto da exclusão social. não soube administrar e teve a guerra mais sangrenta do século XIX. Nos anos 30 também teve esse processo todo. No Brasil todo processo de inclusão veio em cima de crise política. A república a mesma coisa, uma baita crise porque você tinha a inclusão de imigrantes e inclusão dos escravos libertos. Nos anos 20 teve a inclusão das novas massas das grandes cidades, mais crise. Nos anos 50 e 60 com a industrialização acelerando, novas inclusões e mais crise política. Nos anos 70 não teve crise política, porque se tinha a ditadura.

Nós passamos por essa etapa agora e o grande feito político foi ter feito a transição para uma economia de massa em que os setores mais lúcidos das grandes empresas já perceberam a importância sem ter a desestabilização política. Então, hoje a realidade é essa. Antes o Digs sempre ficava indignado porque o grande poder que a velha mídia tinha era o da lista negra. Se não citasse uma pessoa, aquela pessoa deixava de existir. Hoje eles não citam aquelas pessoas e você tem grandes nomes do jornalismo que foram consagrados nos últimos anos, mesmo trabalhando na velha imprensa, foi através da internet. Se a imprensa não descobriu a força da sociedade civil, azar o dela.

Do Marco Antonio. - Que sugestões você daria para concretizar esse processo didático pedagógico para a comunicação do PPA.

- Eu tenho uma sugestão direta aqui. Nós estamos montando um modelo de acompanhamento de políticas públicas lá. Eu estou montando um modelo de redes sociais especializadas e vamos lançar um movimento Brasil Competitivo para falar de gestão pública e queremos lançar um de inovação. E estou lançando um com a Frente Nacional dos Prefeitos sobre o problema das grandes metrópoles. A ideia é criar uma área especializada, colocar uma biblioteca relevante. Cria indicadores de uma forma didática. E um dos pontos que nós estamos montando, estamos quase conseguindo o apoio de uma das grandes empresas de software. É montar um baita banco de dados para pegar os principais indicadores de políticas públicas, educação, saúde e transformar num observatório permanente de todos esses indicadores, com softwares e bancos de dados de primeira. Então se vocês quiserem montar um piloto, eu estou à disposição. Os alunos vocês já têm aí.

Pergunta da Camila. – A mídia atua de forma determinada na vida de políticas governamentais, diante disso a opinião pública que guia a pauta dos meios de comunicação ou são eles que estabelecem a agenda dos debates da opinião pública?

- Não. São os meios de comunicação. Um dos grandes poderes de manipulação da mídia é o chamado “efeito manada”. Você tem uma sociedade com um conjunto grande de opiniões. Você tem um sujeito que trabalha em área B ou C e que uniformizar a sua opinião com a maioria. Então, ele vai para os jornais que são o foco mais concentrado de opinião e vai ler para poder uniformizar sua opinião com a que eles acham que seja maioria. Esse é poder de manipulação da mídia. Se ela quer passar, por exemplo, que você tem uma república de corrupção, basta você pegar um pequeno escândalo diário ou criar escândalos. O que estão fazendo com esse Orlando Silva aí, independentemente de achar que tem realmente manipulação política de verbas, o que estão fazendo com ele – eu parei até de acompanhar – mas nos três primeiros dias, você pegar uma matéria de jornal e desmontar é a coisa mais simples do

mundo. Não tem jornalismo. Tem chute, tem coisa sem nexos, coisa que se desmonta por si só. Então digamos, é esse efeito manada. É a imprensa que conduz a opinião pública. Mesmo por que com a internet teve uma implosão dessa opinião pública. Se pegarmos os anos 90 o que era a lógica jornalística. Era tentar ter essa diversidade da internet, obviamente dentro das limitações de papel, tentar reproduzir essa diversidade da sociedade civil organizada que era pequena, no âmbito do jornal. Então tinha lá o colaborador de esquerda, o de direita, o colunista que podia exercer uma opinião diferente a do jornal, a ideia é pegar o máximo possível de leitores do PT, do DEM, PSDB, o leitor não politizado. Esse modelo se acabou nos anos 2000 com a crise dos jornais e com a montagem dessa cartelização para transformar o jornal em um ator político para impedir a entrada de competidores.

Hoje você tem uma uniformidade e quando você pega as pesquisas dos jornais a maioria dos nossos leitores apoiam a nossa linha. Sim. E os leitores que saíram? Tinha um milhão e tanto de tiragem, agora tem 200 mil. Faz a pesquisa com os que saíram e foram para a internet. Tem o público corporativo que continua nos jornais, mas não acredita e não toma decisão mais baseado em jornais. Talvez se tenha só um jornal hoje que tenha uma credibilidade maior, jornal de pouca tiragem. Já houve essa implosão. Agora os jornais têm esse poder de uniformização, através de televisão e rádio principalmente sobre o mercado financeiro que está sendo rompido também. O que o Banco Central está fazendo, o Tombini se levar adiante, se ele for bem sucedido ele entra para a história como o maior Presidente do Banco Central. O que ele está fazendo é um trabalho fantástico de desmontagem de toda aquela lógica financista, usando a própria lógica. Porque essa lógica financista não tem argumentos. Você pega o Mailson que errou todas. O Mailson é um caso fantástico, ele definiu um padrão, ele falava A e dava B.

Você pega a Globo News na véspera daquela mudança de câmbio em 99 trouxeram 5 economistas de mercado e todos dizendo que não ia mudar o câmbio, todos das agências de consultoria, só que não mencionava. Jornalistas conhecidos nossos que erram todas as projeções, porque não estão interessados em analisar, eles estão

interessados em criar uma agenda para justificar os juros altos. Vamos fazer uma pesquisa, por que os juros brasileiros são altos? Um fala – Porque se a taxa ficar abaixo de 8% a inflação aumenta. Daí se vê que a atividade econômica está caindo. Outro dia eu participei aqui em Brasília de um debate com o Gustavo Franco, até foi interessante, montaram uma mesa lá e só meia hora antes avisaram quem iria participar da mesa. O Gustavo falava: - Não, com tamanho dessa dívida aí o Brasil tem que ter taxa de juros altos para rolar a dívida.

Mas não é a inflação? Numa dívida desse tamanho, se eu sou o maior tomador de recursos da economia eu defino a taxa de juros. Então, qualquer argumento servia para justificar os juros.

Vou dar só um exemplo fantástico para os senhores. O IBGE soltou uma pesquisa do orçamento familiar, mostrando que 55% das casas com aposentados e pensionistas eles eram arrimo de família. O que significa isso? Você muda totalmente a análise sobre previdência e bolsa família. Especialmente sobre a previdência. Porque na hora de analisar a previdência você tem somar aí as chamadas externalidades positivas, ou seja, se o cara é arrimo de família qual o impacto daquilo na educação dos dependentes dele? Total. Porque se não fosse ele aquela família estava desestruturada e a criança não estava estudando. Qual o impacto sobre saúde? Total. Se não fosse ele estariam excluídas do mercado de SUS. Eu estou falando da visão estritamente financista. Lógico que na política de governo a visão central tem que ser o atendimento da necessidade dos mais necessitados. Segurança? Se não fosse ele manter a família unida, essa criança era matéria prima para o crime organizado.

Instaurou-se um pânico no mercado financeiro e um sujeito chamado José Carlos Camargo da PUC - Rio que foi do PT depois virou mercadista, ligado ao Mailson. Pegou um técnico do IPEA para fazer um estudo mostrando que o aumento do salário mínimo, já que 55% era arrimo de família, aumentaria a propensão dos dependentes à vagabundagem. Com 600 reais seu neto ou filho vira vagabundo. Daí ele produz um enorme artigo e o cara do IPEA, coitado, deve ter suado sangue. Vamos pesquisar aqui as famílias que têm salário mínimo e as que não têm. Como fica a situação dos

jovens naquelas famílias que têm o pensionista ou aposentado a propensão de jovens estudando é maior do que nas outras. Vagabundagem a propensão maior é na outra família, porque o sujeito não tinha condições.

O único ponto que eles acharam foi que família que não tem o aposentado, eles entram mais cedo no mercado de trabalho. Isso não é indicador positivo, isso é negativo. Porque o pessoal que tem necessidade entra no mercado com o salário lá embaixo, deixa a escola de lado. Daí no final depois de tudo isso, não conseguiram provar nada, disseram: - Mas há indícios de que se tem propensão à vagabundagem. Mantiveram a tese inicial que é desmentida por todos os estudos. Agora pergunta se isso deu manchete de jornais? Não deu manchete em jornais.

A última questão. Como o governo pode reverter a tendência da classe média de ser pautada pela mídia sem parecer chapa branca e sem ferir a liberdade de imprensa?

- Não tem. O que ele tem que fazer é atuar como governo. O que segura a velha imprensa impressa são medidas que são ilegais em qualquer legislação do mundo. Publicidade tem um negócio chamado bônus de veiculação. O veículo faz uma tabela e devolve para a agência de publicidade com dinheiro do anunciante parte do que é anunciado. Isso é crime de direito econômico. É cartel isso. Se nós tivéssemos um Ministério da Justiça corajoso aqui, isso já teria aberto uma ação no âmbito do direito econômico, porque é crime. Segundo ponto: Indicadores de tiragem do IVC. É manipulado. Eu digo para os senhores, a Veja hoje tira 800 mil exemplares pagos. O próprio governo paga a publicidade na Veja como se ela tivesse 1.200 milhão de exemplares. Ela diz que tem 1.200 milhão porque da gráfica dela sai isso. Mas se pegar os pagos. Eu parei de assinar a Veja e continuo recebendo. Garanto que qualquer um de vocês que conhecem alguém, se não for um dos senhores próprios, que não assina a Veja e recebe.

Tem uma associação em São Paulo que tem uma revista que tinha 55 mil exemplares auditados pelo IVC. Daí entra uma direção nova e resolve investigar isso. Imprimia 55 mil, o IVC atestava, daí eles

iam para um galpão, já tinham 3 galpões cheios e jogavam fora 53 mil. Apenas 2 mil chegavam na ponta. Obviamente a Abril não pode pegar 300 mil por semana e jogar num galpão, então ela sai distribuído para todo lado. Você passou na frente da banca você ganha a revista Veja. Eu fiz um cálculo que na melhor das hipóteses ela gastava 70 milhões por ano só para manter essa roda girando em falso. Quando saiu o balanço da Abril, hoje 60% do faturamento de assinaturas é gasto em promoções, são essas revista que são entregues de graça, que não pode ser computado para efeito de custo de publicidade. Só que se cair a receita da publicidade proporcionalmente a receita da tiragem ela perde 200 a 300 milhões e inviabiliza.

E o terceiro ponto. Publicidade oficial, balanço e tudo mais. A troco de que balanço? O balanço você entra no site da empresa, da bolsa, você recebe por e-mail o balanço. No entanto você é obrigado a pagar 1 milhão, 2 milhões por ano para jornais de grande circulação para publicar o balanço. O governo obviamente tem que regular a questão de propriedade cruzada também. E tem que garantir a isenção na distribuição de verbas. Uma coisa que muda totalmente o padrão de publicidade é o seguinte: Eu tenho um blog, meu blog tem acesso e esse acesso é medido. Por exemplo, se eu for comparar com um grande portal, meu blog tem custar mais. Porque num grande portal com aquela audiência, você paga por mil acessos, mas tem criança, tem velhos, mulheres, uma diversidade que não dá foco. Digamos, um banco quer um perfil de um sujeito adulto, e bla-bla-bla o meu blog tem muito mais. Então ele vai receber menos porque tem menos audiência que um grande portal, mas o custo por mil tem que ser mais. No entanto, é menos.

Isso é um processo que vai amadurecer e vai mudar. Mas do lado do governo não tem que fazer nada. Ele tem que dar igualdade de oportunidade de informações, coisa que o governo Dilma não está fazendo. O governo Dilma sabe que vem uma terceira guerra aí, mas as entrevistas, a prioridade ainda são os jornalões. Acha que se não conseguir a simpatia dos jornalões, acha não. Sabe que vem uma terceira guerra pela frente. Eu não digo os blogs militantes, mas os

blogs jornalísticos tinham que ter o mesmo tratamento igualitário de acesso à informação que os jornais.

A última é do Luis Fernando. – Suponhamos que consigamos construir na web um entendimento de discussões pedagógicas e escolhas para um projeto de nação. Qual será a reação da imprensa e qual o antídoto para evitar que a própria imprensa manipule a sociedade media manipulável e passe o rolo compressor sobre os cidadãos interessados?

- A imprensa já está em curso. O melhor antídoto contra imprensa é fazer jornalismo. Eu fui alvo nesses últimos anos talvez da maior campanha difamatória que um jornalista já sofreu nesse país. Os blogs da Abril, os ataques diziam que eu fui contratado pelo IBC sem licitação. Qualquer pessoa sabe que a contratação jornalística e artística não tem isso. No entanto, estou firme aqui. Não pode esmorecer. E hoje se tem um campo dentro da internet, eu tive uma guerra com a revista Veja, uma guerra desigual, porque os blogueiros da Veja tinham autorização para fazer todos os ataques porque a Abril cobria gastos com coordenação e advogados. E eu tinha que bancar os meus. E eu tinha só o blog. No final do ano eu fui procurado por emissários do Roberto Civita propondo um acordo, eu pobre orgulhoso recusei o acordo. Hoje qual é o campo de batalha deles comigo? É o campo jurídico. Eles vão perder todas as ações, mas vão tentar me asfixiar financeiramente. E perderam a guerra por quê? Eu tinha internet e eles tinham o Sabino da Veja que assassina reputação toda semana, alegou que os ataques que eu fiz abalaram psicologicamente a ele. Pitbull sensível.

Agora, qual o diferencial que se tem para enfrentar esse pessoal? É jornalismo e discussão séria. Essa classe media que vai de orelhada, continua com eles. O que tem que ser atraído para o bom debate são as pessoas de nível. E daí entra um desafio grande para a internet que impedir que essa polarização da velha mídia venha também para a internet, que se crie aquelas discussões raivosas. No meu blog eu vivo patrulhando para evitar essas discussões raivosas e entrar mais na parte técnica. Mas o caminho é deixar claro, porque

ainda tem muito poder, mas para a velha mídia cada dia de vida nunca é mais. É sempre menos. É isso aí.

**Senhor Luciano Martins Costa:** Antes de ir para as perguntas eu quero fazer um pequeno comentário a respeito de uma das respostas do Nassif. A Fundação Itaú promoveu em São Paulo, pelo menos 5 seminários internacionais de avaliação econômica de projetos sociais de transferência de renda, a partir de 2005/6. Eu estive em quase todos eles debatendo ou como observador ou mediador. Eu nunca encontrei nenhum editor de um grande jornal nesses debates desses seminários. Medindo resultados em políticas no Brasil, no México, Colômbia, Bangladesh, Índia, etc. Uma vez eu encontrei um coordenador de economia do Estadão e ele sentou do meu lado e pediu para que eu desse um toque do que estava acontecendo, porque ele estava mais perdido do que cachorro que caiu do caminhão de mudança.

Eu falei que era a questão da sustentabilidade, de como as políticas sociais podem ter resultado econômico e como elas influenciam, etc. Eu dei um panorama para ele. Ele ficou um pouco ali, tomou um café e se mandou. Não saiu uma linha nos jornais. Não é que falta a informação, falta é interesse em divulgar o aspecto das mudanças que estão acontecendo no Brasil.

As perguntas. Do Marcio – O lançamento do portal do planejamento no primeiro semestre do ano passado despertou um grande debate, talvez até sensacionalista na mídia, com participação de grandes nomes como Sardemberg, Merval e Nassif. - Não concordo com alguns desses grandes nomes, mas em todo caso. Em sua opinião quais foram os erros e acertos do Ministério do Planejamento naquele episódio que culminou...

- O Ministério do Planejamento ignorou isso tudo que a gente está falando aqui. A imprensa não está interessada nisso. E na verdade quando você vai construir qualquer projeto de comunicação, principalmente um portal, tem que botar muito trabalho no planejamento e fazer muitas simulações. É como o Nassif inventou de criar um blog, agora não tem sossego. Não dorme mais. Está aí

trabalhando. Eu nunca quis fazer um blog, eu faço o programa de rádio, tenho um assistente que põe no blog. Eu não respondo a comentário nenhum. O editor do Observatório que responda. A menos que seja uma coisa muito pessoal, ele separa e manda para mim, aí eu respondo. Mas eu não vou me enfiar num negócio desses, então, se vai criar um portal você tem que mensurar todas as possibilidades. Muito provavelmente foi um erro de planejamento no Ministério do Planejamento. Porque você detona o processo e você precisa saber quem o público objetivo que você vai atender. A cidadania que está por traz disso aqui, não se constrói simplesmente criando um portal de internet. Você tem que construir do outro lado os sistemas de monitoramento, de direcionamento, de observação do público que vai acessar. Você tem que criar padrões de acesso, por exemplo, para prefeituras, você tem eventualmente que criar privilégios ou não.

O meu filho mais velho trabalha nesse negócio de mídias digitais, ele é também um sujeito, mas bem mais jovem que o Nassif, que também não dorme. E eu vejo a complexidade que é a montagem de um negócio daquele. Às vezes coisas simples, ele fez o Miss Orkut, foram uns seis meses de planejamento e testes e tal. Talvez tenha faltado isso. Se foi para uma mídia nova que pouca gente entende de fato como funciona, comparar parâmetros antigos no sentido do projeto e da execução. Muito provavelmente foi isso.

Agora quanto ao aspecto de a imprensa abordar de uma forma sensacionalista é da natureza da imprensa. Não vão perguntar por que o Vaticano é conservador. É do papel do Vaticano ser conservador.

Um dia a minha mulher ligou para uma amiga que tem uma filhinha, e perguntou: - E o seu cachorrinho Pon-pon como está? – Ah! Está ótimo. Ele está tão fofo, não é Marina? A Marina respondeu: - É o papel dele ser fofo. O papel da mídia é esse. É ser essa coisa que estamos falando aqui.

Essa é uma pergunta do Homero - Pelo que eu pude observar no comentário é que as fontes de notícias é um jogo de cartas marcadas. O senhor concorda com essa observação?

- Sim. É um jogo de cartas marcadas. E, inclusive, existe um caso em que o jornalista liga para a fonte e diz que está precisando de alguém que me diga tal coisa. E a pessoa diz: - Eu digo tal coisa.

Tem um episódio da rádio CBN de São Paulo que combinaram com uma comentarista que onipresente na mídia de comentar qualquer coisa a respeito do governo e pegaram a moça bêbeda. E o âncora na época era o Heródoto Barbeiro, ele percebeu que a moça já estava falando assim. Ele falou: - Olha, estamos com um problema na comunicação. Aí ela responde assim: - De fato o telefone aqui está piscando. É engraçado, mas é trágico ao mesmo tempo. Acho que é pior do que cartas marcadas. Esse é um jogo de baralho em que um dos jogadores tem acesso ao que a mão do outro tem. Chega a ser ridículo.

- Nos conselhos há uma tendência de super representação de grupos que, embora, nem sempre representam a maioria estejam mais organizados e os blogs tendem a agregar pessoas do mesmo ponto de vista e a mídia tradicional é um partidarismo em sua maioria reacionário. Como evitar que esse processo desemboque numa democracia de minorias?

- Nós já somos uma democracia de minorias. Na verdade o Brasil é uma república de grupos organizados desde o período da sociedade civil organizada. Como eu disse no começo, nós construímos um sistema que é um conjunto de ajustes entre lobbys. E isso vem até o congresso, até o processo de alianças para formação de candidaturas desde o município até a presidência da república e toda essa coisa que resulta eventualmente em escândalos, desvios de verbas. Tudo isso tem na origem esse processo de formação desde a constituinte de 88, em que a sociedade civil organizada não representava a sociedade civil. Porque 49% da sociedade viviam fora da sociedade. Enfim, tínhamos quase metade da população excluída. E não se fez nada a não ser na área de defesa do consumidor para agregar alguma coisa nesse sentido. É claro, recentemente há 8 anos tem havido um esforço de atualização e modernização da relação entre as instituições e a sociedade. Mas são remendos.

- Você pintou um quadro muito sombrio de como funciona as redações da grande mídia. Quais seriam os caminhos que a nova sociedade civil organizada, como associações preocupadas em discutir desenvolvimento nacional dispõem para ajudar a desmontar esse estado de coisas?

- Eu deixaria de lado a imprensa tradicional. Ela é parte do jogo de poder e deve ser colocada num nicho... Hoje a imprensa corporativa é maior do que a imprensa tradicional em termos de leitores. A imprensa feita nas empresas, jornais de empresas, portais, etc., têm amais audiência do que a chamada grande imprensa de alcance nacional. É que a chamada grande imprensa construiu uma reputação que demora a se desmanchar e também porque existe o efeito do status social de você ter um jornal, ser assinante de um jornal e tê-lo na porta, aí o seu vizinho fala – o cara ali é alfabetizado. Tem esse aspecto que vai se diluindo ao longo do tempo. A construção das marcas, são marcas de décadas que demoram a se diluir, mas quando se desmancham, elas se desmancham para sempre. Então, há um processo de substituição.

Na pergunta anterior a pessoa pergunta: Nos blogs agregam-se grupos monolíticos homogêneos?

- De fato. No Observatório da Imprensa é mais diversificado. Eu tomo um pau de um lado e no outro, cada dia que eu faço um comentário mais crítico sobre determinado tema. Os outros articulistas também. Mas de modo geral os blogs associados à mídia e os blogs independentes, a chamada imprensa independente, alguns jornalistas que estão ligados a alguma emissora de televisão, o Nassif, etc., têm a tendência de atrair um público mais homogêneo. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem observado lá no Observatório da Imprensa é que com o crescimento das mídias sociais, diminui a área de comentários. As pessoas não comentam tanto naquela área, mas recomendam nos seus grupos sociais aí se dá o debate nos grupos sociais. A divulgação é feita prioritariamente pelo Twitter e compartilhamento através do facebook transfere para as mídias sociais o debate que antes estava naquelas áreas de comentários. Esvaziam-se as áreas de comentários progressivamente em função do aumento da atividade nas redes sociais. Eu acho interessante isso,

porque isso vai pulverizando dentro da sociedade o protagonismo em relação ao fato público, a notícia.

- Como está constituído o direito de resposta e que proposições legislativas existem sobre o assunto?

- Essa é uma grande questão que movimenta de um lado os jornalistas profissionais, alguns setores do governo e a ANJ, ANER, ABERT, porque as empresas tradicionais de comunicação resistem até a morte a qualquer espécie de monitoramento ou controle. Por outro lado existem setores políticos que acham que é preciso controlar o controle externo sobre a mídia. Entre essas duas posições existe o direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, que são duas coisas diferentes. Nós estamos nesse processo de transição, corre no congresso um projeto de regulamentação da mídia, para estabelecer pelo menos alguns parâmetros para normatização da propriedade dos meios de comunicação e ao mesmo tempo a ANJ, por exemplo, tomou a iniciativa de discutir auto-regulamentação. Chegou a anunciar oficialmente a auto-regulamentação. Mas o Estadão e a Folha vetaram. Houve uma caminhada para traz e nós provavelmente vamos seguir nessa discussão pela eternidade afora.

Eu participei de um programa que chamava-se criação de indicadores de responsabilidade social para imprensa, que incluía essa responsabilidade da qual nós estamos falando aqui, que foi organizado em torno do Instituto Ethos. Eu fui um dos consultores que foram chamados para discutir e a minha área de especialização mais recente é a questão da sustentabilidade, desde que eu era um ecochato dos anos 80 e acabei entrando nessa área, então, eu atuo muito junto com o Instituto Ethos, faço um programa latino-americano de responsabilidade social, workshops, etc.

Então eu participei durante 3 ou 4 meses desses debates para criar normas que seriam internalizadas pelas empresas jornalística para ter uma relação mais democrática, de mais responsabilidade social com o seu público, com as instituições, etc.

Depois de aprovado esse trabalho, depois de impresso, caiu na mão de um diretor do Estadão e ele fez assim: - Não quero essa porcaria. Ninguém vai me dizer como ser ético, como ser bom jornalista, como fazer uma boa gestão numa empresa jornalística. E andou para traz. E andaram recolhendo até mesmo os exemplares que tinham sido distribuídos nas redações. A ANJ nunca publicou esse trabalho, embora tenha sido o trabalho oficial da ANJ. Então há uma resistência quase que visceral da imprensa a qualquer espécie de olhar externo. O jornalista geralmente quando é do gênero masculino, ele sofre de um negócio chamado síndrome de super homem. E quando é do gênero feminino é síndrome da mulher maravilha. Geralmente tem aquela arrogância. Não nós dois. Mas tem aquela coisa do pressuposto em que você está dentro do cordão de isolamento, olhando o cadáver e pensando ainda bem que não sou eu. Enquanto o popular está lá do outro lado querendo ver, querendo saber. E você está perto do bombeiro, na beira do campo de futebol, então, isso desenvolve no jornalista esse sentido. Quando ele vai chegando ao topo da redação aí ele vira um verdadeiro deus. – Aliás, Deus? Quem é esse cara? Vamos fazer uma exclusiva com ele. Pergunta o jornalista.

Outra pergunta. É para nós dois. – A grande mídia já conspirou contra presidentes. Em que medida ela consegue pauta? Ou seja, colocar ou tirar da agenda projetos e mesmo políticas públicas?

- Ainda consegue. O maior exemplo do jornalista insano e histérico derrubador de governos seria o Carlos Lacerda. Derrubou tantos governos que derrubou a si próprio. Quando quis ser candidato a presidente os militares disseram não. você não. a imprensa nacional da qual estamos falando aqui, tradicionalmente colocou e derrubou ministros, presidentes. Alguns dos fatos importantes da nossa história recente foram produzidos e iniciados pela mídia. O processo de redemocratização, o movimento das diretas já que os jornais gostam muito de levantar como sendo uma prova de que são instituições altamente democráticas. Esse movimento começou clandestinamente nas redações através dos repórteres, contra a resistência dos editores. Foi um movimento que os jornais assumiram quando não havia mais o que fazer. Na época eu estava

migrando entre a Folha e a Veja, e me lembro muito bem desse processo. A gente contrabandeava notícias de D. Paulo Evaristo, Modesto Carvalhais para dentro dos jornais.

Fazendo até um jornalismo ruim, tendencioso para forçar os jornais a assumir a necessidade da redemocratização. Então não é que a instituição imprensa lutou pela redemocratização, ela encontrou o fato consumado quando os repórteres já tinham trazido a pauta para dentro dos jornais, correndo riscos pessoais. Alguns foram presos.

A mídia vai o tempo todo tentar exercer esse poder. Conspirar contra ou a favor. É só observar o noticiário sobre o atual presidente da república. Um dia ela é a faxineira, noutro dia ela é autoritária, porque enfiou a mão no Banco Central. Depois vem um articulista americano e diz que ela está certa, o Banco Central é autônomo. Aí todo mundo concorda, que beleza, o mercado agora mudou a posição. O mercado agora tem a expectativa de queda dos juros, então muda completamente a visão. Você pega os recortinhos que eu costumo fazer e faço um painel de slides no meu computador e começo a rir. Isso é tão patético. Você assiste os comentários da amiga do Nassif na televisão ou no rádio, faz um painel... Meu Deus do céu. Onde a pessoa quer colocar a sua reputação? Em que ponto aquela minha amiga militante que foi presa, torturada, que lutou contra a ditadura, em que ponto ela se desviou e foi cair nessa fossa?

Enfim, esses processos todos estão aí de uma forma muito evidente. Basta ler o jornal de uma forma crítica.

A última pergunta: - Sabemos que a corrupção é um fato que remonta a base da formação da nossa sociedade com a vinda dos primeiros donatários das capitanias hereditárias e degredados criminosos de todo ordem de alta periculosidade – (posso dar um tempinho? Eu sou descendente de degredado, viu Antonio. A minha família orgulhosamente descende dos primeiros degredados que chegaram em Cananéia. Os Veigas, Lobos, Martins Costa, Duarte. Nós somos todos parte daquelas 200 almas que Martin Afonso encontrou lá. Temos um tremendo orgulho de ser anticlericais, antimonoarquistas, e tudo que é anti desde não sei quando. O meu avô chamava os padres de papa Cristo. E nós somos tivemos essa

relação, então vou dar uma paradinha aqui para dizer: degredado é a... criminoso é a ... Desculpa Antonio, mas precisamos fazer essa correção na história do Brasil. Os objetores de consciência eram degredados. Não necessariamente ladrões e assassinos. Eram objetores de consciência que eram degredados. Qualquer pessoa que não se curvasse à Sua Majestade era um degredado. Então, nós temos grande orgulho de sermos descendentes de degredados.) – entretanto a mídia insiste em sistematicamente em explorar este fato como se a corrupção fosse um fenômeno exclusivamente dos políticos e servidores públicos. Quando um ocupante do cargo político seja do Banco Central ou da Polícia Federal, etc, joga-se a notícia como se todos os servidores fossem responsáveis pelo fato. Pergunto: O que pode ser feito, na visão dos senhores Nassif e Luciano para que, considerando a mídia jornais e televisão que são concedidas pelo Estado e deveria ter mais responsabilidade com o processo educacional de cidadania. O que fazer para que esse estado de coisa mude no futuro?

- Não há muito que fazer. A não ser individualmente não acreditar nisso. Questionar. O Nassif falou hoje, estava lendo os primeiros noticiários sobre o último escândalo, nos primeiros dias se desconstrói aquela notícia. Onde é que está a informação? É um jornalismo feito a base de declaracionismo, alguém declara alguma coisa. O vazamento de informação que é de uma das partes e nunca tem o contraditório. Aliás, eu acho muito engraçado quando alguém é acusado de alguma coisa, o repórter vai lá e entrevista o advogado: - O seu cliente é inocente? O que o advogado vai responder? Não ele está me pagando uma tremenda grana, mas ele é culpado. E é todo dia na rádio, jornais e televisão. O que nós temos basicamente é um problema de falta de qualificação da imprensa. Uma qualidade que se perdeu. A imprensa não investiga mais. As pessoas falam – Ah! Precisa se fazer jornalismo investigativo. O jornalismo é investigativo ou não é jornalismo. Quando eu era jovem a gente aprendia a fazer avaliação de patrimônio de autoridades. Ficava na esquina e tinha que calcular quanto custava a casa e o carro dele, se era compatível com o que ele ganhava. Eu duvido que tenha algum repórter que saiba fazer alguma análise

básica de um balanço de uma empresa. A gente fazia curso na Bovespa de avaliação de balanço, essas coisas.

Nós temos um problema gravíssimo que é a desconstrução de um modelo de imprensa, enquanto se constrói lentamente um modelo mais participativo de mídia que demora a pegar e como disse um dos perguntadores aqui, ainda é muito vulnerável pela homogeneidade dos públicos. Muitas delas são mídias decorreligionarias. Não há muito senso crítico. E nós temos aí um problema grave que num momento de uma política pode redundar como aconteceu no ano passado em ações mais críticas que podem beirar a violência. Nós temos que investir na democratização da mídia. O Brasil seriamente tem que investir na democratização da mídia.

**Senhor Luiz Nassif:** Apenas um ponto que foi colocado, a questão dessa polarização que existe na internet com defesa de teses, com pensamentos homogêneos. Eu estive recentemente naquele encontro de blogueiros lá da baixada e o que eu coloquei foi o seguinte: a gente tem que separar bem o que é a blogosfera militante do que é a blogosfera jornalística. A blogosfera militante é defesa de tese. É importante que exista, direita, esquerda, os ecologistas. Os energéticos. É muito importante que tenha essa militância bem disseminada. E a grande vantagem da internet é se permitir toda essa toada, essa balburdia, isso é democratização. São mais pessoas falando dentro do mesmo ambiente tecnológico. E com o tempo isso vai ter que consolidar veículos que vão ficar em torno de alguns princípios que são aquelas cláusulas pétreas de constituição, mas eles vão ter que fazer mediação. Eles vão ter que atuar de maneira a conseguir diversidade de opinião, respeitados aqueles princípios fundamentais, que são: a favor dos direitos individuais. A favor da inclusão social. Contra toda forma de intolerância. Então essa mediação vai ter que ser feita.

Hoje em dia a internet se pegar a esquerda ou a direita é uma guerra sangrenta, a maneira como se repetem bordões, se atacam pessoas. Que faz parte desse porre inicial de todo mundo poder exercitar a sua opinião entrando como comentarista de um blog ou tendo o seu

blog. Num segundo momento esses mediadores vão ser fundamentais. E é aí que os jornais perderam o bonde. Eles poderiam ter sido esses mediadores. Mas como o interesse econômico, a notícia vai a serviço de uma estratégia econômica ou política, eles não podem abrir mão desse controle da informação. Então, eu diria que os novos veículos que vão surgir, vão ter uma posição um pouco mais de centro esquerda, de centro direita. Esses veículos eles vão promover a discussão civilizada.

Quando teve aqueles blogueiros sujos, eu fui contra, acho que tinha que ter data marcada para começar e terminar, que foi aquele período eleitoral terrível. E no lançamento dos blogueiros progressistas eu tinha colocado esse ponto. Nós temos alguns pontos em comum aqui. Nós somos contra o retrocesso que pode representar essa maluquice que a mídia se tornou, nessa campanha do Serra e tudo. Mas temos alguns princípios em comum. E temos uma vasta agenda de diversidade de pensamentos divergentes. Então, o grande aprendizado é saber como que nós vamos administrar esses pensamentos divergentes num clima civilizado e tolerante. Eu acho que é um desafio fantástico.

É muito interessante que num certo momento do ano passado, pegando uma experiência pessoal, quando tinha essa frente de blogueiros, alguns grupos começaram a achar que eu fazia parte da militância, então, se deram o direito de me patrulhar pelo fato de abrir espaço a pessoas que pensavam de forma diferente. Eu fiz muita questão de separar, tem os blogs jornalísticos que podem ter um viés para cá ou para lá, mas tem que preservar essa diversidade. E a militância é fundamental. Acho que cada setor tem que ter seus militantes, agora tem que se ter os ambientes de mediação. Esses ambientes de mediação é que vão levar a civilização a esse novo terreno de empreendedorismo de opinião que é a internet. Então, é a diversidade, a mediação e depois a estruturação de novos partidos, de novas militâncias que surgiram a partir da internet. Ressuscitou a atividade política a partir da internet. Até o PSDB que tinha dificuldade de ter militantes, ele teve militante. Alguns pagos, mas muitos acreditando efetivamente. O Greff fez um trabalho complicado lá, mas tinham também os que acreditavam.

Então essa militância tem uma nova geração que vai dominar a política nos próximos anos, que vai revitalizar todos os partidos. Se for pegar o PT tradicional em São Paulo, ele envelheceu. O PSDB envelheceu. Os atores que estão surgindo nessa nova política aí estão nessa jovem militância, porque é muito mais fácil ser militante na internet é só apertar o botãozinho e já militou. Ir para a rua é mais complicado. Essa diversidade é muito bem vinda, agora há que se ter os militantes da mediação que serão essenciais para evitar que haja uma guerra sangrenta de grupos nesse mercado de opinião que se abriu. Era só isso. Obrigado.

**Senhor Luciano Martins Costa:** Eu sou convidado a fazer um encerramento da minha participação. Eu quero dizer que eu concordo absolutamente com o que disse o Nassif. É preciso diferenciar esses dois tipos de intervenção na blogosfera, mas lembrar também que já há um processo novo e que as próprias redes sociais estão se tornando mais complexas. Elas já oferecem, além do relacionamento, oferecem a possibilidade de você postar vídeos, comentários, transmitir notícias, montar um quadro com a notícia e alguns comentários. Por exemplo, uma boa parte das informações que chegam até a grande mídia vem através desses canais. E eu acho que é necessário que as chamadas forças da sociedade que estão preocupadas com essas questões como a democratização da informação se aproprie rapidamente desse processo. Não para instrumentalizar, para manipular como acontece quando é um blog de atuação política que também tem o seu papel. Mas também de construir mais espaços de diálogo. Nós temos aí um corte entre a imprensa tradicional e esse ambiente que chamamos genericamente de digital.

As empresas tradicionais de comunicação têm uma visão utilitária, elas se apropriam de forma utilitária desses novos meios e desses novos processos. Mas é preciso, principalmente através das entidades civis, associações de profissionais se apropriarem dessa mídia e fazer com que essa mídia se transforme em porta voz dessas inquietações, das demandas, dos interesses que são específicos. A gente só vai identificar os interesses difusos da sociedade se toda a

sociedade puder expressar os seus interesses específicos. A imprensa tradicional já há bastante tempo não reflete esses interesses difusos da sociedade. Ela reflete muito claramente frações homogêneas e até as redações são homogêneas, em termos ideológicos, em termos de linguagem, de histórico, de faixa etária. Um cara como eu com mais de 50 anos de idade não tem mais espaço nas redações. Antigamente o Victor Civita que era editor da Abril ou o Julio Mesquita Neto, eles tinham orgulho de dizer – aqueles são os meus comunistas. Defendiam aqueles jornalistas de esquerda que arejavam as redações.

Eu fui editor de opinião no Estadão e mais de uma vez o dono do jornal me chamou e falou: - Olha! Esses caras parecem que adivinham o que eu penso. Eu quero ver algo diferente no jornal. Demite uns 3 desses para mim. E bota gente que pensa exatamente o oposto do que eu penso. Isso o Julio Mesquita me falou umas duas ou três vezes isso para eu arejar a área de opinião do jornal para que ele fosse surpreendido. Ele falou – parece que eles acordam de manhã e ficam tentando adivinhar o que eu penso e escrevem aquilo que eu penso. Eu até liguei para 3 desses colaboradores e um deles era ministro da cultura e falei que a partir de hoje ele estaria dispensado de escrever semanalmente no Estadão, a sua posição na sociedade lhe dá um posto de observação privilegiado e queremos ter a sua colaboração, mas não será mais fixa. Foi a maneira mais elegante de dizer: Tchau e benção.

E hoje em dia vocês imaginam que algum diretor de redação tem esse desprendimento de dizer eu quero que publiquem artigos que me contradigam. Não existe isso. É tudo do diretor para o editorial, do editorial para os articulistas, dos articulistas para os editores. E hoje em dia o diretor da área editorial se mete na reunião de pauta e diz o que é que tem que ser feito e assim vai. Nós não temos mais a imprensa diversificada e aberta.

Por outro lado é preciso organizar o chamado ambiente difuso que está nos veículos digitais para que possam suprir esse espaço. Só dando expressão aos interesses específicos é que nós vamos ter uma ideia do que são os interesses difusos da sociedade. Por enquanto

nós vivemos ainda naquela sociedade civil organizada em que os novos cidadãos não têm a palavra ainda. É isso.

**Senhor Marcio Gimene de Oliveira:** Obrigado Luciano. Obrigado Nassif. Agora temos um coffee break.

**Mestre de cerimônias:** Faremos agora um breve intervalo para o coffee break que será servido no hall de entrada deste auditório.

O II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. É uma realização da ASSECOR - Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. E conta com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal. E com o imprescindível apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP. Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria de Planejamento e Investimentos, Ministério do Planejamento e Governo do Brasil.

**Mestre de cerimônias:** Retomamos a partir de agora as atividades programadas para o período matutino desse que é o segundo dia do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Este evento é realizado pela ASSECOR. Conta com o patrocínio da Caixa Econômica Federal. E com o apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP. Secretaria de Orçamento Federal, SPI, Ministério do Planejamento e Governo Federal.

Convidamos neste instante para coordenar a mesa dos debates do 4º Painel deste seminário cujo tema será: “Sustentabilidade Fiscal dos Orçamentos – A questão do financiamento de medio e longo prazo das políticas públicas.” Coordenará esse painel o senhor Pedro Luis Delgado Noblat, Analista de Planejamento e Orçamento. Convidamos para que componham a mesa como painelistas o senhor Julio Alexandre Menezes da Silva, Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. E o senhor Jorge Abrahão de Castro, Diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA. Com a palavra para as considerações iniciais e condução das atividades o senhor Pedro Luis Delgado Noblat.

## **“Sustentabilidade Fiscal dos Orçamentos – A questão do financiamento de medio e longo prazo das políticas públicas.”**

**Senhor Pedro Luis Delgado Noblat:** Inicialmente agradecer o convite da ASSECOR, o convite do Eduardo de participar como coordenador desse painel. É uma grande honra e prazer participar desse II Seminário da ASSECOR.

Acho que é importante a gente pensando nesse painel que está relacionado à sustentabilidade fiscal dos orçamentos e o financiamento das políticas públicas, é importante lembrar que a gente pode dividir o orçamento sobre dois grandes enfoques, que eu chamo de enfoque fiscal e enfoque programático. O enfoque fiscal está relacionado às questões monetárias, o aspecto macroeconômico de planejamento financeiro que está no cerne do processo orçamentário. E o enfoque programático que está muito vinculado a abordagem do planejamento das políticas públicas e que dentro do nosso ciclo orçamentário brasileiro está muito no locus do PPA e que se junta com o planejamento mais de curto prazo que virou uma peça orçamentária. Então esse painel aqui foi pensado para tratar essas questões, o enlace entre o fiscal com o programático e ele está muito atual, principalmente no contexto de recrudescimento da crise de 2008. Que começou como uma crise que veio na sua origem do sistema financeiro, de uma bolha imobiliária e que a manipulação daquelas alavancagens do sistema financeiro reverberaram hoje, num segundo momento, da crise para uma crise fiscal. Uma crise de dívida soberana dos Estados.

Esse painel vem em boa hora nesse contexto para a gente discutir qual efetivamente o papel de manejo da política fiscal dos Estados, que vai ser a abordagem do doutor Julio Alexandre que é Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Ele é economista e mestre em economia pela UNB. Funcionário do Banco Central e que nos dá a honra aqui de fazer essa abordagem macrofiscal. E também, posteriormente uma visão de gasto, de financiamento de políticas públicas com foco nas políticas sociais que vai nos brindar aqui com a participação o doutor Jorge Abrahão que tem a formação em estatística e doutorado em economia pela Unicamp. E é diretor de políticas sociais do IPEA. É presidente em exercício quando o Marcio se ausenta, substituto da presidência do IPEA. E, eu não sabia, da nossa carreira, um dos fundadores da nossa carreira da primeira turma lá de 84. Então o que eu acho importante é que a gente tenha sempre nas nossas carreiras, gente espalhada em tudo que é canto. A gente está aqui com o privilégio de ter um fundador da nossa carreira como diretor do IPEA hoje.

Sem mais delongas eu vou passar a palavra para o doutor Julio Alexandre para fazer a sua apresentação.

**Senhor Julio Alexandre Menezes da Silva:** Bom dia a todos e a todas. Obrigado Pedro pela introdução. Obrigado pelo convite da ASSECOR em nome do Secretário Marcio Holland eu agradeço a oportunidade de estar tratando de tema tão interessante e tão atual que é a questão da sustentabilidade fiscal.

Eu tenho alguns slides. Como o doutor Pedro falou, eu sou Secretário-Adjunto de Macro da SPL do Ministério da Fazenda então, vou dar um viés mais macroeconômico ao debate. E para iniciar esse debate é essencial destacar na parte macro os avanços que nós observamos nas últimas décadas, nos últimos anos na economia brasileira. São cinco os principais itens que nós gostaríamos de ressaltar sempre a questão do controle da inflação, já desde 99 no regime de metas. Algo essencial é a solidez do sistema financeiro nacional, tivemos alguns problemas ao final dos anos 90 com o fim da inflação, com o fim das receitas de *float*, mas a partir de lá segue uma regulação prudencial bastante rígida, bastante forte. Hoje o nosso sistema é sólido e foi um dos grandes diferenciais da economia brasileira em 2008 e continua sendo nessa fase atual de crise.

Junto com isso a redução da vulnerabilidade externa que foi sempre um problema de nossa economia nos anos passados. Atualmente por ter o câmbio flutuante, por ter reservas internacionais e por causa da composição do nosso passivo externo, a nossa vulnerabilidade é bem inferior do que nos anos passados, o que nos dá segurança para enfrentar os desafios que nos são postos atualmente.

O quarto ponto é o que foi bastante fortalecido no Governo passado o crescimento com inclusão social, você colocar a questão da distribuição de renda, colocar os gastos sociais como uma das prioridades do governo. Eu falarei mais disso mais a frente dentro da sustentabilidade fiscal. Mas colocar a inclusão social foi um dos grandes determinantes para fortalecer o nosso mercado doméstico e também favoreceu para enfrentar a crise de 2008 e a crise atual.

E o último ponto que está destacado e vai ser o foco da apresentação a questão da responsabilidade fiscal, que é um dos diferenciais da economia brasileira.

Nossa responsabilidade fiscal é consubstanciada nas metas de resultado primário. Desde 99 a gente vem seguindo esse regime de metas, atualmente são resultados primários acima de 3% do PIB. Nós tivemos uma queda em 2009 por causa das medidas anticíclicas que foram adotadas, mas já em 2010 e principalmente nesse ano de 2011 voltamos a ter um resultado primário mais forte. – entrarei mais em detalhe a frente. Esse detalhe é essencial para continuar essa redução do nosso deficit nominal e principalmente para a redução da nossa dívida. Então, a solidez das nossas contas e a redução da nossa dívida é determinante nos diferenciais da economia brasileira.

Nesse gráfico nós vemos a trajetória da dívida líquida do setor público, nos vemos que a partir do pico de 60% do PIB em 2002 a dívida vem caindo de maneira significativa nos últimos anos. Em 2008 com a crise, diferentemente do passado, a dívida caiu, porque hoje nós temos mais ativos em dólares e com a desvalorização cambial a gente teve um forte ganho patrimonial, então a dívida caiu para 38% do PIB. Em 2009 com a depreciação cambial e com as medidas anticíclicas a dívida voltou a subir, mas desde então a dívida volta a reduzir. As expectativas de mercado dão conta de que a nossa dívida vai estar facilmente abaixo de 35% do PIB.

Então eu gosto de trazer mais luz ao debate dizendo que a dívida líquida caiu, mas a dívida bruta subiu. Porque alguns críticos dizem que o governo tem acumulado muitas reservas e principalmente feito operações com o BNDES que elevam a dívida bruta. Na linha vermelha cujo eixo é da direita, nós temos a dívida bruta do setor público, do governo em geral, de fato a dívida bruta subiu para 60% do PIB em 2009. Mas ela subiu porque no meio da crise o governo atuou de forma anticíclica também na política monetária, liberou recursos compulsórios e como existia uma crise de liquidez, esses recursos compulsórios acabaram voltando ao Banco Central na

forma de operações compromissadas. Mas desde então com a redução dos compulsórios e dos compromissados essa dívida voltou a cair e hoje está em 56% do PIB. E a dívida líquida está em 39,6% do PIB. Ambas as dívidas seguem essa trajetória de queda.

Além de a dívida cair é muito importante você ter um melhor perfil da dívida pública. Esse gráfico mostra a composição da dívida por indexador. A curva cinza nos mostra que desde 2006 nós somos credores em moeda externa, ou seja, não existe mais aquele risco que existia no passado de ter uma crise o câmbio desvalorizar e com isso afetar negativamente nossas contas públicas. Pelo contrário, atualmente, como ocorreu em setembro e será divulgado essa semana, houve uma forte desvalorização cambial. Como nós temos mais ativos em dólares nossa dívida caiu de maneira significativa. Então, a dívida cai, além de cair ela tem uma composição melhor. Nós estamos menos expostos ao risco cambial.

Estamos ainda muito expostos à taxa SELIC que é essa curva azul. Mas, entendemos que gradualmente com a manutenção dos resultados primários e com uma trajetória de queda, mas de médio prazo da SELIC nós teremos mais condições de reduzir essa participação da dívida atrelada à SELIC, ampliar a dívida vinculada a taxas de juros e índices de preços. O que vai dar ainda mais segurança à gestão da nossa dívida, reforçando o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal.

Para reforçar ainda mais a nossa responsabilidade fiscal e da solidez das contas públicas é muito importante, principalmente nesse momento atual, apresentar os nossos números em comparação com os de outros países. Nesse gráfico nós temos as estimativas do FMI para dívida a nível do setor público, a linha roxa é do Brasil. As outras linhas são de economias avançadas, de países do G-7 e a área do Euro. Aqui nós notamos aquele ponto que destaquei. Em 2008 nossa dívida subiu, enquanto a dívida de outros países por causa da crise financeira onde eles tiveram que socorrer seus sistemas financeiros subiram de maneira significativa. Subiram a tal ponto de criar problema de sustentabilidade e as previsões indicam que elas terão dificuldades para reduzir suas dívidas nos próximos anos.

Diferentemente do Brasil em que a dívida continua caindo e tem uma trajetória de queda constante nos próximos anos.

Além de olhar grupos de países, a gente escolheu alguns países aqui para reforçar esse ponto de trajetória de dívida. Enquanto a dívida do Brasil cai, alguns países mesmo com um forte ajuste fiscal verificado e que está sendo impostos a esses países, eles terão dificuldade para estabilizar a dívida. No Brasil a nossa dívida cai porque mantemos o resultado primário, mantém a responsabilidade fiscal e contou muito com a aceleração do crescimento. Então, crescer é muito importante para resolver riscos de insolvência pública. Isso foi o que fizemos nos últimos anos e o que nos ajudou bastante na sustentabilidade fiscal do país.

Nesses países a situação é bastante complicada. aqui você vê na Espanha dívida mesmo fazendo ajuste fiscal significativo nos próximos anos, a dívida vai subir de 67% para 77% do PIB. Estados Unidos - vai subir 15%. Vai de 100% para 115%. O Japão vai para mais de 250% do PIB, porque além de terem que socorrer seus bancos e sistema financeiro, eles também tiveram dificuldade para crescer e com isso se torna mais difícil reduzir a dívida mesmo em ambiente de juros reais negativos que está ocorrendo no mundo. Isso, eu repito, não ocorre no Brasil onde a dívida cai, mas para a dívida continuar caindo o governo entende que é muito importante a gente manter compromissos com as metas de resultado primário.

Não basta só a meta. Basta entender como é feito esse resultado primário. Nesta tabela – eu peço desculpas, são muitos números – mas é muito importante para apresentar a política fiscal do governo nos últimos anos e, principalmente rebater algumas críticas que são feitas. A crítica geral é feita porque o governo gasta muito e por gastar muito tem que elevar a sua receita. Pois bem, vamos ver o que os números dizem.

A despesa primária passou de 15,7% do PIB em 2002 para 17,7% do PIB em 2011. Houve aumento de 2,2% então nessa parte os críticos têm razão, a despesa subiu. E também para manter o compromisso com as metas as receitas subiram. A receita bruta passou de 21,7% para 24% subiu 2,4% mas aumentou também a

transferência para estados e municípios de 3,8% para 4,15% de forma que a receita líquida subiu só 2%. Então de fato essa primeira parte da crítica é válida. O governo aumentou a despesa em 2% e teve que aumentar a receita líquida em 2%.

Agora, nós entendemos que é muito interessante analisar o que fez essa despesa subir. Isso é essencial para se avaliar a política fiscal do governo e principalmente avaliar a sustentabilidade fiscal nos próximos anos. Nós dividimos a despesa em cinco principais categorias.

Pessoal e encargos. Transferência de renda às famílias. Nas transferências e renda estão os benefícios previdenciários, benefícios assistenciais tipo Bolsa Família, além de outras despesas como o do FAT, por exemplo, seguro desemprego e abono salarial. E despesas de investimentos. Custeio em saúde e demais despesas de custeio.

Fala-se que o governo gasta muito, mas quando você olha as despesas de custeio, isso não é verdade. Em termos de PIB, a despesa saiu de 1,55% do PIB para 1,53% do PIB. O máximo foi de 1,77% essa despesa não é relevante e ela está controlada. Então essa Crítica que aparece nos jornais não é verdade. A outra despesa que aparece muito elevada é de que o governo gasta muito com pessoal. Vamos ver os números.

A despesa de pessoal saiu do máximo de 4,8% do PIB e caiu para 4,5% do PIB. Houve um forte ajuste em 2003/2004 a partir de então subiu por causa até de uma reestruturação de carreiras, fortalecimento das ações do governo via PAC, via outras instituições, mas não é isso que está pressionando a despesa pública. A despesa com pessoal e transferência continua bem comportada abaixo de 5% do PIB.

A outra despesa que a gente ressalta é a despesa de investimento, ela é pequena, não ocupa muito espaço. No ajuste fiscal de 2003 ela caiu fortemente, mas desde o PAC em 2006 ela vem crescendo e atualmente ela está em 1% do PIB. No ano de 2010 foi o pico ela foi a 1,2% do PIB e esse ano recuou um pouco, primeiro ano de governo teve dificuldades para investir e também estamos num

processo de atualização fiscal. É natural que as despesas de investimento sejam ajustadas um pouco para baixo, mas entendemos que ela pode voltar a crescer e acelerar. Mas não é isso que pressiona então a despesa de investimento fica mais ou menos tranquila.

Despesa de custeio e saúde também fica mais ou menos instável. Ela saiu de 1,7% do PIB para 1,9% do PIB. Então não é isso novamente que provocou essa alta de despesa de 2% entre 2004 e 2011. A despesa relevante para se discutir política fiscal e sustentabilidade de políticas pública no governo é a despesa de transferência de renda. Essa despesa de fato subiu. Saiu de 6,8% do PIB para atingir um pico de 8,9% do PIB em 2009 e hoje está em 8,7% do PIB. Então, a despesa total subiu 2%. Só essa despesa de transferência de renda subiu 1,9%. É aí que está o aumento da despesa pública nos últimos anos. E como houve um crescimento do PIB essa despesa fortaleceu e muito a economia doméstica. É aquele nosso ponto que eu destaquei, o crescimento com inclusão social.

Possibilitou-nos o desenvolvimento do mercado doméstico, fortalecimento, a criação de uma nova classe media e com isso deu mais sustentabilidade a nosso crescimento. Nesse gráfico fica um pouco mais claro, que mostra comparando os dois anos, a gente mostra novamente que despesa de pessoal saiu de 30% para 25%. Custeio de 20% para 19%. O que subiu foi transferência 6%. De 43% para 49%. Por que subiu essa despesa? Um dos fatores essenciais foi a política de valorização do salário mínimo. Nesse gráfico nós temos a evolução do salário mínimo real, ou seja, já descontados os problemas inflacionários do passado, dos anos 40 quando ele foi instituído até os dados de hoje. Teve períodos em que a inflação corroia o valor do salário, teve um forte ajuste na década de 50 e depois uma moderação, uma estabilidade do salário mínimo real nos anos 60. Com a aceleração da inflação nos anos 80 corroeu o seu valor e desde então, nós tivemos essa trajetória de recuperação. Com a lei que foi aprovada esse ano assegurando o reajuste real de acordo com o crescimento do PIB de 2 anos anteriores, essa lei vale até 2015, então esperamos que o salário mínimo continue crescendo em termos reais nos próximos anos até

2015 pelo menos. Com isso a despesa até 2015 tende a continuar crescendo e ganhando espaço.

Entendemos que isso é sustentável do ponto de vista fiscal para o próximo quadriênio, mas é natural que essa regra do salário mínimo não pode perdurar para sempre. Ela tem que ser rediscutida nos próximos 4 anos, qual seria o seu impacto em termos fiscais, em termos de melhoria da distribuição de renda se é mais efetivo continuar essa política do salário mínimo ou usar esse recurso para gastar de outras formas. Acho um debate muito importante a ser tratado nos próximos anos, com vistas a discutir essa regra a partir de 2015.

Outro debate relevante que deve ser feito em termos de sustentabilidade fiscal e financiamento das políticas públicas é o debate de previdência. Muitos analistas diziam que o governo tinha que fazer uma reforma previdenciária urgente ou o Brasil quebraria. Nós notamos nesse gráfico, a parte verde dá o resultado do deficit. No deficit a gente nota que ele subiu entre 2003 até 2006. Mas desde lá vem em trajetória de queda. Neste ano em 2011 o deficit da previdência em regime geral será inferior a 1% do PIB. Então diversos críticos já se acalmaram ao ver estes números. O que contribuiu para isso? Foram feitos alguns ajustes de gestão na área da previdência, muito eficientes e a formalização no mercado de trabalho fez com que aumentasse bastante a arrecadação da receita previdenciária e isso contribuiu para reduzir o deficit.

Hoje nós não temos problemas que existem em outros países relacionados à previdência. Mas é claro que dadas as melhores condições da economia brasileira e dada a estrutura demográfica, nos próximos anos, nas próximas décadas, nós teremos um forte e rápido envelhecimento da população. A previdência não se discute urgentemente. A previdência tem que se discutir olhando para frente. Então é necessário também, assim como o salário mínimo fazer um debate sobre as regras de previdência no Brasil. Não é o debate que está sendo feito na Grécia, Espanha e em outros países onde tem que se mudar urgente, porque senão quebra. Mas um debate olhando para frente, olhando gerações futuras, olhando na

transição demográfica, talvez algumas coisas precisasse ser ajustadas na previdência.

Nesse gráfico nós temos a idade média da concessão de benefícios no regime próprio. A gente nota uma forte queda até 98/99 quando tinha aquela discussão forte de é necessário fazer uma significativa reforma da previdência e essa discussão acabou gerando uma antecipação na previdência, a idade média para homem chegou abaixo de 50 anos e a idade média para mulher 48 anos. Depois com a introdução do fator previdenciário essa idade média se estabilizou, elevou ao em torno de 54 anos para homem e 51 anos para mulher. Mas novamente, como nós estamos passando e iremos passar por uma transição demográfica significativa nos próximos anos é necessário que a questão previdenciária e do envelhecimento populacional seja tratada de forma antecipada no Brasil. É uma questão que deve ser discutida pela sociedade.

Eu mostrei que as grandes e principais despesas do governo são: transferência de renda, dentro da transferência a questão previdenciária é relevante. E a despesa de pessoal que eu falei que está tranquila, ela está equilibrada, mas ela tem uma distorção que é bastante relevante. Atualmente com dados do Ministério do Planejamento, quase metade, dos servidores não estão ativos. Por isso nós entendemos que é muito importante discutir uma regulamentação da aposentadoria para os servidores públicos, não para essa geração, mas pensando mais a frente. Por isso, essa discussão do fundo de previdência. Mas olhando para as futuras gerações e futuros funcionários. Nada que traduza quebra de contratos ou direitos adquiridos. Mas olhando para frente é importante ter debates como esse na economia brasileira.

Outro debate importante e também focando na sustentabilidade fiscal e financiamento das políticas públicas é o debate sobre a rigidez orçamentária. Aqui um dado do Planejamento na apresentação sobre o orçamento de 2012 nós notamos que quase 90% da despesa pública está rígida. A despesa chamada obrigatória. O governo só tem discricionariedade por algo em torno de 10% isso em termos de sustentabilidade fiscal. Nos grandes números a gente

acha que não gera problemas, mas em termos de eficiência e qualidade do gasto, isso deve ser discutido e aprofundado.

Saindo dessa parte de despesa e olhando rapidamente a parte de receita. O que notamos é que a carga tributária cresceu de maneira significativa a partir de 2003. Chegou ao pico de 34% do PIB em 2008. Em 2009 por causa das medidas da crise e desoneração essa carga tributária bruta recuou. Em 2010 que foi o último dado disponível pela Receita Federal, ela voltou a subir, mas ainda está abaixo de 2007/8. Então, ela é uma carga tributária alta comparada com outros países, mas dois fatos precisam ser reforçados. O primeiro é que em termos líquidos esse valor cai de maneira significativa. Como eu falei naquela tabela, o governo arrecada muito, mas ele transfere muito à população, seja com despesa de pessoal, seja com transferência de renda. A carga tributária líquida que é sentida pela população não é tão grande quanto numa comparação internacional e tanto quanto os críticos falam. A carga tributária bruta cresceu, mas cresceu também a despesa de transferência de renda do governo para a população, de tal sorte que a carga tributária líquida não é tão pesada quanto dizem os críticos.

Além disso, é relevante mostrar porque ela cresceu, não houve nenhum ajuste de alíquota tributária nos últimos anos. O que houve foi medidas de desoneração, medidas de simplificação e uma forte formalização da economia brasileira com crescimento dos lucros. Houve aumento do crédito e isso provocou aumento do IOF. Houve aumento do comércio internacional e isso acabou provocando um crescimento da arrecadação via imposto de importação. Então a alta da carga tributária foi mais saudável. Ela foi derivada de maior dinamismo da economia brasileira. Isso cria possibilidades a nós, com esse aumento da carga tributária, a debater e essa tendência deve persistir, o que deve ser feito pela sociedade brasileira com o aumento da carga. Aumento da arrecadação que é esperada dada a maior formalização da economia e dado ao aumento dos lucros. Aumentar gastos ou reduzir tributos? A visão deste governo é que é muito importante reduzir a carga tributária. Nós entendemos que a despesa está controlada, não é necessário aumentar despesas e sim fazer alguns ajustes e equilibrá-los. E há

espaço significativo para fazermos algumas desonerações. Nós fizemos agora algumas desonerações setoriais para aumentar a competitividade e devemos seguir nessa agenda.

Só para encerrar a minha apresentação, eu gostaria de ressaltar novamente a mensagem principal. A solidez das contas públicas é o diferencial da economia brasileira. Nós passamos daquela discussão mais forte que existia no passado sobre solvência e sobre solidez. Nossas contas são sustentáveis, a nossa dívida cai. Mas nós não podemos desistir disso, temos que continuar mantendo esse compromisso com metas e com redução da dívida pública. E, além disso, avançar em outros passos relevantes para o debate de políticas fiscais. Um passo é questão do prazo da dívida, a composição da dívida. É muito importante manter esse debate.

Além do resultado primário é importante trazer novas discussões sobre outros resultados da política fiscal, resultados correntes, separando investimentos, separando a poupança do setor público. Resultado estrutural. Uma questão relevante para o Brasil nos próximos anos será a questão do aumento da renda derivada das atividades com petróleo, como melhor usar esses recursos? Se poupar e gastar só os rendimentos. Evitar problemas com doença holandesa e coisas desse tipo, a maldição dos recursos naturais.

E é essencial reduzir a rigidez do gasto público. Focar na qualidade do gasto público. Analisar, como eu falei, aumentou a despesa com transferência de renda. No nosso entendimento esse aumento de 2% verificado em 2002/2008 foi essencial para reduzir a pobreza. Foi essencial para fortalecer o mercado doméstico de consumo e nos dá mais força para encarar a crise internacional. Hoje nós somos menos dependentes do mercado internacional.

Entretanto, essa trajetória de aumento do gasto, nós entendemos não deve persistir só em termos de quantidade nos próximos anos. O governo agora está muito focado em termos de eficiência do gasto, lançou o Brasil sem miséria, que é verificar o gasto que foi feito se ele conseguiu realmente focar naqueles setores, reduzir pobreza, melhorar as condições de vida da população. Essa é uma

agenda relevante para os próximos anos e vem sendo essencial. Outra agenda essencial é simplificar e racionalizar o regime tributário.

Muito obrigado e estou à disposição para as perguntas.

**Senhor Jorge Abrahão de Castro:** Bom dia a todos e todas. Depois do que o Julio acabou de colocar [*falha no áudio*]. Muito obrigado pelo convite. É a primeira vez que eu falo para o pessoal da carreira. Eu fiz questão de estar aqui hoje, porque acho importante, eu estava lá no começo da formação da carreira, eu devo ser dos velhinhos da carreira e tem muito tempo que eu estou fora. Tem quase 20 anos que estou no IPEA, desde que eu voltei do doutorado. Mas estamos juntos mais ou menos na mesma batalha.

O que eu vou falar é um pouco – o Pedro conversou comigo, que eu ia falar sobre financiamento das políticas públicas. Eu disse que poderia fazer é discutir coisas do financiamento voltadas para a questão social. Que é o que eu tenho trabalhado mais intensamente. Então o que eu vou mostrar para vocês é uma ideia, primeiro o que é política social no Brasil. Acho que tem uma grande confusão, cada um tem uma ideia e eu vou falar da ideia de política social que o IPEA tem hoje. Em segundo eu vou dizer o que é essa estrutura, como ela funciona e quais os benefícios que ela gera.

Depois eu vou colocar um pouco dos resultados sociais e terminando discutindo a questão do gasto e financiamento e falando sobre a importância desse gasto e financiamento para o crescimento e distribuição de renda no país.

Eu vou qualificar um pouco o que o Julio disse em grandes palavras, mostrando com alguns indicadores que nós simulamos no IPEA, a importância que essas despesas públicas têm para o crescimento econômico e para a distribuição de renda. E, por último, vou falar um pouco dizendo que a perna ruim dessa coisa toda é a estrutura tributária que é muito regressiva. Nós damos de um lado, mas tiramos do outro.

Quando a gente fala de políticas sociais no IPEA – esse é um texto que eu acabei de realizar e depois posso torná-lo disponível para vocês. O que a gente entende de políticas sociais é esse conjunto de

desenhos. A política social está dividida entre dois pontos, a proteção social e promoção social. Entendendo que a proteção social funciona como mecanismo muito mais para resolver os problemas de hoje. E a promoção social é muito mais um mecanismo para que você gere possibilidades futuras de resolução dos problemas de hoje.

Para que as questões intergeracionais você possa resolver com educação, trabalho e outras coisas mais. E, por último, as políticas transversais que é uma coisa dos anos 2000 e que têm grande importância, por exemplo, a questão de gênero, ela vem para dentro das políticas sociais brasileiras e vem para dentro das políticas públicas como uma questão relevante. Porque a mulher vem para o mercado de trabalho. É forte atora social hoje. E tende a ser profundamente para frente mais importante ainda, tanto para o mercado de trabalho quanto para as políticas públicas. A questão da igualdade racial, criança e adolescente, juventude que é um problema seríssimo, temos que tratar dentro da política social. E a questão do envelhecimento que está no quesito, idosos e que o Julio citou mais ou menos só na questão previdenciárias, mas a questão do envelhecimento é muito mais importante para a saúde e para assistência social do que propriamente dita para a previdência. Vai impactar profundamente em toda uma estratégia de proteção social, principalmente para a saúde. Porque os requisitos necessários para você tocar um país que tenha população envelhecendo, na saúde e na assistência social são muito maiores e mais poderosos e, aí eu diria que isso aponta a necessidade de mais gastos no futuro.

Nesse ponto aquilo que seria a preocupação do Julio, o equilíbrio orçamentário e tudo mais. O tipo da matriz brasileira leva a problemas de ter que rediscutir gastos e, talvez até ampliar impostos. Então a gente tem aí alguma dificuldade para ao pensar o futuro como vamos tratar algumas questões. Se vamos ter quadro epidemiológico diferente, envelhecimento e uma série de fatores. e por outro lado, vamos ter menos crianças, o que vai levar a necessidades menores no campo educacional.

No IPEA a gente defende que a primeira questão importante e é uma defesa que a gente faz, existe no Brasil uma política social

estruturada. Nós até certo ponto emulamos aquilo que os países centrais fizeram e fizeram bem feito. Ou seja, os países da Europa que são os verdadeiros iniciantes dessa ideia de proteção social, mediante *Affair States* construído principalmente nos estados do norte da Europa, só que nós copiamos grande parte disso de forma bem virtuosa. Então nós dizemos que o Brasil conseguiu montar uma estrutura de proteção social de políticas sociais. Essa estrutura avançou fortemente a partir da Constituição de 88. Estruturou-se em forma sistêmica. Não é trivial, quando você fala isso para um estrangeiro, você percebe o susto que eles levam, que um país como o nosso, da dimensão do nosso montou sistema de saúde, sistema previdenciário, sistema de assistência, sistema de educação. Nós podemos dizer que todos esses sistemas têm problemas, mas como todo sistema do mundo tem problemas. Talvez os nossos sejam maiores em alguns cantos e outros, precisa de ajustes maiores em alguns cantos, mas devemos dizer que houve uma genialidade brasileira do aparato público em criar isso e dar certa homogeneidade a isso. Não podemos tirar esse mérito nosso.

Não avançamos na área de cultura. Não avançamos em montar um sistema público de emprego decente. São fatores que talvez o Brasil precise avançar em termos de gestão de política pública para ir à frente. Infelizmente a parte de infraestrutura social foi abandonada no país desde que nós deixamos o Banco Nacional de Habitação - BNH lá para traz. Só agora voltamos de novo a pensar em infraestrutura social, habitação, saneamento, etc. A criar uma estrutura de financiamento, colocar isso para dentro da estrutura de política pública. E infelizmente as cidades viraram esse caos que está aí, em parte porque o mercado não organiza o social. Claramente uma área deixada ao mercado e o mercado não organizou nada. Teve todas as oportunidades, mas se o Estado não volta e não reestrutura isso, não vai acontecer e nada e nós vamos ficar num caos maior do que já estávamos neste momento.

Aqui do lado tem um aparato disponível e a gente tende a juntar tudo isso, para criar um quadro impressionista. O quadro é a tentativa de montar um quadro impressionista do que significa que temos. Não é pouca coisa. É muita coisa estruturada no país como um todo.

Além disso, feita essa estruturação, o que esse aparato faz? É importante mostrar que esse aparato social criado, por exemplo, na área previdenciária nós temos 30 milhões de pessoas – é quase que uma Argentina, mensal, indo aos guichês da previdência requerer algum tipo de benefício e em geral conseguindo esses benefícios com fluidez e sem grandes perturbações. Ou seja, os nossos idosos em grande parte conseguem hoje ter acesso a uma estrutura de proteção social bastante ágil no quesito previdência. Temos na área de saúde, de assistência dois elementos fundamentais, um é Bolsa Família e o outro é o Benefício de Prestação Continuada – BPC atingindo expressivo índice. Tipo: Bolsa Família - são 12,5 milhões de famílias atingidas no Brasil. Pode se dizer que isso não é trivial. Conseguir você conceber quem são os pobres e ter isto cadastrado e fazer com que os recursos cheguem automaticamente a essas pessoas todo mês, foi um exercício de gestão de governança muito complicado. Demorou-se cerca de um período razoável. Mas nós vemos isso como uma grande – de novo – é a área pública brasileira fazendo uma articulação interessante e importante principalmente, não é só porque o dinheiro chegou lá. Chegou porque nós estruturamos polícias para isso. É importante reconhecer as transferências como elemento central, mas as transferências só são eficientes, porque nós fazemos transferência de forma eficiente no país. O custo operacional da transferência é muito baixo, os desvios são muito pequenos, vis-à-vis as experiências internacionais. Mérito da política pública brasileira que soube descobrir os seus pobres, ela soube transferir recursos a seus pobres e sabe avaliar quem são esses pobres. Infelizmente nós não fizemos isso para os nossos ricos. Nós não sabemos quem são os nossos ricos, mas sabemos que transferimos uma bolada muito grande para eles. Nem nas contas que foram apresentadas aqui aparecem nos nossos ricos que é o abaixo da linha que não está claro quanto é que eles estão levando. Então eu acho que acima da linha que são as transferências, nós sabemos direitinho quantos eles são, quem eles são, enchemos eles de questionários, para poder gestar uma política pública. Temos o seguro desemprego e o resto das políticas que estão ali.

Produzimos no país uma estrutura de educação que chega a ser de 50 milhões de pessoas que vão ao sistema educacional público brasileiro. Temos um parque educacional público de ensino superior invejável, que pode ser acionado para fazer a inovação e tudo mais, coisa que o setor privado brasileiro não faz. Sem esse parque estruturado dificilmente nós poderíamos dar um salto de qualidade no país hoje. Isso está dentro da estruturação que foi montada dentro da área de educação. Então o conjunto como um todo é mais ou menos entre o que montamos e os benefícios são esses.

Resultados. Quando a gente olha, esse é um quadro síntese, é o seguinte: Montamos tudo isso, nós fazemos esse tanto de benefícios e o que aconteceu com os indicadores nos últimos 20 anos. O único indicador que está muito ruim no Brasil é a taxa de homicídio entre jovens, que está subindo e isso é um problema muito sério. Por isso a juventude é um problema concreto. Os demais indicadores mostram melhorias bastante expressivas em quase todas as áreas. Na pobreza, na desigualdade, na educação, na taxa de acesso à educação. No que não obtivemos sucesso foi no combate ao analfabetismo, essa praga que está até hoje aí. E fazer a mortalidade infantil cair mais velozmente e o Brasil ter uma taxa de melhor. O Brasil tem uma taxa de 22/1000 enquanto países desenvolvidos estão na faixa de 7 ou 5/1000. E em países mais desenvolvidos estão na faixa de 5 a 3/1000. Mas a nossa taxa caiu fortemente.

O que aconteceu com esse indicador síntese é a queda da taxa da pobreza. Ao fazer tudo isso, transferir renda de forma bastante adequada, o salário mínimo foi peça essencial desse movimento. O salário mínimo é um indexador importante para o mercado de trabalho. O salário mínimo hoje é mais importante para a proteção social do que propriamente dito de forma direta para o mercado de trabalho. Mais ou menos essa estrutura de salário mínimo deve atingir cerca de quase 40 milhões de pessoas recebe um salário mínimo mensal. Toda vez que a gente mexe com o salário mínimo a gente atinge o bolso de quase 40 milhões de pessoas de forma direta. Vocês imaginem que em fevereiro quando o salário mínimo tiver o aumento expressivo que vai ter, nós vamos ter sim, um momento muito grande de um solço de demanda bastante

interessante na economia brasileira. Principalmente em pequenos municípios. Vai ser uma coisa interessante de observar qual é o impacto desse movimento que vai ser de um mês para o outro e isso vai ter impacto de receita, impactos gerais.

O sistema de proteção ele move e faz a queda da pobreza, qualquer indicador que você observa a partir de 2003 isso está junto com melhoria de salário mínimo, com melhoria dos benefícios sociais, Bolsa Família, principalmente. E está junto com o crescimento. O crescimento é essencial para isso tudo que estamos falando aqui. O Brasil não pode abdicar de crescer a uma taxa mínima estabelecida de 4 ou 5% são números que precisamos correr atrás, para que esse movimento permaneça, porque é muito importante para o país e para o desenvolvimento brasileiro.

Cai também a desigualdade. Nós crescemos fazendo dois movimentos que a gente viu muito pouco no país até então. Esse crescimento foi um crescimento que incluiu, caiu a pobreza e ao mesmo tempo caiu a desigualdade. E tem uma queda muito interessante que é o movimento que o Estado está por traz dele. Esse crescimento que vimos, em função em parte das políticas públicas e ajuste do salário mínimo que foi muito importante.

A queda da desigualdade também vem permanente. O Brasil ainda é o país com a maior desigualdade do mundo, infelizmente. Mas vem mostrando um movimento de queda da desigualdade. Alguns países, eu estive na Costa Rica agora e a desigualdade deles está aumentando, em função da crise e de como saíram da crise. Algumas saídas da crise foram muito ruins. Eu acho que o Brasil soube sair bem da crise em função de saber usar esses mecanismos de políticas públicas disponíveis e principalmente políticas sociais. E não se manteve numa posição ortodoxa de política econômica, por exemplo, restringindo despesas, etc. Que teria sido terrível. Quem fez isso foi para o brejo.

Eu falo toda essa coisa do gasto social, da beleza dele para dizer que aumentou o gasto também. Ou seja, nada disso foi de graça. Todo esse movimento de estruturar uma política social no país, de ter essa

dimensão e importância que às vezes a gente não percebe, em parte porque a classe média não frequenta os aparatos de política pública. Ou se restringe a um conjunto de bens privados ou porque acha que a qualidade dos bens públicos não está adequada e nisso concordamos. Mas para os mais pobres esse conjunto foi um grande ganho. Houve um crescimento do gasto social bastante relevante, principalmente depois da Constituição de 88 e depois de 95 para cá. Hoje a gente avalia que em 2009 esse gasto esteja em 23% do PIB. Então, nós estamos falando mais ou menos o seguinte: A economia brasileira gira quase  $\frac{1}{4}$  dela em torno da política pública social brasileira. Não é trivial então. Manipular isso dentro, ou seja, qualquer economista sério para pensar Brasil tem que pensar esse conjunto de forma homogênea. Senão não vai entender nada. Porque esse conjunto move um pedaço forte da economia brasileira. Esse  $\frac{1}{4}$  dessa economia passa por decisões do governo federal, estados e municípios.

O que cresce nisso? Principalmente as transferências. Cresce fortemente a previdência social, entendo as duas coisas juntas, o setor público e o setor privado. De 80 para 2005 a previdência quase dobra de valor. É normal isso. Qualquer lugar do mundo isso não tem pecado nenhum. Um país que envelhece, um país que tem trabalhadores que contribuíram. A Constituição de 88 foi sábia, ela destinou um pedaço da previdência social a um conjunto de trabalhadores que ficaram desprotegidos no campo, a previdência rural brasileira cumpre o papel de substituir uma desproteção a esse conjunto da população. Que vai ser a maior política de combate à pobreza do governo. Muito mais que o Bolsa Família. São mais ou menos 20 milhões de pessoas que saem da pobreza em função da previdência rural que é a causadora do tal deficit da previdência. Que na realidade eu não concordo com a ideia de deficit, porque na realidade a previdência está dentro de um sistema que se chama Seguridade Social. Que tem fontes diversas de financiamento para além da contribuição, obrigatórias para esse fim. Dependendo como eu leio, eu vou ter um ou outro resultado. Se eu ler pelo lado apenas contábil do que eu arrecado e do que eu pago na previdência, eu tenho esse chamado deficit. Se eu ler que esse conjunto está dentro do orçamento da seguridade que foi criado, eu não tenho deficit

nenhum, porque a seguridade por sinal, permanentemente ela vai ser equilibrada. Porque faltou recurso o tesouro é obrigado a se mover para cobrir mediante as fontes de impostos, etc.

Então dependendo do conceito que eu adoto, eu vou ter este ou aquele resultado. E vamos entender muito bem. A previdência rural foi fundamental para um conjunto da população brasileira muito pobre.

Porque a previdência social urbana é equilibrada ou superavitária. Vamos esclarecer os termos, porque se a gente põe tudo junto é complicado.

Tivemos uma ampliação dos valores para educação, está em 4,1% ali, mas já chega a quase 5% hoje. Temos um problema, como o Julio colocou, custeio, saúde, educação é importante distinguir que a melhoria de fato aconteceu na educação e não na saúde. A ampliação dos custeios no campo da educação e dos gastos em educação foram bem expressivos, principalmente, nos últimos 3 anos. Infelizmente, habitação e saneamento caem em termos de recursos. Para vocês verem ao que leva a falta de uma política. E que mostra o avanço que era esperado de proteção social. Isso em qualquer país, se olhar como se constrói os estados de proteção social, é por aí que ocorre.

E ter gastos mais fortes em previdência é normal em qualquer sistema de proteção. Amplia-se a responsabilidade municipal pelo financiamento e pelos gastos na área social. Isso é outro fator relevante, hoje deve ter até ampliado mais com o FUNDEB, nós estamos em 2005 ali, mas estamos fechando os dados de 2009. Essa história estadual realmente é um problema, esse ente federado ficou espremido no meio desses dois setores, com problemas para as políticas públicas, o olhar de cada um, a questão de representatividade, o que faz e o que não faz. Temos aí um problema sério para ser pensado em políticas publicas em cada uma das áreas.

Mais ou menos as responsabilidades por cada área estão aí. Nós temos a previdência social quase toda sendo gerida de forma

centralizada. Benefício ao servidor o federal é metade do benefício geral, a outra parte é estadual. Educação é menos federal e mais de estados e municípios. Habitação é tocada muito no município, mas o financiamento é centralizado. O emprego é em grande parte dos recursos que temos aí é federal por conta do seguro desemprego. Os estados aplicam muito pouco recurso na questão do emprego e da geração de renda. A assistência social também é muito federalizada. E o desenvolvimento agrário, quase todo ele, o Brasil ainda tem cerca de 18% da população no campo, o que dá mais de 35 milhões de pessoas. E ações movidas para esse campo nos estados e municípios são muito pequenas.

Na realidade, pensando em financiamento de políticas públicas, nós temos problemas federativos bastante complicados tanto para financiamento como para estruturação de gastos na questão federativa.

Numa ideia de financiamento, a gente entende que o financiamento brasileiro é em parte – o Julio colocou uma questão importante sobre a rigidez orçamentária – porque grande parte da estrutura de financiamento foi nascendo dentro de cada necessidade de política. Então se tem rigidez sim, na educação com as vinculações da educação. Tem também rigidez sim, na previdência. Grande parte das fontes foram criadas. Mas com as contribuições de empregados e empregadores, tem que ser rígida mesmo. É pautado com a previdência. Se formos ver o que é essa rigidez, mas não temos rigidez na saúde. E por isso, a saúde está padecendo o diabo hoje, para poder se financiar. A questão é um pouco discutir a coisa de educação e rigidez, social e rigidez caminhou junto com prioridades deixadas ao relento e às decisões de políticas macro. O social vai ser ou não ser prioridade? Isso sempre esteve no âmbito das preocupações de quem montou na estrutura orçamentária que é sim, uma estrutura de economia política. Dado essa pergunta original, deixado ao relento, o que acontece com a política? É normal que os atores sociais envolvidos na área busquem a rigidez para se proteger. Assim acontece com os juros que estão protegidos pela lei de responsabilidade fiscal. Se tem uma coisa rígida é o juro, tanto que nem aparece na conta da Receita. Nem aparece aqui nas contas. É

quase uma cláusula pétrea que ele tem que ser pago como querem os agentes em torno dele. Se vamos discutir rigidez, vamos discutir toda a rigidez, no sentido de esclarecer, porque logicamente as rigidezes, elas surgiram por questões políticas.

Aí está mais ou menos a estrutura do financiamento, das fontes de financiamento, vocês vão ver que grande parte do financiamento da política social é sim, transferências da seguridade. Quase tudo isso foi criado por conta da seguridade social. As fontes de financiamento foram criadas por motivos mais variados. O salário educação foi criado lá atrás. E as mudanças dentro dos aparatos tributários é uma coisa muito complicada. Vocês vão ver que a seguridade o item contribuições sociais, ele é central para financiar as políticas sociais.

E aí a gente monta um circuito econômico da política social. Esse circuito a gente diferencia entre o financiamento o orçamento e o gasto. Você pode começar por qualquer lado, porque a ideia é resumir alguma coisa, por exemplo, aqui estão as contribuições do financiamento, então parte das contribuições da área social a DRU dá uma garfadinha ali. E ela continua dando, ela está em suspenso, mas ela dá uma garfada. O orçamento do social vem de uma parte de tributos e não tributados. Isso se transforma em gasto. Este gasto, a gente tem no simulador que cada gasto da área social vai gerar uma ampliação ou quase dobrar as rendas das famílias. E vai gerar um efeito renda da economia bastante interessante. E dado que o sistema tributário brasileiro é muito regressivo, o gasto social, mais ou menos 56% dele que dá nisso a partida, ele volta aos cofres do Estado. Para deixar claro o seguinte: o gasto social não morre no momento que ele acontece. Ele move a economia nacional. E ao mover a economia nacional, por exemplo, se eu pago o salário do professor ele vai fazer o movimento de compras e isso vai mover uma economia. Se eu pago a previdência de um idoso, ele vai mover a economia pelo lado da demanda. E grande parte disso vai ser muito importante para mover as economias regionais, pequenas, gerando grandes possibilidades, principalmente para comércios locais, indústrias locais. E o sistema tributário captura parte desse movimento de ampliação do gasto. E como o sistema é muito

regressivo o ideal é que ele capturasse menos desse valor, para isso sim, significar uma ampliação maior e uma sensação de melhor bem estar por parte das pessoas.

Por exemplo, se eu dividir a população em renda, o primeiro decil são os 10% mais pobres, ele paga 33% da sua renda em imposto. Enquanto o cara que está no último decil paga apenas 22%. Ou seja, nós pagamos 22% e o cara do Bolsa Família paga 33%. Está certo que em termos absolutos a gente paga mais, mas em termos relativos o cara paga muito mais. Esse é o aspecto regressivo da estrutura tributária que permite que caia – veja bem, como o gasto foi grande na área social houve um movimento de queda da desigualdade, mas como a estrutura tributária é muito regressiva, nós poderíamos acelerar grande parte da questão distributiva se a gente acelera e monta uma estrutura tributária menos regressiva.

Continuamos no circuito econômico e vemos que se eu pegar hoje a estrutura social e injetar 1% de gasto social, eu gero o movimento de aceleração de crescimento. Ou seja, eu não jogo dinheiro fora. O multiplicador da economia é 1,4% o do gasto social é 1,7%. Um pouco abaixo no sentido geral, mas tem uma importância muito grande para as rendas das famílias. E um pedaço disso volta para o sistema de novo, via tributos.

Aqui para se ter uma ideia é a distributiva do gasto. Nós pegamos aqui o Bolsa Família, o BPC, auxílios, seguro desemprego. E grande parte desses programas atinge as pessoas mais pobres. Por isso, que de fato cai a pobreza e vai cair a desigualdade. Na hora que eu amplio o salário mínimo, os benefícios e as transferências, eu de fato combato a pobreza e faço cair a desigualdade. Tem essa funcionalidade. O que o Julio falou está correto. A política do salário mínimo tem limites, ela tem que ser sempre realizada com datas para serem avaliadas. O governo está correto, ninguém pode fazer que o salário mínimo ad eternum, jogando a produtividade para dentro, porque se pode ter problemas. E nenhuma política de salário mínimo é realizada sem data para ser reavaliada permanentemente. Mas até então, a política do salário mínimo tem sido funcional, principalmente porque em grande parte ela vai

atingir pessoas que estão fora do mercado de trabalho. Que é o pessoal da previdência, etc.

E a política que atinge aqueles que estão teoricamente no mercado de trabalho é a transferência de renda via Bolsa Família, que o valor do benefício é pequeno e não compete com o mercado de trabalho. Cento e poucos reais no conjunto de uma família não vai competir com o mercado de trabalho. Se alguém falar isso é um absurdo. Se eu chegar para um cara – você quer salário mínimo ou quer Bolsa Família? Ele vai ficar com o salário mínimo. Porque o valor da transferência é muito pequeno, se ele fosse maior talvez pudesse causar algum problema de desajuste no mercado de trabalho. A não ser naquele trabalho muito vagabundo que paga 50 reais por mês.

A gente fez o efeito de distribuição da renda simulando vários gastos e o que verificamos foi que os gastos sociais são todos muito favoráveis a combater a desigualdade, principalmente o benefício de prestação continuada, o Bolsa Família, o gasto em saúde, os gastos no regime geral da previdência e os gastos na educação. Os gastos que não são bons para a desigualdade: os juros, que é muito ruim, porque amplia a desigualdade. Parte da exportação de commodities, porque a estrutura do agronegócio distribui pouco e gera pouco emprego. O investimento na construção civil também não é tão positivo e a gente poderia dizer também que o regime da previdência social do servidor público não é tão positivo. Ele não é positivo para a desigualdade, uma vez que os salários medios do funcionalismo em geral, estão muito acima do salário medio da economia. O funcionalismo está lá sétimo quintil para cima da renda, qualquer coisa que venha favorecer esse conjunto é ruim para a desigualdade.

Se fossemos pensar em como realizar gasto público fosse favorável a crescimento e distribuição, a gente diria o seguinte: as políticas sociais são boas. A educação é fantástica para crescimento e distribuição. Assim como a saúde. São dois elementos até mais importantes do que a previdência. O multiplicador de renda da saúde e educação é muito importante para crescimento. Diríamos que exportação e a construção civil, elas são neutras para

desigualdade. E gastar muito em juros, é ruim para qualquer coisa. É um gasto que tem muito vazamento, significa pouco processo de reverberação na economia brasileira. Eu diria que essa é a pior situação possível, se eu fosse pensar em um padrão de crescimento, de desenvolvimento, teria como mote o crescimento com queda da desigualdade.

A gente simulou a carga tributária e observamos esse movimento. Se a gente pode pensar em qualidade do gasto macro, em geral as pessoas pensam em qualidade do gasto e ficam olhando um programinha. Por que é tão ruim pensar na qualidade do gasto pensando em macro situações? Qualidade do gasto olhando os vetores que fazem para o movimento geral da economia brasileira e para aquilo que a gente quer. Um gasto com qualidade é aquele que gera crescimento para mim e gera aquilo que é mais complicado para o Brasil, distribui renda reduz a pobreza. Essa é a ideia de pensar qualidade do gasto e não aquela que fica apenas na micro simulação do programinha, também. Mas essa outra também é importante para a gente gerar uma qualidade do gasto de forma macro. O mais importante é a gente pensar a qualidade não só do gasto, seria da própria forma de financiamento do país. O Brasil quando visto vis-à-vis a outros países cobramos o que tem que cobrar lá, indireta ou direto. Só que em termos percentuais a nossa carga de indireto é muito grande e todo mundo sabe que a carga tributária indireta é regressiva. Quando a gente balanceia o direto com o indireto nós temos um resultado final onde a carga tributária brasileira é regressiva. Mais pelo lado muito regressivo da carga indireta. Nós pegamos dois movimentos, 2000 e 2008 e podemos dizer que nesse período houve melhorias, a carga tributária direta melhorou o seu padrão, tanto é que caiu um pouco a regressividade, mas ainda temos continuamos tendo um aparato regressivo de financiamento da política social e do Estado brasileiro.

E isso até certo ponto dificulta você efetivar um movimento de maior queda efetiva da desigualdade. Um dos movimentos importantes para a desigualdade cair no Brasil é o que nós vamos fazer com a questão tributária brasileira. E a gente sabe das dificuldades de qualquer país em mexer na área tributária. Mas de

alguma maneira a gente conseguiu diminuir o GEP, mas ainda continuamos com uma carga agressiva.

Aí uma ideia para vocês verem o que é um imposto muito regressivo. Grande parte da regressividade do imposto brasileiro se deve ao ICMS. Então os pobres muito pobres, pagam muito porque pagam indiretamente e principalmente o ICMS. Mas o IPTU também, quando eles pagam, eles pagam quase igual os muito ricos pagam. Pagam Confins, IPI, etc. Mas o principal fator de desigualdade é o ICMS.

Para tudo isso que eu acabei de falar, nós temos trabalhos que foram realizados e que estão no site do IPEA, quem tiver interessado a gente pode disponibilizar.

Eu só queria fechar a minha fala dizendo o seguinte: Eu acho que hoje a proteção social brasileira, essa política social, ela não é mais só da cidadania. Ela é da cidadania econômica. Ela tem que ser encarada dessa forma, no sentido em que ela é um elemento muito importante para o crescimento e distribuição no Brasil. E tendo a concordar que temos a disjuntiva complicada, por exemplo, a saúde hoje precisa de mais recursos. A educação está dizendo que precisa de 10% do PIB. Tudo isso são debates que vão acontecer na sociedade. A educação brasileira como um pilar de crescimento e inovação precisa ser melhor. Como nós vamos financiar essa ampliação, eu não sei. A sociedade está colocando esses dilemas para o conjunto que para mim reveste de maior importância na discussão do desenvolvimento brasileiro. Pensar o desenvolvimento brasileiro hoje significa que nós não podemos fragilizar isto que é um mérito nosso, porque gerou queda da desigualdade, queda da pobreza como nós nunca vimos até então. e gerou crescimento econômico, principalmente fortalecendo o que a gente sempre teve, mas muito mais forte, que é o mercado interno mais poderoso. E gerando possibilidades de utilizar esse mercado interno de forma a podermos enfrentar os desafios do futuro, sem olhar pelo retrovisor, o passado. Olhando para frente os desafios do futuro que não serão triviais para a economia brasileira, dado a novo padrão internacional que vem por aí. E, principalmente, uma nova

estruturação da população brasileira que também se aponta e que todos nós devemos colocar em nosso raio de preocupação.

Era isso. Obrigado.

**Senhor Pedro Luis Delgado Noblat:** Eu não sei se vocês gostaram. Eu gostei muito. Muito interessante as duas abordagens, uma mais fiscal e outra que eu chamo mais programática. Mas sempre com esse link da questão da arrecadação vis-à-vis financiamento das políticas. Tem um conjunto de perguntas aqui e eu queria depois fazer algumas provocações para os painelistas. Inicialmente vale a pena passar para o Julio sintetizar as questões que foram colocadas para ele. E depois eu passo para o Jorge. E depois a gente faz um fechamento.

**Senhor Julio Alexandre Menezes da Silva:** Obrigado pelas perguntas.

A pergunta do doutor Homero. Sobre dois conceitos daquela tabela da questão do gasto, aquela tabela que abre as despesas, tem uma despesa lá que é a transferência de renda subiu 1,9% do PIB entre 2009 a 2011. E a despesa de custeio com educação e saúde subiu 0,25%. Eu não sei se entendi muito bem a pergunta. Se um acaba deturpando a evolução do outro. Não, são conceitos distintos. A gente não quis focar na despesa de custeio, quis mais separar a transferência de renda como outra forma de despesa de custeio. E o custeio com saúde e educação é mais material, mais uso. São conceitos distintos e não há nenhum problema. Não considero que valha a pena juntar esses dois conceitos para avaliar. E de certa forma o que houve, eu reforço o nosso ponto, o que aumentou foi a despesa de transferência de renda, por causa do salário mínimo e dos gastos sociais.

A pergunta do doutor Marcio Gimene sobre emissão de títulos indexados à SELIC. IPCA a gente entende que de fato tem que ser reduzida, mas tem que ser gradual. Não dá para eliminar de uma hora para outra os títulos indexados à SELIC e ao IPCA, nós temos que ter maior responsabilidade na gestão da dívida pública para não criar problemas nos sistemas financeiros e na economia.

A pergunta do doutor Eduardo sobre reforma tributária focada na regressividade. A nossa experiência do governo, o que a gente aprendeu nos últimos anos, não adianta falar numa grande reforma tributária porque senão não anda. Esse governo quer tratar de reformas por partes, reformas fatiadas. E o foco do governo é na questão da competitividade e da produção local. A regressividade é um ponto relevante, a gente vai tentar atuar na medida do possível, respeitando as metas e a responsabilidade fiscal. Mas, nosso foco é em termos de competitividade. Por isso, nós fizemos um projeto piloto de reduzir tributos para contratar trabalhadores em alguns setores e por isso, nós estamos discutindo a forma de reduzir tributos na parte de investimentos. Reduzir tributos na parte de exportações. Nós não vamos fazer uma grande reforma tributária. Vamos reduzir tributos localizados, inicialmente com foco na maior competitividade da economia brasileira. Essa é a nossa prioridade.

A pergunta da doutora Anela Otati falando dos impactos da crise nas contas nacionais. Em termos do crescimento do PIB de fato a gente pode crescer menos do que se esperava antes, por causa da crise que afeta a confiança, investimentos, afeta o consumo das famílias. Mas nós não somos tão dependentes, o nosso mercado é o principal driver do crescimento. Em termos de finanças públicas esse impacto do crescimento pode reduzir um pouco a arrecadação, mas entendemos que continuaremos crescendo mais do que o resto do mundo. Então, as importações são bastante tributadas. O mercado está dinâmico e continua gerando receita. A arrecadação nós entendemos que continuará crescendo, menos que nos anos anteriores, mas vai continuar forte. Em termos de despesa, ano que vem vai a gente já sabe que a despesa vai crescer de forma significativa, por causa da elevação do salário mínimo e isso afeta a despesa de transferência de renda, como eu mostrei em nosso orçamento. Para manter a meta fiscal de fazer um resultado primário na ordem de 3% do PIB a gente deve segurar outras despesas. E a principal despesa que iremos segurar é a de pessoal. Então o ano que vem é mais um ano de ajuste nas despesas de pessoal.

A outra pergunta é do doutor Jean Parello sobre a DRU, dado esse problema de desvinculação de recursos, elevada rigidez do

orçamento. A pergunta é se invés de fazer uma DRU a cada 4 anos, se a gente não apoiaria mudanças ao invés de desvincular, trabalhar com vinculações temporárias.

É tudo que a gente quer. A gente entende que o processo da nossa sociedade deveria evoluir para uma análise mais nessa linha. Ao invés de se criar algo vinculado, essa vinculação seja temporária. E aí se avaliar o resultado e com isso discutir claramente e abertamente com a sociedade se deve permanecer ou não.

Em termos de renúncia de receita, essa ideia já está presente desde as últimas LDOs. Os benefícios tributários agora valem só para um período de cinco anos e devem ser discutidos. É algo que nós temos que avançar muito na questão do gasto, na questão da vinculação, avaliar os resultados e aí sim, discutir se vale a pena o não manter certas vinculações. Essa pergunta é muito bem vinda doutor Jean Parello, a gente espera que a sociedade avance para isso.

A última pergunta que me foi oferecida é muito interessante. Doutor Evandro Macedo sobre a diferença de regulação do sistema financeiro nacional. Nosso sistema financeiro nacional com o fim da inflação em 94, nós tivemos uma crise no final dos anos 90, porque grande parte das receitas dos bancos era derivada do *Float* inflacionário. Alguns bancos quebraram e nós tivemos que fazer um programa de aquisições e fusões. Desde lá nós avançamos fortemente a supervisão bancário do Banco Central evoluiu bastante. Eu como sendo do BC vivi esse avanço nos últimos anos. E, além disso, a principal diferença a gente segue regras mais duras. Por exemplo, o limite de alavancagem, o índice de Basileia, quanto que seus ativos podem crescer com base em seu patrimônio, o ativo ponderado pelo risco, lá fora esse índice é de 11%. Nós somos mais rígidos. Mas cobramos mais capital dos bancos para eles emprestarem, para eles alavancarem. Além disso, tem diversos outros limites, limites para liquidez, limites para imobilização. E vários testes são feitos, vários requerimentos de capital são adotados. Nossos bancos são bastante limitados e supervisionados. Nós entendemos que deve se manter assim para evitar a formação de bolhas. Obrigado.

**Senhor Pedro Luis Delgado Noblat:** Antes de passar a palavra ao Jorge e queria também fazer uma provocação para ele. Uma pergunta. A gente tem no Brasil, como visto aqui, uma carga tributária que está na faixa dos 34% do PIB. Nós temos transferência de renda diretamente a pessoas, próximo a 20% do PIB, o que dá uma carga tributária de 14 a 15% do PIB. A gente tem uma rede de proteção social no Brasil complexa, diversificada. A gente tem universalização do serviço de saúde, temos uma previdência de um regime geral que tem uma parcela de cobertura significativa da população. Ao mesmo tempo a gente tem demandas significativas, sobretudo, no campo da saúde e da educação, que a gente considera gastos per capita da população brasileira nessas áreas em relação a outros países. A minha questão para o Jorge está relacionada a esse aspecto. O Brasil tem uma carga tributária hoje em comparação com países emergentes que não é baixa. Nós temos um grau de transferência de renda a pessoas que é significativo e importante, no passado recente que gerou um crescimento com inclusão social. O índice de higiene cresceu nos últimos 8 anos próximo a 4,5%. Isso é uma distribuição de renda significativa como foi comprovado aqui. E a transferência de renda às pessoas estava relacionada ao aumento real do salário mínimo que aconteceu nesse passado recente. A pergunta que eu faço para o Jorge e para o Julio também refletir sobre isso é que: considerando a nossa carga tributária que em termos de países emergentes é alta, mas ao mesmo tempo a gente tem demandas significativas, sobretudo, na área da saúde e educação. Qual seria a demanda de aumento de gasto, em termos percentuais de PIB, para que essas duas áreas demandantes fossem estruturalmente compensadas e fosse necessário para o desenvolvimento estrutural do país?

**Senhor Jorge Abrahão de Castro:** Vou começar pela sua pergunta e depois eu falo das outras três. Primeiro a área de saúde precisa de mais recurso, concretamente hoje para realizar aquilo que está dentro do que nós esperamos. Nós temos um sistema único de saúde que é exemplo para o mundo inteiro, pela sua abrangência e pela sua capilaridade. Tem muitos problemas para você realmente efetivar aquilo que está na Constituição que é a integralidade da atenção à saúde. Parcela daquilo que está escrito na Constituição nós

não estamos cumprindo. O mix brasileiro de gasto em saúde é próximo aos países desenvolvidos que é em torno de 6% do PIB. Na Europa, os principais países gastam em torno disso. A Inglaterra que é um bom lugar para se olhar, grande parte disso é realizada pelo poder público. Os Estados Unidos gastam cerca de 15% do PIB na área de saúde colocando o complexo como um todo. Mas grande parte disso é realizada pelas famílias. E acredito que terão um problema grave agora, uma vez que a estrutura das famílias e das empresas, ou seja, a área da saúde americana em termos de estabilidade para o futuro está com sérios problemas.

Considerando um nível de 6 a 6,5% do PIB o Brasil aplica hoje pela área pública – estados, municípios e governo federal - cerca de 3,5% do PIB. O resto vem ou de incentivo fiscal, - A gente fez ontem um trabalho mostrando que nós damos benefícios tributários muito fortes para as classes medias no campo fiscal. Não é trivial. Mas chega a mais de 0,5% do PIB. Se considerarmos que os números publicados pela Receita estão corretos é mais ou menos 1,2% do PIB é benefício voltado à área social ou que tenha alguma conexão com isso. Então temos aí alguma coisa a negociar com sociedade entre benefícios que são dados, como o Julio colocou, nós avançamos muito, porque esses benefícios eram quase eternos. Hoje eles são negociados permanentemente. Mas é 1% do PIB que é dado de benefício para as classes medias ou para as empresas que podem ser negociados dependendo do interesse que você vai ter.

O Brasil toda hora que trata dessa discussão tributária, se você imaginar uma forma complexa e ampla, você não vai fazer. Isso só em caso de momento político que não está dado para isso. Então, você vai trabalhar nas franjas das possibilidades. Uma delas para poder atender as demandas da saúde é rediscutir os benefícios tributários. Tem uma possibilidade. Outra é você de fato, melhorar o gasto público no sentido de ganhar mais eficiência. Os Estados Unidos em algumas áreas de previdência social, em termos administrativos são perfeitos. O custo de você manter uma estrutura previdenciária como a brasileira, se a gente entregasse essa mesma estrutura para o setor privado custaria mais 10% no mínimo. Sem colocar *Over right*. Toca isso aí via capitalização. É não sou eu que

estou falando isso. Um companheiro que trabalhava no IPEA, o Helmut que esteve 8 anos gerindo a previdência. Ele falou que comparando pelo mundo nós somos eficientes para tocar a previdência. Não podemos que somos eficientes para tocar a educação. O FUNDB deu uma flexibilidade, uma capacidade talvez na execução final do gasto ter problema. Então, eu acho que grande eficiência em algumas áreas vai ser na margem. Talvez se tenha que reponderar e pensar a qualidade do gasto visto mais macro. O que nós estamos gastando muito que talvez não deveríamos estar. E que prioridade nós vamos dar. Dentro da estrutura sem imaginar a ampliação de tributos é possível? Sim. O governo está fazendo o movimento de queda da taxa de juros que eu acho que vai acelerar mais ainda e dar margens dentro da mesma estrutura tributária, para poder suprir algumas dessas necessidades. Que eu acho que vão ter pressões políticas e sociais bastante fortes. Para vocês terem uma ideia os gastos em educação de 2005 para cá subiram quase 1% do PIB. Houve um esforço do estado sim em ampliar recursos para algumas áreas e de forma muito forte, educação é um exemplo. O dado do Julio dá um valor menor ali, mas grande parte do crescimento com pessoal que teve dentro do Estado foi na área de educação. Respondendo objetivamente, as demandas são pertinentes, as necessidades do povo brasileiro. Elas têm bons multiplicadores para a economia brasileira. A questão é: E há margens para suprir. Eu não acho que você leva no bojo do tipo – vamos chegar em 6% do PIB na saúde amanhã. E nem 10% do PIB em educação amanhã. Até porque isso é contraproducente. Você não joga no sistema 1% do PIB hoje e amanhã... você vai perder dinheiro. Não é assim que funciona. Você pode fazer contando com uma coisa que é expectativa nossa que é o crescimento econômico. Segundo, em geral a gente que a necessidade de crescimento da arrecadação é maior que 1%. Esse ano será estupidamente maior que 1% ou seja, nós não vamos ter problema fiscal esse ano. Os números da Receita que foram publicados ontem dão tranquilidade ao governo para fechar as contas e bancar a partida de janeiro. Porque vai ter uma arrecadação expressiva, até porque tem o tributo muito forte das exportações, etc. E estamos fazendo estruturas tributárias que permitem melhorar a arrecadação. Pelo lado do gasto real, a gente faz muita análise das prioridades macroeconômicas

usando o PIB, mas os gastos de fato acontecem em real. E na realidade se a gente ganha crescimento, a gente ganha espaço real concreto para crescer com os gastos nas áreas. Eu vejo como possibilidades e não como uma coisa negativa. Quando o Julio coloca, ele fala em termos de possibilidades de ganhos reais e é possível sim. Em alguns casos até de prioridade macroeconômica em função de renúncias que podemos rediscutir e em função de alterações na política monetária que pode dar alguma folga para a gente financiar não só essas coisas, mas outros vetores na área social.

O João Fortes me pergunta: O governo está preocupado com a distribuição de renda. E por que não investe na reforma fiscal visando cobrar mais de quem ganha mais e menos de quem ganha menos?

Essa pergunta deveria ser dirigida ao Julio, porque de fato eu acho que a gente levanta a questão. Os números mostram que a gente avança pouco na questão da regressividade. Mas nós melhoramos. Isso aqui é um trabalho com POF Orçamento Familiar. De 2002 para 2008 a regressividade melhorou. De alguma forma, você tem uma margem que o Ministério da Fazenda tem que ele pode atuar favorável a diminuir a regressividade. Mudar o mix do tipo, cobrar mais imposto sobre transmissão inter causa mortis, uma coisa tradicional que os países cobram e a gente cobra muito pouco. e outros impostos, isso é uma discussão que envolveria a sociedade como um todo e sabemos a dificuldade que é passar essas coisas.

Pergunta do Evandro Macedo: Depois de definido por alguns analistas de mercado que a permanente elevação do salário mínimo pode estimular o aumento da informalidade e um cenário macro restritivo em função do aumento da crise externa procede?

- O que nós verificamos foi que a crise de 2008 foi muito violenta. Eu estive agora na Costa Rica e justamente para discutir as duas teses do salário mínimo. Primeiro que ele gera informalidade. Segundo que ele gera desemprego. E a experiência brasileira nos últimos 10 anos não tem nada ver com isso. Se isso é uma teoria,

não é teoria geral. O salário mínimo no Brasil funcionou bem para o conjunto e não restringiu nem o crescimento da formalização, que se ampliou muito fortemente nesse período. E nem gerou desemprego. Tanto que o Brasil está caminhando que daqui a pouco, alguns analistas já estão falando em pleno emprego. Eu não acredito.

A outra tese é que o salário mínimo gera desemprego entre os jovens. Uma vez que ele vira um valor de referência muito alto, então ninguém emprega jovens. A gente fez os dados e não tem nada a ver com isso. Não gera desemprego entre jovens. E nem quebrou os municípios. Mas tudo isso tem a ver com o crescimento. E tem a ver também com essa capilaridade que foi promovida também pelo salário mínimo de fazer chegar a renda desses idosos, dos beneficiários do Bolsa Família a permitir uma ampliação do PIB desses pequenos municípios e permitiu alavancar a própria arrecadação local. Ou seja, uma coisa está funcionando até certo ponto, como o salário mínimo indexa esse conjunto é o que vai para o pequeno município, às vezes até mais forte do que a própria transferência dos fundos municipais. E isso gera uma economia local de diversas formas, então o crescimento do salário mínimo, mesmo esse que vai ter agora, não terá impacto negativo quando você pegar liquidamente. Desde o primeiro momento de partida que você tem que pagar ao funcionário, ao final que eu tenho que fechar a conta, porque aquilo vai gerar uma economia local que em parte vai ficar naquele município gerando possibilidades de respostas.

Agora, eu concordo que o salário mínimo não pode ter uma regra permanente. Ele tem que ter uma regra até um período, porque o que está acontecendo, outra teoria é que o salário mínimo vai se aproximando do salário médio da sociedade e ele passa a ser disfuncional. Você vai agregando produtividade ao salário mínimo. Mas o que está acontecendo no Brasil é algo diferente. Como está havendo um processo de formalização e tudo mais, o salário mínimo está crescendo na mesma velocidade que o salário médio, se essas curvas não estiverem se encontrando, não tem problema. Acho que pode ser que daqui a cinco anos isso venha acontecer. Aí, nós temos que rediscutir, porque fica disfuncional, a economia

como um todo. Eu defensor do salário mínimo, acho ele fantástico por causa do brasileiro, mas tem que ser discutido permanentemente.

O Eduardo pergunta: Para diminuir a desinformação e conseqüente reação contrária, não seria interessante separar no discurso e nas estatísticas que chega ao grande público, o que é despesa previdenciária e o que não é? Ou seja, um novo balanço final do que nós estamos considerando como sendo despesa.

- Eu acho que o Ministério tinha colocado essa questão de transferir em parte o pagamento das despesas da previdência rural e deixar a previdência urbana, para até certo ponto quebrar esse discurso. Porque o que paga a previdência rural e o que não paga é só uma questão de caixa. Não tem indexação. A previdência pode pagar como ela quer. No final ela paga direitinho. Mas as pessoas fazem uma indexação direta. Para quebrar isso eu posso falar – está todo mundo junto, posso transferir isso para o tesouro e o tesouro paga. E acabaria com essa discussão de deficit. E nem por isso, aconteceria nada diferente. Isso é possível e já foi discutido no âmbito do governo, há uns 4 anos e não sei por que não foi implementado. Eram essas as minhas perguntas. Tem outra aqui.

A última, brevemente. É do Janio Benjamim. Se o gasto social ativa a economia, renda familiar e retorno de imposto de 56%, a política de estado mínimo é recessiva em sua opinião? Quais os limites para a política de aumento de gastos sociais? Seria o caso de frear a inflação?

- Tem várias perguntas aqui. Eu vou tentar dizer o seguinte: para um país como o Brasil. A ideia de estado mínimo é um absurdo. Um país com a desigualdade brasileira e com o quadro estrutural privado brasileiro. Nós precisamos buscar um estado eficiente, competente que faça as coisas certas. Acho que nós temos que discutir permanentemente. Estado nós temos para que ele se torne efetivamente portador desse desígnio. De fato, nós temos que reconhecer que há uma carga tributária e grande parte do crescimento da carga se deve à política social. Agora, a gente vai

pelos países afora, dizer o seguinte: ter política social, significa ter carga tributária. Não tem jeito. Faz diferença? Faz. Um país que não tem carga tributária não tem política social. Vá ao Paraguai, outros países, não têm política social, mas também não tem carga tributária. Vai perguntar se a sociedade que mora lá, o que país eles querem? Em parte eles estão olhando para o Brasil e querendo morar no Brasil.

Então eu acho que alguns gastos sociais são importantes e têm que ser alavancados. A economia aguenta isso. Os países desenvolvidos têm gastos sociais acima dos nossos. Nós devemos estar sempre mirando nesses países. E não são disfuncionais economicamente. Eles são super funcionais economicamente. E alguns deles não estão dentro da crise, até porque têm uma estrutura onde o Estado pode trabalhar melhor.

**Senhor Pedro Luis Delgado Noblat:** Vou passar a palavra para as considerações finais do doutor Julio e depois o doutor Jorge.

**Senhor Julio Alexandre Menezes da Silva:** Eu só queria agradecer a oportunidade do debate e tenho uma pergunta adicional do doutor Jean Paulo, sobre a queda da taxa de juros, se vai ajudar para o ano que vem, para compensar espaço.

- De fato, a redução da taxa de juros também em queda alivia uma redução da nossa dívida que é o que a gente trabalha. Agradecer novamente o convite. O tema é bastante relevante, a questão da sustentabilidade das contas públicas. Eu queria reforça a visão, pegando um pouco da pergunta do doutor Pedro, olhando para frente de quais são as demandas. O Brasil avançou muito nos últimos anos. Hoje nós estamos em melhores condições para enfrentar essa crise internacional, mas ainda há desafios para serem enfrentados. Um desafio relevante é essa mudança na estrutura demográfica do Brasil, o envelhecimento da população, vai nos demandar novos debates e novas soluções, como o doutor Jorge apresentou, vai aumentar gasto com saúde, vai aumentar gasto com previdência. Então, é necessário nós nos prepararmos para esses debates e analisar qual a melhor forma de atender estas demandas que nos serão impostas nos próximos anos. Muito obrigado.

**Senhor Jorge Abrahão de Castro:** Primeiro eu queria agradecer o convite da ASSECOR da qual eu sou afiliado há muitos anos. É dizer que foi bastante interessante. É isso que nós estamos trabalhando no IPEA, nesse material todo para discutir as políticas sociais brasileiras e sua relevância para a economia brasileira e sua importância para o cidadão brasileiro e sua cidadania. Acho que é esse o maior ganho que nós temos e que fortalece não só a economia, o cidadão, mas também a democracia. Isso é importante a gente colocar como pilares. E vislumbro para frente um país melhor do que o que a gente tem hoje, em função de a gente mantiver o caminho que estamos seguindo. Obrigado.

**Mestre de cerimônias:** Faremos agora, um intervalo para o almoço que será servido na área próxima à cachoeira. Lembramos aos senhores participantes do II Seminário da Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento que as atividades serão retomadas pontualmente às 14 horas neste mesmo ambiente. A todos e todas, bom almoço e nos veremos logo mais.

**Mestre de cerimônia:** Senhoras e senhores solicitamos a todos que ocupem seus lugares e, aos portadores de telefone celular que os mantenham em modo silencioso ou, desligados. Dentro de minutos iremos retornar às atividades do II Seminário da Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento.

Senhoras e senhores boa tarde. Este evento é realizado pela Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento – ASECOR e, conta com o importante patrocínio da Caixa Econômica Federal e, com o apoio da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, Secretaria de Orçamento Federal – SOF, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e, Ministério do Planejamento. Temos a honra de convidar neste instante para coordenar a mesa do VI Painel, cujo tema será “O Novo Modelo de PPA 2012-2015 – Desafios para a Gestão”, o senhor Welles Matias de Abreu, Analista de Planejamento e Orçamento.

Para compor a mesa temos a honra de convidar os painelistas, senhor José Agmar de Sousa, Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento do DF. O senhor Pedro Bertone, Secretário-adjunto de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Com a palavra neste momento para suas considerações iniciais e, condução dos trabalhos deste painel, o senhor Welles Matias de Abreu, Analista de Planejamento e Orçamento.

## “O Novo Modelo de PPA 2012-2015 – Desafios para a Gestão”

**Senhor Welles Matias de Abreu:** Boa tarde. Gostaria de agradecer ao convite da ASSECOR para participar deste painel, que para mim se não é o mais importante, é um dos mais importantes do seminário. Enfim, é um debate sobre um novo PPA, o modelo do novo PPA. Modelo que foi elaborado e consolidado para o meio deste ano, ou seja, vamos ter repercussões com relação ao monitoramento e acompanhamento das políticas públicas propostas para os próximos quatro anos, ou seja, de 2012 a 2015.

Inicialmente eu queria apresentar rapidamente os painelistas. O senhor José Agmar, Auditor de Controle Interno com especialidade em Planejamento e Orçamento. Seria o equivalente ao analista de planejamento e orçamento aqui do DF. Ele é economista, pós-graduado em economia do setor público pela FGV e, ocupa o cargo de Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento do DF.

Também um painalista, Pedro Bertone. A gente conhece o Pedro de muito tempo. Trabalhou na SPI desde 97 e, tive a oportunidade de estar com ele em debates na reforma de 2000, o PPA. É especialista em política pública e gestão governamental, PPGG. Eu diria que é um pouco APO. Participou de processos de ingressos dos primeiros após na SPI na época de 98. É economista e mestre em administração e, como disse, tem experiência desde que entrou na carreira. E, atualmente é Secretário-adjunto de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Vou então, passar a palavra para o primeiro painalista. Acho que pela hora eu gostaria que o tempo fosse de vinte minutos. Disseram que meu principal trabalho aqui é o controle do tempo. Peço então, que atentem para o tempo de vinte minutos para cada painalista. Na

sequencia serão cinco minutos de perguntas e respostas. Por gentileza, encaminhem as perguntas e, eu vou fazer a separação e entrega aos painelistas. Por gentileza, José Agmar.

**Senhor José Agmar de Sousa:** Obrigado. Já que o tempo é curto eu tentarei ser breve. Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, me desculpar pelo nosso Secretário, Doutor Edson que deveria estar presente, mas por conta de um compromisso inesperado, eu estou aqui então, representando a Secretaria de Planejamento do DF. Vou tentar ser breve na apresentação, pois tenho certeza que o Pedro vai brilhantemente complementar o tema. Vou deixar a responsabilidade maior com ele.

O tema colocado, o Novo Modelo do PPA – Desafios para a Gestão e, vou fazer um breve relato da situação encontrada. Vou passar rapidamente. A situação encontrada no DF em janeiro de 2011 e não vou conseguir ler muito daqui, então vou ler aqui as telas. A situação encontrada em janeiro de 2011 e que o atual governo encontrou, está colocada aí. Gasto com pessoal próximo do limite legal e, estamos em 46,42, de acordo com nosso último relatório quadrimestral.

Temos alguns contratos irregulares, especialmente na área de informática, vigilância, locação de veículos e prédios. Orçamento baseado em uma receita irreal. Era superestimada. A saúde e, para quem mora aqui em Brasília, a situação em que se encontrava e o pouco que se pode avançar. Os compromissos em face da Copa de 2014, pendências no CAUC e, quem acompanha isso aí sabe o drama de quem entra no dia e sai no outro, volta e sai de novo. É uma luta essa questão do CAUC. Então, de imediato tivermos a questão da necessidade de fazer uma reorganização das finanças. Controle de gasto com pessoal, isenção de cargos e, suspensão de novos concursos, exceto na área da Saúde que foram contratados novos servidores.

Contingenciamento do orçamento de 0211. O DF apresenta uma característica diferente de muitos estados, pois a gente tem um baixo endividamento público e, por outro lado uma baixa capacidade de

pagamento. Fica em uma situação de poder captar recurso, mas com dificuldade em cumprir os compromissos de pagamento depois. A questão de renegociação dos contratos de informática, vigilância na ordem de quarenta milhões/ano.

Redução de frota e vendas de imóveis funcionais. Essa foi uma tentativa do governo anterior e, alguns imóveis foram vendidos e, outros não. Uma proposta de programa de eficiência de gastos. O esforço para um aumento da arrecadação. Uma expectativa de cento e setenta milhões acima nesse primeiro semestre de 2011. Tomada de investimentos em infraestrutura. Vocês que moram em Brasília e, a maioria certamente mora e, acompanhou a quantidade de obras paradas, então tivemos a retomada desses investimentos. Os investimentos para a Copa e que está cada vez mais próxima.

Então, uma vez encontrada essa situação, o desafio era o nosso planejamento, quer dizer, diante dessa situação como planejar os próximos quatro anos. E, foi colocado pela equipe da SPI, nós que já vínhamos trabalhando com o modelo de PPA antigo, não só o modelo atual, modelo no sentido de usar o modelo anterior para o ano de 2011, nós já tínhamos preparado um bom rascunho do PPA de 2012/15 no modelo antigo. E, diante do desafio colocado pela SPI em maio, decidimos então, porque a gente já estava trabalhando com a proposta de planejamento estratégico dentro da Secretaria de Governo, a nossa Secretaria, decidimos então, apesar de alguns condicionantes, como essa questão da entrega do nosso PPA em primeiro de agosto e, se não estou enganado foi a primeira unidade da federação que entregou o PPA em primeiro de agosto e, o fizemos dentro da nova metodologia, mas com alguns ajustes.

Isso em função da exigência da nossa Lei Orgânica e, de algumas questões já definidas pelo Tribunal de Contas. Uma condicionante que a gente também diferente da União e também, dos outros estados, é que a nossa Lei Orgânica, de certa forma copiada da Constituição, determina que o PPA tenha que ser regionalizado. Só que quando a nossa Lei Orgânica foi editada e, o DF tinha dezessete regiões administrativas e, hoje temos trinta. Então a nossa regionalização, a regionalização do PPA no nível do DF é bastante

complexa e, até ruim de fazer porque a maioria dos projetos começa em uma RA e termina na outra. Começa em uma cidade e, termina em outra. Então, a gente tem dificuldade em regionalizar. Mas, tivemos que cumprir isso.

Outra questão colocada como condicionante do processo de planejamento e, o que a gente conseguiu diante do colocado foi começar o planejamento estratégico somente em dezessete de junho. Então, para quem tinha que entregar o PPA em primeiro de agosto, começar a definir macro desafio e macro objetivo em dezessete de junho, o tempo estava muito curto. Mas nem por isso perdemos a coragem. Trabalhamos cinco finais de semana seguidos e, conseguimos fazer dessa forma. É o que vou rapidamente apresentar aqui.

Aqui tem como condicionante a determinação do Tribunal de Contas, limitações de sistema e, que mostrei um pouco na tela anterior. Tivemos a decisão do Tribunal de Contas dizendo literalmente que cancele o contrato da empresa que tem a manutenção do nosso sistema, que é o sistema SIL. Tivemos muita dificuldade, inclusive de manter o sistema no ar por falta de manutenção da empresa. Mesmo assim conseguimos avançar. O modelo do PPA apresentado pelo governo federal é esse: pontos estratégicos, marcos e desafios detalhados em programas temáticos, objetivos e, as iniciativas. Deixando então, a ação orçamentária, que é a dimensão operacional do plano para o orçamento.

Tivemos que fazer um pouco diferente até por conta de uma adaptação ao nosso sistema. Fizemos o PPA que foi possível com o sistema que a gente tinha. Então o modelo proposto pelo PPA do DF e, a estrutura é a mesma da União com macro desafio na dimensão estratégica, programas temáticos e objetivos específicos. E na dimensão operacional, as ações orçamentárias, que no caso do governo federal foi entregue à equipe da SOF e, que desenhou as ações orçamentárias. Nós fizemos diferente.

Não fizemos a iniciativa, não usamos a iniciativa e, passamos direto para a ação orçamentária. Então, como macro desafio o nosso PPA

apresenta sete. Não vou ler, pois acho que não é o caso, mas tem quatro macro desafios. Um na área de gestão, outro na questão de atendimento à área da saúde, o terceiro é a qualidade de vida e, que tem muito a ver com a infraestrutura da cidade. Um na área da educação. O quinto na área social, a redução das desigualdades sociais, superação do tema pobreza no DF, o sexto macro desafio é voltado à economia, ao desenvolvimento da economia com a diversificação da base econômica, potencial do DF. O sétimo macro desafio é na área da segurança pública.

Uma vez colocados os macro desafios e, a gente conseguiu fechar lá no planejamento estratégico que começou dezoito de junho. Para cada macro desafio foram elencados alguns objetivos estratégicos. E isso tem um pouco a ver com a questão da gestão. Então, colocados os sete macros desafios, em média, entre cinco e seis objetivos estratégicos e, esses objetivos depois, no planejamento estratégico foram detalhados em metas e, em ações e metas de médio e curto prazo e, que entra no objetivo estratégico e, depois entra a questão da pactuação com as secretarias de estado.

Aqui é uma comparação rápida entre um modelo efetivamente apresentado pelo governo federal e o que a gente conseguiu fazer. Então, enquanto a União está usando o programa temático e a contextualização, nós também conseguimos fazer isso. A união está usando objetivos e, a gente tem objetivos específicos com a caracterização do objetivo. Tem o órgão responsável. Os indicadores do PPA do governo federal e o indicador de referência. Nós por determinação do Tribunal de Contas temos indicadores ano a ano, o que é uma dificuldade monstruosa, pois muitas vezes os indicadores são apurados de dez em dez anos. Então, tem muita dificuldade em se trabalhar com esses indicadores ano a não. Mas é o que está colocado.

Metas. Estamos também usando igual. O valor global de programa, no caso do governo federal vocês fizeram com 2012 e, depois 13 a 15 agregado. Nós então, fizemos separados. Fizemos valor global e, valor ano a ano. O método de vocês certamente é melhor. Valor de referência para iniciativa nós não usamos. Valor de referência para

iniciativa trabalhado no governo federal nós não trabalhamos. No PPA da União não tem as ações orçamentárias e, fizemos então, no PPA um anexo que traz as ações orçamentárias. As não orçamentárias foram colocadas nos objetivos específicos dos programas.

O programa de gestão e manutenção e serviço ao estado, enquanto o governo federal trabalhou com um programa de gestão e manutenção para cada Ministério, nós trabalhamos por área. Temos um programa de gestão para a área da saúde, educação, infraestrutura e, outros. Trabalhamos então, por área. Fazendo um comparativo rápido, nosso PPA atual, o PPA 2008-2011, ele tem esta estrutura. Tem o texto da lei, anexo de apresentação, estruturação do PPA, tabelas de programas e objetivos. Aqui nesse caso são os programas para solução de um problema ou, para atendimento ou, aproveitamento de uma oportunidade e, com objetivos gerais. Tem também, o anexo três e vocês verão que nosso anexo três aqui, por questão de sistema, temos aqui no PPA ações de governo e, fizemos exatamente neste modelo do anexo três e, que era o sistema que a gente tinha disponível.

Então, esse PPA atual 2008-11 tem um enfoque totalmente orçamentário. Vocês não verão porque está ruim, mas é só para ter uma ideia, o anexo três é esse aqui com detalhes do indicador ano a ano. Tem o campo indicador logo no cabeçalho e, as ações orçamentárias também, ano a ano e, os recursos em separado, corrente e capital para cada uma das ações orçamentárias.

O PPA atual então. Nós temos o texto da lei. Fizemos a contextualização do DF. Aqueles que quiserem se atualizar com relação ao DF, essa é uma leitura bem tranquila. O anexo dois a gente tem a estruturação e base estratégica do PPA. Esse anexo dois nós colocamos todos os macro desafios, todos os objetivos estratégicos e, todo aquele desenho proposto pela União do PPA, que é a contextualização do tema, a caracterização de objetivos, tudo detalhado. E o anexo três um demonstrativo com meta física e financeira.

O nosso PPA 2008-11 a gente tinha ou tem, oitenta e quatro programas finalísticos, quinze na área meio, totalizando noventa e nove programas em torno de mil e novecentas ações. No PPA 12-15 estamos trabalhando com trinta e dois programas temáticos, sendo que dois deles na verdade, tem um pouco o modelo antigo, pois são programas de financiamento externo que veio do PPA passado e, a gente preferiu não alterar já em função de estar pactuado com agente financeiro. Então, no fundo temos trinta programas temáticos, sendo dois, meio termo.

São dez programas de gestão, um para cada área totalizando quarenta e dois programas, seiscentas e vinte ações. Estamos trabalhando com cento e vinte objetivos específicos. Ou seja, em média, considerando trinta programas temáticos, sendo quatro objetivos específicos para cada programa, em média.

Aqui é só para mostrar mais ou menos. Copiamos o modelo da SPI. Uma diferença que tivemos que fazer por uma questão de adaptação de sistema, que no nosso programa, além dos objetivos específicos, nós temos um objetivo geral, até por uma questão operacional.

Aqui é uma tabela sobre a questão do trânsito no DF. Outro objetivo específico também do mesmo programa, que é o programa Trânsito Seguro. As metas para 2012-15. Os indicadores. O indicador do primeiro ano, segundo ano, terceiro ano, quarto ano. Orientação e determinação do Tribunal de Contas. É difícil de ser apurado, mas a gente tem conseguido fazer. Para cada programa então, temos as ações orçamentárias e não orçamentárias, dentro dos objetivos específicos, da forma como está colocado aqui.

Isto aqui é a nossa pretensão para fazer a avaliação do programa olhando a execução dessas ações dentro de cada um dos objetivos específicos e, depois agregando no programa como um todo. Esse é só para mostrar. Aqui fizemos uma pequena alteração no sistema ajustando um pouco o modelo que a gente tinha anteriormente nesse Anexo - 3, que era um modelo onde você tinha a ação, o PPA era feito ano a ano. Então para você conseguir enxergar o fim de uma ação teria que consultar quatro anos para ver se aquela ação

começava no primeiro ano do PPA e se terminava no segundo, terceiro ou quarto ano. Nós conseguimos fazer mais ou menos, no modelo anterior e, que a União está usando, que é na mesma folha a ação orçamentária para todos os anos. A meta física para ela ano a ano com o recurso financeiro alocado. E, esse quadro acima e que não deve estar fácil de ver, valores do programa com o valor total do programa separado em despesa corrente, tesouro e outras fontes e, capital, tesouro e, outras fontes.

Entregue o PPA em primeiro de agosto, entregue a Lei Orçamentária em quinze de setembro e, as nossas datas são um pouco diferentes, já a Lei orçamentária usando a base de dados do PPA. A Lei Orçamentária para 2012 ela tem exatamente as Ações orçamentárias do PPA. Feito isso, entregue já para a apreciação do Legislativo, o desafio colocado agora é como desenvolver o sistema de monitoramento compatível com essa nova metodologia. Aí nós literalmente copiamos algumas telas da SPI e, não sei se estou atropelando sua apresentação Pedro, mas nem vou fazer comentários. Então, estão apresentados aqui os três movimentos de uma proposta de monitoramento e avaliação do plano.

Da forma como está colocado, a gente tem os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas e, no nosso caso não têm as iniciativas. Mas o processo de monitoramento mais ou menos como esse que está colocado. É o que a gente está imaginando, até porque nós estamos com uma parceria com a SOF em nível de sistema e, temos que rever nossos sistemas e, a SOF por um acordo de cooperação técnica, nós estamos trabalhando com um sistema parecido com o da SOF e, que teve o apoio da UnB. Então, é provável que dentro do possível dentro da nossa legislação, se a legislação assim permitir, certamente vamos fazer sempre o mais parecido com o modelo adotado pelo governo federal.

Ai é um pouco a definição do que é o monitoramento, as agendas de monitoramento e, a avaliação. A agenda de monitoramento da forma como está colocada aqui ou, a gente mais ou menos adaptando o modelo proposto, essa agenda de monitoramento, a gente deve fazer isso em parceria com a Secretaria de Governo no

monitoramento dos objetivos estratégicos, colocados lá pelo planejamento estratégico. Aí certamente, vamos adotar provavelmente, na íntegra ou com alguns ajustes do modelo proposto agora pelo governo federal, que também, até onde entendi, é o modelo que está sendo trabalhado e, certamente passará por alguns ajustes. Mas vamos fazer o monitoramento e avaliação dos programas, claro que temos também, agendas transversais, a pactuação com órgãos setoriais já está sendo feita com base no planejamento estratégico e, a agendas da sociedade na verdade, não trabalhamos isso. Somente se a gente entender o caso do orçamento participativo. Aí sim, considerando o orçamento participativo, é claro que temos algumas agendas com a sociedade.

E, entes federados, que não é o nosso caso, mas temos a região do entorno e, que de certa forma trabalhamos juntos para solução de alguns problemas desta área. Aí também uma proposta colocada pela SPI daquilo que pode ser o monitoramento, por exemplo, a área federal. A questão do que será pactuado com os ministérios e a sociedade e, no nosso caso não tendo ainda esse desenho ou essa pretensão, pelo menos por enquanto de fazer esse pacto com a sociedade da forma como o governo federal está propondo. O pacto da forma como está previsto com os ministérios é mais ou menos o que a gente também fez e, vamos continuar trabalhando, aprimorando com relação às secretarias de estado.

Vou tentar ser breve. Hoje, como estamos fazendo essa avaliação de PPA 2008-11? O que a gente faz hoje é o acompanhamento das ações orçamentárias do exercício por meio de um sistema próprio. Esse sim é um sistema de acompanhamento da execução física financeira do orçamento. E, através desse acompanhamento, que é bimestral, de publicação obrigatória, no final do ano uma vez feito esse acompanhamento, a gente utiliza esses dados para fazer uma avaliação dos programas finalísticos de acordo com o que está previsto na lei.

A nossa avaliação é dividida em dois momentos, sendo que o primeiro é uma análise do cenário macro econômico e, um demonstrativo por programa e ação, execução física financeira do

exercício anterior. Essa nossa avaliação é feita em quinze de abril do ano seguinte. Esse segundo é entregue em trinta de junho. O item dois. Demonstrativo dos índices alcançados pelos indicadores ao término do exercício anterior e, expectativa de alcance do índice final previsto.

No modelo atual os programas são avaliados a partir dos índices dos indicadores, para se verificar os resultados alcançados ao final do exercício em relação às metas físicas. Considera-se então, essas informações na execução orçamentária, a realização física dos programas e, isso dá para a gente uma avaliação de PPA, mas muito do ponto de vista orçamentário. A nossa avaliação proposta agora para 2012-15, a gente pretende como é o modelo do PPA, uma avaliação um pouco mais estratégica.

Na nossa avaliação então, proposta que está na Câmara para apreciação do PPA 2012-15, nós não tivemos análise do cenário macro econômico, demonstrativo do programa dos índices alcançados pelos indicadores também não tivemos e, o que muda entre o modelo atual e o modelo anterior é que a avaliação ocorrerá a partir dos objetivos específicos dos programas temáticos. Terá como parâmetro o alcance é claro, dos indicadores. Nessa avaliação serão consideradas: a realização física financeira das ações orçamentárias e do objetivo. É pegar as ações orçamentárias daquele objetivo específico e, se faz uma avaliação dela para saber se a ação orçamentária está dentro do objetivo proposto e, qual foi o avanço que tivemos em relação àquele objetivo proposto.

A realização e implementação de ações não orçamentárias previstas e, que é diferente do PPA 08-11 e, nós ficamos com muitas ações não orçamentárias vindas do planejamento estratégico. Além dessa proposta de avaliação do PPA que fizemos o PPA já encerrou a fase do ano legislativo, ele já está com o relator final da SOF, da Comissão de Orçamento e Finanças e, estão algumas emendas, especialmente na área de monitoramento. Então, está o legislativo também tentando buscar o aprimoramento desse processo e, com certeza, será uma grande tarefa para os próximos anos.

Uma das emendas está aí: o Poder Executivo manterá o sistema de monitoramento e avaliação contendo informações gerenciais de planejamento, para apoio á gestão do presente plano, de utilização obrigatória pelos órgãos e entidades do poder do DF. O legislativo só não se deu conta de que estamos com um problema serio de sistema hoje no DF e, tentando solucionar. Então, o legislativo está propondo isso aqui e, provavelmente não haverá restrição por parte do executivo. O nosso problema é tempo para conseguir fazer uma tarefa desse tamanho, principalmente a questão de sistemas bem desenvolvidos, bem feitos disponíveis para os órgãos e entidades do DF como um todo.

Cada administração regional é um órgão, é um executor e, temos hoje em torno de 100 e 110 unidades orçamentárias e que teria que ter acesso a esse sistema e, esse hoje é o nosso grande gargalo. Outra emenda diz que: O poder executivo manterá disponível o texto da lei do PPA e seus anexos, incluindo aí relatórios institucionais semestrais de monitoramento. Para isso a gente precisa ter sistema e, a gente não está ainda nesse nível. O monitoramento que a gente faz e, até usando para avaliação do PPA na verdade é um sistema de acompanhamento e monitoramento da ação orçamentária. Isso a gente tem feito, mas do plano e da forma como está colocado não temos feito e, dificilmente vamos conseguir fazer isso nos primeiros dois anos do PPA.

Outra proposta de alteração de modelo, que na verdade complementa essa primeira parte, é uma emenda só na verdade. Então, teríamos que ter esse relatório institucional de monitoramento, que é o item 01, os demonstrativos de avaliação do plano e, os relatórios de revisão do plano com as respectivas alterações na programação e demonstrativo de programas e ações, com suas justificativas. Esse item 03 já é um detalhe e, não é bem a questão do monitoramento. É também, mas não da forma falada antes.

Aqui está determinado que cada alteração do PPA que a gente faça junto ao legislativo, a gente teria que incluir isso no site, inclusive com justificativa de inclusão ou exclusão de programas. É o

legislativo determinando também, que a gente faça essa parte de monitoramento da melhor forma possível. Por último, e, é a última tela e, acho que não extrapolei muito o prazo, mas lá em uma das primeiras telas, nós colocamos que um dos desafios também, era a questão da eficiência do gasto.

A SOF já tem um programa de eficiência do gasto que nós tivemos oportunidade de ver rapidamente com o Leomar e, agora nossas equipes estão trabalhando junto com as equipes da SOF para buscar esse modelo do Ministério do Planejamento. E, também, de outros Ministérios e, trazer isso primeiro para dentro da nossa Secretaria, trazer algumas secretarias parceiras para tentar fazer esse monitoramento e implantar essa questão da má eficiência do gasto público.

Hoje no DF e, isso é claro para todos nós, a questão da despesa de pessoal tem impactado muito e, lógico as despesas do governo como um todo, mas também as despesas correntes. Parte dos recursos que deveriam ser alocados para os investimentos estão sendo consumidos pelas despesas correntes e, a gente precisa trabalhar muito isso. Assim que o nosso Secretário assumiu, o Doutor Edson Nascimento, já começou a trabalhar na questão de implantar uma gestão por resultado. Mas isso esbarrou no próprio orçamento do DF e, na maneira com que o orçamento do DF é conduzido nas diversas unidades e, na forma como o orçamento é centralizado em algumas áreas e descentralizado em outras. Hoje estamos com problema na área da saúde, por exemplo, que tem a Fonte 138, que é a Fonte do SUS e que eles têm muita dificuldade de trabalhar.

Tem a ver com gestão, com a gestão da própria saúde e, isso é claro para todos nós que moramos aqui em Brasília. Então, o que estamos enxergando hoje no DF com relação a esse novo modelo do PPA e o quanto ele pode contribuir para a gestão, exatamente na avaliação dos objetivos que cada secretaria colocou quando fez o PPA. Quais são os objetivos estratégicos traçados lá no planejamento estratégico e, isso tem uma condição da Secretaria de governo na busca de solução de todo e qualquer gargalo que apareça na construção de

todos os projetos e, que fica a cargo da Secretaria de governo. O monitoramento diário ou semanal dos problemas de cada um dos projetos e, ficando com a Secretaria depois, a avaliação disso dentro dos objetivos específicos dos programas temáticos.

Essa avaliação, a Câmara está propondo uma avaliação semestral. A princípio não somos contra, a nossa questão é só sistema mesmo para desenvolver. Mas a nossa proposta é fazer dessas avaliações um maior equilíbrio da gestão. Muito obrigado.

**Senhor Welles Matias de Abreu:** Muito obrigado José Agmar, Subsecretário de Planejamento e Orçamento do DF por ter nos apresentado o novo modelo do PPA no GDF. Então, queria passar a palavra para o Senhor Pedro Bertone para nos apresentar o novo modelo do PPA no governo federal.

**Senhor Pedro Bertone:** Boa tarde a todos. Boa tarde ao colega Welles, Agmar que reencontro aqui e, é sempre um prazer rever os colegas do GDF. Agradecer as palavras do Welles e, que encheu minha bola e me deixa com a responsabilidade de fazer uma fala a altura do que ele disse a vocês e, que enxergo como gentileza de colega.

A fala de hoje e que é o tema desse painel, eu diria que para o momento em que estamos vivendo foi particularmente desafiador. Eu acho que o Eduardo e a equipe foram bastante astutos em já cobrar um modelo do PPA, mas já olhando para frente, como é que eu uso esse instrumento? A gente passou por um forte debate, eu diria, pelo menos desde o final de 2009 e, início de 2010 e, esses primeiros meses de 2011, interno nas áreas de planejamento e orçamento sobre essa mudança do novo modelo. A discussão sobre novo modelo é sempre uma discussão difícil. Na administração a gente mudar o rumo de qualquer prática é sempre penoso, mas acho que se fazia necessário. Eu acho que foi uma reforma importante.

Eu sempre tomo muito cuidado em falar do novo modelo em relação ao modelo antigo, até por um motivo óbvio: o respeito que eu tinha pela concepção que foi vigente e está vigente até os dias de hoje e, que vai deixar de estar vigente a partir de primeiro de janeiro

de 2012 do ponto de vista do planejamento. E, respeito inclusive porque fiz parte disso. A gente trabalhou muito junto com vários colegas que estão aqui. A gente conhece perfeitamente os motivos que levaram a determinadas escolhas naquela estrutura de planejamento e, que eram motivos absolutamente válidos à época em que foram concebidos. Mas que geraram ao longo dos anos algumas dificuldades e distorções e, que precisavam ser superadas.

O modelo que estamos aqui apresentando é uma tentativa de superar alguns gargalos que criamos no modelo PPA nos últimos anos. Como tudo na vida, é uma aposta e, a gente está apostando firmemente que é possível. Não temos segurança nenhuma de que vamos ter êxito pleno, mas estamos trabalhando bastante firmes nesse propósito.

A apresentação foi estruturada muito parecida com a do Agmar, com uma pincelada acerca do modelo vigente e, acho que vou procurar ser o mais rápido possível, PIS acho que os colegas aqui dominam isso até mais do que eu, pelo menos alguns de vocês, então, não vou ensinar missa para vigário aqui. E, vou antecipar um pouco, já entrando no desafio que os colegas nos passaram, sobre como tratar o modelo de gestão. Como a gente pensa agora, tendo essa estrutura consagrada, como essa estrutura, como fazer uso dela para efetivamente enfrentar esse desafio de que se eu tivesse que traduzir de forma muito simples, de transformar o planejamento governamental e, especificamente esse instrumento, que é o PPA, em uma ferramenta útil para os gestores.

Em uma ferramenta útil para o governo, para a sociedade e, para quem acompanha ação governamental. Eu acho que esse é o desafio simples de falar, mas difícil de enfrentar e, que temos pela frente. Rapidamente vou falar sobre os avanços do novo modelo, vou dar uma pincelada nos grandes números do PPA e, por último o item que de fato nos interessa: como a gente espera enfrentar os desafios da gestão. Fazendo a ressalva e reforçando o que falei no começo: é temporalmente um desafio muito grande porque esse modelo está em processo de construção. E, ninguém tem a receita de bolo pronta. E, na SPI a gente tem feito debates, estamos construindo

isso e, acho que grande parte da construção passa e estou cada vez mais convencido disso, esse novo modelo impõe um processo de monitoramento intensivo, permanente e, integrado entre orçamento e planejamento, na medida em que esses instrumentos começam a delimitar de forma um pouco mais clara no novo modelo, que é a atribuição de um e de outro, elas estão delimitadas, mas são complementares.

Eu não vou conseguir fazer um bom monitoramento sem ter informações de monitoramento no campo das ações e, que hoje não fazem formalmente parte da estrutura do plano. E, também, a Secretaria de Orçamento vai ter o monitoramento muito voltado em insumos apenas se não estiver olhando esse monitoramento mais amplo. A contribuição desse conjunto de insumos e produtos que estão nas ações orçamentárias para consecução das políticas públicas. Então, acho que de cara eu já coloco um desafio grande e, a gente está cada vez mais pensando isso de forma integrada com a área orçamentária.

O que a gente procurou trazer de novidade no modelo de PPA vigente? Fortalecer a ideia da visão estratégica no plano. A gente tinha perdido um pouco isso nos últimos anos. Fortalecer o papel da territorialização ou da regionalização. A estrutura do plano vigente nos trazia muita dificuldade e, a gente costuma comentar que o espaço de regionalização estava quase no localizador do gasto da ação. Acho que vocês que são analistas conhecem muito bem a distorção que temos quando se faz uma leitura usando esse referencial para a regionalização da ação do governo.

E o caráter participativo. Não podemos mais ter uma estrutura de planejamento que seja todo o processo de gestão e de monitoramento de avaliação esteja concentrado na Mão dos tecnocratas do planejamento ou do orçamento. A gente precisa incorporar minimamente atores relevantes e integrá-los ao processo, como os estados, que são parceiros na execução das políticas públicas, as prefeituras e, as entidades da sociedade organizada, pelo menos. Os Conselhos também, que de alguma forma são beneficiários das políticas implementadas pelo governo.

Ele procura também, obviamente e o Agmar já colocou bastante isso, organizar a ação de governo, buscando obter uma maior eficiência, maior resultado com menos dispêndios e recursos. Usando o tripé clássico: eficiência, eficácia e efetividade do impacto das políticas públicas. Ele procura identificar e, a gente procurou ser criterioso na construção dos programas e mecanismos que possibilitem a gente ter clareza junto aos órgãos setoriais, que os produtos serão entregues a tempo e a hora. É esse um pouco o desafio que a gente sempre tem na administração e, vocês sabem como isso é difícil e não se resolve apenas na etapa da formulação. E, permite à sociedade fazer um acompanhamento mínimo dos compromissos firmados.

Ele procura mudar o foco da gestão. Trabalhar cada vez menos por produto e não por volume e insumo. Ele valoriza a transversalidade das políticas públicas. Nesse sentido, a própria reestruturação do desenho dos programas força a transversalidade, quando você migra de uma estrutura de trezentos programas para sessenta e cinco. Vimos que aconteceu um movimento semelhante no GDF na apresentação do Agmar, em que tivemos uma concentração boa de programas e, de ações. Pelo que entendi é 1/3 das ações orçamentárias. É uma evolução no campo das ações até mais forte do que tivemos no plano federal.

Mas não só transversalidade entre ministérios, vamos dizer assim. Mas também, uma transversalidade interna aos ministérios. Porque esse conceito das caixinhas programáticas ele não é danoso do ponto de vista da segregação das ações dos ministérios, ele segrega as ações das secretarias. Vários programas do PPA vigente e, vocês que trabalham com isso sabem bem, você consegue ali. Você tem o organograma daquele órgão que você acompanha e, a estrutura programática, essas duas coisas dialogam um pouco. É muito automática essa visão e, ela dificulta em muitas medidas a cooperação. Às vezes até espelha a dificuldade de cooperação que existe dentro das organizações.

A gente também procura trabalhar de forma mais clara e, aí é a pactuação federativa, deixando o prazo para cada ente federado. E eu fiquei satisfeito com o Agmar que pactua a questão federativa aqui na questão do monitoramento, ele já está trabalhando com os conceitos que a gente já vem rabiscando nesse período. Pelo menos aqui com vocês a coisa é bastante integrada.

As vantagens do novo modelo. Passa a mostrar por meio das iniciativas e métodos que será feito nos próximos quatro anos. Programas que refletem a estrutura institucional e que falei, agora, expressa as políticas públicas. Esse eu acho que é o grande avanço que a gente consegue perceber na estrutura do PPA vigente. Você consegue perceber de forma mais clara o conjunto de políticas públicas do governo traduzido na estrutura dos programas. Isso era um pouco mais difícil em um universo de trezentos e tantos programas que tínhamos anteriormente. Ele tinha mais a cara da estrutura organizacional e, menos da política pública. Hoje ele está mais associado à política pública, o que nos dá em tese uma boa vantagem no processo de gestão. Vamos ver os desafios mais à frente na minha fala.

As iniciativas e as metas explicitam os resultados para a sociedade, na medida em que passo a ter o conjunto de alguns de milhares de ações mais consolidado de iniciativas e, que representam as entregas efetivas de produtos ou serviços à sociedade, assim, fica mais fácil visualizar o que o governo está disponibilizando. Maior transparência, se soubermos trabalhar. Repito, tem que ter modelo de gestão e, não há garantia nenhuma de que o modelo sem um modelo de gestão e de dissecação de informações por si seja mais transparente. A gente tem que trabalhar com modelo de gestão.

Maior possibilidade de monitoramento de resultados. E fica o orçamento da forma como a gente vem falando nos últimos meses e, vocês têm acompanhado bastante, com a atribuição do detalhamento do gasto e do monitoramento da execução no campo das ações. Daí a importância do monitoramento integrado cada vez maior. Participação social federativa e, isso já foi discutido aqui na mesa anterior. Já fizemos um movimento bastante intenso na

construção do PPA em conversas com os Conselhos, sociedade civil e, com os entes federados. Ontem mesmo, quem estava presente ouviu, a fala sobre a questão dos entes federados.

Com os trinta e quatro Conselhos da sociedade nós tivemos agora o que chamamos de devolutiva. A Secretaria de Planejamento junto com a Secretaria Geral da Presidência levou aos Conselhos da sociedade o resultado da elaboração do PPA. Já fechou com eles um pacto de próximos passos e capacitação dos conselheiros dos grandes Conselhos como, CONAMA, Conselho de Saúde e outros. No acompanhamento do PPA terá oficina de capacitação, tem um calendário intenso de atividades previsto para os próximos meses. A discussão com o Conselhão e, também a discussão nas cinco regiões e, que já comentei.

Aqui é o modelo clássico e vocês têm acompanhado e, com pouca diferença o Agmar já apresentou essa figura. A segmentação entre o plano e o orçamento. Segmentação sem perder o vínculo, sem perder a integração e, acho que isso é vital e também, é a grande conquista que tivemos no modelo anterior. O Welles estava citando o momento das reformas. Eu fico lembrando como era o PPA anterior ao PPA de 2000-03 quando você tinha que fazer relatório da execução. Era um instrumento absolutamente descasado da peça orçamentária. No mínimo a gente exercitava bastante a criatividade naquela altura.

Esses slides aqui eu acho que a gente não deve perder tempo com eles, pois vocês conhecem isso muito bem. Visão de futuro que orientou a formulação do PPA. Os valores estão presentes inclusive na mensagem do PPA e a gente já encaminhou. E, os onze macro desafios e, no caso do colega do GDF são sete. Um comparativo. a exemplo do que o Agmar fez e mostrou para a gente sobre o GDF e, no nosso caso a gente tem uma redução de duzentos e dezessete para sessenta e cinco programas temáticos. Uma redução dos programas de apoio às políticas públicas de oitenta e um para trinta e um. Um aumento do programa de apoio do legislativo e judiciário. Quem acompanha a programação do Lejur sabe disso. Houve uma posição deliberada dos outros poderes de não trabalhar com

programas de natureza finalística. Eles têm autonomia para tomar essa decisão.

Trabalhamos hoje no PPA com quatrocentos e noventa e um objetivos, duas mil, quinhentas e três iniciativas, destas, mil e duzentas com repercussão orçamentária. Mil duzentas e vinte quatro das duas mil e quinhentas têm ação orçamentária associada diretamente à iniciativa. Outras mil duzentas e setenta e nove não têm ações orçamentárias associadas. Ou seja, ou são financiadas com recursos extra-orçamentárias, ou são iniciativas vinculadas à atividade de natureza institucional, legal, normativa. Normalmente é isso. Ou financiamento de outras fontes, ou algum marco legal, normativo e institucional importante para a consecução daquela política pública.

Essa era uma questão que no PPA anterior não ficava tão explicitada. Acho que aqui a gente tem um avanço bacana. A gente conseguiu explicitar de forma mais clara. Não que se previsse fazer, mas acho que a gente vinha sendo mais tímido nos últimos anos na explicitação. A evolução do PPA em grandes números. Tivemos uma evolução aí da ordem de 38% do PPA 2008-11 para o vigente. 5,4 trilhões, considerando aqui todas as fontes por quadriênio e, não só fonte orçamentária. 68% do recurso em orçamento fiscal e seguridade. Quatro receitas extra-orçamentárias: renúncia fiscal, PDG das estatais, fundos e agências oficiais de crédito e, parcerias com setor privado., faltou aqui dizer também com os estados. Quando a gente tem identificação de contra partida e, alguns casos e, isso também está presente.

7,04 trilhões do orçamento de investimentos das estatais, contra os 5,4 trilhões que a gente viu no slide anterior. 83% dos recursos estão concentrados no conjunto de sessenta e cinco programas temáticos. 14% estão nos programas de gestão e manutenção, 3% nos programas do Lejur, Legislativo e Judiciário. Por grandes eixos dentro dos recursos dos 83% que estão nos programas temáticos, temos aqui 56% dos recursos na área social, 26% na área de infraestrutura, 15% nos programas da área de desenvolvimento produtivo e ambiental, 2% temas especiais. Aí abrindo por setor, no

social, que é o grande percentual, dentro dele o grande percentual, a Previdência Social com 55%, o SUS com 12%, trabalho, emprego e renda com 10%, educação com 8%, o sistema de assistência social com 6%, agricultura 4%, Bolsa Família 3%, demais áreas sociais 2%.

Na parte de infraestrutura, 1,2 trilhões, 1/3 desse valor está no programa Moradia Digna e, que inclui todos os programas da área habitacional, com recursos onerosos e não onerosos. Aqui não é só orçamentário, repito isso. Então, toda a parte do SBPE está dentro desse valor de 1/3. 25% na área de energia. Petróleo e gás natural 19% e transportes 10%. Minerais 5% e, demais 8,4%. Demais aqui pega portos, aeroportos, enfim.

Desenvolvimento produtivo e ambiental. Grande fatia aqui na agropecuária, abastecimento e comercialização. Comércio exterior 27%, desenvolvimento produtivo 15%, fundamentalmente aqui o novo programa Brasil Maior. Micro e pequenas empresas 13%, demais áreas também 13%. Recursos especiais aqui. Desenvolvimento regional 42%, política nacional de defesa 51%, política externa 4% e, demais 3%. Só reforçando, desenvolvimento regional aqui esse número influenciado de maneira forte pelo recurso dos fundos, fundos constitucionais e outros. Por isso esse valor significativo aqui.

Eu achei legal mostrar esses números. Eu não sei se a gente teve a oportunidade de mostrar esse PPA nesse conjunto, principalmente para os colegas da SOF e, até mesmo alguns colegas da SPI talvez não tivessem visto ainda essa consolidação., achei bastante interessante. Enfim, estado da arte que temos disso tudo. PPA encaminhado no dia trinta e um de agosto. Bem parecido com o GDF. Feito o encaminhamento, a gente entrou assim como os colegas que trabalham na área orçamentária, em um processo intensivo de discussão com o legislativo acerca da votação das matérias. Temos feito muito conversa na Comissão Mista com os membros da Comissão, com os colegas da consultoria.

Ontem mesmo eu estive recebendo coma Ministra o Relator do PPA, senador Valter Pinheiro e, que apresentou para a gente um

relatório preliminar. Fizemos algumas sugestões de ajuste e, encaminhamos a ele. E, o que a gente apresentou de ajuste foi acatado. Ele apresentou formalmente o relatório agora ao final da manhã na CMO e, vai entrar agora no processo de discussão. Orçamento é a mesma coisa. Parece que o relator apresentou ontem também, o relatório preliminar. E, também entra em processo de apreciação a partir de agora. A apreciação é tranquila? Não. A gente vai ter bastante discussão. No campo do orçamento, eu estava conversando com o Fabiano e o Pedro Noblat ali antes de começar a palestra e, o relator Arlindo colocou algumas dificuldades aí. Uma reserva de recursos para a emenda para o município, por câmara municipal. Pode ocorrer o risco de pulverizar e estourar a programação. No caso do PPA ainda que o relatório do relator tenha saído muito favorável, mas a gente já sabe que os consultores ou pelo menos parte dos consultores que foi mais crítico ao novo modelo do plano, emitiu uma nota técnica com crítica bastante duras, digamos assim, ao atual modelo. Essa nota já deve estar publicada, inclusive no site hoje. Então, mostra que a gente vai ter a continuidade de um processo bastante intenso de discussões para aprovação do modelo da forma mais próxima da que temos hoje.

Quais são os desafios que a gente tem projeção, posto isso? Considerando que a gente está nessa etapa de defesa do modelo. Eu defendo esse modelo e tendo esse modelo íntegro, constituído e aprovado, que uso eu faço dele? Como é que eu vou trabalhar? O desafio que a gente tem posto lá na área de planejamento e é uma demanda explícita da Ministra do Planejamento, fazer com que o PPA se transforme num problema de gestão, de transparência e de controle social. Especificamente na dimensão da gestão, o PPA tem que deixar de ser um instrumento apenas de relação quase que de controle entre a área de planejamento e os ministérios setoriais. Ele tem que passar a ser visto pelos setoriais como uma ferramenta útil para o acompanhamento, para gestão de sua atividade. Ainda que ele possa se desdobrar em instrumentos mais detalhados. Mas para informação mais estratégica, que é para isso que o PPA foi construído, ele tem que ser o grande referencial. Se eu construí em tese os programas com cara de política pública, ele deve fazer frente a esse desafio. Da mesma forma, aumentar a transparência. Se eu

abro a discussão com os conselhos, se eu abro a discussão com os estados, eu escancaro a necessidade de ter um instrumento que garanta o acompanhamento. Então a gente precisa de fato, dar a ele essa condição. Se conseguirmos fazer isto, todos ganham. Os ministérios que podem receber recurso, apoio técnico e político. Por que eu digo isso? O monitoramento das informações do PPA tem que ser útil para que os órgãos centrais, seja o Planejamento, a Fazenda, a Casa Civil, enfim, percebam onde as políticas não estão sendo não adequadamente implantadas por conta de algum meio, efetivamente mau empregado daquela política é preciso ter orientação. E não apenas do ponto de vista de recurso orçamentário. Eu falo de recurso orçamentário, falo de estrutura organizacional, falo de cargo comissionado, de capacitação das equipes, de tecnologia da informação e por aí vai.

Como vamos trabalhar isso? De forma estratégica repensar o Ministério do Planejamento e envolver o seu primeiro escalão. Isso é muito importante. Isso aqui eu vejo como vital. Se eu fizer um bom instrumento de monitoramento que me disponibilize informações que auxiliem o tomador de decisão a reorientar a sua política pública em qualquer uma de suas dimensões e essa coisa fica ali encastelada na Secretaria do Planejamento, por melhor que seja esse instrumento, ele não vai servir de nada. Ele no máximo vai deixar os dirigentes aqui muito satisfeitos em saber que construíram uma coisa bem elaborada. Mas não vai servir de nada. Porque os meios efetivamente estão geridos em outras áreas que não a Secretaria de Planejamento. À rigor a área de planejamento tem, noventa e nove por cento das suas atribuições institucionais disseminar tecnologia, disseminar boas práticas, fazer esse intercâmbio que o Ademar já comentou aqui. Mas a efetiva disponibilização de meios, autorização de concursos, tratamentos diferenciados orçamentários, reestruturação organizacional, tecnologia da informação, isso está em outras áreas do ministério que não o planejamento. Se o planejamento fala e essas áreas não ouvem, do Ministério do Planejamento, não estou nem falando de fora, deixo claro, o nosso instrumento tem bastante limitação. Então, tem que ser um instrumento que seja útil não só para a gente, mas para esse conjunto.

Eu costumo brincar muito, o nosso Ministério do Planejamento é um ministério de meios da administração. Se a gente parar para pensar, ele é fundamentalmente isso, todos os grandes sistemas estão ali com a gente. Então, temos que saber fazer bom uso da tomada de decisão para orientação desses meios que estão nessas diversas estruturas do nosso ministério.

Também induzir o fortalecimento das áreas de planejamento setorial e pactuar a agenda de monitoramento e avaliação. Esse fortalecimento das áreas de planejamento setorial, isso também tem sido algo intensamente perseguido nos últimos anos. Ninguém da atual direção do planejamento é gênio e perceber que temos deficiências nisso. Todos os senhores aí conhecem isso tão bem ou melhor do que a gente. Tentativas no sentido de superar essas deficiências têm sido feitas e infelizmente não temos conseguido. Precisamos conversar de forma muito clara como superar esse problema que é um limitador na relação entre o órgão central e estruturas setoriais.

E realizar o monitoramento e avaliação do plano de forma a colocar de forma eficaz e tempestiva os seus achados para tomadas de decisão. Esse é sempre um problema muito grande. Você monta um bom sistema, com bons indicadores. Você tem informações precisas a cerca de onde está a deficiência daquela política pública, mas a presença do tomador de decisão depois que o orçamento já foi feito, depois que já definiu a sua estrutura de carreira, depois que já bateu o martelo na estrutura, perdemos a oportunidade de, de alguma forma reorientar ou auxiliar a uma decisão mais racional. A informação tem que ser tempestiva. Esse é o grande desafio.

Aqui é muito ainda no campo das ideias de como a gente vem trabalhando, pensando um novo modelo em relação ao atualmente vigente de monitoramento e avaliação. Aqui, quando eu falo monitoramento e avaliação, eu quero fazer uma ressalva. Nós estamos olhando muito aqui, se eu quisesse de forma metodologicamente precisa, nós vamos falar muito aqui mais de monitoramento. A avaliação corre numa raia à parte, diferente. Não

é uma posição ainda de consenso, está sendo discutida na SPI, como a Secretária gosta de fazer, é uma proposta que está sendo espancada ainda. Eu posso eventualmente ser espancado por essa ideia, mas eu acho que a avaliação não é o nosso negócio principal. Eu acho a avaliação não necessariamente seja um produto que deva estar na mão do órgão de planejamento. Acho que a Avaliação tem que ser um produto o mais que possível delegado a outras áreas. O Brasil tem experiência em avaliação, alguns setoriais têm experiência de avaliação muito melhor do que qualquer um de nós que estamos aqui. Tem instituto de pesquisa capacitado para isso. A nossa sapiência maior tem que ser ajudar esses meios e ajustá-los adequadamente para fazer com que a avaliação tenha impacto. Agora, o monitoramento não. E é nosso e nós temos responsabilidade por fechar a metodologia, por acompanhar e disseminar isso junto aos órgãos e fazer uso da informação do monitoramento.

Nesse sentido a gente deve trabalhar com um modelo que fuja um pouco desse modelo rígido, de uma gestão imposta, um modelo receita de bolo para todo mundo. Trabalhar com um modelo de gestão mais pactuada com os órgãos. Trabalhar com instrumentos personalizados, programas e agendas num segundo contexto. E não instrumentos pré-fixados. Hoje você tem um modelo de monitoramento e avaliação que é igual para todo mundo. Calendário único, todo mundo tem o sistema de meta. Preenche a meta dentro daqueles calendários trimestrais que todo mundo conhece. Todas as dificuldades que a gente tem, porque há metas e metas. Existe dificuldade de codificação de algumas coisas. Seja do ponto de vista de produto ou mesmo do ponto de vista temporal. Então a gente está pensando em trabalhar um instrumento que garanta um monitoramento um pouco mais dirigido, pactuado, contratualizado até, eu diria, para que as metas que são estratégias, vocês devem lembrar do slide que eu mostrei, 491 objetivos e cerca de 2.500 metas. É humanamente impossível imaginar que eu vou fazer um bom sistema de monitoramento que seja utilizado para processo decisório que acompanhe de forma igual a 2.500 metas. Dessas 2.500 metas certamente eu vou ter umas 500 que fazem a diferença, por hipótese, eu estou chutando. Para essas que fazem a diferença e

que podem ser identificadas de forma pactuada com os órgãos que implementam a política pública, não apenas por nós que somos burocratas do órgão central. Para essas eu posso fechar algum mecanismo de contratualização um pouco mais rígido e que eu garanta benefício para o gestor no seu cumprimento, mas que eu tenha também condição de cobrar de forma mais efetiva a sua execução.

Vai um pouco nessa linha do que eu coloquei aqui, a seletividade, a progressividade. Dificuldade de gestão matricial. Produtos dispersos do modelo atual em cerca de 5.000 ações. Nós estamos trabalhando, estamos começando a construir já, o que estamos chamando de agendas transversais. Chegamos a fechar cerca de 20 agendas que são muito focadas em temas que vão muito além da estrutura dos 65 programas. Vou dar um exemplo, eu fechei essa semana um conversa muito interessante com a turma do meio ambiente e Agência Nacional de Águas, sobre o tema água, por exemplo. Tem conjunto de ações que se integram no uso da água, seja no aspecto regulatório na ANA, seja na irrigação, seja no consumo humano, seja nos programas de qualidade ambiental para a área da água. Você precisa ter um olhar integrado sobre isso, não apenas um olhar distante sobre meia dúzia de programas que dialogam com a água. Isso vale para as questões de gênero, que estão dispersas em vários programas, isso vale para alguns setoriais na área de transporte, por exemplo, essa logística tem que ser pensada sempre muito integrada, eu não penso de forma estanque hidrovia, de ferrovia, de porto, rodovia. Então a gente tem trabalhado também uma ideia de algumas agendas que vão além, são um pouco maiores do que a estrutura de programas. Bem interessante isso aqui.

Periodicidade definida, trimestral e anual é sempre uma discussão difícil tanto na mente do governo, como com os órgãos de controle principalmente, como com o legislativo. Mas a gente está trabalhando uma ideia de como essa periodicidade venha a ser pactuada e variável segundo a política. Eu acho que isso é vital. Um calendário de avaliação trimestral para um programa de aquisição de alimentos me parece bastante razoável. Mas para um programa da área de petróleo ou de gás me parece meio absurdo. Eu acho que

precisamos tomar alguns cuidados. Dar às políticas que têm tempo diferenciado de maturação, tratamento diferenciado também nos momentos em que a gente vai cobrar alguma informação.

Informações quantitativas da execução física e financeira vão permanecer, mas a gente vai trabalhar também com o conceito de informação quali-quantitativa e especializada, para procurar ter informações mais qualitativas também presentes no modelo. As informações quantitativas nem sempre é suficiente para dar um bom painel da situação daquela política pública. e principalmente foco nas demandas de monitoramento interessados. É fundamental. Isso aqui eu diria que é o grande desafio que a gente tem. Por vício de origem a gente sempre pensa no modelo de monitoramento e avaliação que me atenda. Que eu tenha conforto para ter informação no órgão central de monitoramento, para municiar os dirigentes, etc. Mas se eu tiver tudo isso e o cara que me presta a informação lá na ponta não perceber nenhum ganho nesse monitoramento, nem que seja para auxiliar ele mesmo perceber melhor a sua política pública, quando ele é muito burocrático não acontece. De partida a gente já tem dificuldades, as informações já chegam quadradas. Eu diria que esse é grande desafio. Estar sempre bastante presente.

O modelo prevê como diretrizes gerais customização, pactuação e progressividade. Customização no sentido de ser adequada a estrutura e a natureza de cada política pública. Pactuação no sentido de que ele não vai ser customizado pelo Pedro e, mais meia dúzia de técnicos da SPI. Ele vai ser pactuado com o setorial. Se eu tiver que fazer uma seleção daquelas tais 2.500 metas, não vou ser eu que vou fazer. Posso até propor um arranjo inicial, mas esse arranjo tem que ser pactuado e validado pelos órgãos e progressivo. A gente está pensando em implantar o modelo, como ele é novo, a gente está pensando em implantar o modelo de inserção de programas e monitoramentos mais intensivos ao longo do processo. E não de cara para todo mundo.

O primeiro movimento importante é repensar a atuação do Ministério do Planejamento, a gente já colocou um pouco. Eu posso pular, vocês já perceberam o que eu disse, que esse monitoramento

para ser efetivo vai muito além das fronteiras da SPI ou mesmo da SOF. É um pouco o que fala esse slide aqui. O segundo momento é envolver o primeiro escalão do governo, a pactuação com os ministérios que se faz vital, a pactuação com a sociedade organizada. E ser intensivo na comunicação do plano. Como fazer essa comunicação? A gente está pensando em plataforma de comunicação, um portal do PPA com informações já referenciadas. A gente tem trabalhado bastante com o IBGE no sentido de ter o portal Ind., como ferramenta importante para isso e rede temática de cooperação permanente com os órgãos finalísticos. É o que a gente tem para dizer. Não nos cobrem nesse momento um modelo pronto e acabado, porque de fato não o temos. Mas temos essas ideias gerais muito claras, que passamos aqui, e que a gente gostaria de trazer para vocês. Muito obrigado.

**Senhor Welles Matias de Abreu:** Eu gostaria de agradecer o Pedro pela explanação. O PPA 2012/2015 do Governo Federal e fazer aqui, breves observações, em especial à apresentação do José Agmar é interessante, o GDF adotou metodologia igual a do governo federal. Ou melhor, com algumas adaptações. Gostaria de destacar aí a questão da não utilização das novas iniciativas, mas eu pude observar na sua apresentação uma redução expressiva da quantidade ações vigente para o próximo PPA. Foram 1.800 ações para 620. Se pudesse explicar um pouco se houve revisão do cadastro, certamente aconteceu. Houve uma utilização de uma nova concepção do que é a ação orçamentária para o novo PPA, incorporação de algum conceito de iniciativa como sendo PPA. Ou mesmo uma própria revisão sem mudar conceitos do atual PPA. Eu fiquei muito curioso.

A questão do monitoramento, o reforço às metas e objetivos, é o destaque. Parece que o foco tem sido o monitoramento das metas e objetivos. Bem parecido com o que o Pedro comentou. A questão de o governo federal ter a particularidade de priorizar algumas metas. As metas prioritárias com monitoramento. Continuará o acompanhamento no caso do GDF físico e financeiro. E a avaliação anual dessas ações orçamentárias a serem entregues no dia 15 de abril subsequente.

Na apresentação do Pedro a questão do novo modelo que ainda está em construção, um exemplo claro é o próprio monitoramento que está ainda em processo, ou seja, o monitoramento é intensivo. Uma integração maior do orçamento com o plano. E a busca da incorporação com outros atores. Em especial não só na elaboração do PPA, mas no monitoramento. Aí um destaque para conselhos, entidades representativas de classe da sociedade. E durante o monitoramento, uma nova ideia de pactuação e de contratualização dessas metas prioritárias com os órgãos setoriais.

Eu fiz esses pequenos destaques, e vou passar aí para as respostas lembrando que são cinco minutos para as respostas. Primeiro o José Agmar, por favor.

**Senhor José Agmar de Sousa:** Tem uma primeira pergunta, a pessoa não se identificou. Mas a pergunta é relativamente muito simples.

Dado que o PPA do governo federal é muito recente e que ainda está sendo construído, não seria mais indicado que o GDF aguardasse que esse modelo fosse testado primeiro, antes de decidir pela sua implantação a nível distrital?

Nós fizemos essa mesma pergunta, claro. Especialmente na ENAP quando nos foi apresentado o modelo. Porque o modelo foi apresentado aos estados, então, além do DF tinha mais outros estados da federação presentes. Tinha estado que quando viu o modelo disse não que não iria fazer isso. Só iria fazer quando tivesse provado que deu certo. Então nós ouvimos de tudo lá. E aceitamos o desafio.

Porque o modelo que nós trabalhamos do PPA passado, que conjuga com a pergunta do Eduardo Rodrigues. Que pergunta se o GDF considerou quando estava desenhando o novo modelo do PPA só trazer nele apenas as ações estruturadas qualquer que seja o critério para selecioná-las. Ao invés de reproduzir todo o orçamento no PPA. Então eu vou tentar responder essas duas questões, mais a que o presidente da mesa colocou.

Claro que nós pensamos nisso na oportunidade de adotar o modelo da União. Entendemos que seria possível. O desafio era grande, mas a gente comprou a ideia, o nosso secretário foi parceiro nisso. Tivemos a oportunidade de falar com o governador sobre o assunto e ele achou interessante e deu todo o seu apoio. E nós tocamos à frente.

Por que não trabalhar então, só as ações prioritárias e as estratégicas? Nós fizemos um modelo misto. Ao invés de fazer as 1.900 ações, na verdade esse número não é fechado. É no em torno de 1.900 ações. Para 620. Então nós fizemos um modelo reduzindo o número de ações, evitando aquelas ações que têm característica e a gente chama no GDF de subtítulo que seria uma subação. Ou o detalhamento ou a própria regionalização ou localizador do gasto. Nós fizemos de tudo para evitar isso, inclusive agora no processo de emendas, nós trabalhamos com o legislativo no sentido de não acatar emendas desse nível. Aquela emenda que diz pontualmente – construção de uma escola na RA tal, construção de parque de diversão no Jardim Botânico. Ou coisa do tipo.

As nossas ações são todas ações que estão no PPA e literalmente foram transportadas para a Lei Orçamentária e não tem na Lei Orçamentária nenhuma ação que não esteja antes contemplada no PPA. Inclusive, durante os processos das próximas leis orçamentárias. Isso dá um trabalho enorme, porque quando for fazer o orçamento de 2013/14/15 se tiver alguma proposta orçamentária nova, nós teremos que fazer uma alteração no PPA para que aquela ação seja incluída. Então não trabalhamos com as ações só estratégicas, nem trabalhamos com as ações muito detalhada. Tentamos trazer um modelo que pudesse de certa forma contemplar aquilo que era desejado ou que era possível.

E tivemos a questão de avaliação e monitoramento, nós estamos com a parceria também com a Secretaria de Governo no sentido de ajudar a resolver a questão dos gargalos. Se no acompanhamento a coisa não está avançando como deveria, o primeiro processo ou avaliação cabe de certa forma junto à Secretaria de Governo para tentar resolver os gargalos. E nós junto à Secretaria de Planejamento vamos juntos com a Secretaria de Governo vamos trabalhar tudo isso para que as ações de governo efetivamente avancem. Não fique aquela coisa no papel sem a ação imediata de cada um dos agentes

envolvidos. Não sei se consegui responder as duas ao mesmo tempo e à mesa também, mas se ficar alguma dúvida estou à disposição.

**Senhor Welles Matias de Abreu:** Obrigado José Agmar. Vou passar a palavra para o Pero Bertone.

**Senhor Pedro Bertone:** Vou procurar ser breve. O colega aqui pergunta se considerando que o plano está em processo de tramitação e esse modelo está sendo construído em cima disso, se não há algum risco de desvirtuamento e sofrer alteração. Risco sempre existe. Está em processo de discussão. A gente tem acompanhado isso bastante próximo lá no congresso. Do ponto de vista do modelo, dos conceitos principais, a questão nova do conceito da iniciativa que causou alguma fricção num primeiro momento, já está razoavelmente bem assimilado. A gente não está vendo problema com isso. Eu acho que também a percepção de que não houve um descasamento, a forma como nós construímos a duas peças, o plano e o orçamento a gente manteve de forma muito firme as vinculações com as iniciativas diversas com os programas. Então, acho que essa estrutura do plano está preservada. O conceito do indicador como você colocou, Agmar, o indicador tendo uma referência também está assimilado. Obviamente que na discussão é natural, ontem mesmo na conversa com o Senador Valter Pinheiro ficou claro isso, as pressões naturais para eventuais segmentações, um ou outro programa ser desmembrado. Então a estrutura formal eu acho que não há risco. Agora a preservação dos 65 programas, eventual de se transforma em 68 ou 70 isso existe. Isso é do jogo e vai ser na discussão com o parlamento. Nós estamos acompanhando. Mas a principal que é a estrutura está bastante preservada.

Tem outra pergunta aqui de um grande amigo, o Marcio Medeiros. Não por acaso ele pergunta como a gente vê estados que não foram para esse modelo e procuraram estressar um pouco mais o modelo do orçamento orientado para resultado e dá o exemplo, não sei por que, do Maranhão. Ele está atuando lá agora.

Sinceramente, o propósito é absolutamente o mesmo. Vale aqui a máxima do Mao Tse Tung não interessa a cor do gato. A gente vai por esse caminho aqui. E digo mais, aí me permita até uma inconfidência vamos dizer assim. Nem precisa ser algo tão metodologicamente precisa. Eu dou um exemplo aos senhores, o Welles quando citou aqui, eu passei os últimos anos fora do planejamento e atuando na Casa Civil da Presidência da República, primeiro com as metas presidenciais no primeiro mandato do Presidente Lula e de certa forma essas metas presidenciais foram embrião do PAC. Eu que vinha da discussão metodológica de PPA com vocês nos anos anteriores ao PAC, no planejamento. E viu o que era a estrutura do PAC no pondo de vista metodológico, vamos dizer que era uma coisa pobrezinha. E era mesmo, vamos ser sinceros. Quem conhece e acompanhava comigo, vários aqui, tinha algumas deficiências. Agora criou-se em torno daquela estrutura ainda que não metodologicamente perfeito, tinha qualidade, mas tinha defeitos também. Mas o que tinha de principal? Criou-se em torno daquela estrutura um pacto dentro do governo para fazer com que aquelas coisas acontecessem. De fato, a partir dali você empodera aquele instrumento para no em torno daquele instrumento articular os atores que fazem a política pública acontecer. E de fato, com todas as deficiências, não teve execução plena, etc, eu asseguro a vocês que foi muito mais plena do que se não tivesse um mecanismo daquele.

Então Marcio, eu acho que é por aí. Tendo o mesmo propósito e você ter maior eficiência do gasto, a busca do resultado e se isso é o instrumento que foi validado pelos dirigentes políticos e aceito e usado pelos dirigentes políticos na mediação da relação entre governador, entre os órgãos centrais com os secretários de estado que tocam políticas, eu acho que não tem problema nenhum. E sabendo que quem está à frente disso lá, a gente chega ao mesmo resultado. E que seja bom para os dois.

E finalmente o colega faz uma pergunta sobre ações concretas e efetivas dos órgãos centrais para o fortalecimento dos órgãos setoriais. Eu já tinha dito isso. De fato, aqui eu vejo como grande desafio. A gente já tirou do caldeirão várias soluções e, no entanto, a

gente continua tendo dificuldade, os órgãos setoriais ainda têm muita dificuldade. Eu sei que aqui na SOF principalmente, mas a gente lá na SPI vê com bons olhos também e temos trabalhado muito nesse linha, tem-se feito uma discussão muito séria da própria estrutura das SPOAS. As SPOAS, quem lembra como elas foram constituídas lá na década de 90, num esforço de diminuição de estrutura, diminuição de DAS, vamos falar de forma muito clara. Então se juntou àquelas antigas SAS com as SPOS que são as atuais SPOAS. O que aconteceu com isso? O dia a dia administrativo dos ministérios é uma casa de máquina que toma grande parte do tempo. O tempo que resta sobra para o orçamento e o orçamento muito no olhar imperativo do orçamento. Também não dá nenhuma condição para que o colega analista de orçamento faça efetivamente um trabalho analítico. Ele acaba fazendo um trabalho muito operativo. E o planejamento nesse contexto coitado, acaba ficando numa situação muito complicada. Então de fato essas estruturas precisam ser repensadas. E precisam também ganhar relevância dentro dos ministérios, porque isso também é muito diferenciado. Não necessariamente o olhar estratégico de um ministério hoje, está dentro de uma SPOA, pode acontecer, mas eu ouço dizer que é quase exceção. A maioria dos ministérios acabou construindo estruturas paralelas, órgãos de gestão estratégica, alguns da secretaria, alguns são assessoramentos ligados diretamente ao gabinete ou do próprio Secretário Executivo ou do Próprio Ministro. Então, a gente tem arranjos vários.

Acho que a gente precisa fazer um arranjo de repensar essa estrutura e um primeiro bom passo que vocês têm defendido, a gente tem que ir nesse caminho, segregar um pouco as operativas de planejamento e orçamento e num segundo momento pensar no locus em que essas áreas vão estar, além do locus, um processo maior de empoderamento do ponto de vista do diálogo dessas áreas com as áreas setoriais e áreas internas dos ministérios. E um terceiro e importante é povoar essas SPOAS aí com gente nossa, com gente do sistema das carreiras do ciclo de gestão, coloca aqui os analistas e gestores. Mas com projeto também. Porque vira e mexe tem essa discussão, vamos fortalecer. Eu pego num concurso 50 pessoas e coloco nas SPOAS, com o conjunto de SPOAS que temos eu vou

colocar um ou dois colegas em cada SPOA, fica difícil. Também não vai fazer nenhuma mudança, nenhuma revolução, acaba rapidamente sendo incorporada às práticas tradicionais. Então de fato, a gente tem feito pouco. Eu concordo com a pergunta, a gente tem que avançar e o avanço se dá pelo fortalecimento, tanto de estrutura como fortalecimento político e com alguma segregação maior que dê tempo de um efetivo trabalho analítico de planejamento e orçamento. Hoje essas estruturas de fato, não têm esse tempo. Encerrei.

**Senhor Welles Matias de Abreu:** Pedro sendo a sua apresentação a última. Tem uma exceção que chegou logo na sequência. Eu vou te passar e a gente vai encerrar logo na sequência.

**Senhor Pedro Bertone:** Uma pergunta muito interessante. O colega pergunta se tocar o monitoramento dessa natureza vai exigir sempre profissionais com grande conhecimento de como funciona a estrutura de governo e com habilidades quase que pessoais para fazer o papel de articulação e coordenação? Eu concordo.

- A vocação para ser um planejador implica em ter mais interesse na floresta do que numa árvore? Perfeito.

- A SPI está se preparando para atrair ou formar tais profissionais? Deve. A resposta é essa. Sem dúvida nenhuma é esse tipo de profissional que a gente precisa. Eu acho que aqui a gente acaba tendo uma situação em que se faz vital uma mescla entre alguma senioridade com algum sangue novo, para fazer cumprir esse propósito. Só com garotada bem qualificada dos últimos concursos, mas não tem trânsito, não conhece máquina, não tem articulação, não conhece política pública, ainda que obviamente muito capacitado, vai ter dificuldade. E, talvez os colegas da velha guarda, com mais senioridade, eu me incluo neles, talvez já não estejam com o gás para sozinhos tocar esse processo. A gente tem que estruturar uma secretaria que nos núcleos de monitoramento seja dos programas, seja dessas agendas transversais, consiga mesclar esses dois perfis de profissionais, para fazer frente a esse desafio.

E a fala aqui de florestas e árvore é muito importante. Não cair na tentação de sermos os formuladores da política setorial. A gente tem que ter competência para dialogar de igual para igual e entender a política. Mas a gente tem que respeitar também a capacidade que está instalada nos setoriais de formular políticas públicas. E quem trabalha no governo nos últimos anos, sabe que o governo se estruturou de forma bastante significativa. Uma coisa era conversar tradução da política para linguagem de planejamento com os colegas dos ministérios setoriais há 10, 15, 20 anos atrás. Hoje mudou muito. Hoje eles dialogam de igual para igual. A gente tem que respeitar e ouvir. O que só nos exige ainda mais qualificação. Tanto de política quanto de ferramenta de planejamento.

**Senhor Welles Matias de Abreu:** Muito obrigado aos painelistas que fizeram brilhantes apresentações e respostas. Eu gostaria de agradecer e fazer o último registro. Eu fico muito feliz de ter recebido uma pergunta, embora, não painalista. Eu gostaria muito, mas foi me dada algumas regras, o meu papel principal é controlar o tempo e conduzir os painelistas. Vou ser rígido até mesmo com a segunda preocupação com o tempo e gostaria. Porque é um tempo muito interessante. Eu falei com o Eduardo que eu teria dificuldade de me conter aqui. Como coordenador eu gostaria bastante de estar debatendo, mas esse é o meu papel. E eu vou me restringir a ele. E gostaria que o colega que não se identificou, enviasse um e-mail para que a gente pudesse debater esse assunto que eu acho muito interessante. Muito obrigado a todos. E bom final de evento.

**Mestre de cerimônias:** Desfaz-se nesse instante a mesa do VI Painel do II Seminário da Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Nós faremos um intervalo de 15 minutos para o coffee break que será servido no hall de entrada deste auditório.

**Mestre de cerimônias:** Senhoras e senhores boa tarde. Dando continuidade ao II Seminário da Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento convidamos nesse instante para coordenar a mesa do sexto e último painel, com o tema: “Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento”, a senhora Elaine Melo Xavier, Analista de Planejamento e Orçamento. Temos a honra de convidar para a composição do tema como painelistas o senhor Gustavo Santos, Economista do BNDES e Representante da Associação dos Funcionários do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. E a senhora Esther Dweck, Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Passamos a palavra neste momento à senhora Elaine Melo Xavier.

## **“Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento”**

**Senhora Elaine Melo Xavier:** Boa tarde a todos. Esse primeiro painel vai tratar da proposta defendida por 4 associações de servidores das carreiras de planejamento e desenvolvimento que são a própria ASSECOR, a Associação dos Funcionários do BNDES, a Associação dos Funcionários do IPEA e Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste. Que defende a necessidade de construir um plano nacional de desenvolvimento para o país. A gente vai ter 3 palestrantes temos 2 na mesa, mas vamos ter também a participação do Marcio Gimene e o primeiro palestrante a falar vai ser o Gustavo Santos. Ele é economista, trabalha no BNDES desde 2004 e ele vai falar um pouco de quais os princípios que ele enxerga para um plano nacional de desenvolvimento.

- Acabei de ser avisada aqui, que na verdade a gente vai mudar um pouco a ordem.

Então o Marcio vai começar falando sobre essa proposta de plano nacional de desenvolvimento e depois teremos a participação do Gustavo.

**Senhor Marcio Gimene:** Boa tarde. Os colegas pediram para eu fazer um intróito contextualizando essa iniciativa, eu tentarei ser breve. Eu vou falar algumas coisas de reflexão pessoal, até porque o trabalho que a gente está fazendo no fórum é ainda bem introdutório e a gente ainda não fechou questão sobre todos os assuntos. A ideia de fazer essa discussão nesse espaço é justamente para compartilhar com o pessoal e tentar captar percepções, angústias, dúvidas e fazer um debate aberto num momento ainda, onde esse processo está sendo estruturado.

A primeira referência que a gente precisa levar em consideração é o contexto de elaboração da Constituição Federal de 88. Em particular esses capítulos que tratam de planejamento, PPA, LDO, LOA. Eles foram relatados pelo José Serra que assim como a bancada do PSDB defendia à época, como continua defendendo majoritariamente hoje o sistema parlamentarista, de maneira que esse sistema de integração PPA, LDO, LOA foi pensado para um sistema parlamentarista. Não sei se todos aqui têm consciência disso. Ocorre que passada a Constituição Federal, houve o plebiscito foi aprovado o sistema presidencialista. E uma das características marcante dessa distinção é a diferença entre o horizonte temporal do período do PPA em relação ao período do chefe do poder executivo nos três níveis da federação.

De maneira e aí, eu compartilho uma avaliação pessoal, cada um tem a sua percepção sobre isso. De que isso em grande medida fez com que os chefes de poder executivo desde então, tivessem um pouco de resistência a se identificarem nos planos plurianuais. Acabou que o PPA passou a ser um documento visto como um documento de certa forma burocrático de transição entre governos. Trazendo essa ideia de continuidade, a ponto do Ex-Presidente Lula, por exemplo, lançar durante o processo de elaboração do PPA 2008/2011 um programa de aceleração do crescimento, por exemplo, com o horizonte temporal do mandato dele. Então esse tipo de questão, nos coloca a reflexão sobre até que ponto devemos ou não pensar

em rever esse arcabouço constitucional pensado para o sistema parlamentarista.

Dito isso, outro aspecto que a gente não é cobrada nos concursos, não aparece no curso de formação, não aparece no nosso dia a dia no trabalho e a sociedade parece não atentar para isso, não cobra do governo que é nos Artigos 2143 e 174 da Constituição fala-se explicitamente em plano nacional de desenvolvimento e em planos de desenvolvimento regionais como orientadores de PPAs. Plano plurianual como instrumento de governo, enquanto que estes outros documentos de planejamento demandariam pactuação em escalas mais amplas, governo sociedade civil, iniciativa privada, governos estaduais, municipais, etc.

A partir dessa constatação de que nos falta algo a orientar os PPAs, nos vem questionamentos do tipo: Qual a institucionalidade disponível para pensarmos a construção de um plano nacional de desenvolvimento, conforme previsto, mas não regulamentado na Constituição. Seria o Congresso Nacional? Caberia ao Congresso Nacional tomar essa iniciativa? Talvez, num sistema parlamentarista, mas estamos no presidencialismo. Um tanto confuso, mas enfim, é um presidencialismo. Essas coisas não estão respondidas. Nós via ASSECOR acionamos outras entidades associativas ligadas a temática de planejamento e desenvolvimento, a Associação dos Funcionários do BNDES, aqui representada pelo Gustavo, também, a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste e Associação dos Funcionários do IPEA, como as entidades que identificamos que se debruçavam mais historicamente sobre planejamento e desenvolvimento, de maneira que a gente fizesse acordos mínimos e tentasse avançar nessa discussão envolvendo gradativamente outros segmentos sociais.

O que eu vou fazer aqui é levantar alguns exemplos que justificariam nós darmos atenção a esse preceito constitucional de trabalharmos com um plano nacional de desenvolvimento.

Primeiro é ressaltar a ideia de desenvolvimento. A gente vive em uma época onde há certa associação da ideia de desenvolvimento a uma ideia de poluição, degradação ambiental, de falta de capacidade

e suporte do planeta e a ideia de desenvolvimento anda esvaziada, não só no Brasil como no mundo como um todo. Mas se formos pegar até etimologicamente a palavra desenvolvimento, esse “desenvolvimento” em português a palavra envolvimento tem uma conotação que parece um pouco dúbia, mas se pegar no inglês, espanhol e outros idiomas, fica claro que está se tratando do enrolar, do envolvimento no sentido que tenha algo confuso, travado que precisa ser destravado. Então remete às potencialidades humanas capacidade do homem de fazer com que exercendo seus dons que o distingue das outras espécies vivas que eles possam construir algo diferenciado, uma vida melhor para não só as gerações presentes, mas as gerações futuras.

Resgatar essa ideia de desenvolvimento para o planejamento é muito diferente de pura e simplesmente de estimar receitas e alocação de despesas da administração pública federal. Que é disso que trata o PPA, ainda que possamos por vontade própria, incluir no PPA visão de futuro, um ensaio de projeto de desenvolvimento, isso é um voluntarismo que tem sido feito ultimamente, mas não necessariamente cabe ao plano plurianual ocupar esse espaço que na constituição foi previsto ao plano nacional de desenvolvimento.

Segundo aspecto. A importância da escala nacional. Muitas vezes se confunde o nacional com o governo federal. O nacional ele obviamente se refere à nação e incluindo aí o Congresso Nacional, os governos estaduais, municipais, sociedade civil, empresas privadas. Então tem uma série de questões que precisam ser pactuadas nacionalmente de maneira que cada ente federado venha a avaliar o quanto que quer ou não contribuir a partir das suas prioridades e dos recursos disponíveis no cumprimento daquelas metas que previamente teriam sido pactuadas. Se sequer há esse esforço prévio de pactuação que ontem nós assistimos a palestra da Esther do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social que tratou um pouco disso, da importância e dos exemplos internacionais de avanço em conselhos de desenvolvimento econômico social que buscam acertar algumas agendas mínimas, alguns pactos mínimos para o conjunto da sociedade poder avançar de forma harmônica.

A Agenda Nacional de Desenvolvimento cumpre parcialmente o papel que se propõe um plano nacional de desenvolvimento. A distinção é que o plano caracteriza-se também por definição, acordo de metas e de responsáveis que não necessariamente estão contemplados numa agenda nacional de desenvolvimento. Eu vou dar aqui alguns exemplos, a gente tem aqui uma versão zero que está em construção de proposta de plano nacional de desenvolvimento, a gente ainda tem que discutir, nós ponderamos a possibilidade de discuti-la aqui nesse fórum, mais detalhadamente e concluímos que não era o caso ainda, pois precisa amadurecer. Eu vou dar só exemplos de como que na prática algumas questões não são suficientemente contempladas num plano plurianual do governo federal.

Por exemplo, na dimensão que a gente está trabalhando nessa versão preliminar que chamamos de política econômica. Temos aí, por exemplo, a Lei Kandir que isenta exportação de impostos, enfim, um processo de restituição de impostos que na prática tem contribuído para o aprofundamento desse modelo primário exportador brasileiro que faz com que haja mais incentivos para que se exporte minério de ferro e soja sem agregação de valor, do que se estalem siderúrgicas e usinas processadoras de óleo de soja e que essa soja seja usada para alimentação de gado e que avance na cadeia produtiva. Esse é um tema que cabe pura e simplesmente à administração pública federal tratar? Ela pode ser proativa sobre isso, mas é uma questão que está no âmbito do Congresso Nacional. se num plano nacional de desenvolvimento se discute um acordo sobre uma eventual revisão da lei Kandir ou substituição por alguma legislação que incentive a exportação de produtos manufaturados, intensivos de tecnologia e conhecimento, que é a lógica de qualquer país do mundo que faz incentivos à exportação é para produtos de valor agregados e não para produtos primários. Isso pode avançar nessa agenda.

Agora se o poder executivo coloca no PPA, vamos acabar com a lei Kandir. É complicado, como é que se coloca isso no Congresso? Você tem que colocar de forma sutil que vai levar uma forma

institucional para discussão no Congresso, então acaba que perde um pouco o potencial de plano quando se restringe toda a noção de planejamento a um instrumento como o PPA.

Outro exemplo, a infraestrutura que é fundamental para a redução de custo e aumento da produtividade. Fala-se muito em SELIC como instrumento de controle de inflação, mas é óbvio que infraestrutura, não só transporte e energia, mas também saneamento e habitação é o que faz com que as pessoas tenham qualidade de vida melhor, oferta de serviços melhores a custos mais baixos. Hoje nesse período pós-privatização o que nós vemos é que os serviços de infraestrutura estão entre os mais caros do mundo, no Brasil, telecomunicações, energia – em particular a elétrica, com uma qualidade não compatível com os custos que pagamos. Como tratar disso e como investir como preuncia o plano nacional de logística e transportes, na revisão da matriz de transporte brasileira visando fortalecer modalidades como hidroviário e ferroviário, se o PPA refere-se a um período apenas de 4 anos é complicado. Então a tendência é na hora da alocação de recurso continuar o predomínio no setor rodoviário que é onde o governante mostrar resultado. Ele consegue cumprir o prazo.

Esse é um tipo de exemplo que na escala nacional, pactuando com governos estaduais, iniciativa privada podemos pensar em soluções mais sustentáveis em longo prazo.

Outro exemplo, atividades produtivas. Há certo acordo que precisamos investir em ciência e tecnologia e inovação, assim como educação para termos produtos com valor agregado. Mas muitos desses investimentos precisam ser feitos pela iniciativa privada. No PPA a gente coloca – incentivos às empresas privadas para que aumentem a sua participação em pesquisa e desenvolvimento. Mas não é mandatório. É indicativo. No plano nacional de desenvolvimento a gente poderia acordar com entidades patronais, alguns percentuais mínimos em pesquisa e desenvolvimento.

Educação que é outro ponto que a gente está elencando nesse documento preliminar. Educação o governo federal pode

estabelecer valores maior para estados e municípios, mas na ponta quem executa é estado e município. Ele não tem como no PPA federal estabelecer o que vai ser feito no estado e município. Temos, por exemplo, o plano nacional de educação que a gente está trabalhando aqui nesse documento preliminar, como referência. É um documento que tem um horizonte de 10 anos. É uma pactuação para um período maior. Só que é um documento setorial. Colocamos os posicionamentos do plano decenal de educação em perspectiva com outros instrumentos de saúde e transporte podemos eventualmente perceber algumas sobreposições e lacunas que ao enfrentá-las podemos chegar numa proposta de plano nacional de desenvolvimento.

Seguridade social o mesmo raciocínio. Saúde e assistência social e previdência dependem de uma consertação interfederativa. E outro item que estamos trabalhando e chamamos de estado federal de regime de gestão, tem certas questões que estão no nível do judiciário. Outras estão no nível do legislativo como, por exemplo, a reforma política partidária, realização de plebiscitos, referendos. No PPA pode se colocar ali, que o Poder Executivo vai propor ao Congresso Nacional que a reforma política seja submetida a plebiscito, mas aí não é mandatório é um indicativo.

Outro exemplo que foi tratado aqui ontem, cerca de 60% dos municípios brasileiros tem menos de 20 mil habitantes. No PPA federal você não pode colocar ali, vamos rever isso. Mas eventualmente, inclusive com a participação de representação dos municípios pode-se concluir que do jeito que está não adianta ficar repassando mais e mais dinheiro para o município que lá na ponta não vai ter capacidade administrativa para bem executar.

São alguns exemplos que eu trago aqui para a gente discutir e depois estou à disposição para ajudar no debate. Obrigado.

**Senhora Elaine Melo Xavier:** Marcio eu convido você a ficar na mesa para depois a gente retomar esses pontos que você levantou. Agora eu passo a palavra para o Gustavo que, como eu disse, ele vai levantar algumas questões que ele entende que são importantes

serem discutidas no âmbito da elaboração e futuramente da implementação de um plano nacional de desenvolvimento, por favor, Gustavo.

**Senhor Gustavo Santos:** Eu sou representante do BNDES no fórum de planejamento e desenvolvimento, uma iniciativa da ASSECOR, que convidou a FBNDES e o FIPEA. E a gente começou a discutir a importância de fazer um plano de desenvolvimento e de ter a sociedade civil, principalmente os técnicos do governo que trabalham com a atividade de planejamento e desenvolvimento e que percebem algumas dificuldades que o governo possa ter em fazer um bom plano de desenvolvimento. A gente trabalha no nosso dia a dia com isso e acreditamos que podemos propor à sociedade uma visão interessante e desvinculada dos compromissos do governo. Uma visão um pouco mais técnica, mas claro, compreendendo as necessidades políticas da sociedade.

O Marcio e o Eduardo começaram essa iniciativa, nos convidou em fevereiro e a gente vem desenvolvendo. Já houve um seminário em 7 de julho onde fizemos uma espécie de lançamento desse fórum que um ambiente constante de discussões e temos desenvolvido algumas coisas, como diagnósticos, uma visão de futuro e coisas que a gente possa preparar um plano. Agora, já há um documento inicial, uma primeira versão de um plano de desenvolvimento. Lá no BNDES nós temos uma visão muito econômica, nós temos 200 bilhões em ativos e trabalhamos em todas as atividades econômicas. E achamos que um plano de desenvolvimento não pode ser burocrático, não pode ser uma lista de projetos, senão a sociedade não compreende aquilo.

E hoje na Brasil não há um plano de desenvolvimento, o Fernando Henrique lançou um plano no seu primeiro mandato, tinha cinco pontos e, é a única coisa que a gente lembra, que tinha cinco pontos. Mas dos anos 80 para cá o Brasil não adotou plano de desenvolvimento relevantes. Os planos são desconhecidos, as pessoas esquecem, ninguém cobra a execução. Diferentemente dos planos dos anos 50. Tinha a comissão mista Brasil – EUA, no governo Vargas fez-se um plano. Até hoje é estudo. O plano de

metas que até hoje é estudado. Os planos do governo militar que apesar de serem do governo militar são lembrados até hoje, nos seus princípios, nas suas demandas. Agora os planos feitos depois não são lembrados. A gente tem que entender por que isso acontece.

Nós começamos a fazer uma discussão, além do plano em si, de premissas, princípios, o espírito que deve ter um plano de desenvolvimento. E isso que eu quero expor aqui, premissas e princípios que acreditamos que devam ser discutidos na formulação do plano, porque essas premissas e princípios é o que vai ficar. A lista de projetos muda, entra um governo, sai um governo, ninguém se lembra da lista de projetos. Lembra de um projeto ou outro. Mas as premissas do plano de metas serão sempre lembradas, elas são ensinadas nos cursos de história do segundo grau, todo mundo conhece.

E quais são as premissas que deve ter um plano de desenvolvimento? Isso é o que vai ficar na nossa proposta.

Eu estou trazendo aqui a discussão que tivemos no grupo e no BNDES também, e estamos trazendo para o grupo.

O primeiro ponto que acredito é que um plano de desenvolvimento não pode ter inocência. Eu acredito que os planos nos últimos 20 anos foram feitos com muita inocência. Muitos planos do Fernando Henrique foram simplesmente cópia de lista de recomendações do Banco Mundial. Cópia de recomendações de outras nações. Isso é um plano com inocência.

Outra coisa que leva a inocência do plano é acreditar que consultores ou técnicos possam fazer um plano de desenvolvimento apenas do ponto de vista técnico. Um plano de desenvolvimento é uma opção política da sociedade antes de tudo.

O plano de desenvolvimento tem que prevêê, tem que estar preparado para as questões eleitoreiras de cada governante. Tem que estar previsto que há uma tendência eleitoral ou um risco do plano ser desvirtuado. Então ele tem que estar previsto para a sociedade lembrar e cobrar aquilo. É muito fácil você colocar uma premissa e um governante lançar uma questão populista e acabar com o plano. Mas se a sociedade inteira tiver consciente daquilo, ela vai impedir que isso aconteça. Outra coisa que o plano tem que prevêê é que

existem interesses de poderosos que são muito evidentes e se o plano não prevê quais os interesses das classes mais poderosas e dos países mais poderosos que poderão protagonizar, o plano vai ser esmagado, porque a sociedade não vai perceber o que está em jogo no plano.

Para eliminar essas inocências, a gente acredita que tem que ter algumas ressalvas. A primeira ressalva é que o sistema internacional é amargo. Isso é a premissa básica de relações internacionais, mas é uma coisa desconhecida para a sociedade. No sistema internacional vale a lei do mais forte, isso vale, por exemplo, como nós vimos ontem, a morte do ditador Kadafi e o país dele dilacerado, concorde ou não com o governo dele, aquilo foi uma tragédia. Uma guerra civil, as grandes potências se aproveitaram e já estão dividindo o petróleo. E apoiaram maciçamente e foi um desastre para a sociedade. Eu tenho visto relatos, uma amiga brasileira que morou lá e tem amigos lá, que dizem que aquilo virou um caos. As pessoas estão se matando, roubando um ao outro. E os chamados guerrilheiros na sua maior parte são mercenários contratados. Isso pode acontecer em qualquer sociedade. A Grécia é outro caso singular. Todo mundo achou que ela estava protegida pelo guarda chuva da União Europeia e está abandonada. O índice de suicídios na Grécia era o menor de toda a União Europeia até três anos atrás, hoje é o maior. O nível de prostituição, a cidade virou um caos.

E a União Europeia que supostamente deveria preservar esta situação não preservou. Está deixando a Grécia numa situação limite. A Grécia tinha um plano que previa essa situação de fragilidade? Deveria ter previsto. Eles investiram e acreditaram na União Europeia achando que depois teriam respaldo e não teve. Isso em minha opinião inocência do governo da Grécia de não se preparar para uma situação como essa. Então, um plano não deve ter inocência. O sistema internacional ainda não tem respaldo para os países se preservarem das grandes potências, do sistema financeiro.

Outra questão são os interesses dos poderosos de dentro do país. A gente acha que a democracia é uma condição hoje estável e segura

para sempre, não necessariamente é. O plano tem que prevê que existem interesses de poderosos que não têm interesse que a democracia e os sistemas de representação sirvam ao interesse da maioria. Isso tem que ser muito preservado num plano e tem que ser previsto condições de resiliência para que isso seja sustentado.

Então acredito que nem um plano pode ser neutro nessas questões. E isso já foi previsto historicamente no capitalismo. Todas as situações. E essa previsão formou no capitalismo três grandes matrizes ideológicas que ajudam a sustentar os planos de desenvolvimento dos Estados e a visão de futuro das sociedades. E nem um plano pode ser neutro a essas três matrizes ideológicas. Uma é o liberalismo econômico, o socialismo e o desenvolvimentismo do nacionalismo econômico. Nenhum plano pode ser neutro em relação a isso. E ele tem que ser explícito, ele tem que se reconhecer nessas matrizes ideológicas. Senão ele ficará um plano vazio como os planos dos últimos 20 anos no Brasil. E essas matrizes ideológicas determinam a posição que aquele governo toma em relação a duas coisas. Uma delas é a relação capital/trabalho que é conhecida e um plano tem que ter uma posição em relação a isso. O plano vai assumir mais a favor de um lado ou de outro. Se não ficar explícito o plano será desmontado, esquecido e abandonado, porque rapidamente interesses poderosos ou a pressão social vai empurrar na outra direção.

A segunda relação fundamental é a relação centro/periferia. Um plano não pode ser neutro em relação a posição que o país tem em relação ao sistema internacional. Ou país tem uma situação de poder internacional muito grande ou não. A soberania é maior ou menor. E quais são os critérios que devem ser definidos no plano para que seja alcançada uma sustentada posição de soberania. Inevitavelmente um plano vai acabar sendo definido como mais liberal ou menos liberal. Ou mais socialista ou menos socialista. Mais desenvolvimentista ou menos desenvolvimentista. Se o plano é desenvolvimentista ou não é medido pela sua visão se é mais de periferia ou não. E a relação centro/periferia é definida tanto nas relações internacionais do país com outros países, como também dentro do país. Ou seja, todo país tem um centro e uma periferia.

Qual a posição do plano em relação a isso? Quais são as ressalvas que o plano tem para preservar as suas ações nessa relação. No grupo a gente chegou à conclusão que o plano brasileiro tem que tomar uma posição similar a que foi tomada nos anos 50. Deveria ter uma posição desenvolvimentista e nós acreditamos que um plano tem que assumir isto.

O plano que estamos pensando ele assume essa posição de que o país está em posição de periferia e deve galgar subir a posição alcançando maior soberania e maior poder internacional.

E quais seriam os princípios de um plano que tomou uma posição desenvolvimentista? O primeiro ponto desenvolvimentista é a taxa de crescimento, a meta de crescimento é fundamental e rígida. Deve ser assumida como prioridade e deve ser de alto crescimento. Um crescimento baixo para um plano desenvolvimentista significa que não será alcançada uma posição de país desenvolvido. Um país desenvolvido é definido por uma alta renda per capita. Se a taxa de crescimento de um país não for muito elevada, não se alcança alta renda per capita. No caso brasileiro, em algumas simulações que fizemos, mostra que a taxa de crescimento abaixo de 7% ao ano, não tornará o país desenvolvido em menos de 40 anos. E 40 anos não é um período curto, são quase duas gerações. E com menos de 7% o plano não tornará um país desenvolvido no tempo de vida das pessoas que estão nesse plano.

Outra questão é que o baixo crescimento em um país pobre normalmente o torna mais instável, mais dividido, sujeito à crises e à fragilidade internacional, cobiça de outros países em relação a suas riquezas. Quanto mais próspero ele torna-se mais independente. E como sustentar uma alta taxa de crescimento de 7%, por exemplo? A viabilidade do crescimento numa posição desenvolvimentista tradicional é definida por independência de capital externo, empoderamento do povo, empoderamento do Estado. A dependência de capital externo torna o país sujeito a crises internacionais. Sujeito a interesse dos credores, interesse de organismos multilaterais, isso é uma posição de fragilidade. Qualquer situação faz o país recuar no crescimento, voltar a traz nas

suas políticas, fazer medidas recessivas e isso acaba com potencial de crescimento, derruba o governo, o plano e tudo.

O empoderamento do povo. Se o povo não estiver cada vez mais se sentindo fortalecido, mais prospero e mais feliz, a sustentabilidade do plano e do governo fica fragilizada. Então melhores condições de saúde, educação, renda e qualidade de vida são importantes não apenas em si, porque o objetivo final é a qualidade de vida da população, como são importantes para a própria sustentabilidade do plano. Sem isso ele acaba antes do final. Porque crescer a 7% ao ano é uma luta eterna, porque há muitas forças contrárias a isso. O empoderamento do Estado que é o instrumento da coletividade, num plano de desenvolvimento que leva a atingir uma condição mais desenvolvida, ele vai enfrentar muitos desafios. E o Estado é o único mecanismo que a coletividade tem para alcançar e enfrentar esses desafios, porque a sociedade se divide com muita facilidade, têm interesses poderosos dentro e fora da sociedade que querem ter benefícios individualistas. E apenas o Estado pode segurar isso.

Essas são as premissas básicas do plano. Agora, como fazer as premissas da ação do plano? Eu falei sobre as premissas dos objetivos do plano, que definem os seus objetivos.

Mas as premissas da ação. Um plano de desenvolvimento tem dois focos básicos para a manutenção da sua sustentabilidade econômica e social. Mas basicamente a sustentabilidade econômica é que garante a sustentabilidade social, porque é a sustentabilidade econômica que garante o poder do Estado de dar serviço à sociedade e a prosperidade depende da economia.

A sustentabilidade é definida por duas políticas a industrial e política de infraestrutura. A política industrial num plano desenvolvimentista tem como seu objetivo básico aumentar as exportações e reduzir as importações. Nos últimos 20 anos a política industrial tem sido definida de forma diferente. Nos anos 40 a 70 no mundo inteiro a política industrial foi definida como política de implantação de exportação e política de substituição de importações. Mas de 20 anos para cá, ela tem sido definida de outra forma, como política de inovação, tecnologia, de melhoria de qualidade. E numa visão

desenvolvimentista isso é secundário. Isso é meio e não fim. O fim dela é aumento de exportação e redução de importação.

Isso é feito de duas formas. Uma é reduzindo custos, uma sociedade de alto crescimento com 7% ao ano, precisa crescer a taxa de exportação em pelo menos 10% ao ano. Porque a elasticidade de importações é muito alta. Se você tem um crescimento de 7% ao ano, suas importações vão crescer acima de 10%, porque em alto crescimento você compra muito maquinário, a população está ficando cada vez mais rica e consumindo cada vez mais bens de luxo, então a demanda por importação é crescente. Então a exportação tem que crescer a 10% o que é um desafio muito grande. E como fazer isto? Uma das maneiras é reduzir custos em dólar, porque eles tendem a ser crescentes. A renda vai aumentando, os alugueres aumentando, todos os custos aumentam. Então tem que se estar o tempo todo orientado a reduzir a taxa de crescimento dos custos. Senão acontece o que é chamado de doença Holandesa, que significa os custos do país subir em dólares. Isso pode ser decorrente do câmbio valorizando ou não. Mesmo com o câmbio não valorizando isso é possível de vir a ocorrer graças à inflação interna. Se há crescimento muito rápido a inflação interna tende a subir os salários, alugueres e os preços em geral. E vai corroendo a competitividade. Então, a redução de custos é fundamental.

E a política industrial tem que focar isso constantemente, porque o crescimento vai puxar o custo.

E aí, que entra a política de infraestrutura. O objetivo principal da política de infraestrutura é reduzir os custos. Geralmente essa política não é definida assim. E por isso, que o Brasil passou a privatizar. A infraestrutura privatizada é um infraestrutura de custos crescentes. Quando a infraestrutura é privatizada ela é crescente, porque o dono da infraestrutura é um monopolista natural e ele vai dormir, acordar e dormir de novo pensando o tempo todo em como aumentar a tarifa. Ele vai fazer o possível para aumentar suas tarifas. Por isso, que um país desenvolvimentista geralmente estatizam o setor de infraestrutura, para impedir essa tendência natural da infraestrutura privatizada de aumentar as tarifas sem parar. Isso aconteceu no Brasil, claramente a partir da privatização. Hoje temos

as telecomunicações mais caras do mundo e em dólar. Temos a energia elétrica entre as mais caras do mundo em dólar, apesar do custo de produção da eletricidade brasileira ser o mais baixo do mundo. Porque o sistema sempre vai buscar aumentar a tarifa para aumentar os seus lucros.

Numa política de infraestrutura desenvolvimentista, nós acreditamos que tenha que ter controle estatal. Então o foco na redução do custo vai levar a isso.

Outra coisa importante na redução dos custos é o cuidado com a alimentação do trabalhador. O governo tem que subsidiar e controlar a alimentação, acesso aos bens básicos de alimentação, tem que ter os custos controlados e se necessário com intervenção. Senão o controle dos monopólios na área de alimentos também é crescente e tende a aumentar os custos. Outra coisa importante é o aluguel para a população. O governo tem que controlar preços de aluguel. E como isso pode ser feito? Com a melhoria da infraestrutura urbana, transporte coletivo barato em grande alcance. Transporte sobre trilho em grande alcance que cria novos terrenos urbanos a baixo custo, que criarão novas moradias a baixo custo.

O que tem acontecido hoje nas cidades do Brasil é o crescimento sem acompanhamento da infraestrutura urbana e os preços dos imóveis têm subido muito. Apesar do nosso crescimento não ter sido alto. Se o Brasil atingir uma taxa de crescimento de 7% os preços dos alugueres vão disparar ainda mais. Então, a infraestrutura urbana é mantém os alugueres baratos. O transporte coletivo tem que ser o mais barato e de maior alcance, tanto na área urbana como na periurbana. Isso é a política de infraestrutura de um país desenvolvimentista. A China faz assim. O Brasil fez assim quando adotou políticas desenvolvimentistas. Os EUA fizeram assim no seu período de alto crescimento. A Europa fez assim. E hoje eles são países desenvolvidos.

Então a intervenção do estado tem que ser constante na infraestrutura. E a política industrial, além de redução de custos, ela tem que ter a introdução de setores. A economia mundial vive um processo de renovação constante e os setores são criados a todo

tempo. Em 2008 foi criado o AIPED e hoje já é um item enorme na importação brasileira. É necessário trazer esse setor para dentro e produzir aqui para reduzir as importações. Essa é a política de distribuição de importações. E o Brasil de fato percebeu isso, recentemente a gente está tentando produzir o AIPED, trazendo outros produtos. Toda política bem desenvolvida, a substituição de importações é fundamental. Se a substituição de importações é feita concomitantemente com políticas de redução de custo, ela não vai gerar o problema do qual ela foi acusada no passado de ser política de escoamento dos recursos internos. Quando você introduz um novo setor, você tem que aprender e vai começar com custos elevados. Mas se você tem uma política de redução de custos no país a tendência é que o custo de introduzir um novo setor e de proteger será eliminado. Pois, existe uma política geral de redução de custos. E a política de redução de custos não vale a pena apenas para estruturas comuns. Alguns bens são considerados estrutura, por exemplo, o aço. Aço é estrutura, não é um produto como qualquer outro. Por isso, no passado os países tinha o aço todo estatizado. O Brasil tinha o aço todo estatizado. Porque o aço barato permitiu o Brasil se industrializar. Hoje o aço brasileiro é o mais caro do mundo. A indústria de bens de capital está acabando. Aço, minérios, energia e metais em geral precisam ter custos abaixo do custo internacional para o país tornar-se desenvolvido.

É isso. Estão me cortando aqui. Depois nas perguntas a gente continua. Agradeço por terem me ouvido.

**Senhora Elaine Melo Xavier:** Então, por livre e espontânea pressão, a gente vai passar a palavra para a Esther. Mas antes disso, eu quero lembrar que o que está sendo colocado aqui nessa mesa são apenas ideias do os palestrantes aqui acreditam que seria importante constar num plano nacional de desenvolvimento. Se vocês quiserem encaminhar perguntas, colocar algum ponto para discussão, o momento é esse. Depois a gente vai ter um tempo grande para debater. E o que está sendo colocado está muito no campo da proposição. Não tem nada fechado. Eu passo a palavra para a Esther, ela é Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, professora de economia na UFRJ e está cedida

para o Ministério do Planejamento desde junho deste ano. Por favor, Esther.

**Senhora Esther Dweck:** Obrigada. Primeiro eu queria agradecer o convite. Esse é o segundo evento desse grupo que eu estou participando. O primeiro eu acabei participando quase que por acaso, foi para substituir a Secretária Executiva que pode ir, no dia, por ter um compromisso. E acabou que quando ela veio falar comigo, eu descobri que era um movimento que eu já conhecia. Pois eu conheço tanto o Gustavo quanto o Marcio de antes de vir para o Ministério. Já os conheço desde a UFRJ em grande parte. E também, tem outras pessoas da FIPEA, da FBNDES que eu já conhecia bastante, já tinha visto essa discussão. E um pouco antes de ter sido chamada para o Ministério, eu já tinha recebido a primeira versão do manifesto. Então, era um movimento que eu já conhecia e tinha todo o interesse em participar e fazer parte dessa discussão.

E acho uma coisa interessante. Se a gente para pensar no que está acontecendo no mundo hoje, essa discussão que estamos tendo aqui, há dez anos atrás pareceria completamente fora de propósito, embora seja completamente meritória. E acho que ninguém aqui tem dúvida disso. Mas há dez anos parecia quase impossível você pensar num plano de desenvolvimento em que ficasse bem claro que era preciso ter política industrial, investimento em infraestrutura. E hoje em dia, o senado americano propõe uma ideia de que você precisa controlar algum tipo de discussão de política cambial, etc.

O mundo está passando por um momento em que esse tipo de iniciativa que está sendo feita aqui, está sendo feita no mundo inteiro, eu acredito. Realmente está se passando por um momento de mudança, não sei de paradigma, de maneira de pensar a política de desenvolvimento em geral. De fato, já teve um período neoliberal muito forte, que foi muito forte na maneira das pessoas pensarem. Eu me lembro ter participado de um seminário com o Stevens que acabou se tornando de alguma maneira uma pessoa que participou desse momento de mudança, embora possa ter várias críticas a ele, mas ele acabou sendo uma pessoa de mudança. Ele está no cenário

internacional. Eu lembro que era um seminário do BNDES e ele falou: - eu vou falar aqui uma palavra que é proibida nos EUA, política industrial. E realmente há dez anos política industrial era uma coisa absurda. Hoje em dia a gente vê o Obama tentando passar um programa que parece uma mistura de criar um BNDES com PAC, alguma coisa assim que é uma coisa que há dez anos nos EUA ninguém cogitaria.

Então, acho que se está num momento que no cenário internacional essa discussão se tornou necessária. Se pararmos para pensar que todo mundo aqui trabalha em – quase todo mundo, talvez, não sei. É técnico de... – me lembro que quando o Eduardo veio falar comigo ele falou: Na verdade é uma ... (não sei se foi o Eduardo ou se foi o Gustavo e o Artur que não está aqui, lá no Rio), falou: - Não. Uma tentativa de técnico de planejamento. De propor uma ideia de um plano nacional de desenvolvimento. São pessoas que trabalham diariamente com essa ideia de planejamento, precisam pensar isso. Que veem os limites e dificuldades que tem de se fazer. E viram na prática os limites que o próprio governo enfrentou quando tentou fazer alguma coisa. Uma série de limites, desde não ter engenheiro para fazer algum tipo de cálculo, das dificuldades de fazer algum tipo de estudo mais aprofundado até por falta de gente capacitada para fazer. Não era nem que não tivesse pessoas capacitadas, tem até uma discussão. Engenheiros que tinham se deslocado para outras funções que não tinham nada a ver com engenharia. E que na hora que precisou, eles estavam tão desatualizados, pois tinham se formado há 20 ou 30 anos, já não tinham mais capacidade de se atualizar de maneira tão rápida para atender as demandas de engenharia naquele momento que estava sendo necessárias.

Chegou num ponto limite onde se percebeu da falta realmente de atividades de planejamento mais fortes.

É claro, aí tem uma questão que tem que separar, acho que o Marcio falou no início – que é qual o limite do governo para fazer uma coisa e qual o limite que a sociedade tem que entrar. É onde você precisa de um acordo muito maior. Porque o governo federal sozinho

nunca seria capaz de fazer. Embora possa ter algum tipo de liderança, sozinho não vai conseguir fazer, porque você tem uma série de instituições e de um arcabouço institucional no Brasil, que o governo federal sozinho não pode fazer todo tipo de iniciativas necessárias de um plano nacional de desenvolvimento.

E quando eu fui chamada, eu vim muito mais para comentar. Não vou fazer nenhuma apresentação, meu papel aqui é muito mais de comentarista do que foi dito. Mas o Marcio me mandou há duas semanas a primeira versão, a versão zero, como eles chamam do plano, eu li. E até falei que não era o caso de comentar cada ponto aqui, porque não é um documento definitivo, mas acho que é um documento bom que deveria ter outros momentos. Não sei como vocês estão tratando isso. E aí, tem uma série de verdades e perguntas e de questionamentos que são coisas, que como representante também da sociedade civil, por mais que trabalhe no governo, também é cidadão e faz parte do país, tem anseios e desejos de pelo menos onde gostaria que a sociedade chegasse. Aí eu tinha algumas questões que acho que seriam interessantes saber, mesmo na linha de como se pretende levar esse debate. Porque quando eu li, achei que tinha um ar muito pretensioso. Porque vai desde uma definição de que setores são estratégicos. Eu fiquei na dúvida de onde teria vindo isso. Porque eu acho que tem tanta riqueza de ideias aqui, mas também é tão específico em alguns pontos que tinha a questão de como vamos conseguir travar esse debate.

Sem dúvida é uma ideia de formar um plano que, claro é um plano de um grupo que imagino ser um plano para ser debatido com outros planos. Ou não. Vocês já estão abrindo enquanto estiverem fazendo para que ele tenha uma representatividade muito grande? Porque claramente tem vários pontos que... Primeiro a definição que áreas são prioritárias, eu acho que isso não tenha mudança na sociedade. Vocês tocaram em pontos que são essenciais e, que têm que ser tratados mesmo. Conforme você vai tecendo a análise, depois do diagnóstico para que tipo de medidas que deveriam ser tomada e por quem. É claro que tem uma discussão importante, por exemplo, voltar a discutir como o PPA foi pensado, se foi pensado

para um regime parlamentarista ou não. Até isso é uma questão a ser discutida dentro desse âmbito aqui. E outras questões, quando se define que o Congresso faz isso, mas quando se fala de uma política industrial o setor privado vai ter que entrar. A dúvida é um pouco como vocês estão pensando em levar isso. De que maneira isso vai ser feito. Se isso é para depois ou para durante as discussões que serão feitas.

Tem uma coisa que eu acho interessante, é um plano nacional de desenvolvimento dessa envergadura, - eu concordo com o Gustavo, talvez desde o segundo PND, mas sem dúvida, um dos principais foi o plano de metas. Eles foram feitos em momentos muito específicos da economia brasileira e que sem dúvida foram importantes para dar um salto, mas por outro lado, eles não eram planos que abarcavam toda a sociedade. Eles claramente geraram efeitos colaterais, como todo plano. E desde o plano de metas há uma discussão importante sobre que matriz de transportes a gente teria. Esse plano foi responsável pela escolha da matriz rodoviária – até por questão de velocidade, etc. – isso foi muito forte no plano de metas. Acho interessante que toda vez que alguém faz um plano de metas e fala do plano como substituição de importação é interessante pensar que ninguém produzia carro no Brasil. Não foi uma substituição. Foi uma decisão mesmo. A gente vai fazer um sistema rodoviário e, preciso de automóveis, caminhões. É um pacote, foi uma decisão importante tomada naquele momento que vai ter consequência para frente. Uma coisa é quando você faz um plano, porque você um gargalo. E sem dúvida quando se fala do PAC, o PAC foi um plano de aceleração de crescimento, mas ele foi um plano emergencial de gargalo de infraestrutura. Chegou a um ponto onde a infraestrutura brasileira estava num nível tão precário, se não fosse feito nada realmente tinha chegado ao limite tanto de capacidade de crescer, quanto até de geração de custos mesmo. Aí vem toda uma discussão enorme de como se vai fazer isso para conseguir liberar esses gargalos e ainda por cima, fazer da maneira mais barato possível para evitar aumento de custos.

Então, tem essa questão que eu queria entender de vocês um pouco de como vocês estão tentando levar isso adiante. Uma vez com ele

pronto, onde será apresentado, qual a ideia que vocês têm com isso? Se isso é um plano para se apresentar no governo? Esse é um plano que não é plano de governo. É um plano para a sociedade, exatamente como ele está sendo feito. Ele é um plano feito pela sociedade ou feito por um grupo que quer apresentar à sociedade aquele plano? Essa é uma questão que vale a pena a gente discutir aqui. Essas são as dúvidas que eu fui tento na medida em que fui lendo e fui pensando nos meus comentários. Agora, sem dúvida nenhuma é preciso que alguém faça isso. Esse tipo de iniciativa é essencial e acho que em parte pela experiência de trabalho que cada um teve, imagino que tipo de angústia e de até de limites de ação que vocês se deparam e estimula fazer um tipo de plano como esse.

E seria interessante saber um pouco em como vocês estão pensando em levar isso adiante. Eram esses os meus comentários mais gerais. Acho que se for dentro de debate eu estou disposta a discutir e comentar um pouco mais essa iniciativa.

**Senhora Elaine Melo Xavier:** Então, eu vou passar a palavra para o Marcio e para o Gustavo para que eles possam responder as perguntas que foram colocadas pela plateia. E também os pontos levantados pela Esther que são pontos bastante importantes. Acho que não são fáceis de serem respondidos, mas são pontos importantes dado a importância do tema de ter um plano nacional de desenvolvimento e, também a ambição de se fazer isso através de associação de servidores. Ou se começar esse processo através de uma associação de servidores. Então vou passar primeiro a palavra para o Marcio e na sequência o Gustavo comenta os questionamentos.

**Senhor Marcio Gimene:** Está todo mundo cansado. É hora de usar aquele – dado o adiantado da hora eu vou ser breve. Para escapar das perguntas mais difíceis.

Tem uma aqui do Samuel Gomes – Qual o lugar da dimensão da integração sul-americana no plano nacional brasileiro? No meu entendimento a gente precisa também, de um plano nacional de desenvolvimento sul-americano, digamos assim. Pactuado com os

vizinhos. Já estou até rascunhando algumas propostas nesse sentido também. Acho que nesse escopo, nessa escala que a gente está trabalhando que é a nacional brasileira. É óbvio que no mínimo na área de infraestrutura, não dá mais para pensar a infraestrutura do Brasil sem pensar na integração com os vizinhos em transporte, energia e tudo mais. Acho que já tem até um quase consenso no Brasil hoje de que o nosso horizonte facial de referência é a América do Sul. Acho que já passamos daquela etapa de ficar discutindo América Latina e América do Sul. Está claro que é a América do Sul. Embora, na América Latina a gente tenha também afinidades culturais, etc.

Outra questão, entrando na linha dos questionamentos da Esther. Tem uma aqui do Jean Paulo – Não há dúvida que um plano de longo prazo é imprescindível. Ele dá exemplos da China, Japão, Coreia, que avançaram nessa perspectiva, porém em contextos políticos distintos do Brasil. Ele fala aqui em ditaduras, estabilidade política em sociedade conservadora. Mas todos foram no contexto de estabilidade política em regimes ditatoriais, exceto o Japão e as sociedades conservadoras. É possível conseguir isso num contexto democrático e pluripartidário numa sociedade de características da brasileira?

- Eu diria que se partirmos do pressuposto que o que estamos tentando fazer aqui é um voluntarismo tecnocrata. Sim. É mais difícil avançarmos num sistema representativo, democrático, pluripartidário, etc. Se não cairmos nessa tentação de acharmos que estamos tratando aqui de um mero voluntarismo tecnocrático, eu acredito que esse é um caminho para a resposta justamente do oposto. Somos, cada um de nós, enquanto cidadão, enquanto servidores públicos. Na atividade que exercemos somos servidores políticos. Não somos meras peças que não são dotadas de vontades e ideologias e de influência, etc. E estamos dispostos a explicitar quais são as nossas utopias e as nossas apostas e queremos torná-las pública e fruto de debate coletivo. Se aceitarmos que esse é o caminho, eu vejo duas hipóteses. Ou as pessoas que estão tendo contato aqui pela primeira vez com essa temática e esse andamento de trabalho, achar muito bonito e legal, achar que não vai dar certo e

vamos para casa e fim. Depois a gente conversa sobre algo sério, porque isso aí não tem a mínima chance de avançar. Pode ser que não tenha a mínima chance de avançar. Mas se nós que trabalhamos com planejamento e desenvolvimento não provocamos a sociedade para que avancemos no mínimo no cumprimento da Constituição Federal, eu não sei o que esperar da sociedade, enquanto provocadores para que nós venhamos fazer aquilo que a sociedade pressiona.

Aqui se está saindo do comodismo dos gabinetes refrigerados e está se colocando, anunciando a disposição de ir para a rua. Anunciando a disposição de virar vidraça. Enfim, de ser criticado, questionado e ser taxado de vários rótulos. E se outros colegas tiverem motivação de colaborar certamente esse caminhar vai ser mais produtivo. Mais contemplador da diversidade da sociedade brasileira e aí, já tentando ser mais direto na resposta da Esther, em qual é a ideia. A gente está num processo inicial, eu não tenho um mandato aqui para falar o que vai ou não acontecer. Posso falar qual a minha proposta para o coletivo. O coletivo é que a gente vá avançando gradativamente. No dia em que sentirmos que temos maturidade suficiente para ampliar o debate junto a outros segmentos, trabalhistas, os patronais, financeiro, parlamentares eleitos nos diferentes federados, avancemos. Se não no sentirmos confortáveis, se não tivermos apoio para avançar para, além de voluntários e perspectiva individuais. Eu acredito que a gente vai ter em algum momento que para e dizer que conseguimos avançar até, está aqui uma proposta. Quem quiser fazer uso está convidado. Quem quiser conversar a respeito, nós estamos à disposição. É um processo que sempre eu acredito que será necessário que nações que queiram se desenvolver, tenham segmentos sociais que estejam permanentemente a isso e dispostas a propor como agir.

O resultado vai depende de fatores externos. A Presidenta da República fica sabendo o que está sendo feito aqui e falar: - Tudo que vocês estão falando eu não tenho condições de contribuir, mas uma parte eu acho que a gente pode aprofundar a discussão e vamos ver se a gente consegue. Se chegar amanhã ou depois outro parlamentar ou quem quer que seja e falar – Vamos estruturar esse

debate. Vamos fazer audiência pública no Senado. Vamos fazer conferência. Vamos reunir os conselhos que já estão instituídos e vamos avançar nessa discussão? Sim. Podemos nem sermos nós aqui que estaremos à frente disso. Mas é um alcançar gradativo, sem pressa, sem afobação, mas com persistência, paciência e perseverança.

**Senhor Gustavo Santos:** Vou primeiro responder as duas perguntas. E acho que vai ajudar a responder um pouco o que a Esther falou.

Primeiro a pergunta do Eduardo Rodrigues. – Dada a pluralidade da sociedade brasileira, onde não está explícita uma ideologia dominante? Faz sentido pensar em um plano nacional de desenvolvimento que pressupõe uma ampla pactuação e que se opte por alguma matriz ideológica? Esse debate não pode paralisar nem mesmo inviabilizar a construção do plano?

Claro. Como eu vejo, a pluralidade é inerente a qualquer sociedade. E ela é muito positiva, inclusive. A divergência de ideias, opiniões divergentes, isso é muito bom porque ajuda a gente a refletir melhor e descobrir nossos próprios erros. É muito colocado como o problema da democracia, se a pluralidade é um empecilho a um plano de desenvolvimento. Eu não vejo isso de forma alguma. Acho pelo contrário. Um plano tem que ser plural e democrático. A necessidade de ter uma posição ideológica é fundamental. Sem uma posição ideológica ele não vai para frente. Os interesses vão derrubar qualquer plano. Porque uma posição ideológica é como o povo reconhece aquele plano. É como o povo defende. Se ele for definido por maioria, o povo vai defender o plano. Se ele não tem uma posição ideológica clara o povo não reconhece, não sabe o que ele significa. Então, não tem como defender. Eu acho que a pluralidade não elimina. Claro que terão as pessoas que vão se opor. Mas se o plano é defendido por maioria, definido por uma sociedade que discute plano de desenvolvimento. Discute o futuro, obviamente os candidatos à presidência, os partidos vão assumir aquilo. E o partido que vença as eleições, uma parte não votou nele. Aceita e o plano é assumido. Quando o governo FHC assumiu, ele adotou um plano tipicamente neoliberal. A sociedade votou e ele

implantou um plano. Depois de 8 anos ele perdeu. Foi eleito nulo. Acho que uma coisa normal. A posição ideológica sempre vai haver. Não é empecilho nenhum. Acredito que vá gerar um conflito. Ninguém teve essa discussão em relação ao plano neoliberal do Collor e do FHC, eles adotaram o plano, uma parte da sociedade não aceitava, mas ela era minoritária, perdeu. A nossa proposta é tornar o nosso plano majoritário. Aí vai ter eleições, ele pode ganhar ou não. Essa é forma como a gente vê.

E é interessante colocar que hoje um plano desenvolvimentista tem menos apoio do que um plano neoliberal ou outro tipo de plano. Na Argentina é um caso interessante. O Menem foi eleito com um plano neoliberal, a sociedade achou que aquele plano era o melhor. Ele ficou 8 anos e depois teve a continuidade daquele plano dele. E aquilo acabou com a Argentina.

A Argentina renasceu e a partir de 2002 foi com outro plano que não é muito claro. Mas quando a sociedade argentina estava totalmente esfacelada no início dos anos 2000, um grupo de economista se juntou e fizeram o chamado Plano Fênix que era tipicamente um plano desenvolvimentista. Claramente muito parecido com os princípios que estamos falando aqui. E o Kirchner assumiu aquilo, colocou aqueles economistas no governo, em 2001/2002 a Argentina tinha PIB per capita menor que o brasileiro, não sei exatamente se era 50 ou 30% menor, mas era significativamente menor que o brasileiro. Coisa que não tinha acontecido pelo menos desde o século XIX ou nunca. E hoje a Argentina tem um PIB per capita 50% maior que o Brasil. E o Brasil é considerado bem sucedido no Governo Lula. Eles foram mais bem sucedidos. As condições de vida, pobreza são menores do que aqui. E estavam iguais ou equivalentes do que nós em 2001. Então foi um plano bem sucedido. Mas o plano desenvolvimentista geralmente sofre muito mais oposição das classes dominantes do que um plano liberal. Isso por questões óbvias dos interesses envolvidos num plano como esse. Mas a Argentina sofreu e tem sofrido disputas políticas muito fortes. Mas apesar disso eles adotaram o plano, a população apoia e eles continuam. O setor financeiro internacional odeia, a mídia odeia, mas o trem continua

andando para frente. Não estou sugerindo adotar o sistema argentino, não.

Outra pergunta é do Rômulo. A nossa ideia é só colocar para a sociedade discutir. Discutir na academia, no governo. A gente sabe que isso não é para curto prazo. Pode ser que um grupo político, um partido, um candidato, um dia se interessa. Mas na verdade o que mais interessa é que a sociedade possa discutir. Esse tipo de discussão não era colocado há tempos. Vamos colocar na sociedade. A gente não tem maiores pretensões do que propor mais pluralidade, mais discussão. Mais debate, mais conhecimento. Nas duas direções, a gente aprendendo e as pessoas aprendendo também.

A pergunta do Rômulo do Itamaraty. – o que chamou de inocência, podemos considerar ingenuidade. Nesse sentido uma das ingenuidades seria crer que o plano nacional de desenvolvimento poderia ser elaborado apenas por técnicos? Não. É completamente uma discussão da sociedade. O técnico ajuda porque estuda mais aquilo, mas o cara no bar tem que falar se prefere um plano assim ou assado. É uma discussão que tem que ser permeada em toda a sociedade. E em qualquer nível de classe social, escolaridade. O técnico obviamente está num nível de discussão de abstração maior. Mas a sociedade toda tem que discutir isso. Quem se interessa por política vai ter interesse em discutir e ter opinião em todos os aspectos.

- Você mesmo disse que ao contrário disso, tal plano deveria ser o resultado de um pacto social. Como pragmaticamente imagina a integração entre a parte técnica e parte política?

Com debate na televisão, nas rádios, artigos nos jornais. Isso foi o Brasil nos anos 50. Um plano nacional de desenvolvimento como esse, hoje é considerado uma coisa de país não democrático. O Brasil dos anos 50 adotou coisas assim. A Europa dos anos 50 isso era explícito. O Japão dos anos 50 e 60 eram democráticos e isso era completamente explícito. A Argentina de hoje é esse o plano que ela adota e está lá a discussão, tem gente que concorda outros não. Os

ruralistas são contra, porque o processo de redução de custos implica em redução de recursos de matéria prima e isso impacta os ruralistas, por exemplo, então eles são contra. Mas o trabalhador industrial é a favor, porque gera mais indústria. No Brasil mesmo o plano de metas reduziu muito a renda do cafeicultor que era a classe dominante no ciclo anterior. O plano de metas tirou recursos dos cafeicultores e passou para a indústria. Mas isso era tudo debatido. Existiam institutos, tinha o ISEB que era um instituto desenvolvimentista que existia nos anos 50 e 60. Eu vejo isso da maneira mais normal possível. Colocar para a sociedade. A gente é como se fosse um instituto. Mais é discutir a nossa questão. Só que eu vejo pouco essa questão no Brasil. A gente está colocando em uma forma que é pouco discutida em um nível que também é pouco discutido. O tecnocrata tem o que dizer e, ele é pouco ouvido hoje na sociedade brasileira. A academia é relativamente bem ouvida, o industrial é ouvido, os sindicalistas são ouvidos. Mas o que o tecnocrata da área de planejamento e desenvolvimento tem a dizer? Ele não pode ficar apenas a mercê das chefias falando. A gente tem opinião própria, a gente está no dia a dia. Entra um ministro, sai outro, entra um presidente do BNDES, sai outro. Mas a gente continua lá e aprende durante os anos com isso. Os antigos funcionários do BNDES têm muito a ensinar, os antigos funcionários do Ministério do Planejamento têm muito a ensinar. E colocar isso para a sociedade é o que queremos.

A academia tem uma discussão que às vezes é pouco pragmática. Nós vamos colocar um pouco mais de pragmatismo nisso. Eu vejo que a tecnocracia tem muito a discutir de forma democrática e não tecnocrática. A democracia como é hoje, debate.

**Senhora Elaine Melo Xavier:** Vocês ainda têm alguma pergunta ou questionamento que gostariam de fazer? Acho que o adiantado da hora, eu vou passar a palavra para o Mestre de cerimônias que vai fazer o encerramento do evento. E antes disso eu gostaria de chamar a atenção para uma coisa que não foi falada e é importante. É que existe no site da ASSECOR, naquela parte restrita para os associados, que você tem se logar para ter acesso, um fórum de discussão sobre o plano de desenvolvimento nacional. E esse fórum

não é novo, ele está lá há alguns meses. Eu convido a todos a fazer uso desse espaço que a associação está colocando para a gente. Inclusive, o Marcio disse aqui que vai colocar esse primeiro documento, que é um esboço inicial para que vocês possam conhecê-lo e contribuir. Quanto maior for o número de associados que se dispuser a conhecer o documento e a contribuir com ele, mais esse documento será representativo daquilo que a gente acredita. E não só nos consensos. É importante também que a gente mostre os dissensos que existe na carreira, porque isso representa uma parcela importante da população. Como o Gustavo colocou aqui, todos nós acreditamos no processo democrático e a divergência é salutar num ambiente como esse. A divergência também constrói porque obriga-nos a melhorar os nossos argumentos e a colocar com mais firmeza as nossas posições. Então agradeço a todos e muito obrigada.

**Mestre de cerimônias:** Passamos a partir de agora aos momentos finais do II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. Para o pronunciamento que encerra este evento ouviremos o senhor presidente da ASSECOR doutor Eduardo Rodrigues da Silva.

**Senhor Eduardo Rodrigues da Silva:** Rapidinho, para os heróis da resistência, os últimos colegas. Eu só queria colocar a minha felicidade pelo sucesso desse seminário. Todas as mesas foram muito boas. A temática desse seminário, inclusive a ideia de se discutir um plano nacional de desenvolvimento a partir das associações, foi uma provocação que surgiu no primeiro seminário. E certamente as discussões que apareceram aqui irão fomentar várias discussões e vão animar o nosso terceiro seminário e várias discussões. Foi muito rico e interessante. Eu gostaria de agradecer a todos os painelistas nas pessoas do Gustavo, do Gimene e da Esther e também todos os coordenadores de mesa na pessoa da minha amiga Elaine. E agradeço a todos pela contribuição, houve muita participação em todos os painéis muitas perguntas. Foi realmente muito bom. Agradeço a todos a carreira, a associação todos nós estamos de parabéns. Muito obrigado.

**Mestre de cerimônias:** Encerra-se neste momento o II Seminário da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento. “O Papel da Sociedade no Planejamento.” Este evento realizado pela ASSECOR – Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento contou com imprescindível patrocínio da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal. Contou ainda com o apoio da ABOP, Secretaria de Orçamento Federal, SPI, Ministério do Planejamento e Governo do Brasil. A todos e todas, boa noite. Muito obrigado pela atenção e bom retorno aos seus lares.